



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA**

**HIS70RIA**  
UNIVERSIDADE DO BRASIL

**Verônica Moreira dos Santos Pires**

**As faces reacionárias e a reconfiguração do discurso hegemônico no  
pós-Guerra Fria em perspectiva comparada**

**Rio de Janeiro**

**2014**

**Verônica Moreira dos Santos Pires**

**As faces reacionárias e a reconfiguração do discurso hegemônico no  
pós-Guerra Fria em perspectiva comparada**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal Do Rio de Janeiro – PPGHC / UFRJ, na Linha de Pesquisa Poder e Instituições, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em História Comparada.

**Orientadora:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Evangelista Medeiros**

Rio de Janeiro

2014

## **Verônica Moreira dos Santos Pires**

### **As faces reacionárias e a reconfiguração do discurso hegemônico no pós-Guerra Fria em perspectiva comparada**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal Do Rio de Janeiro – PPGHC / UFRJ, na Linha de Pesquisa Poder e Instituições, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em História Comparada.

Data da aprovação: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

#### **Banca Examinadora**

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Evangelista Medeiros – EGN / UFRJ / PPGHC (Orientadora)

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Buarque de Hollanda – UFRJ / PPGHC

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Costa D'Assunção Barros – UFRJ / PPGHC

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Charles Freitas Pessanha – UFRJ / PPED

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves – UERJ / PPGRI

À minha super-Raquel

## **Agradecimentos**

Desafio. A dificuldade dessa etapa só se revela no momento de realizá-la. Difícil não começar já se desculpando por esquecer nomes que não poderiam deixar de estar aqui. Queria não esquecer ninguém.

Bem, começo pela minha orientadora, Sabrina. Essa pessoa não cabe em um agradecimento. A confiança no meu trabalho e a certeza de um final bem-sucedido para esta pesquisa deram o tom de nossa trajetória que aqui se encerra depois de quatro anos. Sabe aquele orientador que parece adivinhar o momento de intervir? Pois é... Por estes e outros tantos motivos é que não tenho como pagar esta dívida. Acabo de me descobrir completamente endividada, pois também é impagável a dívida que tenho com Francisco Carlos, meu orientador no mestrado, onde tudo começou. Ainda me pergunto: por que eu?

Agradeço à CAPES, que, ao selecionar nosso projeto no âmbito do Edital Pró-Estratégia, não só subsidiou esta pesquisa como lhe conferiu maior legitimidade, atributo consequentemente estendido a esta tese. No PPGHC também deixo parte do meu reconhecimento. Do esforço e boa vontade das secretárias, da Márcia em especial, ao cuidado dos professores e carinho da coordenadora. Como não mencionar a postura da prof.<sup>a</sup> Cristina? A cada dica, um livro lido, um conceito extraído. E por aí vai... Obrigada, Cristina! Obrigada, prof. José D'Assunção, pelas sugestões fundamentais ao projeto! Regina, jamais esquecerei suas palavras de incentivo e seus elogios ao longo do meu percurso no PPGHC. Obrigada! Definitivamente, sou muito grata a este Programa!

Muitos outros nomes se somam a este projeto que hoje se apresenta em forma de tese. Um desses nomes é o do prof. Williams. Um encontro fortuito na livraria, seguido da dica de um livro, o resultado foi a peça que faltava em parte importante do quebra-cabeça.

Meus amigos e colegas de trabalho professores podem nem se dar conta da importância de certas colocações. Reivani, Susi, Renata, Alexandre, Luzia, Lurdes, Patrícia, como foi bom ter vocês por perto. Como pode, fazer mestrado ou doutorado

e trabalhar? Só vocês mesmo... Só nós mesmo... Cláudia e Paulo Sérgio, um lugar especial para vocês no meu coração...

Luciana, Reginaldo, Ana Lúcia, Daniel, Sérgio, Marina, Jorwan, também reservei um lugar para cada um de vocês. Muito bom aprender enquanto se trabalha. Gracilda, a você o meu muito obrigada por proporcionar essa troca e por cuidar de mim. Destaque e muito destaque para Joanice, uma relação que vai da parceria à amizade. Jô, obrigada mesmo!

Amigos são preciosos. Amigos pós-graduandos são mais preciosos ainda quando estamos escrevendo a tese. De cada um eu recebi as palavras certas, no momento certo. Ana Luiza, Ana Paula, Cintiene, Daniele, Flávia, Juliana, vocês são muito importantes. Bianca, sem você teria sido muito mais difícil. Também no LSC há muito mais envolvidos na minha torcida. Representantes dessa torcida, os coordenadores Cláudio Rogério e Cláudio Correa, recebam meus agradecimentos. Amigos do CEPE, vocês ficarão para sempre. Aliás, eu precisaria agradecer à Marinha do Brasil como um todo. Para tanto, obrigada Alm.te Reis.

Zózimo e Thiago, vocês são os alunos que todos os professores desejam. Eu tive essa sorte e sou grata por isto. Agradeço também à Anna Maria.

Silvana, Marcos, Mariana e D. Sônia, por tudo até aqui, minha eterna gratidão. Por fim, é chegado o momento de dizer à minha filha Raquel, à minha mãe Nilda, e ao meu marido Mario, que eles são a fonte de toda a energia necessária para chegar até aqui. Obrigada!

O progressista percebe o presente como o começo do futuro, enquanto o conservador considera-o simplesmente como o último ponto atingido pelo passado. (Karl Mannheim, 1982, p.128).

## Resumo

O presente estudo teve por tema o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. O problema de pesquisa se constituiu a partir das diversas variáveis figurantes na discussão sobre o tema, desde o fim da Guerra Fria. A possibilidade da transferência de um projeto de hegemonia militar para um imperativo econômico norteou o caminho, que contou com as teses reacionárias apresentadas por Albert O. Hirschman como instrumental analítico. O projeto Global Trends, do Conselho Nacional de Inteligência norte-americano, forneceu os relatórios utilizados como fontes primárias fundamentais. A discussão privilegiou a apresentação de contextos referentes a cada um dos três relatórios analisados. Esses contextos, divididos em dois blocos, refletiram tanto o pensamento de autores norte-americanos, quanto o grande grupo formado pelos demais autores, a julgar pelo impacto de suas contribuições sobre o tema. As influências das ideias extraídas de tais contextos deram o tom da análise mais profunda. Das fontes extraiu-se o conjunto de argumentos formatados segundo as teses reacionárias formuladas por Hirschman, o que viabilizou nossas reflexões sobre as reações aos indicativos do declínio do poder norte-americano, e possibilitou, em perspectiva comparada, sinalizar o imperativo econômico do projeto de hegemonia dos Estados Unidos pós-Guerra Fria, destronando seu viés militar.

**Palavras-chave:** Estados Unidos. Poder. Declínio. Hegemonia.

## **Abstract**

The present study had as its theme the decline of U.S. hegemony. The research problem was constituted from the various variables present in the discussion on the topic, since the end of the Cold War. The possibility of transferring a design of military hegemony to an economic imperative guided the path, which featured the reactionary thesis submitted by Albert O. Hirschman analysis tools. The Global Trends project, conducted by the U.S. National Intelligence Council, provided the reports used as key primary sources. The discussion focused presentation contexts for each of the three reports analyzed. These contexts, divided into two blocks, both reflected the thinking of American authors, as the large group formed by other authors, judging by the impact of their contributions on the topic. The influences of ideas drawn from these contexts set the tone of deeper analysis. From sources we extract the set of arguments formatted according to the reactionary theses formulated by Hirschman, which enabled our reflections on reactions to indicative of the decline of American power and made possible, in comparative perspective, signaling the economic imperative of the post-Cold War U.S. hegemonic project, dethroning military bias.

**Keywords:** United States. Power. Decline. Hegemony.

## Sumário

Página

<b>Introdução</b> .....	11
<b>1 O mundo do pós-Guerra Fria</b> .....	31
1.1 Sobre o funcionamento da sociedade internacional: uma abordagem teórica e conceitual .....	31
1.2 A configuração da atual sociedade internacional sob a ótica dos sistemas históricos .....	36
1.3 Os Estados Unidos e a sociedade internacional do pós-Guerra Fria .....	50
1.4 Reagindo a mudanças através das lentes de Albert O. Hirschman .....	55
<b>2 Entre o final da Guerra Fria e o ano de 1997 e o Global Trends 2010</b> .....	66
2.1 Do mundo para os Estados Unidos: 1989 - 1997 .....	68
2.2 Dos Estados Unidos para o mundo: 1989 - 1997 .....	73
2.3 Analisando o Global Trends 2010 .....	82
<b>3 Entre 1997 e 2000 e o Global Trends 2015</b> .....	104
3.1 Do mundo para os Estados Unidos: 1997 - 2000 .....	109
3.2 Dos Estados Unidos para o mundo: 1997 - 2000 .....	122
3.3 Analisando o Global Trends 2015 .....	135

<b>4</b>	<b>Entre 2001 e 2004 e o Global Trends 2020 .....</b>	<b>153</b>
<b>4.1</b>	<b>Do mundo para os Estados Unidos: 2001 - 2004.....</b>	<b>158</b>
<b>4.2</b>	<b>Dos Estados Unidos para o mundo: 2000 - 2004.....</b>	<b>170</b>
<b>4.3</b>	<b>Analisando o Global Trends 2020 .....</b>	<b>185</b>
	<b>Conclusão .....</b>	<b>208</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>219</b>

## Introdução

O papel dos Estados Unidos na nova ordem mundial e correto diagnóstico da natureza do seu poder deveriam concentrar as diversas variáveis do atual debate, evitando análises economicistas e ampliando as chaves de interpretação. Da mesma forma, a grande dificuldade reside claramente em distinguir o que é meramente conjuntural, passageiro, do que são tendências permanentes e configuradoras do futuro no atual momento. (SILVA, 2009, p. xix).

Compartilhar essa posição com Francisco Carlos Teixeira da Silva alimentou nossa proposta de pesquisa, a qual segue concretizada a partir daqui e pretende contribuir de alguma forma com o debate provocado por notável dinâmica histórica identificada com uma ordem mundial baseada no equilíbrio multipolar.

Não se trata de antiamericanismo, pois, em conformidade com Pierre Bourdieu, não há uma “hostilidade preconcebida e preconceituosa em relação a um povo ou a este ou aquele de seus representantes” (BOURDIEU, 2001, p. 28). Trata-se, portanto, de reflexão crítica dirigida a uma relação de dominação e às políticas e posturas, bem como aos mecanismos ou argumentos que visam perpetuar esta relação. Poderíamos considerar, ao lado de Eric Hobsbawm, uma forma de engajamento legítimo, “na medida em que fornece um incentivo à mudança dos termos do debate científico, um mecanismo para injetar, a partir de fora, novos tópicos, novas perguntas e novos modelos de resposta” (HOBBSAWM, 1998, p. 150).

Dentro dessa órbita, a discussão que envolve a condição de potência número um do sistema internacional – conferida aos Estados Unidos a partir do final da Guerra Fria, início da década de 1990 – responde por uma série de publicações e reúne uma lista de referências nada desprezível. Nomes de peso, acadêmicos ou não, encontram-se debruçados em fatores, índices, causas, consequências, entre outros indicativos, capazes de definir o papel daquele país na denominada “nova ordem mundial”. Chama a atenção, para efeito de delimitação do tema de nossa pesquisa, a discussão em torno do declínio da primazia dos Estados Unidos, em geral tratada a partir de variáveis que, isoladas ou em conjunto, determinariam o fim de uma condição solar.

Os termos dessa discussão também refletem as mais variadas abordagens. Trata-se de tema presente na economia, na sociologia, na ciência política, nas relações internacionais, no direito e, com certeza, na história, além de outras áreas que por limitações óbvias tenham sido omitidas.

No fim da década de 1980, os Estados Unidos foram trazidos para o centro do debate sobre o funcionamento do sistema internacional, com a publicação de Paul Kennedy (1987). Na condição de grande potência, os Estados Unidos estariam sofrendo relativo declínio em razão de um esgotamento imperial. Sob a ótica de Kennedy, a soma dos interesses e obrigações globais daquele país seria bem maior do que sua capacidade de defendê-los simultaneamente.

Steven Schlosstein (1989) ponderou que potências estrategicamente direcionadas, como algumas economias da Ásia (Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura), poderiam relegar os Estados Unidos, no século XXI, à condição de remanso geopolítico e econômico. Entre os argumentos do autor figuravam: o rendimento em matemática dos estudantes norte-americanos do ensino fundamental, o qual era inferior ao rendimento médio das nações industriais; os níveis inferiores aos do Japão na pesquisa e no desenvolvimento não militar; a negligência perante a indústria transformadora; a irresponsabilidade fiscal do Congresso, paralisado por interesses políticos específicos; a incapacidade de adoção de medidas para reduzir o déficit, aumentar a poupança e fornecer incentivos às indústrias estratégicas, a exemplo dos japoneses e coreanos.

David Calleo anunciou a incapacidade de os Estados Unidos capitanearem o funcionamento do sistema internacional. Para Calleo, o mundo se configurava como plural, o que deveria ser interpretado como a decadência da hegemonia norte-americana (CALLEO, 1987, p. 220). Caberia à Europa, na forma de União Europeia, restaurar o equilíbrio na nova ordem mundial. O autor foi categórico quanto à década de 1990, defendendo a irreversibilidade da multipolaridade, independentemente da ocorrência de uma reação russa. Nesse sentido, enquanto parcela importante da sociedade dos Estados Unidos se regozijava diante da possibilidade unipolar, Calleo acreditava no modelo multipolar como representação mais adequada da política global do período.

Em obra organizada por Richard Rosecrance (1976), dez autores, entre americanos, franceses e ingleses, explanaram, para o público em geral, a ideia de

que os Estados Unidos eram um entre iguais no sistema internacional, ou seja, eram uma nação ordinária, não mais capaz de manter a *pax americana*.

A reação não tardou. Em 1990, Henry Nau publicou um estudo no qual se esforçava para demonstrar que as falhas e as fragilidades tanto da economia quanto da política internacional não eram resultado de declínio do poder dos Estados Unidos. O autor revisitou a criação e a suspensão do sistema estabelecido em Bretton Woods; a disseminação mundial da política econômica nacional – cujo caráter seria, de acordo com Nau, moderado – e da democracia norte-americana. Esse passeio pelas ideias e propósitos dos Estados Unidos foi utilizado como argumento para demonstrar que o país estaria diante de oportunidade única e, mais importante, da especial responsabilidade de continuar definindo o tom da política mundial.

No mesmo ano, Joseph Nye Jr. (1990) engrossava o rol dos críticos do *declinismo*. Nye focalizou a publicação de Paul Kennedy (1987) e registrou o fato de que a produção norte-americana, em relação à produção mundial, mostrava pequena mudança desde a década de 1970. O autor também defendeu a noção de que uma abordagem exclusivamente materialista deixava à sombra o poder presente na língua inglesa, na força da cultura norte-americana e no modelo de liderança do país. Com esses, entre outros argumentos, Nye reforçou o papel dos Estados Unidos como potência mais capacitada para moldar o futuro do sistema internacional. O autor ressaltou que qualquer discussão sobre a natureza e as disposições do poder deveria ser travada em bases comparativas. Dito de outra forma, o poder dos Estados Unidos somente poderia ser medido em comparação a outros poderes, a outras grandes potências sob um mesmo contexto.

Joel Kotkin e Yoriko Kishimoto (1988) se esforçaram para transformar a *ameaça*, ou seja, a percepção reinante acerca das economias asiáticas, em oportunidade para os Estados Unidos. De acordo com os autores, o país era o que se encontrava mais bem posicionado, a julgar pelas demais potências, para capitalizar a ascensão de potências econômicas da Ásia. O futuro dos negócios norte-americanos no Extremo Oriente estaria nas parcerias com as crescentes economias nacionais deste último, as quais acabariam financiando a reindustrialização dos Estados Unidos. Para tanto, seria necessário se manter sobre

as bases que tornaram o país único. Para esses autores, o ativo econômico mais precioso dos Estados Unidos era a sua cultura empresarial.

Curiosa foi a aparente mudança de postura de Richard Rosecrance (1990), autor mencionado na breve discussão sobre o declínio da hegemonia norte-americana. Em nova publicação, mesmo sinalizando os problemas econômicos dos Estados Unidos, com ênfase na ausência de poupança e investimento, Rosecrance se manteve coerente com sua argumentação inicial. Não mudou seu raciocínio quanto à conformação de um mundo futuro de característica multipolar. Todavia, ao discutir a ascensão e a queda das grandes potências mundiais do passado, o autor concluiu que os Estados Unidos, ao contrário das demais potências analisadas, poderia se recuperar.

Em 1993, já findada a Guerra Fria, Paul Kennedy, em nova publicação de cunho *declinista*, observava que as capacidades militares norte-americanas, ainda que reduzidas por imperativo orçamentário, continuariam possivelmente inigualáveis. Entretanto, advertiu o historiador:

Embora esse poderio militar reforce a posição dos Estados Unidos nas questões mundiais, ele não constitui necessariamente uma bênção para o país como um todo. Os custos com a defesa provocaram certo dano econômico, e a capacidade do país para enfrentar ameaças não militares é pequena. (KENNEDY, 1993, p. 297).

Christopher Layne, também em 1993, publicava seu estudo baseado na análise da decadência de duas potências dominantes anteriores aos Estados Unidos: a França do final do século XVII e o Reino Unido do século XIX. O autor concluiu que potências rivais valeram-se de mudanças econômicas importantes, investindo em inovações administrativas e militares para acelerar sua ascensão. Além disso, lançaram mão de alianças para confrontar o *hegemon*. Seguindo esse raciocínio, Layne advertiu que situação idêntica poderia ocorrer com os Estados Unidos e arriscou predizer que a unipolaridade daria lugar à multipolaridade, entre 2000 e 2010.

Ainda no ano de 1993, sobre a importância/desimportância da primazia norte-americana e considerando o espectro da ascensão econômica japonesa, Robert Jervis (1993) argumentou que a remota probabilidade de nova guerra entre grandes potências tornava menos essenciais as questões em torno da segurança e, por consequência, a supremacia militar. Jervis também questionou a necessidade da

primazia como prerrogativa para que os Estados Unidos promovessem seus objetivos, para além das questões de segurança. Sobre esse tema, Samuel Huntington (1993b), na mesma publicação, afirmava que, diante de um mundo no qual “o homem é o lobo do homem”, a primazia dos Estados Unidos era positiva tanto para o próprio país quanto para a maioria dos países mais *fracos*.

Giovanni Arrighi, em obra publicada originalmente em 1994, analisou o sistema capitalista sob a forma de sucessivos ciclos de acumulação. Iniciados no século XV, o autor identificou quatro ciclos de acumulação, sendo o quarto o ciclo norte-americano, inaugurado em finais do século XIX, por ocasião da crise que levou à depressão, entre as décadas de 1870 e 1890. Arrighi inferiu que, a cada ciclo, um centro hegemônico de acumulação se formava, organizando as relações econômicas e políticas de forma que atendessem às suas necessidades, em escala mundial. A década de 1970, fortemente marcada por crises, sinalizaria o esgotamento do ciclo de dominação dos Estados Unidos (ARRIGHI, 1996 [1994], p. 220).

De acordo com Zbigniew Brzezinski, no longo prazo as políticas globais seriam incompatíveis com capacidades hegemônicas concentradas em um único Estado. Sob essa lógica, o autor afirmou que os Estados Unidos constituíam a primeira, a única e provavelmente a última verdadeira superpotência global. Caso a liderança do país apresentasse sinais de enfraquecimento, improvável seria a possibilidade de algum outro Estado replicar a predominância norte-americana. Segundo Brzezinski, a questão que se impunha, era: "O que a América deixa para o mundo como legado duradouro de sua primazia?" (BRZEZINSKI, 1997, p. 210).<sup>1</sup> Para responder, o autor considerou a duração da primazia dos Estados Unidos, e o quão energeticamente o país teria moldado um panorama favorável de parcerias-chave.

Em sua análise acerca da unipolaridade norte-americana, no contexto do pós-Guerra Fria, William C. Wohlforth (1999) avaliou que os Estados Unidos contavam com a liderança em quatro frentes críticas para o poder material, a saber: as lideranças econômica, militar, tecnológica e geográfica. Segundo Wohlforth, a combinação desses fatores significava não apenas a força da preponderância norte-americana, como também a impossibilidade de outros poderes, no curto prazo, se

---

<sup>1</sup> “What will America bequeath to the world as the enduring legacy of its primacy?” (BRZEZINSKI, 1997, p. 210).

aproximarem, independentemente do esforço nesse sentido. Tal condição daria aos Estados Unidos mais algumas décadas de primazia.

Em 1999, Giovanni Arrighi e Beverly Silver detalharam a crise hegemônica protagonizada pelos Estados Unidos, cujas características seriam, de forma sumariada: (i) o endividamento norte-americano a partir do fim da Guerra Fria, e (ii) a crescente dificuldade de regulação estatal em consequência da dinâmica econômica transnacional. Nas palavras desses autores, para quem a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos perpassou sua capacidade para solucionar os problemas do mundo entre guerras:

O centro hegemônico em declínio, portanto, fica na situação anômala de não enfrentar nenhum desafio militar digno de crédito, mas de não dispor dos meios financeiros necessários para resolver problemas de nível sistêmicos que exigem soluções de nível sistêmico. (ARRIGHI & SILVER, 2001 [1999], p. 287).

Os atentados terroristas ocorridos em 11 de Setembro de 2001 contra os Estados Unidos e a conseqüente guerra ao terror anunciada pelo então presidente George W. Bush parecem ter incendiado o debate. Cumpre lembrar que, dentro desse contexto de guerra ao terror, no mesmo ano dos atentados os Estados Unidos invadiram o Afeganistão e, em 2003, partiram em ofensiva contra o Iraque.

Dentro da lógica que podemos chamar de pós-11 de Setembro, passamos à contribuição de Emmanuel Todd. Reconhecido por prever, em 1976, o colapso da União Soviética, Todd anunciava, em 2002, a ruptura da ordem norte-americana. De acordo com o autor, o país estaria perdendo o seu domínio econômico, militar e ideológico, em termos globais.

Em seu estudo, Todd afirmou que a fragilidade militar norte-americana estaria estruturalmente ancorada na história de uma nação que jamais enfrentou um adversário à sua altura (TODD, 2002, p. 97). A título de ilustração, Todd indicou os conflitos na Coreia (1950-1953) e no Vietnã (1955-1975), além da Guerra do Golfo (1990-1991). Essas teriam sido guerras que não representaram verdadeiros riscos militares e permitiram a presença dos Estados Unidos no mundo. Para o autor, caso a Europa, a Rússia e o Japão se unissem, Washington teria problemas. No início de sua obra, Todd afirmou: “Os Estados Unidos estão se tornando um problema para o mundo” (TODD, 2002, p. 9).<sup>2</sup> O autor verificou que aquele país era a única ameaça a

---

<sup>2</sup> “*Les États-Unis sont en train de devenir pour le monde un problème.*” (TODD, 2002, p. 9).

pairar sobre a estabilidade global, pois se antes era um reconhecido protetor daquela estabilidade, naquele momento passava a predador.

Na visão de Immanuel Wallerstein, o declínio da hegemonia norte-americana poderia ser discutido a partir de algumas experiências históricas específicas: a Guerra do Vietnã; o enigmático ano de 1968, em seu sentido antissistêmico; o ano de 1989, entendido como um marco para o fim da justificativa ideológica responsável pela legitimidade da hegemonia dos Estados Unidos; e o 11 de Setembro, a julgar pelo histórico (Coreia, Vietnã e Guerra do Golfo) pouco glorioso. Segundo o autor em tela, os Estados Unidos seriam:

[...] a única superpotência de fato, mas sem poder real; líderes mundiais que ninguém realmente segue e que poucos (mesmo seus amigos mais íntimos) realmente respeitam, uma nação perigosamente à deriva em meio a um caos global que ninguém, em parte alguma, está realmente em posição de controlar. (WALLERSTEIN, 2002, p. 19).

Em obra publicada originalmente em 2002, Joseph Nye Jr. reconheceu que historicamente as coligações de países cumpriram papel relevante no sentido de contrabalançar o poder dominante, e completou: “[...] a análise de novos estados competidores está bem lançada” (NYE, 2005 [2002], p. 13). O autor registrou o fato de que o poder dos Estados Unidos não seria eterno. Considerando a vulnerabilidade do país, exposta pelos ataques terroristas ocorridos em 11 de Setembro de 2001, Nye alertou para o risco de precipitação do desgaste da supremacia norte-americana caso o país optasse por uma política externa arrogante e indiferente (NYE, 2005 [2002], p. 17).

À superioridade militar dos Estados Unidos, John Gray acrescentou, em estudo publicado primeiramente em 2003, a dianteira técnica. Contudo, o autor advertiu que a *pax* americana deveria ser entendida para além da supremacia tecnomilitar. Gray definiu essa *pax* a partir (i) da capacidade econômica para sustentar o papel imperial inerente ao protagonismo em questão; (ii) da vontade de manter essa *pax*; e (iii) da aceitação mundial dessa *pax*. O filósofo questionou a possibilidade de se cumprirem tais condições (GRAY, 2004 [2003], p. 104-105). Sobre a rejeição ao modelo norte-americano, Gray asseverou que:

Na mistura volátil de cálculo geopolítico com entusiasmo messiânico que hoje em dia configura a política externa dos Estados Unidos, não

é a *realpolitik* americana que o mundo mais rejeita. É o universalismo americano. (GRAY, 2004 [2003], p. 120).<sup>3</sup>

Paulo Fagundes Vizentini buscou mostrar que, nos marcos da globalização, a construção de uma nova hegemonia por parte dos Estados Unidos estaria se revelando um processo cheio de contradições entre os fins e os meios, entre os objetivos de longo e de curto prazos. Segundo Vizentini, a chegada de George W. Bush à Casa Branca, em 2001, e a força de sua equipe capitaneada por neoconservadores buscariam reafirmar a liderança norte-americana, mas capitularam diante das grandes transformações internacionais. Nas palavras do autor:

Apoiada [sic] na agenda da guerra contra o terrorismo, os EUA se envolvem em contradições ainda maiores e guerras no fim do mundo, sem resultados convincentes. Tudo para evitar o surgimento de um mundo multipolar que se esboça gradativamente, o qual deixaria a América numa posição mais modesta. (VIZENTINI, 2005, p. 178).

Com base na Estratégia de Segurança Nacional do governo de George W. Bush, anunciada em 2002, e em especial no recurso à guerra preventiva (com ou sem anuência internacional), Robert Pape (2005) evidenciou uma das posturas mais unilaterais já adotadas pelos Estados Unidos. A Doutrina Bush teria levado a uma transformação na forma pela qual as principais potências percebiam os Estados Unidos, e como deveriam reagir ao uso futuro do poder norte-americano, buscando medidas com as quais pudessem gerar equilíbrio sem desafiar militarmente o país.

Sob a ótica de Francis Fukuyama, a proposta neoconservadora para a agenda de política externa dos Estados Unidos, antes mesmo da eleição de George W. Bush, ocorrida em 2000, envolvia conceitos como mudança de regime, hegemonia benevolente, unipolaridade, preempção, e excepcionalismo americano. E teriam sido esses os conceitos que marcariam fortemente a administração Bush (FUKUYAMA, 2006, p. 3). Ao romper seu diálogo com o neoconservadorismo, Fukuyama demonstrou que a proposta de transformar o papel da liderança norte-americana, no pós-Guerra Fria, em uma hegemonia benevolente em relação ao

---

<sup>3</sup> Sobre a noção de universalismo e sua origem, segue a citação de Immanuel Wallerstein: “O universalismo europeu é uma retórica dos poderosos no mundo, não um genuíno universalismo. [...] Foi lá [no século XVI] que se estabeleceram as linhas de visão entre os dois pontos de vista. Desde então, nada houve de novo sobre a questão. Os argumentos de 2007 ainda refletem exatamente essas duas visões de mundo. [...] essa retórica de poder foi usada ao longo dos séculos.” (WALLERSTEIN, 2007).

restante do mundo continha uma série de falhas estruturais e contradições que tornariam a proposta insustentável em longo prazo para efeito de política externa. E conclui o autor: “O grande problema reside no fato de que, no fundo, os Americanos não são uma sociedade imperial” (FUKUYAMA, 2006, p. 113).<sup>4</sup>

Christopher Layne (2006) partiu da premissa de que a hegemonia dos Estados Unidos era considerada excepcional pelos grandes estrategistas do país e, por esse motivo, estes não se preocupavam com o engajamento contra- hegemônico por parte de outros Estados. No entanto, o autor advertiu que essa excepcionalidade era frágil, pois desde o final da Guerra Fria não teria surgido quem se engajasse na restauração do equilíbrio na balança do poder em contraposição à primazia norte-americana, ou seja, à unipolaridade. O problema, para Layne, seria o fato de que os defensores dessa primazia dos Estados Unidos se focalizavam apenas no fracasso da emergência de novas grandes potências e na falta de poder militar tradicional para contrabalançar o poder norte-americano. Sob esse prisma teriam ficado de lado outras formas de alterar a balança do poder, o que poderia desafiar o panorama unipolar. “Como a unipolaridade é o fundamento da hegemonia dos Estados Unidos, se esta chega ao fim, também chega ao fim a primazia dos Estados Unidos.” (LAYNE, 2006, p. 37).<sup>5</sup>

Em entrevista, Giovanni Arrighi abordou uma das teses de sua obra, publicada em 2007, a saber: “[...] o fracasso do neoconservador Projeto para o Novo Século Americano no Iraque marca o fim da hegemonia americana” (ARRIGHI, 2007). O autor defendeu a ideia de que o domínio econômico, militar e político dos Estados Unidos configuraria uma dominação sem hegemonia. Vale ressaltar que para além da dominação pura, Arrighi também considerava a hegemonia como a habilidade de fazer crer que se age no interesse geral.

Sob a lógica de Arrighi, o fato de não existir um novo Estado hegemônico não significava que os Estados Unidos ainda cumprissem esse papel. Arrighi lembrou ser o país financeiramente dependente do Leste da Ásia e ressaltou que essa dependência estaria se alastrando pelos países do Sul em geral. O autor acrescentou a esse cenário a corrosão na credibilidade militar desde a Guerra do

---

<sup>4</sup> “A deeper problem lies in the fact that Americans are not, at heart, an imperial people.” (FUKUYAMA, 2006, p. 113).

<sup>5</sup> “Because unipolarity is the foundation of U.S. hegemony, if it ends, so too will U.S. primacy.” (LAYNE, 2006, p. 37).

Vietnã. Esclareceu, contudo, que não caberia confundir a fraqueza de um Estado com a força de outro:

A China está emergindo como a verdadeira vencedora da guerra ao terror. Entretanto, isso não significa que a China esteja para se tornar hegemônica, ou que a próxima situação vá implicar a hegemonia de um país em particular. O que podemos observar é uma situação em que há uma igualdade maior entre as nações. Isso pode resultar em caos, mas ao mesmo tempo pode criar uma situação de maior equilíbrio de status e poder entre os países. Eu vejo não apenas a China, mas todo o Sul com boa chance de equalizar as relações de poder. (ARRIGHI, 2007).

Na análise de Eric Hobsbawm, as bases políticas e ideológicas da hegemonia norte-americana foram vítimas da própria política do país após os atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001. Hobsbawm evidenciou o isolamento dos Estados Unidos no cenário internacional e a impopularidade do país entre outros governos e sociedades. O autor sugeriu a possibilidade de uma crescente crise interna, que carregaria, em sua essência, profunda divisão política e cultural oriunda da guerra civil, bem como forte divisão geográfica entre o litoral globalizado e o interior, entre as grandes cidades e o restante do país (HOBSBAWM, 2007a, p. 51-52). Ainda com Hobsbawm:

É impossível prever a duração da atual superioridade americana. A única coisa da qual temos certeza absoluta é que se trata de um fenômeno historicamente temporário, como ocorreu com todos os impérios. (HOBSBAWM, 2007a, p. 162).

No ano de 2007, uma crise econômica interna passava a ser o centro das atenções nos Estados Unidos. Seu aprofundamento e os desdobramentos internacionais, a partir de 2008, criaram um panorama de extremo pessimismo para a economia internacional.

Em meio à crise, Fareed Zakaria inferiu que os Estados Unidos poderiam realmente estar perdendo terreno em relação a outros países, mas essa realidade se deveria menos ao seu próprio declínio absoluto do que à "ascensão do resto" (ZAKARIA, 2008, p. 11). O autor abordou o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, os quais os norte-americanos deveriam acolher, em vez de considerá-los uma ameaça. O verdadeiro desafio para os Estados Unidos, apontou Zakaria, seria colocar sua própria economia e política em ordem. Seria enfrentar os muitos problemas domésticos, de modo que seus pontos fortes, tanto no ensino

superior quanto na pesquisa e desenvolvimento, aliados à sua vitalidade e à sua diversidade demográfica, pudessem sustentar a liderança dos Estados Unidos na economia global ao longo das próximas décadas.

Através de outra lente, José Luís Fiori, em publicação de 2008, detectou que as crises e guerras que definiam aquele contexto não indicavam o fim do poder norte-americano. Ao contrário, tratava-se de uma transformação de longo prazo no sistema mundial, caracterizado pelo aumento da pressão competitiva e por nova corrida imperialista entre potências. Esta corrida contaria com a participação decisiva dos Estados Unidos, da China e da Rússia (FIORI, 2008, p. 8). Ao elaborar críticas voltadas a teóricos como Charles Kindleberger, Robert Keohane, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, o autor atestou:

[...] essas teorias chamam de “crise” qualquer “disfunção sistêmica”, e anunciam “crises terminais” e “rupturas históricas” a cada nova turbulência da vida política e econômica do sistema mundial. (FIORI, 2008, p. 21).

Fiori alegou ser sempre possível referir-se a declínio relativo em relação a um Estado que, após a vitória, por exemplo, em uma guerra, tenha acumulado extraordinário poder. A título de ilustração, o autor citou os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e após a Guerra Fria. Esses momentos seriam o ápice da acumulação de poder, seguidos da recuperação e reconstrução dos Estados e das demais economias afetadas, o que refletiria naturalmente como declínio da potência vitoriosa. “Mas este declínio relativo dos Estados Unidos não significa – necessariamente – um ‘colapso’ do seu poder econômico e da sua supremacia mundial.” (FIORI, 2008, p. 21).

Franklin Serrano desenvolveu estudo no qual desconectou as contestações políticas e econômicas aos excessos praticados pela dominação norte-americana de um possível colapso desta dominação. Serrano buscou mostrar que, a despeito da crise financeira em curso no período, o Estado e as classes proprietárias do país ainda somam capacidade decisiva de influenciar e, por vezes, controlar algumas frentes estratégicas, segundo o autor:

[...] a classe trabalhadora americana; a tecnologia de ponta mundial na área militar e civil; a moeda mundial; o preço internacional dos alimentos e o preço e o acesso às principais reservas de energia do qual o resto do mundo depende. (SERRANO, 2008, p. 165).

Em 2008, Robert Kagan alegou ter o mundo voltado ao seu estado de normalidade, rompendo com a utopia do fim dos conflitos ideológicos e estratégicos, característica do imediato pós-Guerra Fria. Dentro dessa lógica competitiva, os Estados Unidos ocupavam o lugar de única superpotência, mas grandes potências como a Rússia, a China, o Irã, a Índia, o Japão, a Europa e também os Estados Unidos estariam disputando as lideranças regionais. “As lutas por status e influência no mundo voltaram a ser as questões centrais da cena internacional.” (KAGAN, R., 2009 [2008], p. 7).

Kagan descreveu o equilíbrio mundial como precário e sinalizou, no limite, uma era de conflito. Diante desse quadro, o autor asseverou que a proeminência norte-americana não se enfraqueceria em curto prazo, até porque uma parcela importante do mundo não desejava, de fato, esse enfraquecimento (KAGAN, R., 2009 [2008], p. 89). Quanto ao fato de Rússia e China somarem esforços para contrabalançar o poder dos Estados Unidos, notadamente na esfera militar, Kagan alegou serem os dois países rivais tradicionais. “Os líderes russos às vezes temem que o amor dos chineses pelo mercado americano seja maior do que o ódio deles pela hegemonia dos EUA.” (KAGAN, R., 2009 [2008], p. 89-90).

Com foco na ação norte-americana no Iraque, iniciada em 2003 — parte do conjunto de ações denominado guerra ao terror — Francisco Carlos Teixeira da Silva verificou problemas com a administração Bush na gestão do conflito. O autor diagnosticou o fato de que a grande capacidade técnica, financeira e industrial, somada à edificação de um intimidador complexo militar, motivado pelo objetivo de explorar ainda mais a vitória sobre os soviéticos, não se mostrou satisfatória. Os possíveis inimigos já não se estruturavam de forma convencional ou, dito de outra forma, sob forma de um Estado-Nação, por exemplo. Nesse sentido, nas palavras de Teixeira da Silva:

[...] ficou evidente que os Estados Unidos não possuíam meios adequados a um tipo novo de guerra, conduzida fundamentalmente por estruturas de poder não-convencionais, tais como os chamados Estados-Rede, englobando aí as vastas organizações horizontalizadas do narcotráfico, do terrorismo internacional, do contrabando/pirataria e do crime organizado. (SILVA, 2009, p. 25).

Em 2009, Charles Krauthammer, para quem os Estados Unidos seriam uma nação indispensável, parafraseando a ex-secretária de Estado Madeleine Albright, constatou que previsões *declinistas* sobre a hegemonia norte-americana eram

cíclicas, sendo a ascensão da China e da Índia uma nova versão da visão corrente na década de 1980 sobre a ascensão do Japão. Assim como a ascensão da China seria fruto de uma projeção linear das tendências econômicas, o declínio dos Estados Unidos refletiria a projeção linear de um país desgastado pela guerra e sob o domínio de uma recessão (KRAUTHAMMER, 2013 [2009], p. 63-64).

Todavia, Krauthammer chamou a atenção para o fato de que a administração de Barack Obama teria por objetivo, tanto interna quanto externamente, tornar os Estados Unidos um país menos hegemônico, menos arrogante e menos dominador. “Em uma palavra, é uma política externa projetada para produzir o declínio americano – essencialmente para fazer da América uma nação entre muitas.” (KRAUTHAMMER, 2013 [2009], p. 78).<sup>6</sup> Além da crítica ao modelo multilateral do governo Obama, o autor analisou a política interna – a qual chamou de social democracia e seus mecanismos assistencialistas –, reconheceu seu valor, mas advertiu que esta política tinha seu preço: peso sobre o dólar, sobre a primazia no espaço, na defesa antimísseis, na segurança energética, nas capacidades militares e na futura projeção de poder (KRAUTHAMMER, 2013 [2009], p. 84).

Quanto a Barack Obama, vale ressaltar a citação, datada de maio de 2011, a qual partilhamos com Cristina Soreanu Pecequilo (2012):

Países como China, Índia e Brasil estão crescendo aos trancos e barrancos. [...]

Enquanto ocorre essa rápida mudança, tornou-se moda em alguns setores questionar se o crescimento destas nações vai acompanhar o declínio da influência americana e europeia no mundo. Talvez, o argumento seja que essas nações representam o futuro, e o tempo da nossa liderança já passou.

Esse argumento está errado. O tempo da nossa liderança é agora. Foram os Estados Unidos e o Reino Unido e os nossos aliados democráticos que moldaram o mundo no qual novas nações puderam emergir e indivíduos puderam prosperar. E mesmo que mais nações assumam as responsabilidades da liderança global, nossa aliança permanecerá indispensável para um século mais pacífico, mais próspero e mais justo. (OBAMA, 2011).<sup>7</sup>

<sup>6</sup> “In a word, it is a foreign policy designed to produce American decline - to make America essentially one nation among many.” (KRAUTHAMMER, 2009, p. 78).

<sup>7</sup> “Countries like China, India, and Brazil are growing by leaps and bounds. [...]

And yet, as this rapid change has taken place, it's become fashionable in some quarters to question whether the rise of these nations will accompany the decline of American and European influence around the world. Perhaps, the argument goes, these nations represent the future, and the time for our leadership has passed. That argument is wrong. The time for our leadership is now. It was the United States and the United Kingdom and our democratic allies that shaped a world in which new nations could emerge and individuals could thrive.

Por ocasião do 70º Debate Munk, evento político canadense ocorrido em 17 de Junho de 2011, reuniram-se Henry Kissinger, Fareed Zakaria, Niall Ferguson e David Li para discutir o tema China. Ferguson defendeu o argumento de que não se tratava apenas de abordar a ascensão da China, mas o declínio do Ocidente. Um declínio que encontrava reflexos no excesso de empréstimos e de apostas subsidiadas; na crise fiscal que levaria os Estados Unidos a gastarem mais com juros de dívidas do que com defesa; na falta de responsabilidade com o teto da dívida federal norte-americana; e na crise moral, a exemplo do escândalo de cunho sexual protagonizado pelo ex-congressista Anthony Weiner.<sup>8</sup> Ainda com Ferguson: “O século XXI será da China pelo declínio de uma América obesa, dependente de dinheiro emprestado e por demais sexualizada, sem falar da deficiência da Europa” (KISSINGER [et al.], 2012 [2011], p. 13).

John Ikenberry traduziu o momento norte-americano a partir de uma crise da ordem hegemônica liberal. Essa ordem, segundo o autor, teria sido constituída e liderada pelos Estados Unidos, mas seus fundamentos teriam se esgotado. Pressões no sentido de mudanças e de reorganização da ordem hegemônica estariam crescendo. Entretanto, em meio a essa transformação, Ikenberry assinalou ser importante determinar o que exatamente estaria e o que não estaria em crise. Em sua opinião, o momento sugeriria uma crise de autoridade, ou seja, um embate sobre a forma pela qual a ordem liberal deveria ser conduzida, e não uma crise que envolvesse os princípios fundamentais da ordem liberal internacional, definida como um sistema aberto e vagamente baseado em regras. “Dito de outra forma, o que está em discussão é a forma como os aspectos da ordem liberal – soberania, instituições, participação, papéis, e responsabilidades – devem ser alocados [...]” (IKENBERRY, 2011, p. 3 de 54 [cap. 8]).<sup>9</sup>

Em nota às considerações de sua terceira edição, publicada em 2011, Cristina Soreanu Pecequilo registrou o fato de que as escolhas de Barack Obama teriam evitado mais uma vez, embora de maneira temporária, que um novo ciclo de

---

*And even as more nations take on the responsibilities of global leadership, our alliance will remain indispensable to the goal of a century that is more peaceful, more prosperous and more just.”* (OBAMA, 2011).

<sup>8</sup> Detalhes sobre o escândalo envolvendo Anthony Weiner em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,congressista-renuncia-nos-eua-apos-escandalo-sexual,733308,0.htm>. Último acesso em: 03 mar. 2014.

<sup>9</sup> “*That is, what is in dispute is how aspects of liberal order – sovereign, institutions, participation, roles, and responsibilities – are to be allocated [...].*” (IKENBERRY, 2011, p. 3 de 54 [cap. 8]).

crise prevalecesse internamente, afastando hipóteses de declínio. No âmbito externo, a autora constatou, ainda que também de forma transitória, a ausência de adversários concretos, mas alertou para as mudanças no sistema, que tenderia à multipolaridade (PECEQUILO, 2011, p. 483).

A julgar pela amplitude da discussão sobre o declínio dos Estados Unidos, Joseph Nye Jr. buscou definir nuances e mudanças nas percepções sobre o poder. Nye advertiu para o risco de metáforas como a do declínio orgânico, uma vez que Estados não tinham expectativa de vida previsível, como os seres humanos (NYE, 2012 [2011], p. 13). O autor constatou um processo de arrefecimento da preponderância econômica e cultural dos Estados Unidos, mas negou ser esta uma abordagem *declinista*. Sob sua ótica:

É improvável que os Estados Unidos decaiam como a antiga Roma ou que sejam superados por outro Estado, incluindo a China. É pouco provável que a primeira metade do século XX seja um “mundo pós-americano”, mas os Estados Unidos vão necessitar de uma estratégia para enfrentar a “ascensão do resto” – tanto entre os Estados quanto entre os atores não estatais. (NYE, 2012 [2011], p. 293).

No esforço de concentrar as variáveis até aqui utilizadas para discutir o declínio dos Estados Unidos, teríamos, entre outras: esgotamento imperial; negligência perante a indústria transformadora; irresponsabilidade fiscal do Congresso; incapacidade de adoção de medidas para reduzir o déficit, aumentar a poupança e fornecer incentivos às indústrias estratégicas; irreversibilidade da multipolaridade; danos econômicos provocados por custos com defesa; limitada capacidade para enfrentar ameaças não militares; Guerra do Vietnã; movimentos de 1968; crises da década de 1970; fim da justificativa ideológica norte-americana em 1989; endividamento a partir do fim da Guerra Fria; crescente dificuldade de regulação estatal; corrosão do domínio econômico, militar e ideológico, em termos globais; o 11 de Setembro; a adoção de posturas unilaterais; a dependência financeira; o isolamento; a impopularidade; a crise interna; a “ascensão do resto”; a ausência de mecanismos adequados à guerra contra atores não convencionais.

Para a maior parte dessas variáveis verificou-se pelo menos uma contrapartida ou a introdução de novas variáveis que demonstravam, de alguma forma, o equívoco quanto ao declínio norte-americano. Palavras como preponderância, primazia, dominação, liderança e hegemonia ganharam sentidos

muito próximos, por vezes pouco claros. Dessa forma, o que foi esboçado até aqui buscou demonstrar o quanto seria infrutífero, para efeito desta pesquisa, propor uma definição ou alguma forma de síntese sobre o tema hegemonia norte-americana. Contudo, esse aspecto não nos privou de contribuir com a discussão a partir do que veio a se constituir como nosso problema de pesquisa, ou seja, a multiplicidade de variáveis presentes no debate sobre a hegemonia norte-americana, o que vem a tornar este debate altamente escorregadio e convidativo.

Para fazer parte do debate, o que se propôs foi introduzir uma forma de observação indireta dos efeitos dos argumentos em torno do declínio e do não declínio, ou seja, da ação e da reação que envolvem a discussão sobre a hegemonia norte-americana. A observação indireta se deu a partir dos relatórios quadrienais elaborados pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos – NIC, cujo objetivo seria, entre outros, atender aos interesses nacionais do país. Os relatórios analisados fazem parte de um projeto maior sobre tendências globais e promovem, sob a forma de síntese final, cenários futuros.

Em conformidade com o NIC, os cenários são visões alternativas plausíveis sobre a forma pela qual o futuro pode se desenvolver, e diferem da previsão por não tentarem prever o futuro com base em extrapolações lineares do passado. Nesse sentido, cenários não procuram projetar o futuro, mas explorar futuros alternativos. Para tanto, concentram-se na identificação de descontinuidades e na maneira pela qual estas poderiam desenvolver-se conjugadamente ao longo do tempo. Por assim dizer, ainda com o NIC, os cenários se apresentam como mecanismos de antecipação de desenvolvimentos futuros e de avaliação de estratégias para responder a estes eventos ou condições.

Na escolha dos relatórios do NIC, publicados em 1997, 2000 e 2004 (seguindo as eleições presidenciais do país), pesou o fato de que estes conferem um campo de observação contínuo, são motivados por percepções de realidades próprias, e buscam oferecer caminhos para os fazedores de política, municiando também o pensamento estratégico de outros países. Os três relatórios em tela receberam, dessa forma, tratamento de fonte.

Para viabilizar a observação indireta sobre o tema, com base nos relatórios do NIC, lançamos mão da contribuição de Albert O. Hirschman (1992), para a composição do nosso arcabouço teórico-metodológico.

De acordo com Hirschman, desde os episódios tratados pela história como Revolução Francesa, as ameaças à ordem vigente mobilizaram conservadores e reacionários de diferentes matizes, os quais respondem pela elaboração de forte arsenal discursivo para protegê-la.

Após recorrer a material extraído de discursos parlamentares redigidos no calor da hora, e a livros clássicos do pensamento antirrevolucionário e antirreformista, Hirschman identifica três teses reacionárias – perversidade, futilidade, ameaça – as quais, defende o autor, há mais de duzentos anos se repetem compulsivamente na retórica de conservadores e reacionários. De forma sumariada, as teses se destinam a provar que qualquer tentativa de mudar a sociedade é desastrosa, tola ou prejudicial.

Com base na riqueza do trabalho de investigação e nas reflexões conclusivas de Hirschman, parte desta pesquisa se sustentou no pressuposto teórico elaborado por este autor. Estabelecemos, como uma das hipóteses de trabalho, a reconfiguração do perfil de liderança no atual sistema internacional regido por uma ordem multipolar, bem como a possibilidade de observação indireta da reação norte-americana a essa reconfiguração a partir das teses reacionárias apresentadas por Albert O. Hirschman. Em busca de um caminho mais bem demarcado, foi incorporada à pesquisa uma segunda hipótese, agora sob a forma de questionamento, a saber: estaríamos diante da transferência, no pós-Guerra Fria, de um projeto de hegemonia militar norte-americana para um imperativo econômico? Por esse caminho, a ocorrência e recorrência das teses reacionárias classificadas por Hirschman não seriam utilizadas como um fim, mas como um meio, ampliando as possibilidades de contribuir para a discussão sobre o tema com algum grau de originalidade. Segue abaixo a citação que tanto auxiliou quanto legitimou a formulação das hipóteses em tela.

No caso da hegemonia, mantê-la requer concentrar-se cada vez mais em investimentos no setor militar, o que mina tanto a competitividade econômica quanto a legitimidade política e a liderança ideológica (WALLERSTEIN, 2002, p.15).

Assim, ei-nos de volta à mais velha evidência da história das potências hegemônicas. O poder dominante se concentra no militar; o candidato a sucessor, na economia. O último sempre vingou, e bem. (WALLERSTEIN, 2002, p. 28).

É com Immanuel Wallerstein que seguimos abordando nossa filiação teórico-metodológica, pois é deste autor a teoria dos sistemas-mundo, na qual se sustenta nossa lógica para o funcionamento do sistema internacional, palco da análise realizada. Dentro desse constructo encontram-se conceitos, como o de poder, hegemonia e legitimidade, entre outros não menos importantes, tomados de diversos autores, sem os quais esta pesquisa não teria prosseguido.

A escolha das fontes também se refere à teoria e à metodologia da pesquisa realizada. Além de definir nosso recorte temporal – fim da Guerra Fria a 2004 –, cabe ressaltar a característica seriada destas fontes. Como o NIC publica um relatório a cada quatro anos, e nosso estudo se debruçou sobre os três primeiros relatórios, publicados em 1997, 2000 e 2004, trata-se de uma documentação seriada. Quanto à história serial, de acordo com José D’Assunção Barros:

[...] refere-se a um tipo de fontes e a um modo específico de tratamento destas mesmas fontes. Trata-se, neste caso, de abordar fontes com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades, variações, mudanças tendenciais e discrepâncias reveladoras. (2012, p. 206).

Ainda sobre a história serial, Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli esclarecem que: “A história serial, na atualidade está longe de ser exclusivamente econômica, aplicando-se a tipos muito diversos de problemáticas e de documentos” (CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, p. 35). As fontes seriadas ou, dito de outra forma, o conjunto homogêneo de fontes habilita à pesquisa quantitativa, sem necessariamente excluir ou anular a possibilidade de abordagem qualitativa. “A seriação tem relação com a quantidade, mas o que importa não é sempre o número senão a repetição, a recorrência.” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 503).

Aqui se apresenta o terreno fértil para a comparação entre os relatórios do NIC. Uma vez organizadas em séries, ou seja, em unidades cronológicas comparáveis, fruto de trabalho de padronização, como orientam Cardoso e Brignoli, nossas fontes puderam ser submetidas à análise proposta (CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, p. 36).

No estudo sobre dado tema é possível elencar uma série de justificativas. Em se tratando da pesquisa em tela, acreditamos que a importância de um tema a ser trabalhado se amplia, por exemplo, quando este pode ser conectado aos interesses nacionais. Corrobora com nosso argumento a Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior – Capes, a qual contemplou nossa proposta por meio do edital Pró-Estratégia, selecionando e fomentando a presente pesquisa quando esta era ainda um projeto. Acreditamos serem de interesse do pensamento estratégico brasileiro abordagens, respaldadas pelo rigor da pesquisa histórica, sobre o comportamento dos atores no sistema internacional. Como ator partícipe desse sistema, ao Brasil cumpre ressaltar, entre tantos outros, os estudos sobre hegemonia e a discussão a que esse tema remete, especialmente se realizada por quem compartilha interesses próximos. Não menos relevantes, do ponto de vista acadêmico, são as lacunas existentes nos estudos sobre os Estados Unidos; lacunas muitas vezes alimentadas por posturas preconceituosas cujos fundamentos se encontram na própria academia.

Para levar o trabalho a bom termo, alguns objetivos foram traçados. No geral, o que se pretendeu foi contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre os Estados Unidos, particularmente no que se refere ao debate sobre hegemonia norte-americana. Figuram entre os demais objetivos: observar a influência do pensamento externo e interno a respeito da hegemonia norte-americana na elaboração dos relatórios do NIC; verificar a preponderância de alguma corrente de pensamento no teor e na abordagem dos relatórios do NIC; e relacionar a presença/ausência e recorrência das teses reacionárias identificadas por Albert O. Hirschman a uma tentativa de neutralizar alguma ameaça à hegemonia dos Estados Unidos e de manter o *status quo*.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, distribuídos a partir desta introdução, seguidos do desfecho e das referências. O primeiro capítulo concentra o corpo teórico e conceitual do trabalho. Definições de sociedade internacional, poder, legitimidade e hegemonia, entre outras, foram aos poucos construindo a fundamentação necessária para que o trabalho ganhasse sustentação. Os sistemas históricos de Immanuel Wallerstein também constituem peças importantes desse capítulo inicial, assim como a estrutura da sociedade internacional no pós-Guerra Fria. Essa etapa se encerra com uma abordagem detalhada das teses reacionárias apresentadas por Albert O. Hirschman, do Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos e dos relatórios analisados.

No segundo capítulo, para analisar o relatório inicial, publicado em 1997, foram apresentados os detalhes da publicação. Na sequência, o contexto entre o

final da Guerra Fria e o ano de 1997 foi trabalhado primeiramente com a utilização de autores externos aos Estados Unidos; em um segundo momento, o mesmo contexto foi apresentado a partir das produções norte-americanas. Em seguida, o relatório foi analisado.

O terceiro capítulo seguiu a lógica do capítulo anterior. Para analisar o segundo relatório, publicado em 2000, foi feita uma exposição de seus detalhes, e uma abordagem sobre o contexto entre 1998 e 2000, fundamentada tanto em olhares externos aos Estados Unidos quanto em olhares locais. O capítulo se encerra com a análise do segundo relatório de nossa série.

No quarto capítulo, o processo foi idêntico ao dos dois capítulos anteriores. O terceiro relatório, publicado em 2004, foi apresentado detalhadamente. Em continuidade, o contexto referente ao período de 2001 a 2004 se constituiu com base em contribuições não norte-americanas, seguido de sua versão norte-americana. O capítulo se encerra com a análise do terceiro e último relatório.

A conclusão aborda sinteticamente os temas tratados ao longo do estudo, e traz nossa análise e interpretação dos dados recolhidos.

## **1 O mundo do pós-Guerra Fria**

### **1.1 Sobre o funcionamento da sociedade internacional: uma abordagem teórica e conceitual**

Em sua teoria que envolve a formação do Estado, Norbert Elias se debruça sobre o nível das regularidades imanentes à dinâmica das relações. O autor detecta, nesse processo iniciado a partir da desintegração máxima do sistema feudal no Ocidente, a presença de lutas pela supremacia, as quais, já à época da publicação de sua principal obra, em 1939, envolviam "toda a terra habitada" (1993, p. 264).

Para o autor, essa relação competitiva deve ser entendida como algo muito mais abrangente do que os limites da esfera econômica; ou seja, deve ser analisada como um fato social geral e abrangente. Sua ocorrência pode ser constatada quando da disputa pelas mesmas oportunidades e, igualmente, quando a demanda se mostra superior às oportunidades disponíveis (ELIAS, 1993, p. 132).

Se considerarmos a sociedade internacional anárquica, como o fez Hedley Bull (2002, p. 72), é possível, ainda com Norbert Elias, identificar com maior nitidez a presença dessa relação competitiva, uma vez que não há, ao menos até o presente momento, consenso acerca de monopólio estabelecido, ou mesmo a probabilidade de estabelecimento de monopólio nesse modelo sistêmico.<sup>10</sup> Em outras palavras, uma sociedade internacional equilibrada com base na livre competição parece constituir um sistema em equilíbrio precário, cujas unidades pressionam no sentido da formação de um monopólio. Nesse processo, um enfrentamento bélico, por exemplo, entendido como uma forma de luta, seria considerado apenas uma das várias faces da contínua competição por oportunidades limitadas.

Nas palavras de Elias:

---

<sup>10</sup> Em conformidade com Hedley Bull: "Existe uma 'sociedade de estados' (ou 'sociedade internacional') quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns. [...] Nesta acepção, uma sociedade internacional pressupõe um sistema internacional, mas pode haver um sistema internacional que não seja uma sociedade." (2002, p. 19).

Ainda com Bull: "Um 'sistema de estados' (ou 'sistema internacional') se forma quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo." (2002, p. 15).

As oportunidades abertas a quem está empenhado na livre competição, isto é, na competição sem monopólio, constituem por sua vez um monopólio desorganizado, do qual está excluído todo aquele que é incapaz de competir por contar apenas com recursos escassos. (1993, p. 133).

Ainda nesse processo de competição pelas oportunidades livres de monopólio ou de organização centralizada, o sociólogo verifica, nas mais variadas ramificações, uma tendência à contenção e à extinção de um número cada vez maior de rivais; ao acúmulo de oportunidades nas mãos de um número cada vez menor de rivais; à dominação; e, por fim, ao monopólio (1993, p. 133).<sup>11</sup>

Dentro da lógica da livre competição, vale ressaltar que as unidades sociais (no caso os Estados) existentes na esfera não monopolizada (no caso, a sociedade internacional) compõem o tabuleiro onde esse jogo é jogado. Logo, Estados competem pelas oportunidades disponíveis em uma sociedade internacional ainda não monopolizada, sujeita à livre competição. E sobre a livre competição, declara o autor:

A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai. A vitória, por conseguinte, significa, em primeiro lugar – seja ou não essa a intenção –, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência. (ELIAS, 1993, p. 134).

Norbert Elias está consciente de que as singularidades tornam os processos históricos diferentes entre si. Contudo, o sociólogo está convencido, assim como nós, de que certas semelhanças tornam algumas análises bastante seguras. Dessa forma, os tensos mecanismos de monopólio, em parte consubstanciados na figura dos que controlam e dos que são controlados, podem perturbar o precário equilíbrio do sistema internacional, em virtude do grau de pressão exercido sobre este. Desproporções e disfunções oriundas das atividades de controle monopolista das oportunidades tendem a gerar formas de destruição deste controle. O que não se sabe é quais serão essas formas e quanto tempo essa tensão perdurará até que surja ou ressurja um poder com novos ou já conhecidos mecanismos de monopólio e seu consequente questionamento.

Assim como foram apontados sentido e lógica para o funcionamento do

---

<sup>11</sup> Por monopólio, Norbert Elias entende, para além do aspecto econômico, uma estrutura global de relações humanas capaz de restringir e controlar o acesso de outrem a possibilidades contestadas, utilizando, para tanto, a ameaça de violência (direta ou indireta) (1993, p. 133).

sistema internacional, importa definir o conceito de poder que nos serviu de referência. Dentro das reflexões de Hannah Arendt, identificamos o poder como a habilidade “não apenas para agir, mas para agir em concerto” (1994, p. 36). Para tanto, o poder não pode ser propriedade de um Estado, mas do grupo que dá forma à sociedade internacional. Assim, aquele que está no poder encontra-se investido, por parte dos demais integrantes daquele grupo, de alguma forma de legitimidade para atuar em seu nome.

De acordo com Arendt:

[...] o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. [...] ele é, como se diz, ‘um fim em si mesmo’. (Isto, com certeza, não implica negar que os governos sigam políticas e empreguem seu poder para alcançar objetivos prescritos. Mas a própria estrutura de poder precede e supera todas as metas [...])  
O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é de legitimidade. (1994, p. 40-41).

Sobre legitimidade, cabe breve reflexão, uma vez que esta noção, em boa parte, vem servindo historicamente a interesses políticos e continua a frequentar os mais variados discursos. Para efeito desta pesquisa, no limite, parte da essência da legitimidade se encontra no consenso. Note-se que o consenso não está isento do elemento persuasivo (por parte de quem busca legitimidade), ou mesmo de algum grau de interesse (por parte de quem legitima). Consideramos, ainda, o fato de que na ausência de divergência, a legitimidade reforça a norma; no caso contrário, a enfraquece. Thomas M. Franck robustece o peso da legitimidade no âmbito da sociedade internacional, ao evidenciar que a sujeição a algumas normas na relação entre os Estados pressupõe alguma forma de consenso (1990, p. 20-21). Para Franck, legitimidade é a propriedade de uma regra ou de uma instituição de regulamentação, cuja função é imprimir força no cumprimento de normativas fundamentadas na crença de que esta regra ou esta instituição de regulamentação existem e operam, em geral, em conformidade com os princípios de um processo legal.<sup>12</sup> De forma complementar, Adam Watson vincula legitimidade internacional à aceitação da autoridade, ao direito de ser obedecido; e difere da capacidade de

---

<sup>12</sup> Nas palavras de Thomas M. Franck: “*Legitimacy is a property of a rule or rule making institution which itself exerts a pull toward compliance on those addressed normatively because those addressed believe that the rule or institution has come into being and operates in accordance with generally accepted principles of right process*”. (1990, p. 24).

coagir (1990, p. 106).<sup>13</sup>

Não menos importante – aliás, vital para que o presente estudo siga a bom termo – é apresentar a noção de hegemonia extraída da contribuição de Antonio Gramsci, uma vez que é justamente esta definição de hegemonia que dá o suporte necessário ao nosso problema de pesquisa. Inicialmente, o reconhecido trabalho de Luciano Gruppi sobre o conceito de hegemonia em Gramsci já indica a ideia de que, além de política, a hegemonia “é também um fato cultural, moral, de concepção do mundo” (1978, p. 73). O autor igualmente registra que Gramsci se refere à hegemonia como capacidade dirigente e, por vezes, como capacidade dominadora.

O critério metodológico sobre o qual se deve basear a análise é o seguinte: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” e a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. (GRAMSCI, 2011, p. 290).

Dentro dessa concepção, o conceito de hegemonia se amplia para além da organização política e econômica da sociedade e alcança as orientações ideológicas consubstanciadas no modo de pensar, incluindo o modo de construir o conhecimento. De acordo com o pensador italiano:

[...] os intelectuais têm a função de representar as ideias que constituem o terreno no qual se exerce a hegemonia, história dos intelectuais, incluindo a dos grandes intelectuais, até o maior de todos, mesmo aquele que expressou o núcleo central de ideias que em um determinado período são dominantes. Porque a ‘hegemonia’ significa um determinado sistema de vida moral [concepção de vida, etc.] [...] (GRAMSCI, 1984, p. 339).<sup>14</sup>

Na consciência de que a noção de hegemonia elaborada por Gramsci pode ser por alguns considerada circunscrita às dinâmicas internas de certas sociedades, faz-se necessário registrar a transposição desta concepção para as dinâmicas inerentes às relações entre os Estados que configuram a sociedade internacional.

---

<sup>13</sup> Em conformidade com Adam Watson: “By legitimacy [...] I mean the acceptance of authority, the right of a rule or a ruler to be obeyed, as distinguished from the ability to coerce” (1990, p. 106).

Vale ressaltar que, diferente do poder, a autoridade se caracteriza pelo inquestionável reconhecimento por parte dos que são solicitados a obedecer, prescindindo de coerção e/ou persuasão (ARENDR, 1985, p. 37).

<sup>14</sup> “[...] puesto que los intelectuales tienen la función de representar las ideas que constituyen el terreno en el que se ejerce la hegemonía, historia de los intelectuales, e incluso de los grandes intelectuales, hasta el mayor de todos, hasta aquel intelectual que expresó el núcleo central de ideas que en un determinado periodo son dominantes. Porque ‘hegemonía’ significa un determinado sistema de vida moral [concepción de la vida, etcétera] [...]” (GRAMSCI, 1984, p. 339).

Para concretizar essa transposição e conferir robustez às nossas reflexões, contamos com a contribuição de Giovani Arrighi e Robert Cox, além do próprio Antonio Gramsci.

“As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Não pode haver nenhuma dúvida de que seguem.” (GRAMSCI, 1971, p. 176).<sup>15</sup> Dessa forma, seguindo a proposição de Gramsci, no mesmo sentido de que a supremacia de certa visão de mundo corporifica a hegemonia político-intelectual do grupo que responde por esta visão de mundo, sobre outro ou outros grupos – por analogia, a hegemonia de um país sobre outro ou outros países também pode ser caracterizada pelo exercício da supremacia político-intelectual de uma grande potência nas relações internacionais. Ainda com Gramsci, vale ressaltar que outras frentes, como as forças econômica e militar, além da extensão territorial, também podem dar sustentação ao exercício da hegemonia, o que deixa claro seu aspecto de subordinação. Contudo, para efeito da análise proposta, a potência hegemônica a que se dirige o foco é aquela que se materializa na condição de “chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão” (GRAMSCI, 1976, p. 191).

Para referendar a ideia de que o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci não se realiza apenas na regulação do conflito intraestatal, seguem as palavras de Robert Cox:

A hegemonia mundial é, portanto, em seus primórdios uma externalização da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, bem como a cultura e a tecnologia associadas a esta hegemonia nacional tornam-se padrões para emulação no exterior. (COX, 1993, p. 61).<sup>16</sup>

Na mesma órbita, para Giovanni Arrighi, cujo estudo publicado originalmente na Inglaterra, em 1994, teve por objetivo eleger os padrões recorrentes nos processos de construção e declínio das hegemonias surgidas entre os séculos XVI e XX, é mister considerar que:

[...] um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma

<sup>15</sup> “Do international relations precede or follow (logically) fundamental social relations? There can be no doubt that they follow.” (GRAMSCI, 1971, p. 176).

<sup>16</sup> “A world hegemony is thus in its beginnings an outward expansion of the internal (national) hegemony established by a dominant social class. The economic and social institutions, the culture, the technology associated with this national hegemony become patterns for emulation abroad.” (COX, 1993, p. 61).

expansão do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles. (ARRIGHI, 1996, p. 29-30).

Note-se que o sentido de consenso, centrado na busca por conciliação entre os atores, pode ser entendido como um *ethos* da hegemonia internacional não só para Antonio Gramsci, como para Robert Cox, Giovanni Arrighi, e mesmo para Robert Keohane. E, junto aos autores supramencionados, à exceção de Keohane, reforçamos que a busca por conciliação inclui mecanismos dotados de diferentes graus de persuasão, podendo chegar a atingir o nível do conflito aberto.

Em primeiro momento acreditamos que essa aproximação teórica e conceitual possibilita a leitura tanto da configuração que entendemos apresentar a atual sociedade internacional, quanto da dinâmica de seus atores, tendo por base o sistema histórico que Immanuel Wallerstein denominou sistema-mundo moderno ou economia-mundo capitalista, do qual nos ocuparemos adiante.

## **1.2 A configuração da atual sociedade internacional sob a ótica dos sistemas históricos**

Iniciada no início da década de 1970, a análise dos sistemas-mundo, elaborada por Immanuel Wallerstein, inaugura uma perspectiva acerca da realidade social. Como geralmente ocorre em qualquer outro modelo de análise, a lente dos sistemas-mundo se constrói a partir de modelos de análises anteriores. Por assim dizer, a perspectiva não é inteiramente nova.

Um sistema-mundo não é relativo ao mundo como um todo. Mas é um sistema que pode se localizar, e com muita frequência o faz, em uma área inferior à totalidade do planeta. A análise de sistemas-mundo entende que a unidade de realidade social na qual estamos inseridos, e cujas regras nos constroem, é em geral um sistema-mundo [...] (WALLERSTEIN, 2006, p. 126).<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> “Un sistema-mundo no es el sistema del mundo sino un sistema que es un mundo y que puede ser, y con mucha frecuencia, ha estado ubicado en un área menor a la totalidad del planeta. El análisis de sistema-mundo arguye que las unidades de realidad social dentro de las que operamos, y cuyas reglas nos constriñen, son, en su mayoría, tales sistemas-mundo [...]”.(WALLERSTEIN, 2006, p. 126).

Nossa escolha por esse modelo de análise se deveu à adequação trazida por suas perspectivas, apresentadas a seguir. Para Immanuel Wallerstein, o pós-Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças decisivas. O autor ilustra essa assertiva ao assinalar três acontecimentos que, a seu ver, não podem ser negligenciados, quais sejam: (i) os Estados Unidos se convertem de forma indiscutível em potência hegemônica, tornando seu sistema universitário o mais influente; (ii) Os países do então denominado Terceiro Mundo se tornam palco de conflitos políticos e de autoafirmação geopolítica; (iii) Uma combinação entre a economia-mundo em expansão e o forte incremento das tendências democratizantes leva à importante ampliação do sistema universitário mundial.

Assim, mudam as necessidades com relação aos estudos a serem desenvolvidos, uma vez que, em conformidade com o autor, o conjunto formado por tais mudanças jogou por terra as estruturas de conhecimento desenvolvidas e consolidadas desde meados do século XIX (2006, p. 23).

Entre 1945 e 1970, quatro frentes propiciaram a emergência da análise dos sistemas-mundo: (i) os diálogos em torno do conceito de centro/periferia desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e a elaboração da subsequente teoria da dependência; (ii) a utilidade do conceito marxista relativo ao modo de produção asiático, confrontada pelos acadêmicos comunistas; (iii) a discussão historiográfica europeia sobre a transição do feudalismo para o capitalismo; (iv) o debate acerca da história total a partir da abrangência cada vez maior das contribuições trazidas pelo grupo que se convencionou chamar de Escola dos Annales.

Sobre a abordagem da questão centro/periferia, importou a Wallerstein a tese de que o comércio internacional não consistia em intercâmbio entre pares. Por serem os países do centro mais poderosos, podiam negociar de forma que a mais valia dos países periféricos (menos poderosos) fosse direcionada para o centro.

As quatro frentes acima elencadas ganharam força entre 1950 e 1960. Embora não tenham dialogado entre si, juntas conformavam uma crítica central à estrutura vigente. Tal conjuntura intelectual foi seguida pelo choque cultural dos movimentos de 1968, reunindo destarte as peças dispersas.<sup>18</sup> Dentro desse

---

<sup>18</sup> O ano de 1968 foi marcado por movimentos cujo foco era, no limite, as questões políticas centrais, a saber: a hegemonia dos Estados Unidos e sua política internacional, com ênfase na Guerra do Vietnã; a relativa

contexto, surgem questionamentos acerca das epistemologias subjacentes às estruturas vigentes do saber.

No início da década de 1970, os sistemas-mundo ganham tratamento de perspectiva de análise possível. Sua base se assentava no esforço em dar coerência a um conjunto que somasse à unidade de análise, as preocupações com as temporalidades sociais e com as barreiras existentes entre as diferentes ciências sociais. Todavia, as análises dos sistemas-mundo significaram, antes de tudo, a substituição da unidade de análise sustentada e circunscrita ao Estado nacional. Aqui, a ideia foi referenciar sistemas que dão forma a um mundo, sem ocupar necessariamente a totalidade do planeta. Assim:

Os Estados nacionais, como objetos de estudo, são substituídos por ‘sistemas históricos’ sobre os quais se defendia a existência, até esse momento, de apenas três variantes: minissistemas, e ‘sistema-mundo’ de dois tipos (economias-mundo e impérios-mundo). (WALLERSTEIN, 2006, p. 32).<sup>19</sup>

De acordo com Wallerstein, os sistemas históricos são sistemas sociais simultaneamente *sistêmicos*, dotados de características constantes que podem ser descritas; e *históricos*, de evolução contínua sem características constantes. Essa realidade paradoxal pode dificultar a análise, mas se o foco for mantido no centro da contradição, os resultados podem surpreender (2006, p. 136-137).

Por sistema-mundo, complementando o conceito supramencionado, o autor entende uma zona espaço-temporal que atravessa múltiplas unidades políticas e culturais e é integrada por atividades e instituições regidas por certas regras sistêmicas (WALLERSTEIN, 2006, p. 32).<sup>20</sup> Vivemos, atualmente, em um sistema-mundo moderno, cujas origens se situam no século XVI europeu e americano. “O sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 136). Wallerstein sustenta a ideia de “que uma economia-mundo deve ser

---

passividade da União Soviética; e, entre outras questões, a ineficácia dos movimentos tradicionais da esquerda em oposição ao *status quo*.

Maiores detalhes sobre os eventos que marcaram o ano de 1968, ver: RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. **O século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações.** V. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 133-159.

<sup>19</sup> “En lugar de los estados nacionales como objetos de estudio, los sustituyeron por “sistemas históricos” que, se argüía, habían existido hasta ese momento en sólo tres variantes: minisistemas, y “sistema-mundo” de dos tipos (economías-mundo e imperios-mundo).” (WALLERSTEIN, 2006, p. 32).

<sup>20</sup> Nas palavras do autor: “[...] en ‘sistema-mundo’ estamos frente a una zona espaciotemporal que atraviesa múltiples unidades políticas e culturales, una que representa una zona integrada de actividad e instituciones que obedecen a ciertas reglas sistémicas.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 32).

necessariamente capitalista, e que o capitalismo só pode existir dentro do marco de uma economia-mundo. Portanto, o sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista.” (2006, p. 126).<sup>21</sup>

A primeira aplicação da perspectiva buscou compreender a contemporaneidade, ou seja, o então denominado sistema-mundo moderno ou economia-mundo capitalista. Baseou-se na combinação da noção de longa duração ou tempo estrutural, elaborada por Fernand Braudel, e da análise com base na concepção de centro/periferia da CEPAL. Cumpre mencionar que os estudos de Karl Polanyi também estão presentes na análise construída por Immanuel Wallerstein.<sup>22</sup> Pois, dentre os modelos de sistemas históricos ou sistemas-mundo elaborados pelo autor, os minissistemas se utilizavam da reciprocidade; os impérios-mundo, da redistribuição; e as economias-mundo, dos intercâmbios de mercado. Não menos importante, a influência de Raúl Prebisch também pode ser verificada no papel da divisão do trabalho. Para esse estudioso, os processos de produção central e periféricos respondem pelo intercâmbio desigual, favorecendo as áreas centrais.<sup>23</sup> Vale ressaltar que na análise dos sistemas-mundo de Wallerstein, centro e periferia são tratados de forma relacional, e não como um par de termos com sentidos essenciais isolados.

Por certo, a trilogia – o sistema-mundo antes do Estado como unidade de análise, o foco na longa duração, e a abordagem multidisciplinar – gerou reação. A crítica central era o fato de que premissas básicas dos positivistas, dos marxistas ortodoxos, dos que defendiam o papel central do Estado, e dos particularistas culturais não haviam sido aceitas.

De fato, a análise dos sistemas-mundo não invoca os dados quantificáveis, a economia, a centralidade do Estado nacional, ou a cultura como pontos de partida compulsórios. Do contrário, se esforça por abolir os muros que separam os modelos de análise políticos, dos econômicos ou dos socioculturais. E é justamente em razão

---

<sup>21</sup> “*El sistema-mundo moderno es una economía-mundo capitalista.*” (WALLERSTEIN, 2006, p. 136). Pois, Wallerstein sustenta “*que una economía-mundo debe ser necesariamente capitalista, y que el capitalismo sólo puede existir dentro del marco de una economía-mundo. Por ende, el sistema-mundo moderno es una economía-mundo capitalista.*” (2006, p. 126).

<sup>22</sup> Karl Polanyi trabalhou a distinção entre três formas de organização econômica, quais sejam: a recíproca, uma forma de intercâmbio simétrico entre economias distintas; a redistributiva, na qual os bens iriam da base da pirâmide social ao topo e retornariam, em parte, à base; e a de mercado, em que o intercâmbio seria monetarizado em determinado espaço público.

<sup>23</sup> Cf. PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

dessa característica que a análise dos sistemas-mundo costuma ser criticada – isto é, ser algumas vezes entendida como perspectiva que carece de um ator central em sua abordagem.

Em resposta, Wallerstein alerta:

[...] não temos que buscar a chave perdida sob o poste de luz apenas porque naquele local a luz é melhor (devido a uma maior quantidade de dados quantificáveis). Buscamos a informação mais apropriada em função do problema intelectual [...] (2006, p. 36).<sup>24</sup>

\*\*\*

Isto posto, vivemos em um sistema-mundo moderno, ou, como já mencionado, em uma economia-mundo capitalista, desde o século XVI. Por economia-mundo<sup>25</sup>, agora de forma detalhada, entende-se uma grande zona geográfica identificada por certa divisão do trabalho, somada a um intercâmbio significativo de bens básicos ou essenciais e de capital e trabalho.

O sistema mundial moderno, que é a economia mundial capitalista, vem existindo desde o século dezesseis. Ela foi criada originalmente em uma única parte do globo, primariamente grande parte da Europa e algumas partes do Hemisfério Ocidental. Eventualmente expandiu-se, por uma dinâmica interna, e gradualmente incorporou outras regiões do globo a sua estrutura. Só na última metade do século dezenove é que o sistema mundial moderno passou a ser geograficamente global; e os cantos mais recônditos e as regiões mais remotas do globo só foram efetivamente integrados na segunda metade do século vinte. (WALLERSTEIN, 2003, p. 18-19).

Os padrões culturais comuns recebem a chancela de geocultura.<sup>26</sup> E para não gerar conflito com a noção ainda não consensual de globalização, o autor adverte que, para além da interminável lógica da acumulação de capital, “não é esperado

<sup>24</sup> “[...] *uno no tiene que buscar la llave perdida debajo del farol sólo porque la luz es ahí mejor (en donde hay mayor datos cuantificables). Uno busca por la información más apropiada en función del problema intelectual [...]*” (WALLERSTEIN, 2006, p. 36).

<sup>25</sup> “*Uno es transformar la economía-mundo en un imperio-mundo. El segundo es obtener la hegemonía en el sistema-mundo.*” (WALLERSTEIN, 2006, p. 83).

Por economia-mundo, lócus do funcionamento da economia do mundo capitalista, Wallerstein compreende (i) uma única divisão do trabalho; (ii) múltiplas estruturas estatais, ainda que partes de um sistema interestatal; e (iii) múltiplas culturas ainda que inseridas em uma geocultura. Por império-mundo, o autor entende uma estrutura na qual existe apenas uma autoridade política para todo o sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2006, p. 84).

<sup>26</sup> Por geocultura o autor “se refere às normas e modos discursivos geralmente aceitos como legítimos dentro do sistema-mundo.”

No original: “*Se refiere a las normas y modos discursivos generalmente aceptados como legítimos dentro del sistema-mundo.*” (WALLERSTEIN, 2006, p. 128).

que encontremos homogeneidade política ou cultural em uma economia-mundo. O que unifica a estrutura com mais força é a divisão do trabalho em seu interior.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 40).<sup>27</sup>

É dentro do mercado, percebido como instituição parte da economia-mundo capitalista, que se dá a divisão do trabalho entre produtores centrais e periféricos. Por ser um conceito relacional, a noção de centro e periferia está ligada ao lucro do processo de produção, e ao mesmo tempo o lucro está diretamente ligado ao grau de monopolização exercido sobre certo produto. De forma simplificada, os processos produtivos centrais são formados por quase monopólios. Logo, a verdadeira competitividade vem a ocorrer entre os processos produtivos periféricos, especialmente quando da negociação entre Estados. A troca desigual se dá em virtude do fato de que nos quase monopólios os produtores estão mais fortes do que os produtores periféricos e seus produtos mais competitivos.

Importante característica da economia-mundo capitalista ou sistema-mundo moderno é a divisão entre processos produtivos centrais e periféricos quanto à distribuição geográfica. Os processos centrais estão agrupados em alguns poucos Estados, enquanto a maior parte da atividade produtiva periférica encontra-se propagada por vários Estados. Cumpre ressaltar que aquilo em dado momento inserido no grupo de processos produtivos centrais pode passar a fazer parte dos processos produtivos periféricos. Dentro dessa mesma lógica, um processo produtivo periférico também pode tornar-se central.<sup>28</sup>

Em síntese, Wallerstein observa que podemos fazer referências a Estados centrais e periféricos quando nos reportamos a uma relação entre processos produtivos. Ademais, alguns Estados, que o autor denominou semiperiféricos, oferecem características tanto centrais quanto periféricas, de forma equilibrada.

Dentro desse quadro, os países semiperiféricos ocupam espaço bastante desconfortável. Sob pressão de Estados centrais e, por sua vez, pressionando Estados periféricos, os semiperiféricos se esforçam para manter distância da periferia e ascender ao centro. Ambos os movimentos exigem considerável

---

<sup>27</sup> “[...] ni la homogeneidad política ni la cultural debe ser esperable o encontrada en una economía-mundo. Lo que unifica con más fuerza a la estructura es la división de trabajo constituida dentro de ésta.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 40).

<sup>28</sup> Nas palavras de Wallerstein: “Si alrededor del 1800 la producción de textiles era con toda probabilidad el proceso productivo central preminente, hacia el 2000 era claramente uno de los procesos productivos periféricos menos gananciosos.” (2006, p. 47).

ingerência estatal no mercado global. Para Wallerstein, tanto o Brasil quanto a Índia, entre outros, fazem parte deste grupo (2006, p. 47-48).

Ao recuarmos um pouco, constatamos que uma das tendências do sistema-mundo moderno, desde seus primórdios e ao menos até a década de 1970, consiste no lento e sustentável incremento do poder real do Estado, notadamente a partir da implementação da noção de soberania.<sup>29</sup> Ferramenta importante foi a crescente criação de burocracias. Como se sabe, alguns Estados são mais fortes que outros. Entretanto, o que significa ser um Estado internamente forte? Nas palavras de Wallerstein:

A força não está determinada pelo grau de arbitrariedade ou pelo abuso da autoridade central, ainda que seja um critério frequentemente utilizado por muitos observadores. O comportamento ditatorial das autoridades estatais é com frequência um sinal de debilidade e não de força. A força dos Estados é definida, de maneira mais útil, pela capacidade de implementar decisões legais. (2006, p. 77).<sup>30</sup>

Um dos vínculos entre os Estados fortes, rivais por definição, se sustenta no interesse pela manutenção do sistema interestatal. Contudo, essa relação se assenta em uma contradição, a saber: os atores são empurrados simultaneamente em direções opostas, ou seja, tanto no sentido de um sistema interestatal anárquico quanto no sentido de um sistema interestatal coordenado e coerente. O conseqüente lógico é uma série de estruturas que se encontram entre os dois mencionados modelos de sistema interestatal.

Nessa relação contraditória, importa observar a função desempenhada pelos Estados semiperiféricos. Na condição de poder intermediário, estes últimos depositam sua energia com vistas a manter seu *status*, mas alimentam a possibilidade de ascender nessa escala. Fazem uso consciente do poder estatal,

---

<sup>29</sup> Para efeito de nossa análise, seguimos com o próprio Immanuel Wallerstein para designar que soberania é um conceito, utilizado pela primeira vez e de forma generalizada no século XVI, o qual se refere ao direito de um Estado controlar todas as atividades dentro de suas fronteiras. Em outras palavras, a soberania é tanto a negação ao direito de sub-regiões desafiarem o Estado central, quanto a negação ao direito de qualquer outro Estado interferir nos assuntos internos de um Estado soberano (2006, p. 137). Vale ressaltar que a soberania pode ser entendida como uma afirmação. Em assim sendo, significa pouco ou quase nada se não for reconhecida pelos demais. O reconhecimento recíproco denota legitimidade à soberania, ganhando esta um aspecto de intercâmbio hipotético. Dois lados em conflito (real ou potencial), ao reconhecer essa legitimidade, adotam com frequência o reconhecimento mútuo como estratégia de menor custo.

<sup>30</sup> “*La fuerza no está determinada por el grado de arbitrariedad o abuso de la autoridad central, aunque es un criterio frecuente que muchos observadores utilizan. El comportamiento dictatorial de las autoridades estatales es con frecuencia un signo de debilidad y no de fuerza. La fuerza de los estados es definida de manera más útil como la capacidad de poder implementar decisiones legales.*” (WALLERSTEIN, 2006, p. 77).

interna e externamente, para ampliar seu papel de produtor e acumulador de capital, entre outros atributos. Como resultado, ou ascendem na hierarquia (considerando, também, a sustentação de seu lugar na escala), ou são empurrados para baixo.

Quando olhados por outro prisma, os poderes constituídos de um sistema social como o sistema-mundo moderno identificam a socialização a partir da aceitação das muitas hierarquias produzidas pelo próprio sistema; da internalização dos mitos; da retórica; e da teorização do sistema em si. Contudo, essa forma de socialização não se dá, em geral, de maneira plena. Parte dessa mesma sociedade também está socializada para a rebelião e para o desvio, sendo devidamente neutralizada pelo bom andamento do sistema. Não obstante, quando da ocorrência de crise estrutural, socializações antissistêmicas podem exercer papel profundamente desestabilizador.

Com base no exposto, de acordo com Wallerstein, associado ao sistema-mundo moderno encontra-se o universalismo. Este significa, em termos gerais, a prioridade de regras gerais aplicadas com isonomia a todas as pessoas, o que envolve repulsa a preferências particulares em basicamente todas as esferas. Assim, as únicas regras possíveis no marco do universalismo são as que permitem sua aplicação direta ao adequado funcionamento do sistema-mundo moderno. Vale ressaltar que o universalismo é uma norma positiva – no sentido de que a maioria das pessoas crê e vincula sua prática à virtude (2006, p. 60).

Quando o universalismo sai de sua situação de equilíbrio, ainda que em regiões específicas do sistema-mundo moderno, a disfunção é percebida, e de forma quase imediata surgem pressões políticas, internas, externas ou de ambas as partes, para que algum grau de critério universalista seja recuperado. Vale ressaltar que as normas do universalismo são bastante tranquilizadoras para os que se beneficiam do sistema. E por que as normas universalistas são importantes? Como codificam verdades *naturais*, justificam as ações de seus defensores. Em contrapartida, as normas antiuniversalistas podem gerar a polarização do sistema-mundo moderno. Sob essa lógica, para efeito de nossa análise, a noção de universalismo *versus* antiuniversalismo é tão fundamental para o sistema-mundo moderno, quanto a noção de divisão do trabalho no viés centro *versus* periferia.

\*\*\*

Dentro da lógica do sistema-mundo, Wallerstein identifica duas formas de um

Estado converter-se em Estado dominante, quais sejam: “Uma é transformar a economia-mundo em império-mundo. A segunda é obter a hegemonia no sistema-mundo.”<sup>31</sup> (2006, p. 83). Importa assinalar que, ainda sob a ótica do autor, a economia do mundo capitalista necessita dos Estados, do sistema interestatal e da aparição periódica de poderes hegemônicos, uma vez que a hegemonia vem a consolidar um modelo de estabilidade no qual florescem empresas capitalistas, notadamente as indústrias de ponta do tipo monopolistas. Afinal, a oportunidade de manobras dentro de um espaço de domínios transitórios costuma resultar em apoio a essas empresas por parte dos Estados (WALLERSTEIN, 2006, p. 83-85).

Vale ressaltar que ainda não houve quem transformasse o sistema-mundo moderno em império-mundo, apesar das tentativas de Carlos V (século XVI), Napoleão (século XIX), e Hitler (século XX). De outro lado, três potências alcançaram a hegemonia. No século XVII, os Países Baixos; no século XIX, o Reino Unido; e no século XX, os Estados Unidos (WALLERSTEIN, 2006, p. 83).

O que permite a Wallerstein chamar as potências supramencionadas de hegemônicas é o fato de que, por determinado período, estas foram capazes de (i) estabelecer as regras do jogo no sistema interestatal; (ii) dominar a economia-mundo em produção, comércio e finanças; (iii) atingir seus objetivos políticos com uso mínimo de força militar, apesar de dispor desta última em abundância; e (iv) formular a linguagem cultural com a qual se discutia o mundo (2006, p. 83-84). Note-se que esse detalhamento pretende identificar o exercício da hegemonia no sistema-mundo moderno – o que não conflita com o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci por nós apresentado, mas o complementa.

A partir do século XIX, o sistema-mundo moderno enfrenta a dicotomia incluídos / excluídos, fruto do processo que ficou conhecido como Revolução Francesa, iniciado em 1789. Isso posto, surge a noção de ideologia que, para Wallerstein, “é mais do que um conjunto de ideias ou teorias. É mais do que um compromisso moral ou uma cosmovisão. É uma estratégia coerente com a arena social mediante a qual é possível tirar conclusões políticas específicas” (2006, p. 86).<sup>32</sup> Antes desse período, a imobilidade dos poderes e a inexistência da figura do

---

<sup>31</sup> Para o conceito de economia-mundo ver nota 25.

<sup>32</sup> *“Una ideología es más que un conjunto de ideas o teorías. Es más que un compromiso moral o una cosmovisión. Es una estrategia coherente en la arena social mediante la cual uno puede sacar específicas conclusiones políticas.”* (WALLERSTEIN, 2006, p. 86).

cidadão como aquele que, em última instância, é detentor do poder de decisão tornam desnecessária a construção de ideologias que compreendem, no limite, poderes em disputa.

Ainda sob a lógica de Immanuel Wallerstein, a ideologia é inaugurada pelos conservadores.<sup>33</sup> Por aqueles que entendiam a Revolução Francesa e seus princípios como um desastre social. Tratava-se de uma reação ao que imaginavam representar uma tentativa perigosa de intervenção radical na estrutura básica da ordem social. Nas palavras do autor:

Os conservadores eram, pois, contrarrevolucionários. Eram 'reacionários' no sentido de que estavam reagindo contra as mudanças drásticas trazidas pela revolução e desejavam 'restaurar' o que havia começado a ser chamado de antigo regime. [...] A fé na hierarquia (como algo inevitável e desejável) é a marca do conservadorismo. (WALLERSTEIN, 2006, p. 87-88).<sup>34</sup>

Segundo a contribuição de Karl Mannheim, no que tange à esfera do político: “A interpretação ou atribuição de sentido conservadora surge como uma reação antagônica ao modo revolucionário de conceber o sentido das coisas” (1982, p. 126). Entretanto, esse aspecto depende de um conjunto de circunstâncias concretas. Assim, não há como saber antecipadamente qual forma tomará uma ação conservadora diante de dado momento histórico de mudanças.

Como resposta aos conservadores, observa Wallerstein, é elaborada, por parte dos que se reuniram contra o retorno do Antigo Regime, uma contraideologia que se convencionou chamar de liberalismo. Muitas são as características dos liberais, mas para efeito do que se pretende com essa breve abordagem basta que se registre o fato de que, para esse grupo, existiam dois tipos de hierarquia, quais sejam: a hierarquia herdada e a hierarquia natural. Esta última considerada aceitável e legítima.

---

<sup>33</sup> Uma breve reflexão sobre os conservadores implica a distinção entre estes e os tradicionalistas. Para tanto, em conformidade com Karl Mannheim, consideramos o tradicionalismo “uma atitude psicológica geral que se expressa em diferentes indivíduos como uma tendência a agarrarem-se ao passado e como um medo de inovações”. Todavia, diferentemente do conservadorismo, não se constitui em uma característica central cuja coerência implica uma tendência específica de dado processo social. Por assim dizer, o conservadorismo “é consciente e reflexivo desde o início, pois surge como um movimento consciente de oposição ao movimento ‘progressista’ sistemático e coerente, dotado de uma organização extremamente desenvolvida” (1982, p. 112).

<sup>34</sup> “*Los conservadores eran, pues, contrarrevolucionarios. Eran 'reaccionarios' en el sentido de que estaban reaccionando contra los cambios drásticos de la revolución y deseaban 'restaurar' lo que había comenzado a denominarse ancien régime. [...] La fe en la jerarquía (como hecho inevitable y deseable) es la marca del conservadurismo.*” (WALLERSTEIN, 2006, p. 87).

O grupo dos liberais defende a ideia de que as mudanças trazidas pelo processo revolucionário francês não deveriam ocorrer de forma lenta ou por demais rápida, mas naturalmente. Havia, como se sabe, desconfiança com relação às massas, consideradas carentes de educação e, conseqüentemente, irracionais. Tal argumentação traz à superfície o grupo apresentado como capaz de assumir a responsabilidade de decidir quais mudanças eram necessárias, o grupo de especialistas. Estes últimos estariam aptos a compreender realidades, haja vista o fato de terem estudado e, por esta razão, estarem, mais capacitados para formular reformas desejáveis. Segundo Wallerstein: “Como se pode verificar, o liberalismo era uma ideologia moderada no que diz respeito a mudanças sociais. [...] Na primeira metade do século XIX, o panorama ideológico era um conflito básico entre conservadores e liberais.” (2006, p. 89-90).<sup>35</sup>

O ano de 1848 experimentou levantes que teriam transformado a díade: conservadores e liberais em uma tríade: conservadores, liberais e radicais. A esse contexto deu-se o nome de Primavera dos Povos, inaugurando não apenas a concepção de movimento antissistêmico como a configuração do sistema-mundo moderno e as respectivas ideologias, as quais se sustentam até este início de século.<sup>36</sup>

Entre 1848 e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) delineou-se um programa liberal para os países centrais do sistema-mundo moderno. A proposta era definir-se tais países como Estados fundamentados no conceito de cidadania, em uma série de garantias contra a arbitrariedade do poder instituído, e em certa abertura na esfera do público (a exemplo da gradual extensão do voto e do acesso à educação). Todavia, assinala Wallerstein, curiosamente o programa liberal foi levado

---

<sup>35</sup> “Como puede verse, el liberalismo era una ideología moderada en lo que atinente a cambios sociales. [...] En la primera mitad del siglo XIX, la escena ideológica era un conflicto básico entre los conservadores y los liberales.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 89-90).

<sup>36</sup> Em 1848, as novas correntes políticas europeias, embebidas dos princípios que deram o tom do processo revolucionário francês, se mostraram decididas a enfrentar o regime monárquico. De forma sumariada, o contexto refletia as propostas liberais, fruto da experiência francesa, além das tendências nacionalistas e socialistas. Cumpre lembrar que a economia do continente enfrentava problemas, o que causou a reação tanto do operariado quanto do campesinato em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Acrescente-se o efeito da publicação do Manifesto Comunista, de Karl Marx, conclamando a mobilização dos trabalhadores. Os levantes, que ficaram conhecidos como Primavera dos Povos, ocorreram em várias cidades. Barricadas de trabalhadores foram registradas em cidades francesas, alemãs e austríacas, entre outras. Os movimentos daquele ano não transformaram a Europa no que se pretendia, mas denunciaram a emergência de nova articulação política.

Para melhor apreensão da temática, ver: HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Europa: 1789-1848. Ed. 17. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1962].

a cabo por outros.

Os liberais tenderam à retração, tímidos na consecução do próprio programa. Os conservadores, por sua vez, decidiram que o programa liberal era modesto e essencialmente sensato. Passaram a legislar-lo, a extensão do sufrágio por Disraeli, a legalização dos sindicatos por Napoleão III, a invenção do estado assistencialista de Bismarck. Os radicais vieram a aceitar essas reformas limitadas, e também a advogar por elas, enquanto construíam sua base organizativa para futuro acesso ao poder governamental. (WALLERSTEIN, 2006, p. 92-93).<sup>37</sup>

O resultado dos comportamentos das três vertentes de pensamento, ou seja, os liberais, os conservadores e os radicais, veio a converter o programa liberal na característica definidora da geocultura. As diferenças entre essas três frentes deixaram de ser fundamentais, tornando-se marginais, ou mesmo variações dos liberais. O que garantia a eficácia dessa geocultura contra grupos e movimentos antissistêmicos era seu aparato teórico.

Entre 1830 e 1970, as relações entre os grupos antissistêmicos, foram altamente tensas, com momentos ocasionais de simpatia e cooperação.<sup>38</sup> A grande dificuldade estava na convergência entre as forças dominantes de cada movimento daquela natureza. As demandas de cada frente não abriam espaço para as demandas de outras frentes. “Cada uma arguia que a solução exitosa de seus problemas criaria uma situação na qual as demais queixas poderiam ser resolvidas subsequente e conseqüentemente.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 99).<sup>39</sup>

\*\*\*

De acordo com Wallerstein, os sistemas históricos surgem e seguem sua trajetória no âmbito das limitações e em conformidade com estas, que constituem suas estruturas, seus ritmos cíclicos e suas tendências seculares.

Trata-se, ao fim e ao cabo, de compreender como funcionam os

---

<sup>37</sup> “Los liberales tendieron a retraerse, tímidos en la prosecución de su propio programa. Los conservadores, por su parte, decidieron que el programa liberal era modesto y esencialmente sensato. Comenzaron a legislarlo, la extensión del sufragio por Disraeli, la legalización de los sindicatos por Napoleón III, la invención del estado asistencialista de Bismarck. Y los radicales comenzaron a aceptar estas reformas limitadas, incluso a abogar por ellas, mientras construían su base organizativa para un acceso futuro al poder gubernamental.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 92-93).

<sup>38</sup> Sob risco de incorrer em grande simplificação, os grupos antissistêmicos poderiam ser traduzidos pelas vertentes trabalhista, étnica e de gênero.

<sup>39</sup> “Cada una argüía que la solución exitosa de sus problemas crearía una situación en la cual las demás quejas podrían ser resueltas subsequente y conseqüentemente.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 99).

sistemas de qualquer espécie. Os sistemas têm fronteiras, mesmo que estas sejam mutantes. Os sistemas têm regras, mesmo que estas evoluam. E os sistemas têm mecanismos internos para fazê-los voltar ao equilíbrio [...]. Isso não significa que os sistemas sejam estáticos, muito pelo contrário. (WALLERSTEIN, 2003, p. 22).

Há, nesse sentido, contradições internas inerentes a tais sistemas históricos, as quais levam a crises sistêmicas, ou seja, a problemas cuja solução não se encontra no marco daquele sistema específico, mas externo a ele ou às origens de suas dificuldades. Trata-se do inevitável distanciamento do equilíbrio necessário à sobrevivência do sistema em sua forma original, o que pode levar a pontos de bifurcação, ou seja, a outros sistemas.

Sob essa lógica, o autor identifica uma crise sistêmica em nosso atual sistema histórico, ou seja, no sistema-mundo moderno ou economia-mundo capitalista. Uma das características centrais dos períodos de transição de um sistema histórico a outro são as oscilações das estruturas e processos conhecidos como partes integrantes do sistema-mundo existente. A conseqüente instabilidade pode gerar ansiedade e considerável violência com vistas à preservação de privilégios adquiridos e da lógica hierárquica. Processo dessa natureza pode levar a conflitos sociais suscetíveis de ganhar contornos bastante desagradáveis (WALLERSTEIN, 2006, p.105-106).

Na tentativa de identificar a gênese da crise sistêmica do atual sistema-mundo moderno, Wallerstein aponta para o ano de 1968 e seus já citados movimentos que colocavam em xeque a supremacia liberal e a geocultura. Entretanto, o autor compreende que o impacto dos movimentos daquele ano não é suficiente para explicar a origem da crise.

Após 1945, a economia-mundo sofreu a maior expansão de suas estruturas produtoras na história do sistema-mundo moderno. Custos de remuneração, de insumos e impostos seguiram em notável curva ascendente. Dentro desse mesmo contexto, movimentos antissistêmicos, conforme anteriormente apresentados, avançaram no sentido da realização de objetivos de curto prazo, como ascender à instância do poder estatal. Partidos comunistas e socialdemocratas chegaram ao poder em vários países; partes da Ásia e da África experimentam lutas de libertação nacional; países da América Latina exibem sua face nacionalista. Em síntese, de acordo com Wallerstein: “Os anos posteriores a 1945 foram, pois, um período de

grande otimismo. O futuro econômico parecia brilhante, e os movimentos populares de toda índole pareciam lograr seus objetivos” (2006, p.114).<sup>40</sup>

Apesar do crescimento econômico do sistema-mundo moderno como um todo, a distância entre centro e periferia havia crescido de uma forma que não encontrava precedentes. Ademais, houve esvaziamento da mobilização popular, uma vez que grupos antissistêmicos lograram esferas do poder estatal, instituindo novas formas de privilégio. Assim, a combinação entre o descontentamento com o funcionamento do sistema-mundo moderno e a desilusão com a capacidade dos movimentos antissistêmicos de transformar o mundo levou aos acontecimentos de 1968, os quais em geral reproduziam, independentemente do contexto local, dois temas. Um desses temas era a rejeição ao poder hegemônico dos Estados Unidos, acrescida de crítica voltada à União Soviética, acusada de conivência com a ordem mundial estabelecida por seu antagonista. O segundo tema dizia respeito ao fato de que não houve cumprimento das promessas por parte dos movimentos antissistêmicos tradicionais que haviam ascendido ao poder. E sobre o não cumprimento das mudanças na estrutura vigente, Wallerstein registra o fato de que os movimentos de 1968: “[...] legitimaram e fortaleceram o sentimento de desilusão não apenas com os antigos movimentos antissistêmicos, como também com as estruturas estatais que esses movimentos haviam fortalecido.” (2006, p. 115).<sup>41</sup>

O sistema-mundo moderno sofria, assim, fratura no seu principal elemento oculto estabilizador: o otimismo dos oprimidos (2006, p. 116). Não havia mais garantias quanto ao domínio automático do centro liberal, cujo ritmo se mantinha desde os já mencionados movimentos de 1848. E dentre as várias oscilações experimentadas pelo sistema-mundo moderno desde então, chamam a atenção de Wallerstein os ataques perpetrados contra os Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. Este último episódio, para o autor, seria mais um indicativo do caos global, denotando um ponto de inflexão nos alinhamentos políticos (2006, p. 118).

---

<sup>40</sup> “Los años posteriores a 1945 fueron pues un periodo de gran optimismo. El futuro económico aparecía brillante, y los movimientos populares de toda índole parecían estar logrando sus objetivos.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 114).

<sup>41</sup> “[...] legitimaron y fortalecieron el sentimiento de desilusión no sólo con los antiguos movimientos antisistémicos sino también con las estructuras estatales que estos movimientos habían fortalecido.” (WALLERSTEIN, 2006, p. 115).

### 1.3 Os Estados Unidos e a sociedade internacional do pós-Guerra Fria

Samuel P. Huntington observa que a configuração do sistema internacional pode apresentar aspectos bastante diferenciados, em contextos históricos distintos. É com foco nessas distinções que Huntington primeiramente discorre sobre a noção de sistema unipolar, ou seja, um sistema internacional em que há uma única superpotência, nenhuma potência média relevante, e inúmeras pequenas potências. Para que haja um sistema unipolar, apenas a superpotência deve responder pelas principais questões internacionais, sem qualquer interferência de outros atores. O período sob o domínio do Império romano é utilizado para exemplificar esse modelo de sistema internacional.

Já o sistema bipolar, a exemplo do período denominado Guerra Fria, apresenta duas superpotências. Neste caso, a relação entre os dois atores preponderantes define a política internacional. Dentro desse sistema, cada superpotência domina uma coalizão de Estados e rivaliza entre si, com vistas a influenciar países não alinhados.

Por fim, o sistema multipolar apresenta expressivo número de potências importantes, com capacidades basicamente similares, as quais cooperam e competem entre si de diferentes maneiras. Para lidar com os principais temas internacionais, essa tipologia sistêmica depende de uma coalizão entre Estados. Um exemplo dessa configuração do sistema internacional seria a Europa Ocidental no período que se convencionou chamar de História Moderna.

Após a derrubada do Muro de Berlim (1989) e o conseqüente final da Guerra Fria surge, sob a ótica de Huntington, surge uma situação bastante inusitada, tendo em vista que a então inaugurada política internacional não se encaixa em nenhum dos três modelos acima descritos. O autor identifica a emergência de:

[...] um estranho modelo de características híbridas, um sistema *unimultipolar* constituído por uma superpotência e diversas potências altamente significativas. [...] Os Estados Unidos, obviamente, são o Estado com preeminência sobre os demais em todas as esferas de poder – econômica, militar, diplomática, ideológica, tecnológica e cultural – sendo capaz de promover seus interesses em praticamente todas as partes do mundo. (HUNTINGTON, 2008, p. 136).

Esse hibridismo está consubstanciado em um Estado, no caso os Estados Unidos, que se pretende absoluto na condição de superpotência em um sistema

multipolar, em relação ao qual o autor aponta o protagonismo da Rússia, na Eurásia; da China, da Índia, do Japão e do Irã, em diferentes regiões da Ásia; do condomínio franco-alemão, na Europa; do Brasil, na América Latina; da África do Sul e da Nigéria, na África (HUNTINGTON, 2008, p. 136-137). Nas palavras de Huntington: “Os Estados Unidos claramente prefeririam um sistema unipolar em que detivessem a hegemonia e frequentemente agem como se tal sistema realmente existisse.” (2008, p. 137). Aqui começam algumas de nossas inquietações, as quais nos conduzem à breve reflexão crítica acerca do comportamento desse ator no sistema internacional.

Iniciamos com a abordagem do fim da Segunda Guerra Mundial (1945), ou seja, com a constituição de um complexo sistema político transnacional e transgovernamental, cujo núcleo tem sido ocupado pelos Estados Unidos. Como não se trata de aprofundar esse período, conhecido como Guerra Fria, podemos resumir os mecanismos para manutenção de seu lugar no núcleo do sistema, através da aplicação de duas táticas: “a do engajar para conter e do dividir para conquistar (ambas para inimigos e aliados).” (PECEQUILO, 2012, p. 5). Exemplo da complexidade do período reside nas suas contradições. “A aproximação com a China, um país comunista na década de 1970, ao mesmo tempo em que apoiava ditadores de direita que barravam o comunismo na América Latina, é exemplar destas contradições.” (PECEQUILO, 2012, p. 5). Se pudéssemos simplificar, diríamos que o que estava em jogo, através da disputa entre as duas potências, era o controle do mundo.

Duas potências, identificadas pelo antagonismo, delineavam o embate ideológico da Guerra Fria. O peso de um destino manifesto e de uma identidade fundamentada na lógica do combate ao inimigo trouxe funcionalidade e consenso interno aos Estados Unidos. Todavia, assim que a bipolaridade característica da Guerra Fria chegou ao fim, passou a se impor a dificuldade em estabelecer novo(s) inimigo(s). Vale ressaltar que:

O “Outro” deve, necessariamente, tornar-se significante de ameaça, caos, instabilidade e negatividade, de forma a possibilitar a articulação do “eu” como significante para a segurança, ordem, estabilidade e positividade. (RESENDE, 2012, p. 209).

Some-se a essa dificuldade no estabelecimento de novo(s) inimigo(s) o fato de que, segundo Cristina Pecequilo, “desde 1989, os Estados Unidos atravessam

momentos pendulares em sua história encontrando-se divididos entre hipóteses de declínio e renovação” (2012, p. 1). No que diz respeito à forma de exercício do poder hegemônico, a autora identifica a polarização entre os que defendem a prática de um internacionalismo multilateral e os que aderem ao internacionalismo unilateral. A primeira corrente é, em geral, formada por democratas e republicanos moderados; na outra ponta encontram-se os neoconservadores, grupo ligado ao Partido Republicano.<sup>42</sup> Segundo Danny Cooper, os neoconservadores conferem aos Estados Unidos o papel de únicos responsáveis pela defesa dos direitos humanos e pela promoção da democracia liberal, sendo certa a necessidade de projeção e manutenção da supremacia militar (COOPER, 2011, p. 8). Apesar de, em 1989, já existirem propostas neoconservadoras voltadas para a liderança global e a organização social dos Estados Unidos, a visão apresentada por Cooper, no pós-Guerra Fria, ganhou forte visibilidade com a chegada de George W. Bush ao poder, em 2001 (PECEQUILO, 2012, p. 13).

De acordo com Williams da S. Gonçalves:

Dentre os diversos fatores que concorrem para a elaboração da política externa de um país, os mais importantes são, sem dúvida, os conceitos que os elaboradores formam acerca do sistema internacional e da capacidade do Estado de fazer valer seus interesses junto aos demais atores externos. Embora esses conceitos contenham elementos objetivos, que, portanto, independem da vontade dos formuladores de política externa, na verdade dependem muito mais da ideologia e da vontade das forças políticas que se propõem a levá-la à prática. (2005).

Nesse espaço de subjetividades, conforme assinalado por Gonçalves, chama atenção a publicação, em 2008, do Comitê de Relações Internacionais da Câmara dos Estados Unidos, com resultado de estudo que revela forte declínio da reputação norte-americana no que tange à sua política externa a partir de 2002.<sup>43</sup> Segundo o documento, o movimento é inédito e generalizado. “Note-se que a reputação pode ser tanto negativa quanto positiva, e, em ambos os casos, é retratada pelos outros

---

<sup>42</sup> Segundo Cristina Pecequilo: “[...] essa corrente neoconservadora possui suas origens nos anos 1960, fortalecendo-se a partir da década de 1980 com a chegada de Ronald Reagan ao poder: a valorização do componente militar, a definição da política externa como missão (ativismo democrático e intervencionista), a centralidade dos valores morais e religiosos, o excepcionalismo e a expansão do poder dos Estados Unidos são elementos dessa agenda” (2012, p. 13).

<sup>43</sup> DELAHUNT, Bill (coord.). *The decline in America's reputation: why? Committee on Foreign Affairs of the U.S. House of Representatives*. Washington: U.S. Government Printing Office, 2008. Disponível em: <http://democrats.foreignaffairs.house.gov/110/42566.pdf>. Último acesso em: 15 dez. 2013.

atores.” (MEDEIROS, 2011, p. 439). Para além da constatação do declínio, os resultados denunciam o surgimento de duas escolas de pensamento. A primeira escola de pensamento se utilizaria do arcabouço teórico desenvolvido por Samuel P. Huntington, publicado originalmente, em 1993, com o título “Choque de Civilizações?”, para o qual o fator gerador de conflitos pós-Guerra Fria seria cultural – ou seja, relativo ao choque entre os valores ocidentais e não ocidentais.<sup>44</sup> Assim essa escola de pensamento justifica a unilateralidade norte-americana e compreende o declínio da reputação dos Estados Unidos em razão do sentimento antiamericano. A segunda escola de pensamento apresentada no documento defende a ideia de que o problema não estaria centrado na questão cultural ou de valores, mas na questão política. A escola sustenta a tese de que a forma pela qual as políticas norte-americanas contradizem alguns de seus valores geraria percepção hipócrita da política externa do país. Criar uma variação entre comportamento e retórica, ao apoiar regimes não democráticos enquanto se promove a democracia, surge como ilustração no próprio documento. Essa escola rejeita a noção de antiamericanismo em favor de uma circunstancial incapacidade de agir de acordo com os próprios valores. A essa discussão cabe acrescentar a contribuição de Sabrina E. Medeiros, para quem:

A valorização de interesses individuais, de natureza competitiva, em detrimento dos interesses cooperativos pode ser determinante para a perda de reputação quanto ao esquema institucional no ambiente internacional, em que pese a fidelidade dos atores aos arranjos e regras comuns. (2011, p. 437).

Não cabe questionar as inegáveis capacidades norte-americanas – a exemplo das esferas militares, econômica e financeira – em relação a acesso a mercados externos; controle dos mares, de fontes externas de matérias-primas e de recursos energéticos; posse de recursos naturais; massa territorial; contingente populacional supremacia científica e tecnológica, entre outras.<sup>45</sup> Essas frentes podem mesmo refletir a preeminência dos Estados Unidos, conforme assinala José Luís Fiori, para

---

<sup>44</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations?* *Foreign Affairs*, verão de 1993. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/48950/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations>. Último acesso em: 15 dez. 2013.

<sup>45</sup> Em publicação de 2005, Gilberto Dupas registra: “O que salta aos olhos no grupo de grandes países centrais é o peso dos Estados Unidos, potência hegemônica que gera, sozinha, 30% do PIB mundial. Em seguida aparece o Japão [...]. Segue o núcleo básico da União Europeia, formado por Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Em conjunto, esses cinco países somam outros 32% do PIB mundial. [...] distribuindo-se os restantes 38% entre todas as 204 nações menores.” (2005, p. 22).

quem:

[...] embora a excessiva assimetria entre a economia americana e as demais observada nos anos 1990 tenha diminuído, os Estados Unidos ainda controlam a moeda mundial e o acesso às reservas de petróleo do qual o resto do mundo depende. (2008, p. 9).

Todavia, se desviarmos o foco do modelo clássico de mensuração das capacidades de um Estado a partir dos fatores supracitados com suas respectivas estatísticas, e considerarmos o poder no sentido proposto por nossa análise, ou seja, como habilidade “não apenas para agir, mas para agir em concerto”, em conformidade com Hannah Arendt (1994, p. 36), verificaremos que não se trata de percepção baseada apenas na existência de certo ator no corpo do sistema internacional, mas na realidade dessa individualidade entre os demais atores deste mesmo sistema.

Vale ressaltar que as assimetrias responsáveis por colocar os Estados Unidos na posição solar do sistema internacional não impediram ou intimidaram os responsáveis pelos atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001; não garantiram o êxito das operações norte-americanas no Iraque; não controlaram de forma eficaz, até o momento, os danos causados pela atuação de *hackers* até mesmo nos sistemas de segurança nacional; e não reverteram a crise de confiança na economia mundial, iniciada em 2007 – entre outros fracassos que poderíamos aqui elencar. Assim, seguindo a lógica de Gilberto Dupas: “Fica claro, pois, que concentração tão intensa de poder não significa – nem garante – necessariamente um exercício permanente de dominação.” (2005, p. 25).

Em última instância, seguem algumas reflexões que tornam ainda mais relevante a discussão sobre a temática. Eric Hobsbawm(2007b), em entrevista à *Folha de São Paulo*, identifica o fato de que, além da impossibilidade de exercer influência em nível planetário, o controle de um Estado mais fraco não é consequente lógico da supremacia militar, conforme bem demonstrou a intervenção no Iraque, iniciada em 2003. Ademais, nas palavras de Hobsbawm:

O império norte-americano não permanecerá, entre outras razões, por questões internas. A maior parte dos norte-americanos não quer saber de imperialismo e sim de sua economia interna, que tem demonstrado fragilidades. O capitalismo tem passado por uma crise desde o final dos anos 90. O governo norte-americano não tem lidado bem com isso. Logo os projetos de dominação mundial terão de dar lugar a preocupações econômicas. E os outros países, se não

podem conter os EUA, têm de acreditar que é possível tentar reeducá-los. (HOBBSAWM, 2007b).

Também em entrevista à *Folha de São Paulo* (02 de setembro de 2007), Giovanni Arrighi afirma que a hegemonia norte-americana chega ao fim diante do fracasso do projeto neoconservador para o século XXI. Sob a ótica do autor:

Os Estados Unidos ainda são dominantes, econômica, militar e politicamente. Mas é uma dominação sem hegemonia, no sentido de que hegemonia não é apenas dominação pura, mas também a capacidade de fazer os outros acreditarem que você age no interesse geral. (ARRIGHI, 2007).

Por fim, Immanuel Wallerstein, em entrevista ao jornal *O Globo* (18 de agosto de 2007), entende que: “Se os americanos foram ao Iraque com a expectativa de restabelecer sua hegemonia mundial, estavam totalmente errados. O poder político americano no mundo diminuiu enormemente” (WALLERSTEIN, 2007).

#### **1.4 Reagindo a mudanças através das lentes de Albert O. Hirschman**

Sergio Amaral organizou algumas reflexões a respeito do desafio imposto às políticas de Estado, especialmente à política externa, diante das transformações trazidas pelo processo denominado globalização. O autor constatou que a presença do Estado nacional na cena mundial não é mais conduzida apenas pelo soldado e pelo diplomata, sendo certo que: “o jogo de poder é outro, mais flexível e cambiante, compondo, como se convencionou chamar, geometrias novas e variáveis, que se fazem e desfazem a cada momento, em razão de cada tema” (AMARAL, 2008, p. 354).

Diante da dinâmica definida por Amaral, a percepção de que a hegemonia dos Estados Unidos declinou, ou vem declinando, já não causa estranhamento a muitos analistas. Sob a ótica de Immanuel Wallerstein, para além do impacto no orgulho e na autoimagem nacional, o declínio é formidável e, de mais a mais, repentino. Esse autor também verifica que o país está lidando muito mal com tal realidade, ao buscar *bodes expiatórios* e esbravejar de modo pouco inteligente. No mais, Amaral(2008) observa que uma das orientações vem sendo descobrir quem é, ou quem são os culpados, e decidir, sob forma de antídoto, quais deverão ser as próximas mudanças no comando (WALLERSTEIN, 2011). Tais mudanças,

entendidas como reação ao declínio, possivelmente serão realizadas para que nada mude no *status quo*. E é o sentido dessa reação que nos propomos a analisar.

Em obra publicada originalmente em 1991, nos Estados Unidos, o economista e cientista social Albert O. Hirschman analisa a retórica reacionária conservadora, ao mapear discursos elaborados entre os séculos XVIII e XX por autores de reconhecida relevância. Hirschman chama a atenção para o fato de que seu estudo não pretendeu abordar a natureza ou raízes históricas do pensamento conservador, mas sim, nas palavras do próprio autor:

[...] delinear os tipos formais de argumento ou de retórica, dando ênfase, pois, às posturas e manobras políticas mais importantes e provavelmente mais utilizadas por aqueles que têm como objetivo desalojar e derrubar as políticas e os movimentos de idéias “progressistas”. (HIRSCHMAN, 1992, p. 15).

Importa, contudo, breve apresentação sobre a ação conservadora. Pois, segundo Karl Mannheim, o conservador formula sistematicamente, em termos de reação, quando se sente compelido a desenvolver mecanismos para neutralizar o avanço progressista ou para tentar reverter o curso da história, no sentido de recuperá-la, caso a dinâmica dos acontecimentos o impeça de influenciar o presente imediato (1982, p. 118). De forma sumariada: “[...] primeiro se torna consciente e reflexivo quando outros modos de vida e de pensamento aparecem em cena, contra os quais ele é compelido a tomar posição na batalha ideológica”. (1982, p. 132) De outro lado, Hirschman adverte que argumentos reativos a mudanças não são exclusividade dos conservadores.

Podem ser invocados por qualquer grupo que se oponha ou tenha críticas a alguma nova política, proposta ou recentemente colocada em vigor. [...] Não obstante, eles são mais típicos dos ataques conservadores a políticas progressistas, propostas ou existentes, e seus protagonistas foram pensadores conservadores [...] (HIRSCHMAN, 1992, p. 16).

Quanto ao uso do termo reacionário na obra de Hirschman, seguimos com o próprio autor, para quem o sentido deve se restringir ao par ‘ação e reação’, isento do caráter de injúria e afronta, ou de marcha para trás – o que, entretanto, não invalida sua possível origem conservadora ou antiprogressista.

As três teses relacionadas por Albert Hirschman, denominadas “tese da perversidade”, “tese da futilidade” e “tese da ameaça”, funcionam como paradigma

para pensar reações a mudanças. Conforme mencionado, a reação é descrita como contrapartida da ação progressista e/ou reformadora.

A análise ganha corpo quando Hirschman lança mão de três momentos do pensamento reacionário, quais sejam: o momento das ideias liberais contidas no seio da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão no século XVIII; o momento referente ao processo de democratização e ao debate sobre o sufrágio universal do século XIX; e o momento da concretização do estado de bem-estar social do século XX. Diante de argumentos extraídos de cada período supramencionado, o autor demonstra a pertinência de suas três teses, que seguem descritas.

Primeiramente, a **tese da perversidade** deve ser entendida como um conjunto de argumentos reacionários que interpretam quaisquer ações voltadas para melhorar aspectos da ordem social, política ou econômica como ações que produzirão, por meio de uma cadeia de consequências não intencionais, o exato oposto do objetivo desejado. “Além disso, deve-se mostrar que a ‘piora’ ocorre exatamente na mesma dimensão em que se supõe que haja melhora.” (HIRSCHMAN, 1992, p. 30).

No século XVIII, mais precisamente na esteira da Revolução Francesa, consubstanciando o primeiro momento do pensamento reacionário selecionado para a análise de Hirschman, a tese da perversidade pode ser verificada, por exemplo, no discurso de Edmund Burke, segundo o qual os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa transformaram-se na ditadura do Comitê de Salvação Pública.<sup>46</sup>

Quanto à ampliação do direito de voto ao longo do século XIX, segundo momento reacionário escolhido por Hirschman, este último chama a atenção para o discurso de Gustave Le Bon, que preconizava a irracionalidade da multidão e a facilidade com que esta se permite manejar. Assim, o resultado seria, invariavelmente, a eleição de governos de idiotas.<sup>47</sup>

Ao selecionar o estado de bem-estar, século XX, como a terceira fase reacionária de sua análise, Hirschman verifica a perspectiva do efeito perverso em

---

<sup>46</sup> O Comitê de Salvação Pública, estabelecido em 1793, era o órgão executivo responsável pelo controle das decisões governamentais.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2012.

<sup>47</sup> LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

autores como Milton Friedman, por exemplo.<sup>48</sup> Vozes críticas das políticas econômicas e sociais do *welfare state*, ao considerarem a inclinação do indivíduo para o ócio, alegaram o inevitável incentivo de tais políticas à preguiça e à depravação, “e portanto produz pobreza em vez de aliviá-la.” (HIRSCHMAN, 1992, p. 31). Cumpre mencionar que Hirschman não pretende negar o efeito perverso da ação social, mas chamar a atenção para a frequência com que tal modelo de argumento foi utilizado pelo argumentador, para quem o momento progressista era visto como algo a ser neutralizado.<sup>49</sup>

A segunda tese é a **tese da futilidade**, ou seja, a tese cujo conjunto de argumentos reacionários alega que tentativas de transformação não produzirão quaisquer efeitos. O jogo de soma zero seria resultado do desconhecimento de certa lei supostamente estabelecida pelas ciências sociais. Por assim dizer, movimentos que reivindicam mudanças serão, invariavelmente, incapazes de alterar o *status quo*, pois as estruturas profundas da sociedade permanecerão intactas (HIRSCHMAN, 1992, p. 43).

No que diz respeito ao primeiro momento da análise selecionado por Hirschman, ou seja, a Revolução Francesa e seus desdobramentos, a tese da futilidade ganha vida na análise de Alexis de Tocqueville, responsável pela descoberta de linhas de continuidade entre o Antigo Regime e a França pós-revolucionária.<sup>50</sup> De acordo com o autor, algumas mudanças, incluídos os direitos do homem e do cidadão, já estavam presentes antes do processo revolucionário iniciado em 1789. À tradição de ruptura trazida pela Revolução Francesa, “Tocqueville introduziu a dúvida no nível mais profundo: e se, em todo esse discurso sobre a ruptura, não houvesse mais que a ilusão de mudança?” (FURET *apud* HIRSCHMAN, 1992, p. 47).

---

<sup>48</sup> FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. 40. ed. USA: Chicago University Press, 2002.

<sup>49</sup> Mais algumas recorrências relevantes da tese da perversidade, em conformidade com Albert O. Hirschman:

1. Por ocasião da ascensão das liberdades individuais na esteira da Revolução Francesa (direitos civis):

MAISTRE, Joseph de. *Considerações sobre a França*. Portugal: Almedina, 2010.

2. Por ocasião da ascensão da democracia no bojo da discussão acerca do sufrágio universal (direitos políticos):

FLAUBERT, Gustave. *Dictionnaire des idées reçues*. França: Librio, 2008.

SPENCER, Herbert. *The man versus the state*. EUA: Lightning Source, 2006.

3. Por ocasião da ascensão das *poor laws* e do *welfare state* (direitos sociais):

FORRESTER, Jay W. *Counterintuitive behavior of social systems*. *Technology Review*. V. 73, n. 3, jan. 1971, p. 52-68. Disponível em: <http://www.constitution.org/ps/cbss.htm>. Último acesso em: 22 nov. 2013.

GLAZER, Nathan. *The limits of social policy*. EUA: Harvard University Press, 1988.

MURRAY, Charles. *Losing ground*. *American social policy: 1950-1980*. USA: Basic Books, 1995.

<sup>50</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a revolução*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

A segunda fase do pensamento reacionário analisada por Hirschman, ou seja, o século XIX e o debate sobre os processos de democratização e o sufrágio universal, ganha fôlego com a tese da futilidade na argumentação de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto.<sup>51</sup> Em síntese, para esses pensadores, qualquer sociedade, independentemente de sua forma *superficial* de governo, estará sempre dividida entre governantes e governados (sob a ótica de Mosca), ou entre elite e não elite (na visão de Pareto). Percebe-se a adequação do argumento no sentido de deixar claro o quanto qualquer movimento em direção à ampliação de direitos – no caso do século XIX, a ampliação do direito de votar – pode ser em vão. Às reflexões desenvolvidas sob a influência da tese da futilidade acrescenta-se a ingenuidade dos que desejam alterar o que é perene.

No século XX, terceira fase do pensamento reacionário analisada por Hirschman, o peso da tese da futilidade também pode ser atestado no debate acerca do *welfare state*, sob a alegação de que transferências de pagamento não alcançam o grupo a que se destinam. Hirschman cita o economista Martin Feldstein e seu estudo sobre as condições mais favoráveis das classes média e alta para extrair os benefícios do sistema.<sup>52</sup> O economista alega ser mais provável que os pobres trabalhem em ocupações não cobertas por benefícios, ou não trabalhem tempo suficiente em seus empregos para fazer jus aos respectivos benefícios. Na apresentação da tese da futilidade, Hirschman não pretende negar todas e quaisquer lógicas desenvolvidas por seus autores, apenas acredita que estas são anunciadas prematuramente, e entre o anúncio e a real efetividade de um programa social, por exemplo, há questões bem mais complexas do que o contraste entre metas e realidade.

Em particular, as análises críticas dos resultados alcançados e “anomalias” (no termo de Feldstein) encontradas por autoridades, cientistas sociais e outros observadores podem ter um significativo papel corretivo em um processo contínuo de implementação de políticas. (HIRSCHMAN, 1992, p. 63).<sup>53</sup>

<sup>51</sup> MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza politica*. Itália: BiblioLife, 2009.

PARETO, Vilfredo. *Corso di economia politica*. Itália: Giulio Einaudi Editore, 1949.

<sup>52</sup> FELDSTEIN, Martin. *New evidence on the distribution of unemployment insurance benefits*. **National Tax Journal**, v. 30, n. 2, jun. 1977, p. 219-221.

FELDSTEIN, Martin. *Unemployment compensation: adverse incentives and distributional anomalies*. Edição 317 - Discussion Paper. **Harvard Institute of Economic Research**, 1973.

<sup>53</sup> A tese da futilidade também pode ser identificada, de acordo com Albert O. Hirschman:

1. Por ocasião da ascensão da democracia no bojo da discussão acerca do sufrágio universal (direitos políticos):

Na terceira e última tese, denominada **tese da ameaça**, Hirschman verifica que a essência desta reside na crença de que o custo de uma reforma é inaceitável, haja vista o risco de prejudicar conquistas anteriores. Mais complexa, a tese da ameaça implica argumentação mais fundamentada. Nesse sentido, o autor encontra excelente oportunidade para suas reflexões sobre o discurso reacionário conservador, com base na tese da ameaça na expansão, no século XIX, do sufrágio e dos métodos democráticos de governo em países onde direitos e liberdades civis já eram estabelecidos; e na introdução da seguridade social e da legislação de assistência social, no século XX, ou seja, no estabelecimento do *welfare state*.

Hirschman verifica que, na Inglaterra do século XIX, Robert Lowe argumentava sem rodeios que estender o direito de voto à classe trabalhadora e aos pobres era possibilitar a formação de uma maioria e de um governo que violariam liberdades básicas, como o direito de propriedade, através da expropriação direta ou indireta, sob a forma de impostos.<sup>54</sup> Vale ressaltar a percepção de Hirschman sobre a utilização da tese da ameaça, majoritariamente, na esfera econômica.

Da obra de Fustel de Coulanges, publicada em 1864, Hirschman extrai: “A lição implícita da história seguia de perto a tese da ameaça: imitem a Cidade-Estado grega, introduzam métodos democráticos de governo, e perderão a liberdade que conquistaram a tantas penas”. (HIRSCHMAN, 1992, p. 90)<sup>55</sup> De maneira extrema, o cientista político mostra o quanto Max Scheler reforça a tese da ameaça no início do século XX, durante a I Guerra Mundial, quando elabora a ideia da incompatibilidade, ou seja, certa liberdade somente poderá ser obtida à custa de outra.<sup>56</sup>

Ao mudar o foco para o *welfare state*, Hirschman observa outra encarnação da tese da ameaça na segunda metade do século XX, por ocasião da Guerra do Vietnã e dos choques do petróleo: Friedrich Hayek, de formação austríaca, com

---

STEPHEN, James Fitzjames. *Liberty, equality, fraternity and three brief essays*. USA: Chicago University Press, 1991.

2. Por ocasião da ascensão do *welfare state* (direitos sociais):

STIGLER, George J. *Director's law of public income redistribution*. *Journal of Law and Economics*, v. 13, n. 1, abr. 1970, p. 1-10.

TULLOCK, Gordon. *Economics of income redistribution*. 2. ed. USA: Kluwer Academic, 1997.

TULLOCK, Gordon. *Welfare for the well-to-do*. USA: Fisher Institute, 1983.

<sup>54</sup> LOWE, Robert. *Speeches and letters on reform with a preface (1867)*. USA: Lightning Source, 2008.

<sup>55</sup> COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições*. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2011.

<sup>56</sup> SCHELER, Max *et al. Ressentiment*. USA: Marquette Univ Press, 1994. (ver também os comentários de Lewis Coser sobre Scheler).

autoridade de profundo conhecedor da natureza precária da liberdade, já havia alertado para o fato de que a interferência governamental no mercado seria fatal para a liberdade.<sup>57</sup> Para Hayek, o risco se mostrava ainda maior quando ao governo se concedia o poder exclusivo de oferecer certos serviços, como a redistribuição de renda. Contudo, o argumento do momento, bastante próximo do pensamento de James O'Connor, não dizia respeito ao risco que o *welfare state* impunha à liberdade ou à democracia, mas observava que este conflitava com o crescimento econômico.<sup>58</sup>

Nomes como o de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Gustave Le Bon encontram-se vinculados ao conjunto de pensadores que deram forma à denominada 'teoria das elites', a qual supõe que "todos os sistemas políticos, apesar de seus discursos de justificação, instituem uma relação de dominação entre os homens". (HOLLANDA, 2011, p. 10) Por assim dizer, seguindo com a contribuição de Cristina B. de Hollanda, o princípio da igualdade, para os elitistas, inviabilizaria a compreensão da realidade da política, sendo certa desigualdade a base para a apreensão do funcionamento de toda sociedade (2011, p. 11).

Digna de nota é a reversão sofrida pelo entendimento acerca do modelo democrático como base de orientação política. Para o elitismo clássico, a democracia, vista a partir do experimento ateniense, era incompatível com a sociedade moderna, cuja estrutura não mais se caracterizava por cidades pequenas e populações reduzidas. Em nova versão, o chamado elitismo democrático não apenas deixa de perceber a democracia como conflitante com a sociedade moderna, considerando a noção de representação a chave para essa mudança, como defende

---

<sup>57</sup> HAYEK, Friedrich A. *Freedom and the economic system*. **Economica**. New Series, v. 7, n. 28, nov. 1940, p. 435-437.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

HAYEK, Friedrich A. **Los fundamentos de la libertad**. Espanha: Union Editorial, 1998.

<sup>58</sup> O'CONNOR, James. **The fiscal crisis of the State**. USA: Transaction Publishers, 2001.

Outras referências onde a tese da ameaça pode ser verificada, de acordo com Albert O. Hirschman:

1. Por ocasião da ascensão da democracia no bojo da discussão acerca do sufrágio universal (direitos políticos):

MAINE, Sir Henry Sumner. **Popular government**. USA: Liberty Fund Inc., 2012.

2. Por ocasião da ascensão das poor laws e do welfare state (direitos sociais):

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P. & WATANUKI, Joji. **The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission**. USA: New York University Press, 1975. (ver capítulo sobre os Estados Unidos, escrito por Samuel P. Huntington)

HUNTINGTON, Samuel P. **American politics: the promise of disharmony**. USA: Harvard University Press, 1983.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political development and political decay*. **World Politics**, v. 17, n. 03, abr. 1965, p. 386-430. Disponível em: <http://chenry.webhost.utexas.edu/core/Course%20Materials/SPH1965/0.pdf>. Último acesso em: 24 nov. 2013.

HUNTINGTON, Samuel P. **Political order in changing societies**. USA: Yale University Press, 2006.

a ideia de que, em sendo bem conduzida, a democracia não deve ser temida. “Nessa nova acepção, as elites passam de obstáculo à condição da democracia. [...] A associação do elitismo com matrizes políticas distintas ilustra sua notável capacidade de ajuste político.” (HOLLANDA, 2011, p. 13).

A partir das reflexões elaboradas até aqui, cabe conectar as preocupações em torno do declínio da hegemonia norte-americana, no contexto da crise do sistema-mundo capitalista, anunciada por Immanuel Wallerstein, com o recurso às teses reacionárias conservadoras elaboradas por Albert O. Hirschman. Para tanto o momento deve ser entendido como um momento de mudanças na conformação da sociedade internacional — e, como consequência, de reação a estas mudanças por parte de seus opositores. Nas palavras de Wallerstein: “[...] só porque um sistema está em crise não significa que não continue tentando funcionar da maneira habitual.” (2006, p. 119)<sup>59</sup>

No mais, sob a ótica de Antonio Gramsci:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise [de autoridade] consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2011, p. 291).

Diante do exposto, e considerando a real probabilidade de os Estados Unidos estarem reagindo, nas mais diferentes esferas, aos indícios de declínio de sua hegemonia, nossos questionamentos nos impelem à busca, na documentação selecionada, da existência e recorrência das teses reacionárias identificadas por Albert Hirschman, como forma de reação às transformações nos moldes da ação conservadora e da manutenção do *status quo*, ou seja, da condição de potência hegemônica.

A documentação selecionada é formada por um serial documental do National Intelligence Council – NIC, ou Conselho Nacional de Inteligência dos Estados

---

<sup>59</sup> “[...] sólo porque un sistema esté en crisis no significa que no continúe intentando funcionar de la manera habitual. Es lo que intenta.” (2006, p. 119).

Unidos.<sup>60</sup> O serial reúne cinco relatórios que fazem parte de um projeto sobre tendências globais.<sup>61</sup> Os anos de publicação foram 1997, 2000, 2004, 2008 e 2012. Cada um desses relatórios é dotado de uma conjuntura e de tendências que levam à elaboração de cenários prospectivos. O primeiro relatório, publicado em 1997, apresenta um cenário para 2010; a segunda publicação, no ano 2000, traz um cenário para 2015; já o terceiro relatório, de 2004, oferece um cenário para 2020; em 2008 o quarto relatório traz um cenário para 2025; o quinto e último relatório, publicado em 2012, exibe um cenário para 2030. Para efeito desta pesquisa e dos seus limites, foram trabalhados os três primeiros relatórios – ou seja, os publicados em 1997, 2000 e 2004.

De acordo com o National Intelligence Council - NIC, os cenários são considerados importantes ferramentas de planejamento estratégico na medida em que várias instituições, inclusive agências de governo, começam a utilizá-los de forma cada vez mais recorrente.

No entendimento dessa instituição, cenários são visões alternativas plausíveis sobre a forma pela qual o futuro pode se desenvolver, e diferem da previsão por não tentarem predizer o futuro com base em extrapolações lineares do passado. Dito de outra forma, cenários não procuram projetar o futuro, mas explorar futuros alternativos. Concentram-se na identificação de descontinuidades e em como estas poderiam desenvolver-se conjugadamente ao longo do tempo. Nesse sentido, os cenários se apresentam como mecanismos de antecipação de desenvolvimentos futuros e de avaliação de estratégias para responder a estes eventos ou condições.

O serial de relatórios do NIC constitui, para efeito deste trabalho de pesquisa,

---

<sup>60</sup> O *National Intelligence Council* -NIC, ou Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos, é o centro de inteligência norte-americano para o pensamento estratégico de médio e longo prazos. Dentre suas principais funções destaca-se o apoio ao Diretor de Inteligência Nacional (DNI), ou seja, ao chefe da Comunidade de Inteligência (CI) e principal assessor do Presidente em assuntos de inteligência relacionados à segurança nacional. Para tanto, formula o curso provável dos acontecimentos futuros e tem como objetivo, de acordo com seu *site* oficial, fornecer informações aos formuladores de políticas do país. Informações disponíveis em: <http://www.dni.gov/index.php>. Último acesso em: 24 nov. 2013.

<sup>61</sup> Sobre o Global Trends ver: <http://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends>. Último acesso em: 24 nov. 2013.

E quanto à abordagem serial seguem as palavras de José D'Assunção Barros: "A possibilidade de se estabelecer uma História Serial está relacionada a um novo conceito: o de "série". Trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, [...] mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. A série é necessariamente formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreendidas no interior de uma continuidade [...], e que permitam uma 'abordagem de conjunto' através de aportes metodológicos como a quantificação, a análise tópica, a identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série" (2012, p. 205).

não apenas parte do material por nós utilizado como fonte primária, mas também o ponto de partida para a definição de nosso problema de pesquisa, alavancado pela seguinte reflexão de Antonio Gramsci:

Quem prevê, na realidade, tem um “programa” que quer ver triunfar, e a previsão é exatamente um elemento de tal triunfo. Isso não significa que a previsão deva ser sempre arbitrária e gratuita ou puramente tendenciosa. (GRAMSCI, 2011, p. 257).

Nesse sentido nossas questões perpassam (i) as filiações teóricas utilizadas para delinear as conjunturas que serviram de orientação para a elaboração dos cenários ou relatórios prospectivos; (ii) a lealdade às filiações teóricas independentemente da intensidade das descontinuidades históricas; (iii) a relevância das filiações teóricas e das premissas para efeito do pensamento estratégico brasileiro; (iv) a existência de projeto que impeça o fluxo das mudanças em curso, obstaculizando o processo de multipolarização do sistema internacional. Em um primeiro momento, fundamentado em análise prévia, foi possível supor que esses relatórios tenham servido de sutis ferramentas de reação às ameaças ao exercício da hegemonia norte-americana. Nas palavras de Alexandre Adler: “como no caso de um motor, as engrenagens e mecanismos do raciocínio principal”. Ou, dito de outra forma, “não passam de estufas nas quais permitimos que brotem alguns conceitos fundamentais [...]”.<sup>62</sup>

Dessa forma, nossa escolha por analisar (i) as realidades construídas como ponto de partida para a elaboração de cada cenário, o que chamamos de conjunturas; e (ii) a existência, por desdobramento, da recorrência das teses reacionárias apresentadas por Albert O. Hirschman – oferece oportunidade singular de apreciação da documentação em tela. Buscamos, assim, verificar a participação desses relatórios no projeto de manutenção do *status quo* dos Estados Unidos – ou seja, na sustentação de alguma forma de consenso sobre seu papel de potência hegemônica –, bem como a possibilidade de subsidiar o pensamento estratégico brasileiro com os resultados da análise.

Importa ressaltar que Immanuel Wallerstein, para efeito das análises do sistema-mundo, vale-se de um sentido mais restrito para entender a hegemonia, ou seja, o autor faz referência à combinação de superioridade econômica, política,

---

<sup>62</sup> ADLER, Alexandre. Rumo a uma globalização mais infeliz. Introdução à edição francesa. In: CIA. **Relatório da CIA: como será o mundo em 2020**. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 41.

financeira e militar sobre outros Estados como definidora das regras do *jogo* (2006, p. 129). Todavia, entendemos que essa definição não neutraliza ou contraria nossa aderência ao conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, como apresentado anteriormente, porque o que se pretende não é analisar o sistema-mundo em si, mas a hegemonia dos Estados Unidos na sociedade internacional sob a lógica de funcionamento do sistema-mundo moderno, de Immanuel Wallerstein. Dessa forma, a noção de hegemonia trabalhada por Wallerstein antes complementa do que conflita com o conceito elaborado por Gramsci. Nossa abordagem também refuta qualquer conflito com o também supramencionado conceito de geocultura. Pois a pesquisa teve por foco verificar a presença e, caso afirmativo, a recorrência das teses reacionárias classificadas por Albert Hirschman, valendo-se exclusivamente de um serial documental produzido por certa instituição norte-americana, ou seja, pelo NIC, e encontrando assim o seu limite; o que difere da noção de geocultura, entendida como um conjunto de “normas e modos discursivos geralmente aceitos como legítimos dentro do sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 2006, p. 128).<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> “[...] *normas y modos discursivos generalmente aceptados como legítimos dentro del sistema-mundo.*” (WALLERSTEIN, 2006, p. 128).

## 2 Entre o final da Guerra Fria e o ano de 1997 e o Global Trends 2010

No segundo semestre de 1996, o Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos - NIC e o Instituto Nacional de Estudos Estratégicos – INSS, também norte-americano, realizaram uma série de conferências na Universidade Nacional de Defesa com vistas à identificação das principais tendências mundiais e seu impacto em algumas regiões e/ou países. A iniciativa foi pensada como tentativa de descrever e avaliar as principais características políticas que conformariam o mundo em 2010. Os participantes formaram um grupo heterogêneo, composto por acadêmicos, jornalistas, homens de negócios e, entre outros, membros do governo dos Estados Unidos. À época, Richard N. Cooper ocupava a presidência do NIC, e Barry Lowenkron era o diretor do Grupo de Análise.<sup>64</sup>

Apoiado por tendências políticas, econômicas e militares, os trabalhos geraram uma versão final publicada em novembro de 1997: a Global Trends 2010, ou GT 2010, o primeiro de um serial de cinco relatórios quadrienais.<sup>65</sup> Circunstâncias consideradas tendências globais para as principais regiões e Estados, aos olhos dos envolvidos, conduziram a elaboração do documento, cuja intenção não foi produzir extensa lista de cenários alternativos, nem prever surpresas. Segundo o GT 2010, descontinuidades genuínas, ou seja, nítidas rupturas com o passado foram

---

<sup>64</sup> Richard N. Cooper é, desde 1981, professor de Economia Internacional da Harvard University. É membro da Comissão Trilateral, do Conselho de Relações Exteriores, da Comissão Executiva do Chefe de Operações Navais dos EUA, e do Painel Brookings sobre a atividade econômica. Foi presidente do Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos – NIC entre 1995 e 1997; atuou na Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos entre 1977 e 1981; na Secretaria de Estado para Assuntos Monetários Internacionais entre 1965 e 1966; e foi economista sênior do Conselho de Assessores Econômicos entre 1961 e 1963. Entre 1990 e 1992 foi presidente do Federal Reserve Bank de Boston, e vice-presidente da Rede de Desenvolvimento Global entre 2001 e 2007.

Cf.: <http://scholar.harvard.edu/cooper/biocv>. Último acesso em: 03 jan. 2013.

Barry Lowenkron é, desde 2007, vice-presidente do Programa de Segurança Global & Sustentabilidade da Fundação MacArthur e membro do Conselho de Relações Exteriores. De 1979 a 2005 foi professor adjunto de Política Externa Americana na Johns Hopkins University. Atuou em instituição governamental voltada para democracia, direitos humanos e trabalho, entre 2005 e 2007.

Cf.: <http://www.macfound.org/about/people/68/>. Último acesso em: 03 dez. 2013.

<sup>65</sup> Disponível em: <http://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends/global-trends-2010>. Último acesso em: 18 dez. 2013.

consideradas raras. Por essa razão, o foco recaiu sobre as mudanças de caráter evolutivo.<sup>66</sup>

Em oposição à premissa de que, em 1996, eram raras as genuínas mudanças por descontinuidades históricas, cabe a reflexão de Albert O. Hirschman, para quem a derrubada do Muro de Berlim (1989), com a conseqüente reunificação da Alemanha (1990), e a decomposição da URSS (1991) estavam ausentes da esfera de previsibilidade dos estudiosos do período. Com essa assertiva, o autor verifica que há pouco cuidado quando o assunto é o futuro das sociedades humanas. Pois, logo que a Guerra Fria chegou ao fim, imediatamente surgiram os mais variados diagnósticos voltados para a recém-criada ordem mundial. Segundo Hirschman:

[...] todos esses acontecimentos se desenrolaram num período de tempo extraordinariamente curto e de forma completamente inesperada tanto para os especialistas como para os simples espectadores. (2008, p. 49).<sup>67</sup>

Além da contraditória premissa quanto às descontinuidades históricas, negligenciar as continuidades e focalizar apenas as mudanças de caráter evolucionário ou, dito de outra forma, as pequenas mudanças, também nos parece questionável para efeito de qualquer análise de cunho prospectivo que se proponha. Assim, entendemos que a construção de realidades, identificadas nos relatórios do NIC como tendências, torna-se um dos pontos nevrálgicos da documentação em tela, e seguimos nossa análise observando o quanto realidades podem ser distintas, se distintas forem as premissas e os lugares de fala. Ponderamos, ainda, com a seguinte assertiva de Luiz Carlos D. Prado:<sup>68</sup>

[...] simplesmente afirmar que as ideias são importantes é muito pouco: elas não são variáveis puramente exógenas. As razões pelas quais determinadas ideias são escolhidas enquanto outras são

---

<sup>66</sup> *"Genuine discontinuities—sharp nonevolutionary breaks with the past—are rare, and our focus is on evolutionary change. We emphasize throughout the document that a series of smaller changes can, over time, result in significant changes, both with respect to key countries and regions, and the overall characteristics of the world in 2010."* (NIC, 1997).

<sup>67</sup> Esse artigo de Albert O. Hirschman foi publicado originalmente em 1993 na revista *Política Externa*, v. 1, n. 4, e compõe a edição comemorativa dos 16 anos desse periódico, publicada em 2008, conforme relacionado nas Referências.

Importa mencionar que, em 2007, o Social Science Research Council - SSRC estabeleceu um prêmio anual em homenagem a Albert O. Hirschman. Esse prêmio, que leva o nome do homenageado, é a mais importante condecoração daquele Conselho. O objetivo é reconhecer a excelência acadêmica internacional e interdisciplinar em ciências sociais na pesquisa, teoria e comunicação pública, dentro da tradição do economista norte-americano, nascido na Alemanha, Albert Otto Hirschman (1915-2012).

Ver: <http://www.ssrc.org/hirschman/>. Último acesso em: 03 jan. 2013.

<sup>68</sup> Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado é professor, desde 1994, no Instituto de Economia da UFRJ.

abandonadas devem ser buscadas não apenas na história das ideias, mas também na dinâmica dos interesses econômicos ou políticos, ou seja, na história de uma dada sociedade. (PRADO, 2009, p. 15).

E quanto aos lugares de fala, registramos nossa filiação ao pensamento de Michel de Certeau acerca da operação historiográfica, a saber:

Toda operação historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (2007, p. 66-67).

A reflexão de Certeau se aplica aos dois lados do debate. Nesse sentido, não apenas o Conselho Nacional de Inteligência - NIC, submetido aos interesses dos Estados Unidos, está preso a um lugar de fala específico, definindo nossa hipótese, ou seja, preso ao exercício da manutenção do *status quo* favorável à supremacia norte-americana; como também está presa nossa análise, cujo lugar de fala envolve problematizar e relativizar essa supremacia em favor das novas forças que emergem no sistema internacional.

Dessa forma, seguimos buscando demonstrar olhares distintos sobre o mesmo período – os anos entre o final da Guerra Fria e 1997 –, bem como a forma pela qual cada um desses olhares, aqui denominados conjunturas, oportunizou a construção de realidades distintas e impactou na construção do GT 2010. Vale ressaltar que as conjunturas foram construídas com publicações do período, escapando de publicações posteriores e do risco do contrafactual. Nas palavras de Eric J. Hobsbawm: “[...] na posição de ‘observador participante’, como dizem os antropólogos sociais, ou simplesmente como um viajante de olhos abertos [...]” (1995, p. 8).

## **2.1 Do mundo para os Estados Unidos: 1989 - 1997**

As dificuldades experimentadas pelas sociedades contemporâneas que são peso-pesado militares aparecem sob a forma de meras repetições daquelas que, por sua vez, afetaram a Espanha de Felipe II, a Rússia de Nicolau II, e a Alemanha de Hitler. Um grande aparato militar pode, sob a forma de grande monumento, parecer imponente ao observador impressionável, mas se esse aparato não repousa sobre uma base firme (neste caso, uma produtiva economia

nacional), corre o risco de um colapso futuro. (KENNEDY, 1988, p. 444).<sup>69</sup>

Como já mencionado, para construir a conjuntura do contexto do final da Guerra Fria até o ano de 1997, assim como as demais conjunturas apresentadas pelo nosso estudo, lançamos mão das publicações restritas ao período. Dessa forma, inicialmente, além da supracitada reflexão de Paul Kennedy, consideramos essencial a contribuição de Giovanni Arrighi. Pois, sob a ótica desse autor, para além dos episódios que marcaram o fim da Guerra Fria, como a derrubada do Muro de Berlim (1989), a reunificação alemã (1990) e a dissolução da União Soviética (1991), importa considerar que:

Desde, aproximadamente, a década de 1970, têm sido fartamente observadas as mudanças no modo como funciona o capitalismo, em termos locais e globais. Embora a exata natureza dessas mudanças ainda seja objeto de alguma controvérsia, o fato de que significam algo fundamental é o tema comum de uma bibliografia que se multiplica com rapidez. (ARRIGHI, 1996, p. 1).

Cabe ressaltar que também a obra cujo conteúdo reúne as teses reacionárias identificadas por Albert O. Hirschman, motor de nossa análise da documentação do NIC, foi publicada originalmente nos Estados Unidos em 1991, ou seja, dentro do contexto em tela.

Para Eric J. Hobsbawm, em 1994 não era simples desconstruir os opostos binários com os quais o mundo se reconhecia até o final da década de 1980. “Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou.” (1995 [1994], p.15).

Ainda com o autor, o momento experimentava problemas como desemprego massivo, novo ciclo severo de depressão, forte discrepância entre os que possuíam e os despossuídos, além da dificuldade da administração pública diante do déficit causado pelas despesas estatais. Esse quadro evidenciava uma crise que transbordava da esfera do econômico para a esfera do político. Pois o esfacelamento do regime comunista jogou por terra o principal formato das relações

---

<sup>69</sup> “The difficulties experienced by contemporary societies which are military top-heavy merely repeat those which, in their time, affected Philip II's Spain, Nicholas II's Russia, and Hitler's Germany. A large military establishment may, like a great monument, look imposing to the impressionable observer; but if it is not resting upon a firm foundation (in its case, a productive national economy), it runs the risk of a future collapse.” (KENNEDY, 1987, p. 444).

internacionais das quatro décadas anteriores. “O futuro da política era obscuro, mas sua crise, no final do Breve Século, patente.” (HOBSBAWM, 1995, p. 20).

Os Estados Unidos foram identificados como o país que ocupava, ao menos desde 1914, o papel de modelo e força propulsora da produção e da cultura de massa, registrando o Breve Século XX como o “Século Americano”.

No lugar das economias nacionais, definidas pelas clássicas políticas de Estado, Hobsbawm sugeriu o globo como unidade operacional básica, inferindo que:

Talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele. (HOBSBAWM, 1995, p. 24).

Sob essa lógica, o autor afirma que o mundo da década de 1990, depois de dois séculos, não distinguia qualquer sistema ou estrutura internacional, sendo os Estados Unidos o único país reconhecido como grande potência, o que na prática guardava significado obscuro.

Rússia descurada; Grã-Bretanha e França consideradas apenas poderes regionais, notadamente pela posse de armas nucleares; Alemanha e Japão vistas como potências econômicas, mas abnegadas com relação às suas forças militares; e União Europeia incapaz até mesmo de fingir deter uma política comum para o bloco. Estados, grandes e pequenos, sem garantias sobre o futuro de sua configuração no sistema que se anunciava. Esse foi o quadro delineado por Hobsbawm, que completa: “Se a natureza dos atores não era clara, o mesmo se dava com a natureza dos perigos que o mundo enfrentava.” (HOBSBAWM, 1995, p. 538).

A era das guerras não se havia encerrado. Mesmo os conflitos não enquadrados em classificações tradicionais denunciavam que a paz não era o carro-chefe da nova dinâmica daquela sociedade internacional. Os Balcãs, no início da década de 1990, poderiam exemplificar bem o argumento de Hobsbawm, para quem “o perigo de guerra global não havia desaparecido. Apenas mudara” (1995, p. 539).

Nova também era a capacidade de grupos dissidentes confrontarem o monopólio da força do Estado. Dois exemplos citados foram o IRA, na Grã-Bretanha, e a tentativa, em 1993, contra o World Trade Center nos Estados Unidos. Essas e outras circunstâncias denunciavam, aos olhos de Hobsbawm, o tom da tensão

internacional do século XXI, a saber:

[...] a que surgia do fosso em rápido alargamento entre as partes rica e pobre do mundo. Cada uma tinha ressentimento da outra. A ascensão do fundamentalismo islâmico foi visivelmente um movimento não apenas contra a ideologia de modernização pela ocidentalização, mas contra o próprio Ocidente. (1995, p. 540).

Em 1994, Michael Walzer refletia sobre o que chamou de “o novo mundo político”. Para esse autor, o novo contexto indicava a democracia como ideologia praticamente universal, caminhando ombro a ombro com a intensa demanda por políticas voltadas para as diferenças. O autor atesta que os dois postulados não seriam mutuamente excludentes. Entretanto, produziriam diferentes vias para a democracia e, ao final do processo, uma variedade de democracias. Por vezes, a diferença triunfaria em detrimento da democracia, gerando regimes políticos ajustados a cada cultura histórica. Walzer registra, contudo, o fato de que tal possibilidade seria de difícil aceitação para os que acreditam que a melhor forma de governo seria algum modelo de democracia em particular (WALZER, 1996 [1994], p. 29-30).

Nesse âmbito, a publicação de Zygmunt Bauman, em 1991, propunha a naturalização da contingência, preconizando a aceitação das escolhas feitas pelas sociedades. Sob a ótica do autor: “A preferência por uma forma de vida própria e comunalmente partilhada deve portanto estar imune à tentação da cruzada cultural”. (1999 [1991], p. 248).

No que diz respeito à América Latina em relação ao imediato pós-Guerra Fria, Albert O. Hirschman registrou uma das questões suscitadas: será o fim da Guerra Fria bom ou ruim para o então denominado Terceiro Mundo? Para a maioria dos que se debruçaram sobre o tema, o fim da Guerra Fria seria ruim para aquela região. A teoria que ganhou força seguia a lógica do modelo social de soma zero, ou seja: “algo ‘bom’ deve ter um correspondente ‘mau’ em algum lugar” (HIRSCHMAN, 2008 [1993], p. 50). Por essa lógica, a despeito da crítica de Hirschman, o capital (ainda que limitado), o espírito empresarial e a atenção dos países ricos se voltariam para os países recém-abertos da Europa central e oriental.

Helio Jaguaribe convergiu com alguns autores que publicaram tão logo chegava ao fim a bipolaridade característica da Guerra Fria, inclusive com Eric J. Hobsbawm, no que diz respeito ao agravamento das disparidades entre países ricos e pobres e à inexistência de projeto voltado para os principais interesses coletivos da

humanidade (2008 [1992], p. 23).<sup>70</sup> O autor conferiu aos Estados Unidos condições para o exercício da hegemonia mundial, reconhecendo a limitação imposta por algumas questões, como as importantes dificuldades econômicas e o pouco apoio popular para uma política externa mais contundente.

Desse primado mundial sujeito a tais limitações resulta uma Pax Americana relativamente condicionada. [...] Por outro lado, o fato de uma potência em relativo declínio, como hoje os Estados Unidos, não estar sujeita a controles externos razoáveis provavelmente a induzirá a comportamentos abusivos para com parceiros mais fracos. É o que mostra a experiência histórica. É o que indicam, também, as intervenções americanas em Granada e no Panamá. (JAGUARIBE, 2008 [1992], p. 35-36).

Quanto à postura hegemônica dos Estados Unidos, com foco em mais algumas ações propriamente ditas e a título de ilustração, Maurice Vaïsse assinala, na esfera da política internacional, considerando apenas o ano de 1996, o veto a um novo mandato para Boutros Boutros-Ghali como secretário-geral da ONU, em 1996. Em flagrante paradoxo, o país indica Kofi Annan como novo secretário-geral, mas ao mesmo tempo ignora as observações deste diplomata sobre a questão iraquiana. Na economia internacional, chamam a atenção leis como a Helms-Burton (1996), que previa penalizações aos que comercializassem com Cuba, mostrando claro interesse em reafirmar o embargo à Ilha; e a Lei Amato-Kennedy (1996), que postulava sanções aos responsáveis por investimentos superiores a 40 milhões de dólares por ano, nos segmentos de petróleo e gás do Irã e da Líbia (VAÏSSE, 2013, p. 260).<sup>71</sup>

Segundo Eric J. Hobsbawm, a desordem global, em parte fruto da crise mundial e da falência dos projetos voltados para a solução dos problemas da humanidade, denotava impotência e ausência de mecanismos óbvios para o estabelecimento e controle de nova ordem mundial. Para o autor, o desafio não estava circunscrito à elaboração ou aplicação de nova teoria apenas pela força de sua coerência intelectual, uma vez que a adoção de programas teria contado até então com realizações concretas. Acrescente-se ao contexto o fato de que se tornava decisivo o posicionamento do povo nos assuntos políticos, o que trazia

---

<sup>70</sup> Helio Jaguaribe Gomes de Mattos, bacharel em direito por formação, é doutor *honoris causa* pela Universidade Johannes Gutenberg, na Alemanha, pela Universidade Federal da Paraíba e pela Universidade de Buenos Aires, na Argentina. Desde 2005 é membro eleito da Academia Brasileira de Letras.

<sup>71</sup> Historiador francês nascido na Argélia, Maurice Vaïsse é professor de História das Relações Internacionais no Institut d'Études Politiques de Paris, e desde 2008 chefia o conselho científico para pesquisa histórica no Ministério da Defesa da França.

limites ao simples poder coercitivo. Entretanto, além de não minimizar o sentimento dos povos ou minorias oprimidos, essa nova faceta política do período acentuava a dúvida quanto à relação entre as instâncias decisórias e o povo (HOBBSAWM, 1995, p. 541-560).

Assim, o vazio ideológico podia ser sumariado, à época, através da seguinte reflexão:

O fracasso do modelo soviético confirmou aos defensores do capitalismo sua convicção de que nenhuma economia sem Bolsa de Valores podia funcionar; o fracasso do modelo ultraliberal confirmou aos socialistas a crença mais justificada em que os assuntos humanos, incluindo a economia, eram demasiado importantes para ser deixados ao mercado. (HOBBSAWM, 1995, p. 542-543).

Esse vazio de ideias constituiu terreno fértil para novas frentes de pensamento ou para remodelagem de antigas correntes. Seguimos buscando explorar a forma pela qual esse mesmo contexto foi apropriado por certa corrente de pensamento norte-americana, qual seja, pelos neoconservadores, a fim de absorver o peso dessa corrente em importante instituição de pensamento estratégico dos Estados Unidos.

## 2.2 Dos Estados Unidos para o mundo: 1989 - 1997

Alguns podem se perguntar por que temos de aumentar o nosso poder. Por que não consumir feliz como os suíços ou os suecos? A resposta, claro, é que os EUA são uma nação muito poderosa para não influenciar no sistema internacional. É benéfico para o país e seus interesses exercer uma influência que corresponda a seu poder e a sua posição entre as economias de mercado e sociedades abertas. [...] (NYE, 1990, p. 165-166).<sup>72</sup>

Some-se à posição de Joseph S. Nye, sobre o poder dos Estados Unidos, mais uma reflexão de Albert O. Hirschman sobre as interpretações nebulosas que cercavam o contexto em tela. Além da crítica à crença no efeito desastroso do fim da Guerra Fria para a América Latina, como registrado no tópico anterior, Hirschman

---

<sup>72</sup> “Algunos pueden preguntarse por qué debemos incrementar nuestro poder. ¿Por qué no consumir alegremente como los suizos o los suecos? La respuesta, claro, es que Estados Unidos es una nación demasiado poderosa para no influir en el sistema internacional. Es beneficioso para el país y sus intereses ejercer una influencia que corresponda a su poder y a su posición entre las economías de mercado y las sociedades abiertas [...]” (NYE, 1990, p. 165-166).

também assinalou que até mesmo o *fim da história* foi proclamado (2008 [1993], p. 53). Francis Fukuyama, em 1989, inaugurava essa discussão sugerindo o fim dos processos históricos caracterizados como processos de mudanças, informando a existência de uma única potência e, nesse sentido, o coroamento da história da humanidade a partir da estabilidade conquistada pela vitória do capitalismo e da democracia.

Nas palavras do então vice-diretor da equipe de planejamento político do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Francis Fukuyama:

O que podemos estar testemunhando não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um período particular da história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal Ocidental como a forma final de governo humano. (1989).<sup>73</sup>

No debate inseriu-se Samuel P. Huntington, em 1993, com a teoria inaugurada pelo estudo intitulado Choque de Civilizações. A argumentação desse autor sugeria que diferenças étnicas e religiosas seriam a principal fonte de conflitos no pós-Guerra Fria. Assim, contestando Fukuyama, não se tratava do *fim da história*, mas do retorno a certo estado de *normalidade* das sociedades não mais ofuscadas pelo modelo bipolar, mas caracterizadas pelos conflitos culturais. De acordo com o ex-diretor do Conselho Nacional de Segurança do governo de Jimmy Carter (1977-1981), Samuel P. Huntington:

[...] a fonte fundamental de conflito neste novo mundo não será essencialmente ideológica ou predominantemente econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a base principal dos conflitos serão de ordem cultural. Os Estados-nações continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os conflitos mais importantes da política global ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de fratura entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro.<sup>74</sup> (HUNTINGTON, 1993).

---

<sup>73</sup> "What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government." (FUKUYAMA, 1989).

Atualmente, Francis Fukuyama atua na Universidade de Stanford como professor de Ciência Política e como membro do FSI's Center on Democracy, Development, and the Rule of Law.

<sup>74</sup> "[...] the fundamental source of conflict in this new world will not be primarily ideological or primarily economic. The great divisions among humankind and the dominating source of conflict will be cultural. Nation states will remain the most powerful actors in world affairs, but the principal conflicts of global politics will

As ideias seminais de Francis Fukuyama (1989) e de Samuel P. Huntington (1993), inicialmente publicadas sob a forma de artigos, deram origem a duas obras, publicadas respectivamente em 1992 e 1996, as quais inflamaram ainda mais a discussão sobre os Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria. Dentro dessa temática, Cristina S. Pecequillo destaca o fato de que o antagonismo referente à tática e ao exercício hegemônico do poder norte-americano se dava notadamente entre os que eram favoráveis à repaginação da liderança estabelecida no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e os que defendiam o rompimento com aquele modelo (2012, p. 13). Apesar de hipóteses distintas sobre a nova ordem mundial, tanto Francis Fukuyama quanto Samuel P. Huntington faziam parte do segundo grupo, constituído majoritariamente por neoconservadores. E foi através das lentes de alguns dos chamados neoconservadores que elaboramos uma conjuntura pós-Guerra Fria sob outro prisma, uma conjuntura de matriz endógena.

Para definir a abordagem neoconservadora na política externa norte-americana, Danny Cooper identifica (i) a crença de que aos Estados Unidos está confiada a responsabilidade única de defender a própria ideia de direitos humanos e (ii) de promover a democracia liberal em todo o mundo; (iii) acompanhada da inabalável convicção de que sua preponderância militar deve se perpetuar e (iv) ser exercida sem pausa (COOPER, 2011, p. 8). Segundo Pecequillo: “No pós-Guerra Fria, esta visão somente se tornou dominante com Bush filho, mas desde 1989 apresentava propostas de liderança global e organização social para o país [...]” (2012, p. 13).<sup>75</sup>

---

*occur between nations and groups of different civilizations. The clash of civilizations will dominate global politics. The fault lines between civilizations will be the battle lines of the future.”* (HUNTINGTON, 1993).

Samuel P. Huntington também foi professor da Universidade de Harvard entre outras atividades não menos relevantes, como a fundação do periódico **Foreign Policy**.

<sup>75</sup> Os pilares da corrente neoconservadora se estabeleceram na década de 1970, inicialmente em oposição à política realista desenvolvida por Richard Nixon (1969-1974) e Henry Kissinger; e posteriormente ao continuísmo de Gerald Ford (1974-1976) e Jimmy Carter (1977-1980). Em geral dividida em três etapas, essa corrente de pensamento centrou-se, em sua primeira etapa, entre 1965 e 1972, em questões políticas, sociais e culturais internas. Surgiu como reação ao movimento de contracultura e à conseqüente New Left; à guerra do Vietnã; e a algumas implicações sociais decorrentes do governo de Lyndon Johnson (1963-1969). A segunda etapa, décadas de 1970 e 1980 até meados da década de 1990, focalizou a elaboração de críticas à estratégia de contenção do comunismo. Os neoconservadores propunham posicionamento mais ofensivo perante a União Soviética. Com efeito, Ronald Reagan (1981-1988) passou a ícone do neoconservadorismo, em razão, parcialmente, das posições mais pragmáticas na política externa. Seu governo marcou a adesão dos democratas insatisfeitos ao Partido Republicano. A terceira etapa, de 1995 a 2008, se iniciou no contexto do pós-Guerra Fria, ou seja, da supressão da segunda superpotência que configurava o mundo bipolar. Essa etapa se caracterizou pela orientação no sentido do exercício da hegemonia mundial fundamentada em indiscutível

No limite da teoria das relações internacionais, Cooper verifica que pressupostos neoconservadores aparecem compartilhados tanto por idealistas liberais quanto por realistas, o que torna evasiva qualquer tentativa de definição rígida para o neoconservadorismo norte-americano (2011, p. 8). Assim, seguimos na mesma linha de Carlos Gustavo P. Teixeira, ou seja, tratando o pensamento neoconservador circunscrito ao campo das ideias políticas (2010, p. 12). Citamos, também, Quentin Skinner, para quem “a explicação do comportamento político depende dos estudos das ideias e princípios políticos, sem os quais ela não pode ser levada a cabo com alguma significação.” (SKINNER, 1996, p. 11).<sup>76</sup> Ainda em conformidade com Skinner, considerando a composição de nosso estudo, defendemos a opção pela conjuntura a partir dos neoconservadores, em virtude da orientação histórica de nosso trabalho e, nesse sentido, da necessidade, para efeito da abordagem dos documentos, de certo distanciamento daqueles que produziram suas reflexões a partir de abstrações das cenas políticas, por vezes escapando à compreensão dos contemporâneos àquelas cenas.

Pois entendo que a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos em discussão. (SKINNER, 1996, p. 10).

Vale ressaltar que nossa orientação histórica não exclui importantes considerações sociológicas, sem as quais pouco avançaríamos. No mais, seguindo a lógica do tópico anterior, essa conjuntura de caráter endógeno foi elaborada a partir de publicações restritas ao período em tela, ou seja, restritas ao período de 1989 a 1997, ano da publicação do GT 2010. Como a ação política anticomunista e antissoviética mais ofensiva se tornava realidade cada vez mais distante da pauta de política externa dos Estados Unidos, em 1989, Seymour M. Lipset sugeria o fim do

---

preponderância militar, revestida de certa retórica voltada para a proteção dos direitos humanos e a promoção da democracia liberal. Essa geração foi formada majoritariamente por republicanos, convictos da necessidade de um Estado militarmente forte como sustentáculo da grandeza nacional, entendida como a essência do interesse nacional. Acrescente-se a esse conjunto de ideias a necessidade submeter a sociedade a um reaparelhamento moral.

Sobre neoconservadorismo, ver:

COOPER, Danny. *Neoconservatism and American foreign policy: a critical analysis*. Nova York: Routledge, 2011.  
VAÏSSE, Justin. *Neoconservatism: the biography of a movement*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

<sup>76</sup> Quentin Robert D. Skinner, historiador britânico, é professor de Ciência Política na Universidade de Cambridge. Em 2006 recebeu o Prêmio Balzan por sua contribuição para a História e para a teoria do pensamento político.

neoconservadorismo.<sup>77</sup> Em resposta a Lipset, William F. Whyte trazia a questão moral e a relação custo/benefício para o centro da discussão sobre a política externa dos Estados Unidos.<sup>78</sup> Segundo Whyte, a política externa norte-americana deveria ter seu custo inferior ao benefício, e ser moralmente defensável interna e externamente, não limitando seu exercício à oposição ao comunismo ou à política externa soviética. Nas palavras do autor:

O compromisso único com uma política anticomunista linha-dura nos levou a desastres militares, políticos e econômicos e tem prejudicado a nossa reputação moral entre nosso próprio povo e entre os povos de outras nações. Nossa política externa só pode fazer sentido prático e moral se sustentar uma visão do tipo de mundo que queremos ajudar a criar, em vez do tipo de mundo que estamos lutando contra. (WHYTE *et al.*, 1989, p. 5).<sup>79</sup>

Na mesma publicação, Paul Hollander argumentou que as razões para o surgimento e a sobrevivência do neoconservadorismo não poderiam limitar-se ao anticomunismo e às atitudes antissoviéticas, ainda que estas tenham sido motivações importantes.<sup>80</sup> Os neoconservadores surgiram, de acordo com Hollander, em resposta ao aumento e ao fortalecimento de ampla gama de fenômenos, resumidos pela ideia de "cultura do adversário". O pensamento neoconservador, por esse prisma, seria uma resposta clara e intimidadora à "cultura do adversário", tornando-se seu maior crítico. "Quando a 'cultura do adversário' murchar, assim será com os neoconservadores. Os dois se complementam." (WHYTE *et al.*, 1989, p. 6).<sup>81</sup>

Quanto à "cultura do adversário", esta seria composta por alguns intelectuais (notadamente dos departamentos de ciências humanas e sociais); religiosos; assistentes sociais; jornalistas; advogados; representantes do *welfare*; produtores de televisão; funcionários do Congresso; empregados de editoras e de grandes fundações; entre outros. Pessoas que, em diferentes graus, teriam adotado valores e perspectivas da cultura adversária, descendente em linha direta dos manifestantes,

<sup>77</sup> Seymour Martin Lipset foi Professor de Políticas Públicas da George Mason University, atuando no campo da sociologia política.

<sup>78</sup> O sociólogo William Foote Whyte era o diretor dos programas de pesquisa de Sistemas de Emprego e Trabalho da Cornell University.

<sup>79</sup> "Single-minded commitment to a hard-line anticommunism policy has led us into military, political, and economic disasters and has undermined our moral reputation among our own people and among peoples of other nations. Our foreign policy can only make practical and moral sense if it supports a vision of the kind of world we want to help to create instead of the kind of world we are fighting against." (Whyte *et al.*, 1989, p.5).

<sup>80</sup> O sociólogo Paul Hollander já era membro do Departamento de Sociologia da Massachusetts University, onde é professor emérito.

<sup>81</sup> "When the adversary culture withers away, so will the neoconservatives. The two complement one another." (WHYTE *et al.*, 1989, p. 6).

críticos e ativistas da década de 1960. Sob a ótica de Hollander, a dita cultura era vibrante e geria importantes recursos demográficos, institucionais e financeiros, constituindo-se destarte em preocupação para os neoconservadores, cuja contribuição para a política norte-americana tornava-se assim evidente (WHYTE *et al.*, 1989, p. 6).

Norman Podhoretz, cuja adesão ao neoconservadorismo se deu por oposição ao antiamericanismo, fruto dos movimentos da década de 1960 – tendo sido ele mesmo participante ativo daqueles movimentos – identificou, também em 1989, forte corrente divulgadora do declínio dos Estados Unidos.<sup>82</sup> Tal declínio, segundo Podhoretz, estaria sendo supostamente provocado por uma combinação míope do capitalismo, caracterizado pela ganância, com a política externa, interpretada sob forma de ambição imperialista. Essa corrente responsável pela propagação do declínio norte-americano representaria uma versão atualizada da posição da esquerda em relação aos Estados Unidos, contra a qual o neoconservadorismo deveria lutar. “Assim, ao neoconservadorismo estão sendo ofertadas novas frentes de trabalho e novo contrato de existência.” (WHYTE *et al.*, 1989, p. 7).<sup>83</sup>

Em 1990, Charles Krauthammer afirmava que o mundo do imediato pós-Guerra Fria não era multipolar, e sim unipolar. O centro do poder mundial seriam então os Estados Unidos, superpotência incontestável, com a participação de seus aliados ocidentais. Ademais, marcado pela ascensão de Estados agressivos, possuidores de armas de destruição em massa, aquele contexto apontava para um aumento da ameaça de guerra nas décadas seguintes. Sobre a multipolaridade, observa o autor:

Sem dúvida, a multipolaridade virá com o tempo. Talvez em uma outra geração ou então haverá grandes potências niveladas aos Estados Unidos, e o mundo irá, em sua estrutura, se assemelhar ao pré-Primeira Guerra Mundial. Mas nós ainda não estamos lá, nem estaremos por décadas. Agora é o momento unipolar. (KRAUTHAMMER, 1990, p. 23-24).<sup>84</sup>

<sup>82</sup> Norman Podhoretz era editor da revista neoconservadora *Commentary*.

Mais detalhes em: <http://www.commentarymagazine.com/>. Último acesso em: 30 dez. 2013.

<sup>83</sup> “[...] then, neoconservatism is being given a whole new set of jobs to do and a whole new lease on life.” (WHYTE *et al.*, 1989, p. 7).

<sup>84</sup> “No doubt, multipolarity will come in time. In perhaps another generation or so there will be great powers coequal with the United States, and the world will, in structure, resemble the pre-World War I era. But we are not there yet, nor will we be for decades. Now is the unipolar moment.” (KRAUTHAMMER, 1990, p. 23-24).

O então colunista norte-americano Charles Krauthammer havia sido ganhador do prêmio Pulitzer, em 1987.

O Defense Planning Guidance - DPG FY 1994-1999, documento do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, datado de 1992, cujo conteúdo vazado foi fartamente explorado pela imprensa, expressava a opção pelo unilateralismo; a necessidade de afastamento de instituições supranacionais, por não atenderem aos interesses dos Estados Unidos; o imperativo de conter as potências regionais; além de defender a ocupação das antigas áreas soviéticas (EUA, 1992).<sup>85</sup> Na elaboração do documento em tela, chama a atenção a presença de Paul Wolfowitz, nome que figurou ao lado de outros 24 neoconservadores, que em 1997, passavam a signatários originais de uma organização cujo objetivo era promover a liderança global dos Estados Unidos, intitulada Project for the New American Century - PNAC, “uma espécie de *think tank* de relações públicas para institucionalizar uma determinada visão de como tudo deve ser [...]” (SILVA, 2007, p. 199).<sup>86</sup>

De acordo com a Declaração de Princípios do PNAC, de 1997, ano de sua fundação, o que se determinava era:

[...] uma força militar capaz de enfrentar tanto os desafios presentes quanto futuros; uma política externa que com ousadia e propositadamente promova os princípios norte-americanos no exterior; e uma liderança nacional que aceite as responsabilidades globais dos Estados Unidos (PNAC *apud* DONNELLY *et al.*, 2000).<sup>87</sup>

<sup>85</sup> Sobre a forma pela qual o DPG FY 1994-1992 foi tratado pela imprensa ver: TYLER, Patrick E. *U.S. strategy plan calls for insuring no rivals develop*. **The New York Times**, 8 mar. 1992. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/us-strategy-plan-calls-for-insuring-no-rivals-develop.html?pagewanted=all&src=pm>. Último acesso em: 28 dez. 2013.

<sup>86</sup> Paul Wolfowitz integrou a equipe da Secretaria de Defesa entre os anos de 1989 e 1993 (mandato de George H. W. Bush), e posteriormente entre 2001 e 2005 (mandato de George W. Bush). Durante o período de 2005 a 2007 ocupou o cargo de presidente do Banco Mundial (mandato de George W. Bush).

Para definir *think tank*, citamos Tatiana Teixeira da Silva: “No geral, o termo se refere a organizações que apoiam teóricos e intelectuais que se empenham em produzir análises ou recomendações políticas” (2007, p. 80). Por esse estudo Tatiana T. da Silva ganhou o prêmio Franklin Delano Roosevelt, em 2007.

O Project for the New American Century – PNAC, fundado em 1997, vigorou, em princípio, até 2006. Seu *website*, [www.newamericancentury.org](http://www.newamericancentury.org), se encontra desabilitado. Contudo, muitos de seus membros permanecem ativos, e há possibilidade de acessar informações em <http://pnac.info/> e <http://pnac.info/old-home-page.html>. Último acesso em: 28 dez. 2013.

A liderança do Projeto era de William Kristol (presidente); Robert Kagan; Devon Gaffney Cross; Bruce P. Jackson; John R. Bolton (diretores) e Gary Schmitt (diretor executivo). Dentre os signatários originais, além do ex-professor da Johns Hopkins University, Paul Wolfowitz, destacamos: Elliott Abrams; William J. Bennett; Dick Cheney; Steve Forbes; Norman Podhoretz; Donald H. Rumsfeld; Vin Weber; além dos professores Eliot A. Cohen; Aaron Friedberg; Francis Fukuyama; Fred C. Ikle; Donald Kagan; e Stephen P. Rosen.

Mais detalhes em:

[http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Project\\_for\\_the\\_New\\_American\\_Century](http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Project_for_the_New_American_Century). Último acesso em: 28 dez. 2013.

<sup>87</sup> “[...] *a military that is strong and ready to meet both present and future challenges; a foreign policy that boldly and purposefully promotes American principles abroad; and national leadership that accepts the United States’ global responsibilities.*” (PNAC *apud* DONNELLY *et al.*, 2000).

William Kristol, também responsável pelo lançamento do periódico neoconservador *The Weekly Standard*, em 1995, e Robert Kagan, ambos responsáveis pela fundação do PNAC, escreviam, em 1996:<sup>88</sup>

Tendo derrotado o "império do mal", os Estados Unidos gozam de predominância estratégica e ideológica. O primeiro objetivo da política externa dos EUA deveria ser preservar e melhorar essa predominância reforçando a segurança americana, apoiando seus amigos, prosseguindo com seus interesses, e anunciando seus princípios ao redor do mundo. (KRISTOL & KAGAN, 1996, p. 20).<sup>89</sup>

Para esses autores, um *hegemon* seria *somente* um líder com influência preponderante e autoridade sobre todos os outros sob seu domínio. Essa seria a posição dos Estados Unidos naquele momento, e tanto a Rússia quanto a China entendiam semelhante situação.

As advertências sobre o esgotamento da hegemonia norte-americana estariam equivocadas, haja vista o país ter exercido esta hegemonia até aquele momento, sem qualquer tensão perceptível.

“Em um mundo no qual a paz e a segurança americana dependem do poder americano e da predisposição para usá-lo, a principal ameaça que os Estados Unidos enfrentam agora e no futuro é a sua própria fraqueza.” (KRISTOL & KAGAN, 1996, p. 23).<sup>90</sup> Assim, a hegemonia norte-americana seria a única defesa confiável contra um colapso da paz e da ordem internacional.

Quanto mais Washington fosse capaz de mostrar o quão inútil seria competir com o poder americano, incluindo-se aí as capacidades tecnológicas, menor seria a chance de países como a China ou o Irã alimentarem ambições voltadas para a atual ordem mundial.

Ademais, a política externa norte-americana deveria conter claro propósito moral. Kristol e Kagan defenderam a ideia de que os objetivos morais da política

---

<sup>88</sup> Sobre a revista *The Weekly Standard* ver: <http://www.weeklystandard.com/issue/current>. Último acesso em: 30 dez. 2013.

O analista político William Kristol, filho de Irving Kristol, considerado o pai fundador do neoconservadorismo, também é comentarista regular no Fox News Channel.

Robert Kagan, historiador americano, com PhD em História dos Estados Unidos pela American University, é membro sênior do Brookings Institution.

<sup>89</sup> “*Having defeated the "evil empire", the United States enjoys strategic and ideological predominance. The first objective of U.S. foreign policy should be to preserve and enhance that predominance by strengthening Americas security, supporting its friends, advancing its interests, and standing up for its principles around the world.*” (KRISTOL & KAGAN, 1996, p. 20).

<sup>90</sup> “*In a world in which peace and American security depend on American power and the will to use it, the main threat the United States faces now and in the future is its own weakness.*” (KRISTOL & KAGAN, 1996, p. 23).

externa dos Estados Unidos e seus interesses nacionais fundamentais (democracia, livre mercado e respeito pela liberdade) estavam quase sempre em harmonia.

Interna e externamente a política do país deveria seguir acreditando que os princípios da Declaração de Independência não refletiam apenas as escolhas de determinada cultura, mas seriam universais, verdades autoevidentes. Nesse sentido, sob a ótica dos autores, preservar internamente os elementos centrais da tradição ocidental e professar indiferença em relação a esses mesmos princípios no exterior seria de uma inconsistência inexplicável (KRISTOL & KAGAN, 1996).

Michael A. Ledeen reforça:

Nesses dias de relativismo multicultural é fora de moda declarar abertamente o que o resto do mundo tem como certo: a superioridade da civilização americana. No entanto, esse fato nos torna automaticamente alvo de todos os tiranos. Eles nos atacam porque enquanto estamos aqui, seu próprio povo vai querer mais liberdade, ou, na sua falta, vai enfrentar dificuldades inimagináveis para se juntar a nós. (1996).<sup>91</sup>

Irving Kristol sintetiza:

O povo americano vê sua nação como sendo excepcional, com uma missão muito especial no mundo. Esta missão tem um componente moral indelével – cabe a nossa política externa fazer do mundo um lugar melhor para a humanidade habitar. Sobre isso há consenso. Mas não há consenso sobre como isso deve ser feito. [...] Com o fim da Guerra Fria, o que realmente precisamos é de um claro inimigo ideológico e ameaçador, digno da nossa coragem, que possa nos unir na oposição. Não é isso que o filme de maior sucesso do ano, "Independence Day", está nos dizendo? Onde estão os nossos *aliens* quando mais precisamos deles? (1996).<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> *"In these days of multicultural relativism, it is unfashionable to state openly what the rest of the world takes for granted: the superiority of American civilization. Yet that fact makes us the automatic target of all tyrants. They attack us because so long as we are here, their own people will want more freedom or, failing that, will brave unimaginable hardships to come here and join us."* (LEDEEN, 1996).

<sup>92</sup> *"The American people see their nation as being an exceptional one, with a very special mission in the world. This mission has an ineradicable moral component -- our foreign policy is supposed to make the world a better place for humanity to inhabit. There is consensus on this. But there is no consensus on how this is to be accomplished. [...]"*

*With the end of the Cold War, what we really need is an obvious ideological and threatening enemy, one worthy of our mettle, one that can unite us in opposition. Isn't that what the most successful movie of the year, "Independence Day," is telling us? Where are our aliens when we most need them?"* (KRISTOL, 1996).

Irving Kristol é considerado o fundador do neoconservadorismo americano. Foi editor-chefe da revista *Commentary* e co-fundador da sede da Encounter no Reino Unido. Depois de oito anos como vice-presidente executivo da Basic Books, Kristol tornou-se professor da New York University Graduate School of Business. Em 2002, foi condecorado pelo presidente George W. Bush.

Cf.: <http://www.aei.org/article/society-and-culture/citizenship/the-emerging-american-imperium/>. Último acesso em: 17 jan. 2014.

Como podemos observar, o mesmo momento, partilhado por diferentes olhares, pode resultar em preocupações, percepções, construções de realidades bastante distintas e de políticas por vezes imprevisíveis. As lentes de Eric J. Hobsbawm (1995), por exemplo, enxergaram as incertezas do mundo pós-Guerra Fria sob determinado prisma, ao passo que as lentes de William Kristol e Robert Kagan (1996) seguiram em outra direção. Até aqui, nossa intenção foi acentuar a divisão entre pensamentos sobre o mesmo contexto, elaborados no calor da hora, para verificar, com acesso à documentação, alguma evidência da influência destes pensamentos, além das teses reacionárias identificadas por Albert O. Hirschman, com ênfase nos Estados Unidos em seu papel de potência hegemônica.

### 2.3 Analisando o Global Trends 2010

Primeiro de um serial de cinco documentos quadrienais, o Global Trends 2010 é o único, dentre os relatórios do NIC, em que o futuro já é passado.<sup>93</sup> Publicado em novembro de 1997, o serial sugeriu as tendências globais para 2010, o que o torna diferente dos outros quatro relatórios: (1) Global Trends 2015, publicado em 2000; (2) Global Trends 2020, publicado em 2004; (3) Global Trends 2025, publicado em 2008; e (4) Global Trends 2030, publicado em 2012. Contudo, em se tratando de reação a mudanças sob as lentes de Albert O. Hirschman e as três teses reacionárias por este identificadas, a referência ao passado, ao presente ou ao futuro torna-se indiferente.

Vale ressaltar que não se trata de passar o ano de 2010 a limpo, mostrando destarte a fragilidade do cenário na sua capacidade prospectiva. Busca-se, ao contrário, escapar do impulso de confrontar argumentos com base no que hoje se sabe sobre 2010. O que norteia a análise desta documentação, como já detalhado em momento anterior, é a busca pelas teses reacionárias definidas por Albert O. Hirschman e pelas filiações teóricas ou correntes de pensamento que possam ter influenciado a elaboração das conjunturas utilizadas sob a forma de premissas ou

---

<sup>93</sup>O documento encontra-se disponível em: <http://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends/global-trends-2010>. Último acesso em: 31 dez. 2013.

Cumpra lembrar que, em 1997, o democrata Bill Clinton (1993-2000) iniciava seu segundo mandato na Casa Branca.

tendências no Projeto Global Trends do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NIC.

Sob a ótica do Global Trends 2010, o qual a partir de então trataremos por GT 2010, o debate público sobre a segurança nacional, durante a década de 1990, permanecia centrado em visões tanto limitadas quanto ambiciosas. Limitadas, no sentido de se concentrarem nas tradicionais questões de guerra e paz; e ambiciosas por considerarem que os governos ainda teriam capacidade de moldar, de forma decisiva, os eventos na arena internacional. Para o NIC, essas visões já não davam conta dos desafios que o mundo enfrentaria em 2010.

Ao abordar a emergência de novo conceito de ordem internacional, o GT 2010 identifica que a anterior repousava fundamentalmente sobre um arranjo estável de poder entre os Estados. Tal seria a marca registrada do sistema internacional que emergiu no final da Segunda Guerra Mundial, e do ambiente no qual os Estados Unidos teriam se tornado a superpotência global. Entretanto, esse sistema estaria chegando ao fim. Três mudanças, mais pronunciadas entre 1997 e 2010, tornariam insuficientes as abordagens tradicionais. A primeira mudança revela que a maioria dos conflitos continuaria cada vez mais definida como blocos de conflitos internos, e não entre Estados.

A segunda mudança diz respeito ao fato de que alguns Estados não conseguiriam cumprir os requisitos básicos que ligam cidadãos a seus governos – serviços essenciais, proteção, e um ambiente propício à estabilidade e ao crescimento. Como desdobramento do fracasso, esses Estados poderiam até mesmo se desintegrar.

Por fim, a terceira mudança em curso levaria os Estados, mesmo aqueles relativamente distantes dos índices de pobreza e de instabilidade política, à perda do controle de partes significativas de suas agendas nacionais, em virtude da expansão da economia e das contínuas transformações na área da tecnologia da informação (NIC, 1997).

Após identificar as três mudanças substantivas para o período, seguindo com o GT 2010, a política econômica nacional, em uma era de globalização do comércio e das finanças, estaria rapidamente se tornando um paradoxo. Atores não estatais não suplantariam o poder dos governos, mas os enfraqueceriam. Os governos sofreriam com limitações para influenciar as agendas desses atores. A boa notícia:

os governos se beneficiariam da tecnologia que move informações, bens e serviços. A má notícia, do ponto de vista dos governos, é que estes teriam menor capacidade de controlar tais fluxos unilateralmente. Grupos internacionais vinculados ao crime organizado se aproveitariam de tais tecnologias, ignorariam os governos ou buscariam miná-los quando estes tentassem impedir a execução e expansão das atividades ilegais (NIC, 1997). Verifica-se a ocorrência da tese da perversidade: mudanças trazendo efeito contrário, ou seja, beneficiando o crime organizado e colocando governos na condição de incapazes para lidar com semelhante situação.<sup>94</sup>

Ao olhar para 2010, novas normas internacionais de comportamento estariam sendo desenvolvidas através da experiência adquirida com diversas crises, como a que se deu em Ruanda e na Bósnia. Essas crises seriam responsáveis por desencadear profundo debate sobre em que circunstâncias a intervenção — política, econômica ou militar — poderia ser considerada legítima, adequada, ou essencial. Cada vez mais as agendas de segurança nacional seriam dominadas por cinco perguntas: Intervir? Quando, com quem, com quais ferramentas, e para qual fim?

Linhas divisórias claras entre as noções de guerra e paz, de ameaças à segurança nacional, e dos objetivos das missões — três critérios pelos quais os Estados Unidos mensurariam a estabilidade e o calibre das respostas — estariam sendo reescritas. Uma das questões mais desafiadoras seria até que ponto os Estados Unidos assumiriam a liderança na definição e levariam adiante esse novo conceito de ordem, incluindo o compromisso de seu poder econômico e militar de apoiar esta mudança (NIC, 1997). Em nosso entendimento, na proposição de que existiria um compromisso por parte dos Estados Unidos no sentido de definir o novo conceito de ordem, incide claro princípio neoconservador.

Ao lado da nova ordem, o GT 2010 observa a sobrevivência da *velha* ordem. Sob a ótica do NIC, a norma do sistema internacional é a evolução — assim as tendências identificadas como dominantes coexistiriam com estruturas e agendas antigas de Estados-nações e de governos nacionais. Dito isso, alguns Estados persistiriam naquilo que o documento chamou de armadilhas da soberania — como a

---

<sup>94</sup> *"International organized crime groups will take advantage of such technology as well, bypassing governments, or seeking to undermine them when governments try to block their efforts to run and expand their illegal activities."* (NIC, 1997).

Rússia ou a China; outros insistiriam em afirmar que essas novas forças não alterariam suas agendas nacionais — como a Coreia do Norte ou Cuba; ou suas ambições regionais — como o Iraque ou o Irã. Quanto aos Estados Unidos, além de enfrentarem o desafio de lidar com o novo conceito de ordem, ainda teriam de desenvolver meios para lidar com os desafios gerados por Estados aferrados ao velho conceito (NIC, 1997). A nosso ver, o termo armadilha não se explica, e novamente nota-se referência à excepcionalidade dos Estados Unidos. Dentro do espectro da multipolaridade, esse lugar especial não existiria. Mais uma vez, o argumento parece refletir o pensamento neoconservador.

Na parte do documento reservada às tendências propriamente ditas, o GT 2010 previu que os Estados Unidos teriam de enfrentar seis tendências globais, que poderíamos chamar de variáveis, as quais ajudariam a moldar suas políticas de segurança nacional: (i) população; (ii) crescimento da renda *per capita*; (iii) alimentos; (iv) comunicações; (v) energia; (vi) tecnologia militar e dissuasão.

A (i) população aumentaria de 1,2 milhão, em 1997, para mais de 7 bilhões até 2010. Mais de 90% desse crescimento ocorreria nos países em desenvolvimento. Em algumas sociedades, o número crescente de jovens entre 15 e 24 anos tensionaria sistemas de educação, infraestrutura e mercado de trabalho. Para o mundo industrializado, o tema população não estaria associado ao crescimento, mas à expectativa de vida cada vez maior, somada a taxas de natalidade decrescentes. Governos continuariam a lutar para fornecer bem-estar social e serviços de saúde, enquanto a força de trabalho, cujos impostos ajudam a financiar estes serviços, encolheria (NIC, 1997). Chama a atenção o recurso à tese da futilidade: o aumento da população não configuraria mudança significativa. Restrito aos países em desenvolvimento, esse aspecto não resolveria a relação desproporcional entre a força de trabalho no mundo industrializado e o custo de seu bem-estar social e de serviços de saúde. Assim, essa primeira tendência, ou seja, o aumento da população representaria uma mudança inútil para o mundo industrializado. Inútil e preocupante, uma vez que o crescimento populacional no mundo em desenvolvimento exerce pressão migratória.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> "About 95% of this growth will be in developing countries. [...] Population growth will also fuel migration pressures [...]."

"For the industrialized world, the population problem will not be associated with growth but with increasing lifespans and decreasing birth rates. The "Social Security-Medicare" debate already reverberating throughout

Na antiga União Soviética, referência utilizada no texto original, a questão da população estaria relacionada a problemas econômicos e sociais. Seriam necessários muitos anos e esforços concentrados nas áreas de saúde, meio ambiente e progresso econômico, para reverter o quadro. De acordo com o relatório do NIC, a extensão dos males demográficos russos estaria refletida no declínio acentuado e sem precedentes da expectativa de vida masculina no país (NIC, 1997). Ao observar que o trabalho em torno dessas variáveis – no caso, a população – deveria ajudar a moldar as políticas de segurança nacional dos Estados Unidos, somos levados a considerar que a inclusão da Rússia somente parecerá fazer sentido se ponderarmos sobre a preocupação dos neoconservadores com relação à perpetuação ou à nova tentativa de projeção de poder deste país com vistas a recuperar sua condição de superpotência, fazendo sombra ao momento unipolar capitaneado pelos Estados Unidos. A abordagem sugere desconstruir o *status* de potência e desacreditar a Rússia.

Quanto ao (ii) crescimento da renda *per capita*, o GT 2010 determinou que o então considerado triunfo do Ocidente, em finais do século XX, responderia pelo componente econômico, bem como por sua reconhecida vertente ideológica: a aceitação universal da noção e da expectativa do progresso material (NIC, 1997). A nosso ver, o recurso à ideia de triunfo do Ocidente e de aceitação universal do respectivo modelo econômico incorpora fortemente o pensamento de Francis Fukuyama sobre o *fim da história*. Cumpre lembrar que Fukuyama foi um dos signatários da Declaração de Princípios do Project for the New American Century – PNAC, influente *think tank* neoconservador fundado em 1997. O ideólogo foi considerado um dos expoentes do pensamento neoconservador, com o qual alega ter rompido em 2006.<sup>96</sup>

O GT 2010 projetou crescimento real da renda *per capita* de mais de 2% ao ano, entre 1997 e 2010. Alimentado pela aceleração do comércio mundial, baseado na aquisição de novas tecnologias, e somado à integração dos mercados de capitais, o crescimento econômico traria riqueza sem precedentes para maior número de Estados. Muitos desses Estados canalizariam esse crescimento no

---

*the developed world will be acute. Governments will struggle to provide social welfare and health services to an aging population, while the labor force--the pool whose taxes help finance these services--shrinks.*" (NIC, 1997).

<sup>96</sup> Mais detalhes em: FUKUYAMA, Francis. *After Neoconservatism*. **The New York Times**, 19 fev. 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/02/19/magazine/neo.html?pagewanted=all& r=0>. Último acesso em: 03 jan. 2014.

fornecimento de serviços para seus cidadãos; outros, no entanto, direcionariam seus recursos para a edificação de capacidades militares com fins agressivos contra seus vizinhos, ou para defenderem-se de vizinhos potencialmente belicosos.

O crescimento seria desigual; nem todos os Estados, nem todos os cidadãos em todos os Estados se beneficiariam igualmente. O medo de ser deixado para trás geraria tensões entre os países e entre grupos dentro de países, ao passo que as diferenças de renda aumentariam. Entre os perdedores, localizados na África e no Oriente Médio, estariam incluídos Estados dispostos ao uso da força para reverter seu fracasso (NIC, 1997). Essa crença esbarra na visão neoconservadora, como explicitado por Charles Krauthammer ao enunciar o surgimento de Estados agressivos (1990).

O crescimento desencadearia novas demandas de infraestrutura — água; energia; comunicações; coleta de lixo; transporte urbano; saúde pública; habitação; e educação. A falta de resposta a essas exigências provocaria descontentamento com governos, reações contra o conceito de modernização e enfrentamento das políticas e filosofias ocidentais (NIC, 1997). Sobrevém a tese da perversidade: apesar do crescimento sem precedentes de alguns países, o resultado seria o descontentamento resultante da falta de respostas destes países às novas demandas.<sup>97</sup>

Sobre os (iii) alimentos, o GT 2010 atestou que o problema de alimentar uma população em crescimento não seria a agricultura ou a ciência, mas a estabilidade política, o transporte e a distribuição. O documento previu, através da engenharia genética, uma quarta revolução agrícola. Todavia, tal como no passado, segundo o relatório, a escassez de alimentos seria responsabilidade dos homens (NIC, 1997). Incide aqui a tese da futilidade: uma nova revolução agrícola seria inútil para lidar com a escassez de alimentos, uma vez que esta seria responsabilidade dos homens.<sup>98</sup> Chama a atenção o equivalente moral desse argumento, como priorizado por William F. Whyte em nome dos princípios do neoconservadorismo (1989).

---

<sup>97</sup> "Growth will carry new demands on infrastructure--water, energy, communications, waste disposal, urban transportation, public health, housing, and education. Failure to accommodate these demands will trigger disaffection with government, backlashes against the concept of modernization--and clashes against Western policies, philosophies, and presence." (NIC, 1997).

<sup>98</sup> "We anticipate genetic engineering fueling a fourth agricultural revolution by the end of this timespan. As in the past, shortages will be man-made." (NIC, 1997).

Nas (iv) comunicações, a contínua revolução digital diminuiria distâncias e enfraqueceria barreiras para o fluxo de informações. A competição entre as empresas continuaria para além de perspectivas regionais ou nacionais, otimizando o comércio global. Governos se beneficiariam do sucesso dessas empresas. No entanto, a evolução das comunicações frustraria os esforços do governo para controlar o fluxo de informações, o que, em alguns casos, prejudicaria sua autoridade (NIC, 1997). Ocorre aqui a tese da ameaça: mudanças trazidas pela revolução nas comunicações prejudicariam a autoridade de governos, ou seja, trariam a perda de algo anteriormente conquistado.<sup>99</sup>

Quanto à (v) energia, o crescimento da população e da renda *per capita* impulsionaria a demanda, especialmente com as economias chinesa e indiana em expansão. Avanços tecnológicos poderiam também atender a essa demanda. Melhorias na eficiência de células solares e baterias resultariam em um dado positivo, mas não afetariam significativamente a dependência global de combustíveis fósseis até 2010 (NIC, 1997). Nova incidência da tese da futilidade: avanços tecnológicos são um dado positivo, mas não respondem à dependência global de energia.<sup>100</sup> Seguindo com o GT 2010, problemas surgiriam não por escassez geral, mas em consequência de perturbações no fornecimento de petróleo, decorrentes de instabilidades político-militares (NIC, 1997). Voltamos nossa atenção ao peso da influência de Daniel Yergin, o qual no início da década de 1990, em obra premiada com um Pulitzer, afirma que desde a crise do petróleo de 1973 “a economia petrolífera estava mudando, assim como a política que a rodeava – de forma dramática.” (YERGIN, 2010 [1990], p. 670).<sup>101</sup>

Para a (vi) tecnologia militar e dissuasão, o GT 2010 se orientou no sentido de que munições guiadas com precisão e tecnologias de informação continuariam como

---

<sup>99</sup> “Governments will benefit from the success of these businesses. However, communications will also thwart government efforts to control the flow of information, which, in some instances, will undermine their authority.” (NIC, 1997).

<sup>100</sup> “Improvements in the efficiency of solar cells and batteries will result in greater use of these and other renewable energy resources, but they are unlikely to significantly affect global reliance on fossil fuels during this time period.” (NIC, 1997).

<sup>101</sup> Daniel Yergin, PhD pela Cambridge University, é vice-presidente da organização IHS, fundador da Cambridge Energy Research Associates e especialista em energia global da CNBC. É membro da Brookings Institution, do Conselho de Administração da Fundação New America e do Conselho Consultivo do Instituto de Energia e Tecnologia de Massachusetts. Na esfera governamental, dirigiu um departamento voltado à Pesquisa Energética Estratégica e Desenvolvimento e, na presente data, atua ao lado do secretário do Conselho Consultivo de Energia dos EUA.

Cf.: <http://danielyergin.com/the-author/>. Último acesso em: 03 jan. 2014.

as principais características da revolução em assuntos militares. Alguns países teriam avançado tecnologicamente o equipamento militar à sua disposição, obtido a partir de mercadores de armas e de outros governos. No entanto, nenhum poder seria capaz de se igualar às capacidades tecnológicas dos Estados Unidos no campo de batalha, até 2010 (NIC, 1997). Advém a tese da futilidade: por mais que países avançassem em termos de tecnologia militar, este avanço seria inútil, uma vez que nenhum poder se igualaria ao norte-americano nesta esfera.<sup>102</sup> Essa temática se encontra, como já indicado pela Declaração de Princípios do PNAC (1997) e por Danny Cooper (2011), no centro da pauta do debate neoconservador.

De acordo com o GT 2010, admitir inferioridade tecnológica não significaria submeter-se às políticas norte-americanas. Potenciais adversários tentariam neutralizar essa superioridade militar, utilizando meios não convencionais, muitas vezes assimétricos, os quais iriam desde o aumento da prática terrorista até a possível utilização de armas de destruição em massa. Em razão do custo elevado para desenvolver capacidade nuclear, esses países adversários se concentrariam preferencialmente em armas químicas e biológicas. Sua finalidade seria ameaçar os aliados dos Estados Unidos, minar a presença norte-americana nas respectivas regiões, e enfraquecer o apoio público dos EUA ao uso de forças militares no exterior. Conclui o GT 2010: a capacidade tecnológico-militar dos Estados Unidos não seria suficiente para garantir a proteção dos interesses do país (NIC, 1997).<sup>103</sup> Verificamos nova influência do pensamento neoconservador, cuja crença na necessidade de aumentar os gastos com defesa foi detalhadamente defendida por William Kristol e Robert Kagan (1996), os dois fundadores do Projeto para o Novo Século Americano - PNAC, em 1997, mesmo ano da publicação do *Global Trends 2010* pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos - NIC.

Sob a ótica do GT 2010, ao tratar as mudanças de forma mais localizada, cada grande região seria afetada pelas tendências supramencionadas. Para alguns países e regiões, as consequências dessas tendências seriam mais acentuadas. Alguns governos teriam a capacidade de gerir a mudança, outros seriam oprimidos por esta. No entanto, mesmo aqueles que porventura administrassem as transições

---

<sup>102</sup> *"Other countries will have technologically advanced military equipment at their disposal, obtained from arms merchants and other governments. However, no power will be able to match US battlefield technological capabilities during this time frame [...]"*. (NIC, 1997).

<sup>103</sup> *"In sum, our military technological prowess will not be enough to guarantee that our interests will be protected [...]"*. (NIC, 1997).

com sucesso não ficariam imunes às consequências das administrações mal sucedidas (NIC, 1997). Advém dessa assertiva a tese da futilidade: administrações bem-sucedidas seriam inúteis diante das consequências de más administrações.<sup>104</sup>

O relatório aborda as seguintes regiões: (i) Europa; (ii) Rússia; (iii) Leste da Ásia; (iv) Oriente Médio; (v) Sul da Ásia; (vi) África; e (vii) América Latina.

Na (i) Europa, a agenda dos governos europeus seria dominada por três questões – mais relacionadas com o futuro deste continente do que com o seu papel no mundo. Primeiramente, os governos europeus seriam absorvidos pela necessidade de renegociar o contrato social, ou seja, os programas de benefícios de bem-estar social, criados pós-1945. Essa não seria uma opção, mas uma necessidade. Pois a grande população envelhecida ficaria sobre um diminuto grupo de trabalhadores, as taxas de natalidade continuariam em declínio, e o desemprego seguiria crônico. A rigidez do mercado de trabalho e a falta de crescimento da produtividade fortaleceriam as tendências protecionistas.

O segundo desafio da Europa seria com relação à União Europeia em sua condição de veículo eficaz de deliberação política e de execução. Como as decisões tomadas por uma autoridade monetária europeia teriam mais peso do que políticas nacionais, futuros líderes alemães ficariam menos inclinados a assumir o encargo de construir uma Europa unida ou a subsumir os interesses alemães à rubrica da Europa ou da relação transatlântica (NIC, 1997). Note-se a tese da futilidade: o esforço em direção às capacidades supranacionais da União Europeia seria em vão, haja vista a posição contrária da Alemanha no sentido de submeter seus interesses nacionais. Cumpre ressaltar que a União Europeia pode ser entendida como uma forma possível de fazer frente ao poder norte-americano.<sup>105</sup>

A terceira questão seria definir o papel da América em relação à segurança, em uma Europa que continuaria a lutar por maior unidade nas políticas de segurança e militar. Em virtude do orçamento e das realidades militares, os europeus perceberiam que a substituição da OTAN seria um equívoco. O curso, pelo menos até 2010, seria uma OTAN provavelmente alargada que servisse como

---

<sup>104</sup> "Some governments will have the capacity to manage change, others will be overwhelmed by it. Yet even those who successfully manage transitions cannot remain immune from the consequences of those who do not." (NIC, 1997).

<sup>105</sup> "Europe's second challenge will be to translate an enlarged and deepened EU into an effective vehicle for policy deliberation and execution.[...] Future German leaders will be less inclined to shoulder the burden of building a united Europe or to subsume German interests under the rubric of Europe or the transatlantic relationship." (NIC, 1997).

veículo primário para lançamento e sustentação das "coalizões de vontades". Debates não seriam travados para suplantam a OTAN, mas para desenvolver a liga europeia dentro daquela Aliança.

A opinião pública do continente continuaria a apoiar a presença militar dos EUA na Europa, em parte como salvaguarda contra a Rússia, contra a renacionalização das defesas, e em parte como consequência da entrada da OTAN no imbróglio na Bósnia – atitude que teria reafirmado a eficácia da Aliança na gestão das crises no pós-Guerra Fria.

Os interesses estratégicos que uniam os Estados Unidos e os países europeus seriam fustigados por várias questões controversas: diferenças sobre a política em relação ao Irã e ao Iraque (onde mudanças políticas ocorreriam em ambos os países em 2010); custos de subscrever uma paz no Oriente Médio; pontos de vista divergentes sobre o futuro das relações entre Turquia e Europa; e posições dos EUA sobre "comércio justo *versus* comércio livre", sobre extraterritorialidade, e sobre o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) em resolução de litígios comerciais. Em virtude do crescimento das economias do Leste Asiático, notadamente a da China, a Europa deslocaria seus interesses econômicos em direção a esta área.

No caso da (ii) Rússia, a erosão ocorrida na autoridade do governo central não seria facilmente revertida, uma vez que algumas regiões iriam querer manter o poder acumulado, e atores não estatais – de instituições financeiras internacionais a grupos de crime organizado – afetariam o curso e o ritmo do desenvolvimento econômico, social e político russo.

Sucessores do presidente Yeltsin poderiam tentar alterar o sentido da deriva de Moscou, como narra o documento. Uma liderança firme poderia reforçar as instituições democráticas e as normas ainda incipientes; direcionar questões a respeito da apatia pública, da desconfiança ou da desilusão acerca do sistema político da Rússia; e tratar questões sociais e econômicas que permaneciam sem solução desde o colapso do regime soviético.

Durante a Guerra Fria as prerrogativas do poder teriam sido medidas em termos de poder militar. Para 2010, o relatório do NIC previu que essas prerrogativas seriam medidas mais em termos de recursos econômicos, e a Rússia permaneceria economicamente fraca para além daquele ano. Caso um futuro líder surgisse

empenhado em recuperar o antigo *status* da Rússia e ameaçar os interesses ocidentais, este plano levaria anos para se realizar, mesmo com ações em curso (NIC, 1997). Novo episódio da tese da futilidade: qualquer tentativa russa de fazer sombra ao poder dos Estados Unidos seria infrutífera porque levaria anos para se fazer sentir.<sup>106</sup> Cabe registrar que, em 1990, Joseph S. Nye, Jr., antes mesmo de consolidar seu conceito de *soft power*, afirmava que:

Alguns observadores argumentam que as fontes de poder estão, em geral, afastando-se da ênfase na força militar e na conquista que marcou épocas anteriores. Para acessar o poder internacional hoje, fatores como tecnologia, educação e crescimento econômico estão se tornando mais importantes. (NYE, 1990, p. 179).<sup>107</sup>

As tendências demográficas – baixa taxa de natalidade e declínio na expectativa de vida – teriam efeito cascata na política russa, com especial foco na saúde, no emprego, e no padrão de vida em geral.

As Forças Armadas da Rússia – segundo o GT 2010, mal equipadas e com missões mal definidas – necessitariam de mudanças, mas não estaria claro o quanto estas mudanças seriam planejadas e propositivas e o quanto seriam reativas. O processo de enxugamento, reorganização e requalificação das forças russas seria longo e doloroso, considerando-se os poucos recursos destinados aos militares. Como resultado, a Rússia continuaria muito fraca, incapaz de projetar sua força militar para além de seus vizinhos mais próximos (NIC, 1997). Nova tese da

---

<sup>106</sup> “Were a future leader to emerge bent on reclaiming Russia's old status and on threatening Western interests, it would take years to accomplish, even after decisions to alter course were made and plans put in motion.” (NIC, 1997).

<sup>107</sup> “Some observers have argued that the sources of power are, in general, moving away from the emphasis on military force and conquest that marked earlier eras. In assessing international power today, factors such as technology, education, and economic growth are becoming more important.” (NYE, 1990, p. 179).

Sobre o *soft power*, “isto é, levar outros a desejar o mesmo que nós próprios [...] pode basear-se em recursos como a capacidade de atração das nossas ideias ou a capacidade de determinar a agenda política de modo a moldar as preferências expressas por outros.” (NYE, 2002 [2000], p. 72-73).

Listado entre um dos pensadores mais influentes das últimas duas décadas e considerado por muitos o mais influente na política externa norte-americana, o cientista político, professor de Harvard, Joseph S. Nye, Jr. também fez parte de três agências do governo dos Estados Unidos: de 1977 a 1979, atuou como vice na Subsecretaria de Estado para Assistência à Segurança, Ciência e Tecnologia e presidiu o Grupo Nacional de Conselho de Segurança sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares. Em 1993 e 1994, foi presidente do Conselho Nacional de Inteligência - NIC, instituição de inteligência ligada à presidência da república. Cumpre lembrar que nossa documentação passou a ser produzida e publicada por essa instituição a partir de 1997. Por fim, em 1994 e 1995, Nye foi secretário-assistente da Defesa para Assuntos de Segurança Internacional. Mais detalhes em: <http://joenye.com/about>. Último acesso em: 02 jan. 2014.

futilidade: mesmo realizando mudanças, as capacidades militares russas continuariam fracas.<sup>108</sup>

Potenciais sucessores do governo russo poderiam escolher tocar em nascentes sentimentos nacionalistas, alimentados pelo grau de dificuldades econômicas do país e pelo sentimento de desilusão com o quadro de políticos. Esse nacionalismo também poderia ser nutrido, caso a evolução europeia na política, na economia e na segurança marginalizasse, ainda que aparentemente, a Rússia (NIC, 1997).

A alusão a novo nacionalismo nos leva à obra de Henry Kissinger, indicando sua influência no leque de possibilidades aberto para especular sobre a Rússia.<sup>109</sup> Nas palavras de Kissinger:

Na emergente ordem internacional, o nacionalismo adquiriu uma vida nova. As nações têm procurado atender aos seus próprios interesses no lugar de tenderem a altos princípios, além de dedicarem-se mais à competição do que à cooperação. (1997 [1994], p. 13).

Segundo os termos do próprio GT 2010, a Rússia continuaria a afirmar seu direito de ser levada a sério e, muitas vezes, adotaria posições diferentes daquelas firmadas pelos Estados Unidos. O país seguiria desenvolvendo suas relações com o Irã e outros. O relatório registrou a possibilidade de atividades diplomáticas periódicas entre Rússia e China, alimentadas pelo comércio voltado para a esfera militar e objetivos mutuamente compatíveis: desejos russos de demonstrar laços com outros atores-chave, e desejo da China de se proteger contra contenção.

Ao se voltar para o (iii) Leste da Ásia, o GT 2010 indica o fato de que, por força de seu tamanho, da varredura regional, do crescimento econômico, das reivindicações territoriais e, como registrado no documento, da insistência em ser levada a sério no papel de grande *player* de política externa, a China passaria a

---

<sup>108</sup> *"The process of downsizing, reorganizing, and retraining will be long and painful, particularly given the meager resources allotted to the military. As a result, Russia will remain too weak to project its military force beyond its close neighbors."* (NIC, 1997).

<sup>109</sup> Henry Alfred Kissinger, cientista político e diplomata norte-americano, foi membro do corpo docente da Harvard University entre os anos de 1954 e 1969, ano em que passou a ter reconhecida influência na política externa norte-americana. Figura que ainda incita polêmica, foi ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em 1973, e neste mesmo ano assumiu como Secretário de Estado dos Estados Unidos, cargo que ocupou até 1977, atravessando os mandatos de Richard Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1977). Atualmente, Kissinger é presidente da Kissinger Associates, empresa de consultoria internacional. Também é membro do Conselho Internacional do JP Morgan Chase & Co, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, e da Associação de Política Externa, entre outras atividades relacionadas. O ex-secretário de Estado, conhecido por sua identificação com a vertente realista das Relações Internacionais, ainda é considerado figura pública influente. Mais detalhes em: <http://www.henrykissinger.com/biography.html>. Último acesso em: 05 jan. 2014.

preocupar de forma crescente os políticos dos EUA. Contudo, de acordo com o relatório, da mesma forma que a China teria potencial para se tornar potência militar dominante na região, seria assolada por graves problemas internos que, no julgamento do NIC, impossibilitariam a manutenção de sua posição durante o período de tempo em análise, ou seja, até 2010 (NIC, 1997). A tese da futilidade pode ser verificada: apesar do potencial para se tornar potência militar na região, a China ficaria impossibilitada em razão de problemas internos.<sup>110</sup> O GT 2010 alegou que tendências globais supramencionadas, como as questões que envolvem a população (e tensões associadas à urbanização), além da demanda de energia e alimentos, delinearão as questões internas da China.

O governo chinês continuaria a ter dificuldades no recolhimento de receitas para financiar seus programas. Com 70% de sua população ainda na agricultura, a China teria longo caminho a percorrer para desenvolver uma economia moderna em âmbito nacional.

O crescimento econômico no Leste da Ásia continuaria alavancando tecnologicamente os países da região. A integração econômica regional crescerá, fomentando cooperação política, mas nada comparado às instituições multilaterais e aos arranjos característicos da Europa. Uma OECDE asiática poderia surgir, com foco em discussões econômicas e técnicas.

Já o Japão teria sua força econômica golpeada por demandas de sua população cada vez mais idosa. As dificuldades do Japão seriam agravadas pela necessidade de gerenciar seu declínio no setor industrial. Sob a ótica do GT 2010, os desafios consumiriam significativa energia política japonesa, pelo menos, até 2007.

Pela expectativa do relatório, entre 1997 e 2012 o mundo testemunharia a transformação da Coreia do Norte e o fim das tensões militares na península. A presença da segurança norte-americana na região exerceria função tanto na transição quanto na percepção das ameaças regionais, após a transição. Uma rápida retirada dos EUA, em virtude de considerações orçamentárias ou mudanças na opinião pública norte-americana, certamente contribuiria para a instabilidade na região. O desengajamento dos EUA aumentaria a probabilidade de tensões ou de

---

<sup>110</sup> "While China has the potential to become the region's dominant military power, it is beset by significant internal problems that in our judgment will preclude it from becoming so during this time frame." (NIC, 1997)

potenciais conflitos que envolveriam a China, o Japão, a Coreia ou o Vietnã, ao que se somaria a manifesta competição entre China e Japão (NIC, 1997). Esse cenário registra uma nova incidência do axioma neoconservador acerca da presença norte-americana no mundo, como marcado por Irving Kristol (1996) e por seu filho William Kristol e Robert Kagan (1996).

Sob a lente do relatório do NIC para 2010, o sudeste asiático continuaria entre as regiões com maior crescimento econômico no mundo, embora este crescimento devesse ser retardado por aumentos de salários, aumento da concorrência e da volatilidade do mercado. Os países da região continuariam a atrair investimento estrangeiro direto, e exportadores estrangeiros ansiosos para tirar vantagem dos mercados de energia, telecomunicações, outros bens de produção sofisticados e produtos agrícolas.

As ascendentes economias do sudeste da Ásia permitiriam que os países da região continuassem a aprimorar suas forças militares, particularmente a projeção de poder das capacidades de suas marinhas e forças aéreas. Essas forças seriam orientadas para a proteção das zonas marítimas contestadas pela China. Embora estas e outras disputas pudessem causar aumento da tensão, o NIC estimou que o aumento do comércio entre esses países e as organizações regionais conteria o agravamento de quaisquer disputas regionais (NIC, 1997). Para escapar mais uma vez ao foco no neoconservadorismo, citamos o peso das ideias de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye Jr. sintetizadas na teoria da interdependência complexa, publicada originalmente em 1977. De acordo com esses autores, as características da política mundial, em processo de transformação, determinariam uma noção de poder mais imprecisa, com contornos menos definidos para efeito de cálculo das capacidades, como já apontado anteriormente, e uma interdependência sem precedentes nas esferas econômica e tecnológica (KEOHANE & NYE, 2011 [1977]).<sup>111</sup>

No (iv) Oriente Médio, o crescimento populacional, as mudanças demográficas, a urbanização, o declínio das condições econômicas (não satisfazendo as expectativas da população), e o uso do Islã como arma política

---

<sup>111</sup> Nas palavras de Joseph S Nye, Jr: "Como um termo analítico, a 'interdependência' refere-se a situações nas quais actores ou acontecimentos em diferentes partes de um sistema se afectam mutuamente. Simplificando, interdependência significa dependência mútua. Tal situação, em si própria, não é boa nem má e pode existir em maior ou menor quantidade" (NYE, 2002, p. 225).

fariam desta região uma das mais preocupantes para o futuro previsível. As taxas de crescimento da população, somadas ao anêmico desempenho econômico e aos fracos sistemas de ensino, levariam a um número significativo de pessoas desempregadas, pressionando governos a encontrar ou criar postos de trabalho. Sustentar redes de bem-estar social seria cada vez mais difícil, mesmo nos regimes ricos em petróleo.

As economias da região baseadas na produção de petróleo teriam, em 2010, falhado no processo de diversificação. A geração mais jovem estaria descontente, com a sensação de ter perdido o período do *boom* do petróleo, contrastando com a geração que teria experimentado a proeminência econômica nas décadas de 1970 e 1980. O GT 2010 previu o aumento do número de jovens desempregados, o que exacerbaria social e politicamente as tensões por toda a região.

A defesa do Islã continuaria a servir como grito de guerra para os que se mobilizassem contra inimigos externos, os que se preocupassem com a deterioração das condições econômicas, e os alarmados com o impacto dos valores ocidentais (NIC, 1997). Mais uma vez deixando à margem o pensamento neoconservador, essa passagem do GT 2010 mostra a vitalidade da teoria do choque de civilizações, desenvolvida por Samuel Huntington em 1993, já mencionada anteriormente.

Líderes políticos da região extrairiam duas lições da guerra do Golfo. Em primeiro lugar, montar e manter capacidades convencionais para desafiar o Ocidente não só seria caro, como inútil (NIC, 1997). Aqui, a tese da futilidade é utilizada em sua forma mais evidente.<sup>112</sup> Em segundo lugar, para prejudicar os interesses ocidentais, meios menos onerosos poderiam ser usados: desde intimidação, subversão e terrorismo, até o desenvolvimento de armas de destruição em massa. Nações despenderiam menos no desenvolvimento de armas químicas e biológicas, em oposição às armas nucleares. Contudo, Irã e Iraque tentariam continuar seus programas nucleares.

A região seria propícia à proliferação da tecnologia necessária ao desenvolvimento de armas de destruição maciça. Rússia e China, entre outros, continuariam a exportar tecnologia; a Europa ocidental olharia através da lente do mercado. A perseguição de capacidades para desenvolver armas de destruição em

---

<sup>112</sup> "Political leaders will draw two lessons from the Gulf war. First, mounting and sustaining a conventional capability to challenge the West will not only be expensive but futile." (NIC, 1997).

massa para terror, intimidação e dissuasão seria norma entre os anos de 1997 e 2010.

No Iraque, em 2010, o NIC afirmou que Saddam Hussein faria parte do passado do país, e o desafio seria assistir à emergência de um moderno governo secular, sem ameaçar países vizinhos.

No Irã, o poder passaria para a segunda geração de líderes, que teriam de enfrentar as consequências da má gestão econômica e do envolvimento clerical na política iraniana. O país prosseguiria com seus esforços no sentido de explorar o descontentamento popular em outros países do Oriente Médio; usar o terror, minando a confiança dos aliados dos Estados Unidos no que diz respeito à presença militar norte-americana; e desenvolver armas de destruição em massa (NIC, 1997). Acreditamos que a abordagem sobre o Oriente Médio vai ao encontro do alerta do neoconservador Irving Kristol em relação à necessidade que os Estados Unidos teriam “de um claro inimigo ideológico e ameaçador” (KRISTOL, 1996).

O progresso entre israelenses e palestinos seria desigual e intercalado por periódicas explosões de violência. O NIC previu a criação do Estado palestino até 2010. Esse cenário ocorreria mais por resignação comum do que por consequência de uma visão compartilhada. Um acordo não iria pôr fim ao terrorismo dirigido a Israel e à liderança palestina da nova entidade estatal (NIC, 1997). De acordo com a lógica da tese da futilidade, mesmo com a criação de um Estado palestino e a existência de um acordo entre israelenses e palestinos, não haveria paz entre as partes.<sup>113</sup>

Sobre o (v) Sul da Ásia, com o declínio do movimento dos não alinhados e da União Soviética, repousaria uma Índia ainda em luta por uma identidade no mundo. A liderança em Nova Deli (e no Partido do Congresso) estaria focalizada na afirmação da Índia em nível regional e global.

O país emergiria então como grande potência econômica, e permaneceria um poder militar regional. Em termos de economia, a Índia se voltaria para o Ocidente e exploraria o crescimento global da renda *per capita*. O crescimento da população, o aumento da demanda por energia, e a pressão sobre a infraestrutura absorveriam o

---

<sup>113</sup> “We anticipate a *de facto*--if not *de jure*--Palestinian State by 2010. This will come about less because of shared vision than common resignation. A settlement will not put an end to terrorism, directed at Israel and at Palestinian leadership of this new entity.” (NIC, 1997).

governo do país, o qual surpreenderia ao manter seu compromisso com a liberalização do comércio.

Do ponto de vista político, no entanto, a Índia continuaria seus esforços para definir para si um papel distinto dos países do Ocidente. Segundo o GT 2010, parte dessa postura decorreria da frustração do país ao verificar o grau da atenção internacional direcionada para sua rival, a China. Enquanto a Índia somente seria percebida como aquele ator sempre disposto a bloquear iniciativas de desarmamento nuclear, lutando com a Caxemira, ou em contenda com o Paquistão.

A Índia continuaria a reconstruir sua relação de comércio de armas com a Rússia, em esforço para modernizar suas forças armadas. O custo da construção de modernas capacidades convencionais seria proibitivo aos olhos do país. Entretanto, considerando seu desejo de se tornar um ator compatível com o seu tamanho, o arsenal nuclear da China e o potencial nuclear do Paquistão, Nova Deli continuaria comprometida com seu programa nuclear. Os esforços para incluir a Índia em tratados que disponham sobre alguma forma de controle nuclear seriam em vão. Segundo o GT 2010, a Índia precisaria ser convencida de que o Ocidente a trataria como um *player* sério para, então, mudar de posição quanto a tratados daquela natureza (NIC, 1997). A tese da futilidade pode ser conferida no sentido de que seria inútil tentar com a Índia qualquer tratado que limitasse ou restringisse seu programa nuclear.<sup>114</sup> Note-se que o argumento que reverteria a situação, ou seja, tratar a Índia como um jogador sério, se assemelha mais a uma formalidade argumentativa do que a um caminho palpável capaz de incluir de fato a Índia no concerto das nações.

O Paquistão continuaria a ser fustigado por tumultos políticos e violência esporádica. Os militares seguiriam se envolvendo na política do país. O exército seria desafiado por um aumento do fundamentalismo religioso em suas fileiras. Além disso, o Paquistão também daria continuidade ao seu programa nuclear, apesar da ausência de uma doutrina militar clara tanto na Índia quanto no Paquistão, uma vez que a rivalidade nuclear entre os dois países teria se assentado em dissuasão nada confortável.

Quanto à (vi) África, ainda que muitos países do continente estivessem obtendo ganhos políticos e econômicos, este progresso seria hesitante e frágil. De

---

<sup>114</sup> *“Efforts to draw India into the Comprehensive Test Ban Treaty or Fissile Material Cut-Off Treaty will falter. At a minimum, India would have to be convinced that the West was committed to treating it as a serious player over the long term before dropping its opposition to both treaties.”* (NIC, 1997).

acordo com o GT 2010, a região continuaria a ser o lar das pessoas mais pobres, menos saudáveis e dos maiores conflitos étnicos do mundo.

A marca do sistema de Estado moderno Africano — inviolabilidade das fronteiras e não ingerência nos assuntos internos — seria cada vez mais desafiada, particularmente quando o desgoverno interno levasse conflito a Estados vizinhos. A Organização da Unidade Africana (OUA) e as organizações regionais continuariam trabalhando no desenvolvimento da região, liderando intervenções, forças de manutenção da paz, e construindo formas de aprofundar novos códigos de conduta. Tais mudanças, porém, não levariam à estruturação de Estados em unidades étnicas homogêneas (NIC, 1997). A tese da futilidade se verifica, uma vez que o esforço em desenvolver o continente africano seria em vão no sentido de estruturar Estados etnicamente homogêneos.<sup>115</sup> Essa forma de abordar o continente, entretanto, limita os problemas daquele continente às questões étnicas, o que sugere nova influência do pensamento de Samuel P. Huntington em sua teoria do choque de civilizações, de 1993.

O sucesso dos principais Estados africanos e das organizações interestatais continuariam a depender da ajuda militar e financeira dos poderes externos, principalmente dos Estados Unidos e da França, bem como de uma economia mundial receptiva às exportações africanas de produtos primários (NIC, 1997). O papel dos Estados Unidos à frente das questões mundiais revela nítida adesão ao pensamento neoconservador, como se pode conferir em Irving Kristol (1996).

A África do Sul provavelmente seria um líder regional de sucesso, com capacidade diplomática, política, econômica e militar para ajudar a subscrever a ordem na África Austral. Sua economia e estrutura bancária avançadas seriam pontos importantes para o investimento na região.

O que marcaria a (vii) América Latina, entre 1997 e 2010, seriam o crescimento econômico, a consolidação da democracia, a cooperação regional, e maior ênfase nas organizações multilaterais. Pelo fato de muitos governos na região ainda apresentarem estilos hierárquicos e burocracias mal preparadas para o ritmo acelerado de um mundo cada vez mais complexo e tecnologicamente sofisticado,

---

<sup>115</sup> *"The OAU and regional organizations will continue to work at developing African-led intervention and peacekeeping forces, and build on current experiences to flesh out new codes of conduct. Such changes will not, however, lead to structuring of states into homogeneous ethnic units."* (NIC. 1997).

ONGs, instituições financeiras internacionais, empresas e organizações regionais assumiriam papel cada vez maior na sociedade civil. Tal envolvimento viria com a promessa de proporcionar uma base sólida para desenvolver parcerias em ampla variedade de questões, incluindo comércio e investimento; desenvolvimento sustentável; transporte; energia; defesa; cooperação e governança. À parte o envolvimento dos EUA, México e Brasil seriam as vozes dominantes no que diz respeito ao ritmo e à forma da cooperação regional e da integração econômica. Cúpulas seriam essenciais para a justaposição e expansão das atividades dessas instituições multilaterais.

A região continuaria a ser ameaçada pelo narcotráfico e pelo crime organizado internacional. Essas organizações manteriam a capacidade de minar instituições governamentais e, em alguns casos, tais como no norte do México e em partes da Colômbia, suplantar as funções principais do governo local (NIC, 1997). Observa-se a tese da ameaça: a continuidade do crime organizado e do narcotráfico na região colocaria a perder conquistas importantes, como instituições governamentais, ou ainda parte da legitimidade de alguns governos locais.<sup>116</sup>

No México, o tráfico de drogas e a corrupção seriam um desafio tanto para o governo quanto para a sociedade em geral. O país teria menos sucesso na resolução de questões sociais urgentes, parte em razão da severa reestruturação econômica, das subdesenvolvidas redes de segurança e serviços públicos, e das continuadas deficiências na educação pública. O potencial para a atividade guerrilheira e para ocasionais e violentos levantes localizados permaneceria. Do ponto de vista econômico, os estados do norte se tornariam cada vez mais integrados com a economia dos EUA, refletindo em novo investimento estrangeiro direto; substanciais melhorias de infraestrutura; e lenta expansão do livre comércio com o resto do mundo. Já os estados do sul continuariam envolvidos com as questões de emprego e crescimento da renda.

Em Cuba, pontos principais de uma reforma política e econômica não seriam cogitados enquanto Fidel Castro continuasse no poder. Se esse governante morresse de causas naturais, a reforma econômica poderia ser acelerada sob a liderança de seu irmão Raúl, mas a liberalização política seria ponto de resistência.

---

<sup>116</sup> "The region will continue to be threatened by narcotrafficking and international organized crime. These enterprises will retain the capacity to undermine government institutions, and in some cases, such as in northern Mexico and parts of Colombia, supplant the key functions of local government." (NIC, 1997).

Se Castro fosse retirado do cargo, a mudança viria mais rapidamente, com Havana voltando-se para os Estados Unidos, o Canadá, a Espanha, o México, e outros países da América Latina, em busca de assistência. Cuba representaria, na pior das hipóteses, ameaça militar limitada; mas sua evolução pós-Castro levantaria uma série de questões econômicas, políticas e humanitárias, cuja resolução exigiria esforços norte-americanos e multilaterais. (NIC, 1997).

O relatório destina uma de suas partes às implicações trazidas pelas tendências, pelo fato de estas implicações mostrarem um mundo no qual a força propulsora do crescimento colidiria com a capacidade dos governos de gerir as mudanças. Haveria crescimento da população, riqueza, comunicações, tecnologia, e aumento de demanda por alimentos, água potável e energia. Benefícios econômicos seriam desiguais; recursos estariam disponíveis, apesar da ocorrência de interrupções de curto prazo. Nenhum governo escaparia da corrida para ajustar recursos intelectuais e materiais às expectativas da população. Neste período de tempo, nenhum país, nenhuma ideologia e nenhum movimento surgiriam em escala global para ameaçar os interesses dos EUA ou para construir e manter uma coalizão antiocidental.

No entanto, em 2010, parte da segurança nacional dos Estados Unidos passaria a lidar com desafios-chave, que abrangiam tanto o conceito antigo de ordem quanto o emergente. Tais desafios teriam impacto sobre o uso do poder militar norte-americano.

O primeiro desafio, de caráter regional, viria de nações cujas agendas colidissem com a agenda dos EUA. A força do crescimento restringiria, mas não eliminaria as ambições destas nações.

Enquanto os EUA mantivessem sua superioridade militar convencional, a competição militar e o conflito seriam assimétricos. A título de ilustração, o GT 2010 supôs que, enquanto os Estados Unidos mantivessem a liderança tecnológica, o Irã poderia tentar contorná-la com armas de destruição em massa, subvertendo ou intimidando amigos de Washington e aliados.

O segundo desafio, seguindo o relatório, viria daqueles Estados que não teriam sido capazes de acompanhar a mudança e veriam seu tecido social em desordem. Fluxos de refugiados, ameaças periódicas de mortes em massa por fome ou doença, e conflitos étnicos e civis obrigariam Estados vizinhos a considerar a

intervenção para conter os danos colaterais. O efeito transbordamento, nas palavras do GT 2010, poderia igualmente exigir intervenção de poderes externos com capacidade de fornecimento de transporte e equipamentos para distribuir material necessário, a fim de proteger os deslocados e restabelecer a ordem. A chamada para a intervenção dos EUA — não apenas em nome de Estados, mas em nome da humanidade — seria um refrão constante durante esse período de tempo (NIC, 1997). A percepção dos desafios está relacionada de maneira direta tanto à manutenção da superioridade militar dos Estados Unidos quanto à especificidade de seu papel na sociedade internacional — notadamente reflexo do pensamento neoconservador no contexto abordado.

Considerada a nova pauta da segurança nacional, aumentaria a necessidade de envolver organizações não governamentais, supragovernamentais, e outros grupos. Operações humanitárias e de socorro exigiriam maior cooperação entre governos e ONGs; pacotes de assistência econômica imporiam esforços multilaterais; locações militares demandariam forças multilaterais; e a proteção ambiental requereria o tipo de cooperação regional e global que já se teria produzido em mais de novecentos acordos ambientais internacionais.

Para abordar o papel dos Estados Unidos, o GT 2010 apontou o fato de que a forma pela qual este país via o mundo e o mundo via este país teria sido moldada por uma simples página de cinco décadas de história. O desengajamento e o envolvimento continuado do país iriam determinar se esse meio século serviria de modelo ou seria uma aberração (NIC, 1997).

Essa questão nos remete à análise crítica de Henry Kissinger, cuja influência realista, pautada nos sistemas de equilíbrio de poder, não pudemos deixar de constatar. Segundo o autor:

[...] as duas abordagens, a isolacionista e a missionária, tão contraditórias na superfície, refletiam uma crença comum fundamental: que os Estados Unidos possuíam o melhor sistema de governo do mundo e que o resto da humanidade poderia alcançar a paz e a prosperidade se adotasse o respeito da América pelas leis e democracias internacionais. (KISSINGER, 1997 [1994], p. 12).<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> Essa citação de Henry Kissinger compõe a crítica que o autor faz à política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. Assim, para compreender a citação de Kissinger no contexto de sua obra, sem deixar de reforçar sua contribuição para a manutenção da supremacia norte-americana, segue uma segunda citação:

Ainda com o GT 2010, mesmo que as tendências fluíssem independentemente das políticas dos EUA, estas tendências poderiam ajudar a fomentar um clima no qual mudanças seriam benignas ou violentas, estáveis ou inquietantes. Quanto à capacidade de envolvimento dos Estados Unidos, esta seria determinada pela energia disponível – vitalidade econômica, força militar, consenso sobre seu uso, e coesão política. Entretanto, em virtude de restrições orçamentárias, e da confusão na implementação de novos conceitos de ordem, o sucesso norte-americano também dependeria, em grande medida, da qualidade efetiva desse envolvimento entre o país e as agências não governamentais, bem como do nível da cooperação multilateral e das instituições.

Além da presença de princípios que dão forma à corrente neoconservadora entre os anos de 1989 e 1996, a recorrência das teses reacionárias identificadas por Albert O. Hirschman parece indicar, por parte dos Estados Unidos, a repetição de comportamento reativo às mudanças ensejadas pelo fim da bipolaridade e do século americano, ou seja, às mudanças que sugerem uma ordem multipolar, anunciando o declínio da hegemonia norte-americana. Chama a atenção o fato de que importantes representantes das vertentes realista e liberal das Relações Internacionais, em princípio vertentes antagônicas, também se mostraram comprometidas com a perpetuação do *status* de potência hegemônica dos Estados Unidos, como observado nas posições de Henry Kissinger e Joseph Nye, respectivamente. Observamos, também, que as tendências foram por várias vezes tratadas como ameaças à estabilidade de alguns Estados, sendo constante a defesa da capacidade norte-americana não apenas para lidar com essas mudanças, como para tutelar Estados que apresentassem dificuldades, definindo desta maneira a manutenção do *status quo* ou, dito de outra forma, a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos.

Por fim, para traduzir com mais clareza nossas inquietações com as aproximações teóricas do Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos - NIC, seguem as palavras de Luiz Carlos Delorme Prado:

Ideias importam, ou o poder (econômico ou político) é tudo? Ideias legitimam o poder, são sua essência, pois dão-lhe o caráter de

---

“A liderança mundial é inerente ao poder e valores da América, mas esta não inclui o privilégio de pretender que a América está fazendo uma bondade para as outras nações ao associar-se a elas, ou que possui uma capacidade ilimitada para impor sua vontade por refrear os seus favores.” (KISSINGER, 1997, p. 998).

justiça ou de inevitabilidade que permitem que seja exercido em atos rotineiros, com a assepsia da normalidade. Economia e poder são o tijolo e a argamassa das relações internacionais. Em poucos campos as ideias são tão relevantes como nas relações internacionais. (PRADO, 2000).

### 3 Entre 1997 e 2000 e o Global Trends 2015

Em dezembro de 2000, o National Intelligence Council - NIC publicava o Global Trends 2015, segundo relatório quadrienal de um serial de cinco.<sup>118</sup> O segundo relatório, à diferença do primeiro, ou seja, do Global Trends 2010 (com aproximadamente 20 páginas), foi publicado sob forma de caderno (com 98 páginas). O diretor da Agência Central de Inteligência norte-americana – CIA, George J. Tenet, responsável por aprovar a publicação do Global Trends 2015, doravante aqui referido como GT 2015, apresentou o documento como um trabalho de inteligência não tradicional, haja vista a interação com especialistas externos. O olhar sobre os quinze anos seguintes, a partir do ano 2000, teria partido da perspectiva dos formuladores de políticas de segurança nacional. Vale ressaltar que Tenet também era o diretor da CIA quando da publicação do Global Trends 2010, documento apresentado no capítulo anterior. Seu mandato teve início em julho de 1997 e foi interrompido em julho de 2004, após seu pedido de demissão.<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> O Global Trends 2015 está disponível em:

[http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends\\_2015%20Report.pdf](http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_2015%20Report.pdf). Último acesso em: 04 jan. 2014. Cumpre lembrar que 2000 foi o último ano do segundo mandato do presidente Bill Clinton (1993-2000). Em janeiro de 2001, iniciava-se o governo de George W. Bush (2001 – 2009).

<sup>119</sup> O diplomata por formação, George J. Tenet, fez parte das instâncias governamentais voltadas para as questões de segurança, desde meados da década de 1980 até 2004. Durante a administração do democrata Bill Clinton (1993-2000), Tenet coordenou programas secretos e, a partir de 1995, passou a cargos diretivos na Agência Central de Inteligência – CIA. Em julho de 1997, assumiu como diretor da Agência, passando, desta forma, à direção de todas as agências internacionais de serviço secreto dos Estados Unidos. Com a chegada do republicano George W. Bush à Casa Branca, Tenet não foi substituído, e alguns dias após os atentados de 11 de Setembro de 2001 expôs uma grande campanha antiterrorista voltada para vários países. Em meados de 2004, depois de exercer um dos mais longos mandatos da Agência, ou seja, depois de sete anos à frente da CIA, Tenet pediu demissão. Analistas sugerem que a demissão de Tenet estaria vinculada à invasão do Iraque, em 2003, sob a alegação da existência de armas de destruição em massa naquele país, o que não pôde ser comprovado. Em livro publicado em 2008, Tenet se voltou para os ataques terroristas de 2001 e a conseqüente guerra ao terror, admitindo algumas responsabilidades por falhas na inteligência dos Estados Unidos. Atualmente George J. Tenet é professor na área da prática diplomática da Georgetown University, e

No início do documento, o presidente desse reconhecido centro de pensamento estratégico da comunidade de inteligência dos EUA — o NIC —, John Gannon, registrou o fato de que o lançamento do GT 2015 objetivava estimular os formuladores de políticas dos EUA para "além de suas caixas de entrada" (NIC, 2000).<sup>120</sup> O relatório ampliava o esforço do GT 2010, publicado em 1997, sob a liderança do então professor da Harvard University, Richard Cooper. Segundo Gannon, foram identificados *dínamos* globais, sendo estimado seu impacto no mundo entre os anos de 2000 e 2015.<sup>121</sup> A ideia teria sido auxiliar os decisores a lidar melhor, por exemplo, com as incertezas que envolviam o declínio da Rússia; a emergência da China; ou as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do Oriente Médio. Apesar de o estudo ter se baseado fortemente em especialistas externos à comunidade de inteligência governamental, tanto para identificar os determinantes quanto para avaliar seu impacto no mundo, em última análise, o conteúdo do documento é de responsabilidade do NIC.

Conforme mencionado, o NIC se fundamentou na contribuição de especialistas, acadêmicos, representantes do setor privado e de outras frentes relevantes para o estudo. Dessa forma, boa parte das análises do GT 2015 deriva da tentativa de destilar as diversas apreciações expressas por seus colaboradores.

Em outubro de 2000, o projeto de relatório foi discutido com peritos externos, incluindo Richard Cooper, diretor do NIC por ocasião do GT 2010; Joseph Nye, já referenciado no capítulo anterior; Richard Haass, à época parte da diretoria da

---

pesquisador associado sênior do Instituto para o Estudo da Diplomacia. Em 2007, passou a atuar como diretor da Allen & Company LLC.

Cf.: <http://www.georgejtenet.com/index.html>. Último acesso em: 04 jan. 2013.

Sobre a publicação, ver: TENET, George J. & HARLOW, Bill. *At the center of the storm: the CIA during america's time of crisis*. Nova York: Perennial Books, 2008.

<sup>120</sup> “[...] ‘beyond their inboxes’.” (NIC, 2000).

O Ph.D. em História pela Washington University, John Gannon, é professor adjunto do Centro de Estudos de Segurança da Georgetown University. Somente desde 2005, Gannon é vice-presidente da Análise Global da BAE-IT. É responsável pelo apoio da BAE Systems ao governo dos Estados Unidos e pelas análises corporativas. Antes de 2005, Gannon atuou em várias frentes da inteligência e da segurança norte-americana. Recebeu, do presidente George W. Bush, a mais elevada condecoração da inteligência do país: a Medalha Nacional de Segurança.

Cf.: <http://explore.georgetown.edu/people/jcg38/>. Último acesso em: 04 jan. 2014.

<sup>121</sup> A escolha pelo termo *dinamo* em seu sentido figurado buscou fidelizar com o documento original, o qual utiliza o termo *drive* também em seu sentido figurado e entre aspas.

“*We identify global ‘drivers’ and estimate their impact on the world over the next 15 years [...].*” (NIC, 2000).

Seguindo as normas da ABNT, no lugar das aspas, utilizamos o itálico.

Segundo o dicionário Aulete, o significado figurado de *dinamo* é: “Aquele ou aquilo que, com seu dinamismo, é fator importante na geração de trabalho, resultados, mudanças, desenvolvimento etc.”

Cf.: <http://aulete.uol.com.br/d%C3%ADnamo>. Último acesso em: 04 jan. 2014.

Brookings Institution; James Steinberg, na ocasião conselheiro da Markle Foundation e assessor do presidente Bill Clinton; e Jessica Mathews, desde 1997 presidente do Carnegie Endowment for International Peace.<sup>122</sup> Os comentários e sugestões dos peritos foram incorporados ao relatório que, sob forma de rascunho final, Daniel Yergin, também mencionado no primeiro capítulo, analisou e comentou.<sup>123</sup>

Em primeiro momento, o GT 2015 traçou uma visão geral do que havia sido elencado, como os *dínamos* e as tendências que dariam forma ao mundo em 2015, a saber: (i) demografia; (ii) recursos naturais e meio ambiente; (iii) ciência e tecnologia; (iv) economia mundial e globalização; (v) governança nacional e internacional; (vi) conflito futuro e (vii) o papel dos Estados Unidos.

---

<sup>122</sup> O atual presidente do Council on Foreign Relations, **Richard N. Haass**, foi assistente especial do presidente George H. W. Bush (1989-1992) e diretor do Conselho Nacional de Segurança para o Oriente Médio e o Sul da Ásia durante todo o mandato do líder republicano. A Council on Foreign Relations responde pela publicação da revista *Foreign Affairs*. À época da publicação do GT 2015, em 2000, Haass era diretor do Programa de Estudos de Política Externa da Brookings Institution. Em 1994, publicou **Intervention**, com nova edição revisada e ampliada em 1999. Obra de referência, a publicação advertiu que os conflitos pós-Guerra Fria seriam entre e dentro dos Estados, e se tornariam mais violentos e perigosos em razão da disseminação de armas não convencionais e de meios para utilizá-las. Como importantes interesses dos EUA poderiam ser prejudicados, questões que envolviam a realização de intervenções militares e como viabilizá-las continuariam a dominar o debate na política externa do país. Assim, Haass condenou o uso gradual da força, defendendo seu uso maciço desde o primeiro momento. Pela lógica desse autor, seria melhor errar por excesso do que por falta. A reivindicação da guerra justa como último recurso também foi criticada, porque, para Haass, minimizaria o efeito surpresa. Os estudos de caso abordados na obra funcionariam como guia para evitar erros anteriormente cometidos e para tornar bem-sucedidas as intervenções militares.

Mais detalhes em: HAASS, Richard N. **Intervention: the use of american military force in the post-cold war world**. 2. ed. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1999 [1994].

**James B. Steinberg**, conselheiro sênior da Fundação Markle, à época do GT 2015, também foi assessor, entre 1996 e 2000, da área de Segurança Nacional do presidente Bill Clinton (1993-2000). Na Brookings Institution, dirigiu os estudos sobre política externa dos Estados Unidos, entre 2001 e 2005. De 2009 a 2011, durante parte do mandato do atual presidente Barack Obama, Steinberg foi vice-secretário de Estado, principal substituto da secretária Hillary Clinton. Atualmente é reitor e professor de Ciências Sociais, Relações Internacionais e Direito da Syracuse University.

Cf.: <http://www.maxwell.syr.edu/deans.aspx?id=77309418030>. Último acesso em: 06 jan. 2014.

**Jessica T. Mathews** é presidente do *think tank* de política externa Carnegie Endowment for International Peace, desde 1997. Neste mesmo ano, Mathews publicou, na *Foreign Affairs*, artigo em que analisa a redistribuição de poder entre os Estados, mercados e sociedade civil, como característica do pós-Guerra Fria. Para a autora, os governos nacionais, diante da economia globalizada, estariam compartilhando poderes (incluindo papéis políticos, sociais e de segurança) com empresas, organizações internacionais e mais uma infinidade de grupos definidos, identificados como organizações não-governamentais - ONGs.

Cf.: <http://carnegieendowment.org/experts/?fa=18>. Último acesso em: 06 jan. 2014.

Mais detalhes sobre a publicação em: MATHEWS, Jessica T. **Power shift**. *Foreign Affairs*, jan.-fev. 1997. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/52644/jessica-t-mathews/power-shift>. Último acesso em: 06 jan. 2014.

<sup>123</sup> Vale ressaltar que o prêmio Pulitzer foi ganho, em 1992, pela seguinte obra: YERGIN, Daniel. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010 [1990].

Comparado o documento ora em pauta com as seis tendências do GT 2010, apenas a demografia se repete. Quanto às demais, verificamos as seguintes alterações: alimentos e energia passaram a fazer parte dos recursos naturais e meio ambiente; as comunicações foram incluídas na ciência e tecnologia; no lugar do crescimento da renda *per capita* encontramos a economia global e a globalização; e a tecnologia militar e a dissuasão compuseram o espaço reservado ao conflito futuro. No GT 2010, o papel dos Estados Unidos não configurava um *dínamo* ou uma tendência, mas uma conclusão do relatório. Como novidade registramos a inclusão, no GT 2015, da governança nacional e internacional como um dos *dínamos* e/ou tendências para o mundo de 2015. Observadas individualmente ou em conjunto, essas tendências foram selecionadas com o objetivo de identificar incertezas de importância estratégica para os Estados Unidos.

Quanto à metodologia, embora reconhecidamente inexata para as ciências sociais, o GT 2015 atesta que esta foi útil aos propósitos da instituição.<sup>124</sup> Neste ponto, cabe breve reflexão junto a Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Para esses autores, há casos de argumentação, quando dirigidos a auditório universal, incapazes de convencer a todos.

Existindo o perigo, deve-se recorrer a outra argumentação e opor ao auditório universal um auditório de elite, dotado de meios de conhecimento excepcionais e infalíveis. [...] nesse caso a elite é caracterizada por sua situação hierárquica. [...] o auditório de elite cria, então, a norma para todo mundo. Nesse caso, a elite é a vanguarda que todos seguirão e à qual se amoldarão. Apenas a sua opinião importa, por ser, afinal de contas, a que será determinante. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 37-38).

As análises voltadas para as tendências demográficas e os recursos naturais teriam se baseado, em grande parte, na extrapolação de tendências existentes ou, dito de outra forma, em continuidades. Em contraste, várias análises sobre ciência e tecnologia; crescimento econômico; globalização; governança; e natureza de conflitos constituíram uma gama de pontos de vista, manifestados por especialistas internos e externos ao governo dos Estados Unidos. De acordo com o documento, a contribuição dos especialistas externos foi de grande valor para a identificação de tendências, determinando as que mais importavam, destacando as incertezas-

---

<sup>124</sup> "The methodology is useful for our purposes, although admittedly inexact for the social scientist." (NIC, 2000, p. 5).

chave, e integrando a análise dessas tendências ao contexto da segurança nacional (NIC, 2000, p. 6).<sup>125</sup>

Tendências já identificadas anteriormente, no GT 2010, publicado em 1997, foram ampliadas e conectadas àquelas que no ano 2000 se projetaram sobre os quinze anos seguintes. Algumas das principais mudanças teriam sido:

(i) A globalização emergiria como uma tendência mais poderosa. O documento publicado pelo NIC em 2000, via dinâmica econômica internacional, incluiria a evolução da Organização Mundial do Comércio e a disseminação da tecnologia da informação, como fatores de influência muito maior do que a retratada no relatório publicado em 1997.

(ii) A introdução do peso dos Estados Unidos como poder preponderante. De acordo com o documento em tela, o papel do país como um *dinamo* global emergiu mais claramente entre 1997 e 2000. Em particular, o debate sobre o impacto da hegemonia dos Estados Unidos nas políticas internas e externas de muitos países (NIC, 2000, p. 7).

(iii) A indisponibilidade de recursos naturais, incluindo alimentação, água e energia. Sob a ótica do GT 2015, mais de 3 bilhões de indivíduos estariam, em 2015, vivendo em regiões com carência de água, desde o norte da China até a África. O documento considerou certas implicações desse quadro para um possível conflito. Ademais, a ligação entre disponibilidade de energia, preço e distribuição também deveria receber especial atenção.

(iv) O crescente poder da China e o declínio da Rússia; além de eventos e tendências em Estados e regiões-chave. Ao longo do período entre a publicação dos dois Relatórios, tais aspectos teriam levado o NIC a rever algumas projeções no GT 2015.

(v) A crescente demanda pelo petróleo da OPEP. As receitas aumentadas dos países beneficiados não seriam direcionadas para os recursos humanos e as necessidades sociais (NIC, 2000, p. 8).

A partir das premissas anunciadas pelo GT 2015, seguimos com nossa proposta de reflexão sobre o comportamento dos Estados Unidos diante das ameaças à sua hegemonia, com base nos mesmos mecanismos utilizados para o GT 2010. Nesse sentido, partimos para a literatura que ajudou a desenhar as

---

<sup>125</sup> Diferentemente do GT 2010, o GT 2015 foi organizado sob forma de texto paginado.

realidades entre 1997 e 2000, definindo desta forma conjunturas possíveis. Cumpre lembrar que, assim como para o GT 2010, trabalhamos com a literatura publicada no período em análise.

### 3.1 Do mundo para os Estados Unidos: 1997 - 2000

O poder, entretanto – e Michel Foucault não foi o único a nos ensinar isso – teme e despreza o vácuo. (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 31).

O período ficou marcado por intensa produção sobre as noções de modernidade e pós-modernidade. Desde o início da década de 1990, Zygmunt Bauman já nos brindava com reflexões inquietantes acerca desse binômio, ponderando sobre o que acreditava ser o fracasso do projeto iluminista, da modernidade ou, dito de outra forma, do reinado da razão como base de todo conhecimento digno de credibilidade e respeito. O sociólogo denunciou o que chamou de autoilusão presente nos axiomas elaborados por vários autores dedicados a pensar a modernidade como caminho inequívoco para a conquista da felicidade. A autoilusão da modernidade seria a pretensão de substituir todos os projetos anteriores por um mundo racional e universal, fundamentado na ordem e na verdade, superando, assim, as diferenças.

De certa forma, os *autoiludidos*:

[...] informaram a *contingência* acreditando descrever a *necessidade*, expuseram a *particularidade* supondo falar da *universalidade*, [...] mostraram indecisão travestida de transparência, [...] revelaram a *ambivalência* do projeto humano quando supunham descrever a *ordem* natural. (BAUMAN, 1999 [1991], p. 244-245).

A modernidade seria, assim, uma forma hegemônica de dominação, destinada à superação da alteridade dissonante pela verdade oriunda da ordem racional. A esse contexto, Bauman confere certo esforço no sentido de eliminar a ambivalência e o ambivalente (o outro), como medida de melhoria social.

Ao introduzir suas reflexões sobre a pós-modernidade, o autor assinalou que fronteiras nítidas entre épocas seriam apenas projeções resultantes da necessidade de ordenar os fluxos. Anunciou que a modernidade prosseguia, mas que o ponto de

observação mudara. Ser capaz de verificar e avaliar a coerência e o desempenho da modernidade representaria, em última análise, a ideia de pós-modernidade.

Bauman identificou como pós-moderno o mal-estar gerado pela consciência da falta de saída certa para as incertezas, das circunstâncias repletas de ambivalências, e da presença constante da contingência. Seria, por assim dizer, novo estágio da modernidade.

Defensora da diversidade, contrária aos processos de uniformização, a pós-modernidade não teria capacidade de deslocar, banir ou marginalizar. Assim, o pós-moderno incluiria o moderno, o incorporaria ao espaço da diversidade, e se veria *condenado à coexistência*.

Não menos importante foi a análise sobre a divisão da sociedade, causada pela condição pós-moderna, ou seja, a sociedade do início da década de 1990 seria constituída por uma parcela de felizes seduzidos (consumidores competentes), de um lado, e pelo restante de infelizes oprimidos (desqualificados), de outro. Cumpre mencionar que à parcela de felizes não caberia celebração, pois a miséria da parcela de infelizes representaria parte legítima do todo.

Bauman também refletiu sobre o que entendia por privatização das preocupações. Segundo o autor:

A sociedade pós-moderna revelou-se uma máquina quase perfeita de tradução – uma máquina que interpreta qualquer questão *social* existente ou provável como questão *privada* [...]. A mais seminal das privatizações foi a dos problemas humanos e a da responsabilidade por sua solução. (BAUMAN, 1999 [1991], p. 276).

Para nos ajudar a melhor compreender o início daquela década, o autor advertiu que o poder legítimo não carecia, de fato, da anuência da sociedade como um todo para sua atuação. Todavia, por certo esse poder não sobreviveria à rejeição explícita. O todo ou, pelo menos, boa parte do todo fazia a diferença.

Mergulhado na conjuntura que nos toca mais diretamente nesta etapa de nossa reflexão, Bauman registrou:

Dentro da estrutura de uma civilização concentrada na segurança, mais liberdade significa menos mal-estar. Dentro da estrutura de uma civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança, mais ordem significa mais mal-estar. (BAUMAN 1998 [1997], p. 9).

O autor articulou o significado de ordem a um mecanismo de regulação e estabilização dos atos. Probabilidades não estariam distribuídas ao acaso, mas o provável não se misturaria ao menos provável ou ao improvável.

Bauman traduziu aquela realidade sociológica a partir do desejo irresistível de interromper o curso das mudanças, estabelecendo uma ordem diante dos desafios futuros.

As incertezas pareciam alçar as mentes na busca por respostas sobre o mundo no qual se vivia. Nas palavras do autor:

Talvez nós vivamos em uma era pós-moderna, talvez não. Mas de fato vivemos em uma era de tribos e de tribalismo. É o tribalismo, miraculosamente renascido, que injeta espírito e vitalidade no louvor da comunidade, na aclamação de fazer parte, na apaixonada busca da tradição. Nesse sentido, pelo menos, o longo desvio da modernidade levou-nos aonde nossos antepassados outrora principiaram. Ou assim talvez pareça. (BAUMAN, 1998 [1997], p. 101).

Em 2000, ano da publicação do GT 2015, Bauman introduziu a liquidez e fluidez como metáforas capazes de capturar a natureza da fase da modernidade que nossa sociedade atravessava. De um lado, as ações políticas das coletividades humanas, representando o sólido; e de outro lado, as políticas de vida conduzidas individualmente, traduzindo a modernidade líquida, se esbarrando e construindo uma nova ordem (BAUMAN, 2001 [2000], p. 12).

Sob a ótica do sociólogo, a elite global seria capaz de dominar, sem assumir a administração, o compromisso com o bem-estar, o progresso, ou qualquer outra missão equivalente a uma cruzada cultural. Deixava de ser imperioso o engajamento ativo na vida das populações subordinadas. “Mover-se de leve, e não mais aferrar-se a coisas vistas como atraentes por sua confiabilidade e solidez – isto é, por seu peso, substancialidade e capacidade de resistência – é hoje recurso de poder.” (BAUMAN, 2001 [2000], p. 21).

No mesmo ano, a perturbadora e polêmica obra de Michael Hardt e Antonio Negri, hoje na sua décima edição, lançava as bases de novo olhar sobre o contexto, com força de paradigma. Para esses autores:

Juntamente com o mercado global e com circuitos globais de produção, surgiu uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando – em resumo, uma nova forma de supremacia. O Império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o

poder supremo que governa o mundo. (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p.11).<sup>126</sup>

O Império seria antes um conceito do que uma metáfora elaborada a partir do Império Romano ou de qualquer outro império existente. Na qualidade de conceito, se caracterizaria basicamente pela ausência de fronteiras, pelo exercício do poder sem limites espaciais. Postularia, assim, a ideia de totalidade. Quanto à temporalidade, o Império se definiria por uma ordem a-histórica, não processual, não dinâmica. Nesse sentido, não seria um momento transitório dentro do processo histórico, mas uma eternidade. Sob seu comando estariam todos os registros da ordem social. O Império não administraria o mundo, o Império criaria o próprio mundo, consagrado à paz, e regeria a natureza humana (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 14-15).

Divisões entre o primeiro, o segundo e o terceiro mundos teriam se mesclado ou desaparecido. Sobre o papel de autoridade regente do processo de globalização e da nova ordem mundial, conferido aos Estados Unidos, os autores dissentiram. Não se filiaram à vertente que simpatizava com a liderança norte-americana, líder mundial diligente e benevolente, a qual não repetiria os erros cometidos pelos europeus; nem se juntaram aos que denunciaram a reprodução das antigas práticas imperialistas. Note-se que o ponto de partida das duas frentes de pensamento tinha por premissa a continuidade de um modelo de ordem global a partir de uma Europa destronada, o que não dialoga com o conceito de Império.

Não mais haveria um projeto imperialista. Não mais haveria a continuidade do modelo capitaneado pela Europa no século XIX. Segundo Hardt e Negri: “De fato, os Estados Unidos ocupam posição privilegiada no Império, e esse privilégio decorre não de semelhanças com antigas potências imperialistas europeias mas de diferenças em relação a elas.” (2012 [2000], p. 14).

Ao abordarem a globalização, os autores deram ênfase às transformações na produção capitalista e nas relações globais de poder, sem contudo divergir de Immanuel Wallerstein acerca das dimensões universalizantes do desenvolvimento do capitalismo como sistema histórico em expansão. Para os autores:

---

<sup>126</sup> Importante, ao considerar a obra de Michael Hardt e Antonio Negri, é separar as noções de Império e imperialismo. O imperialismo se sedimentaria na soberania moderna, na centralidade territorial do poder estatal. O Império, surgido com o fim do imperialismo, prescindiria de fronteiras ou barreiras fixas e independeria da existência de um centro territorial de poder (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 12).

É sem dúvida importante salientar tanto a contínua relação de fundação do capitalismo com o mercado mundial (ou pelo menos uma tendência nesse sentido) como os ciclos de expansão do desenvolvimento do capitalismo. (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 26).

A título de reflexão, a julgar pela dificuldade no sentido de um consenso, David Held e Anthony McGrew verificaram que, envolvida por diálogos múltiplos, a globalização não viabilizava um conceito simples ou mesmo coerente.

Dentro das tradições compartilhadas da investigação sociológica, seja da economia neoclássica, seja da teoria sistêmica mundial, nenhuma explicação singular da globalização atingiu o status de uma ortodoxia. Ao contrário, as avaliações rivais continuam a ordenar a discussão. Tampouco as tradições ideológicas dominantes do conservadorismo, do liberalismo ou do socialismo oferecem interpretações coerentes de uma era globalizante, ou respostas a ela. (HELD & MCGREW, 2001 [2000], p. 9).

É sob o risco de desprivilegiar alguns aspectos não menos importantes que nos detivemos às questões espaço-temporais, materiais e cognitivas da globalização, acreditando fossem estas questões de especial valor para que o presente trabalho seguisse a bom termo.

Dessa forma, e em conformidade com Held e McGrew, concebemos a globalização: (i) como “compressão espaço-temporal”, fazendo alusão à forma pela qual a informação e a comunicação vêm revolucionando as percepções de distância e de tempo dentro das sociedades e entre estas; (ii) como “interdependência acelerada”, ou a partir da nova dinâmica sob a qual se entrelaçam economias e sociedades distintas e distantes, fazendo com que acontecimentos no interior de um Estado possam se refletir de forma impactante em outros Estados ou no mundo como um todo; (iii) como “um mundo em processo de encolhimento” causado pela pressão da atividade econômica nas fronteiras e barreiras geográficas; e (iv) como “integração global”, no sentido da reordenação das relações de poder inter-regionais e da tomada de consciência do panorama global por grande parte da população mundial (HELD & MCGREW, 2001 [2000], p. 11).

De volta a Hardt e Negri, o Império refletiria o projeto de união do poder econômico ao político, conquistado na esteira da globalização, consolidando uma configuração única supranacional de poder político: “uma nova noção de direito, ou melhor, um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas

e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos” (2012 [2000], p. 27).

Indício relevante desse novo conjunto de normas e instrumentos legais que conformariam o Império, buscando coerência histórica para sua inédita configuração, seria o renovado interesse pela noção de guerra justa.<sup>127</sup> Repudiada anteriormente pelo pensamento político moderno, a alternativa da guerra justa traria de volta a percepção da guerra reduzida à ação policial e sacralizaria nova forma de poder com legitimidade para exercer funções éticas, impondo uma ordem ética específica, por meio também de enfrentamento bélico.<sup>128</sup>

Assim, o Império, no sentido de novo paradigma, se refletiria na constituição de normas e na produção de legitimidade de alcance mundial. Em outras palavras, o Império deveria se assentar na existência reconhecida de apenas um poder, acima dos poderes nacionais, com capacidade para se colocar no centro da nova ordem mundial e estabelecer uma norma efetiva, lançando mão da coerção, se necessário.

O Império é formado não com base na força, mas com base na capacidade de mostrar a força como algo a serviço do direito e da paz. [...] A primeira obrigação do Império, portanto, é ampliar o domínio dos consensos que dão apoio a seu próprio poder. (2012 [2000], p. 33).

A legitimidade seria, dessa forma, a base do arranjo imperial e também a consequência de sua eficácia, resultante do exercício do seu poder de polícia, normatizado com base em valores essenciais de justiça, ou seja, valores universais.

---

<sup>127</sup> Sobre guerra justa: “Tradicionalmente, o conceito se baseia, primordialmente, na ideia de que, quando um Estado se vê diante de uma ameaça de agressão que pode pôr em risco sua integridade territorial ou sua independência política, tem um *jus ad bellum* (direito de ir à guerra).” (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 30).

<sup>128</sup> Os autores utilizaram a Guerra do Golfo como exemplo de guerra justa no novo contexto. Iniciada em meados de 1990, a Guerra do Golfo foi um conflito militar que contou com a coalizão de 28 países, liderados pelos Estados Unidos, de um lado, e pelo Iraque, governado por Saddam Hussein, de outro. A invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas foi o motivo imediato da guerra. O envio das forças norte-americanas visava impedir que Hussein controlasse as reservas de petróleo da região do Golfo Pérsico, bem como acabar com a presença iraquiana no Kuwait. No início de 1991, a coalizão saía vitoriosa da guerra. Para derrotar os iraquianos, os Estados Unidos não pouparam na demonstração de sua superioridade tecnológica, o que de certa forma, como sugere João Fábio Bertonha, teria reafirmado a posição hegemônica do país.

“As motivações de Washington para essa intervenção foram claramente estratégicas e econômicas: os Estados Unidos não podiam aceitar que o equilíbrio estratégico regional fosse alterado, nem que fosse aberto o precedente de uma nação pequena desafiar impunemente a ordem internacional. [...] O conflito também gerou imensas discussões sobre o conceito de ‘guerra justa’ e sobre o próprio direito internacional.” (BERTONHA, 2004, p. 405-406).

Mais detalhes em: BERTONHA, João Fábio. Guerra do Golfo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 405-406.

Característica marcante das transformações identificadas por Hardt e Negri seria o desenvolvimento do direito de intervenção.<sup>129</sup> Os autores se perguntaram quem decidiria sobre as definições de justiça e de ordem. (2012 [2000], p. 36).

Também no final da década de 1990, Sebastiano Maffettone e Salvatore Veca refletiam sobre o tema justiça e direito. É nesse sentido que lhes coube questionar se as amarras que prenderiam as concepções de justiça ao direito não seriam parcialmente responsáveis pelos limites impostos à sua compreensão e ao alcance de sua subjetividade.

Os autores destacaram o fato de que a justiça não deveria ser tratada como um bem, ou seja apenas em razão da *aparência* de ser justo. Se assim o fosse, a justiça em si não carregaria nada a seu favor; mas apenas a possibilidade de oferecer a característica de ser justo a alguém.

Maffettone e Veca verificaram na Antiguidade, mais precisamente nas reflexões de Platão, que a crítica à injustiça e o louvor à justiça se davam por razões circunscritas à reputação, à honra e às recompensas que dela resultavam. Ademais, quem criticava a injustiça nem sempre o fazia porque se recusava a ser injusto, mas porque em geral temia sofrer injustiças.

Nesse sentido, parecia vantajoso firmar acordos que impedissem atos de injustiça entre as partes. Leis e pactos, por assim dizer, podiam nascer do desejo de eliminar a possibilidade de sofrer injustiças, concordando assim em não cometê-las. Ao estabelecido pela lei deram os nomes de legítimo e justo, colocando a justiça na média entre o melhor (cometer a injustiça sem ser castigado) e o pior (sofrer a injustiça sem poder vingar-se). Contudo, nas palavras dos autores, “o ápice da injustiça consiste em dar a impressão de ser justo, porém sem sê-lo.” (MAFFETTONI & VECA, 2005 [1997], p. 36).

Sobre algumas questões que envolveriam a justiça dos contemporâneos, Maffettone e Veca reconheceram a dificuldade em torno de um significado preciso e definido para o termo. Dito de outra forma, nada parecia mais difícil, complexo e controverso do que definir a justiça. Todavia, ainda que elaborar uma definição capaz de abarcar os seus aspectos pareça inexequível, uma vez que as noções

---

<sup>129</sup> Quanto ao direito de intervenção, para Michael Hardt e Antonio Negri: “Ele é geralmente concebido como o direito ou o dever que têm os senhores dominantes da ordem mundial de intervir em territórios de outros senhores no interesse de prevenir ou resolver problemas humanitários, garantindo acordos e impondo a paz.” (2012 [2000], p. 35).

morais difundidas são vagas e ambíguas, os autores verificaram, através do método intuicionista, que o termo justiça indicaria uma qualidade desejável em si; uma qualidade que deveria estar presente na conduta e nas relações sociais.

Ao pensarem a justiça conformada ao direito, os autores constataram que as leis justas apareciam caracterizadas pela sua relação com a igualdade, ou seja, pelo fato de serem iguais para todos. Tal analogia induziria o pensamento de que a justiça se realizaria no exercício da igualdade. Entretanto, algumas leis poderiam ser aplicadas de maneira igual e ainda assim serem consideradas, por muitos, injustas. Por assim dizer, não haveria como afirmar que o direito contemporâneo e a justiça compõem necessariamente as duas faces da mesma moeda; quando muito, a observância das exigências impostas por leis poderia afastar apenas a noção de injustiça intencional.

Ainda com Maffettoni e Veca, se considerássemos a justiça como algo preciso e imutável, não teríamos como entendê-la na esfera das expectativas naturais e consuetudinárias (acordos tácitos e costumes, respectivamente), pois tais exigências sofrem constantes modificações, especialmente quando analisadas sob efeito do tempo e da sua relação com o espaço geográfico. Ademais, seguindo com a reflexão, a noção de expectativas naturais seria, por certo, vaga e indefinida, uma vez que o termo natural ocultaria o abismo entre o atual e o ideal, entre aquilo que é e aquilo que deve ser. Nas palavras dos autores:

[...] a aplicação da noção de justiça nos conduz unicamente a projetar o problema sob um novo ângulo, ou seja, como problema de distribuição correta de serviços benéficos, mas não nos ajuda a resolver tal conflito. (MAFFETTONI & VECA, 2005 [1997], p. 306).

É dentro dessa lógica que “a questão da definição de justiça e paz não terá solução real”, e a julgar por essa limitação, “o Império nasce e se revela como crise” (HARDT e NEGRI, 2012 [2000], p. 38). Quanto à legitimidade, atributo-chave do Império, nos remetemos a Gelson Fonseca Jr., em cujo entender a dinâmica da distribuição de poder e a forma pela qual o poder argumenta seriam referências obrigatórias para o estudo desta temática. Como premissa, em estudo também publicado no período em tela, Fonseca defendeu a ideia de que “a força dos argumentos legítimos nasce em parte do fato de que possam ser generalizados e, portanto, ter alcance universal.” (FONSECA, 1998, p. 207). Diferentemente do contexto da Guerra Fria, o campo retórico fértil para os argumentos que conduziram

o processo de legitimidade não mais se sustentaria em modelos bipolares de organização das sociedades.

Na ausência de inimigos declarados e permanentes, o que move as potências é uma equação complexa em que se combinam o prestígio que nasce da ação de polícia internacional, o nível de riscos, o interesse por uma determinada visão do que é a ordem internacional, os valores humanitários, a pressão da *mídia*, os ganhos de política interna, e, *last but not least*, o interesse estratégico. (FONSECA, 1998, p. 209).

O argumento de poder em busca de legitimidade seria então dirigido não mais ao inimigo, mas a algum tipo de valor universal, buscando redirecionar os interesses da comunidade e, por conseguinte, sua ideologia. Contudo, adverte o autor, a universalidade de valores implicaria a universalidade de comportamento, o que, a bem da verdade representaria importante desafio. Acrescente-se à reflexão o fato de que:

A legitimidade é uma das dimensões da vida política, reflete orientações hegemônicas (essencialmente incompletas no plano internacional) e, se dá parâmetros para agir, não diz, em detalhe, como agir e, muito menos, permite previsões precisas. A frustração com os “insucessos” da ONU na Somália ou na Bósnia ou as disputas sobre o modo de lidar com as sanções contra o Iraque são expressões desse problema. (FONSECA, 1998, p. 211).

Ao se debruçarem sobre a possibilidade de uma iniciativa hegemônica por parte dos Estados Unidos, ao final da Guerra Fria, Hardt e Negri identificaram a existência de um projeto de rede de poder, desenvolvido a partir de normas jurídicas internacionais responsáveis por ampliar o poder do ator hegemônico, antes mesmo de finalizado o período bipolar. Esse projeto estaria respaldado pela criação de várias organizações internacionais, cujo esforço teria se dado no sentido de produzir normatividade e eficácia, o que culminaria na fundação das Nações Unidas e, ao final da Guerra Fria, na constituição da autoridade imperial, papel este desempenhado pelos Estados Unidos (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p.199). Todavia, para melhor compreender a posição privilegiada desse país, os autores se remeteram ao que denominaram tendência imperial da Constituição norte-americana e registraram a ideia de que:

É imperial porque (em contraste com o projeto do imperialismo de sempre estender o seu poder linearmente em espaços fechados e invadir, destruir e subjugar países legítimos em sua soberania) o

projeto constitucional americano é construído segundo o modelo da rearticulação de um espaço aberto e da reinvenção incessante de relações singulares e diversas em redes num terreno ilimitado. (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 200).

Da dificuldade para distinguir entre o dentro e o fora, típica do Império e ideal para o mercado mundial, surgiria a dificuldade para definir o inimigo externo. Nesse sentido, para os fazedores de política norte-americanos, os inimigos poderiam ter as mais variadas dimensões e estar por toda parte. Deixaria de reinar absoluto um modelo racista fundamentado em diferenças biológicas, abrindo espaço para uma representação do racismo vinculada a atributos culturais. Mesmo sob o princípio da igualdade, o qual incluiria uma sociedade internacional teoricamente pluralista, o Império seria formado por uma hierarquia racial resultante de circunstâncias sociais. O desempenho de certa sociedade a colocaria ou entre os subordinados ou entre os não subordinados culturalmente (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 212-213).

Quanto à exploração e à dominação, apesar de amorfas ou, ao contrário, definidas por incontáveis formas, estas ainda existiriam. A noção de totalidade não neutralizaria a exploração, mas daria forma à multidão, uma subjetividade política insurgente contra o poder imperial. “A constituição do Império não é causa mas consequência da ascensão desses novos poderes.” (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 418).

Aparentemente paradoxal, uma vez que o Império se constitui como a manifestação invertida da multidão, seria preciso limitar e isolar as ocorrências protagonizadas por esta massa para que ela não viesse a conquistar legitimidade política. Nas palavras dos autores: “a ação da multidão se torna política sobretudo quando começa a fazer face diretamente, e com a consciência adequada, às operações repressivas centrais do Império” (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 423). “Além disso, os Estados Unidos não podem retificar ou redimir a crise e o declínio do Império.” (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p.407). Pois,

[...] o Império vindouro não é americano e os Estados Unidos não são o seu centro. O princípio fundamental de Império, como descrito por nós neste livro, é que seu poder não tem um terreno ou centro efetivo localizável. [...] Não quer dizer que o governo americano e o território americano não sejam diferentes de outros: os Estados Unidos certamente ocupam uma posição privilegiada nas segmentações e hierarquias globais do Império (HARDT & NEGRI, 2012 [2000], p. 406-407).

De outro lado, também refletindo sobre o contexto do final da década de 1990, Eric Hobsbawm advertiu que os Estados Unidos se originaram de um processo revolucionário, e por esse motivo na essência de sua política externa estariam princípios considerados importantes para o mundo. Apesar disso, o historiador atentou para o fato de que foram os interesses, a despeito de outras questões, que levaram o país às guerras das quais participou; “a OTAN e os Estados Unidos nunca consideraram seriamente a possibilidade de ir à guerra com base em princípios e na ética” (2000 [1999], p. 25).

Operações policiais internacionais estariam servindo para demonstrar a capacidade norte-americana de intervir em qualquer lugar do planeta, haja vista a crença que o país alimentava na sua missão de estabilizador do mundo. Todavia, alerta Hobsbawm, não seria viável que o país apenas anunciasse ao mundo que era forte o bastante e, por esse motivo, faria o que quisesse. Um conjunto de regras claras no sistema internacional seria fundamental.

A julgar pela predominância do modelo de negócio na economia global e no grau de influência na política internacional, Hobsbawm reconheceu a supremacia dos Estados Unidos no século XX, embora acreditasse no declínio daquela realidade. “Com a industrialização generalizada de vastas áreas do mundo, a força relativa da economia americana, enquanto sistema produtivo, tenderá a declinar.” (HOBSBAWM, 2000 [1999], p. 55).

O espaço já ocupado pela língua inglesa e o reforço que o idioma recebia da *internet* estariam perpetuando a ascendência da cultura norte-americana na esteira do processo de globalização. Entretanto, preveniu Hobsbawm, “o que eu gostaria de enfatizar é que o próximo século não será de ninguém, porque uma coisa me parece cada vez mais evidente: o mundo tornou-se grande e complexo demais para ser dominado por um único Estado” (2000 [1999], p. 56).

Ainda que a preeminência da tecnologia militar se mantivesse, situação bastante provável e até previsível, não seria suficiente para assegurar a unilateralidade dos Estados Unidos. “Há muitas coisas no mundo que simplesmente não podem ser realizadas.” (HOBSBAWM, 2000 [1999], p. 64).

Além do exposto, a julgar pelos já mencionados acontecimentos de 1968, Hobsbawm constatou, por parte dos cidadãos, a disposição cada vez menor de se submeterem às leis do Estado. Declarou o autor: “o protesto social foi de algum

modo institucionalizado como parte do processo político normal, quase como um ritual” (HOBBSAWM, 2000 [1999], p. 42). Some-se a essa reflexão o fato de que a desconfiança gerada pelas ambições hegemônicas norte-americanas já motivou a convergência de posições políticas variadas.

Ao lado de Maurice Vaïsse passamos a alguns acontecimentos que marcaram o período, a exemplo das três crises financeiras que trouxeram desdobramentos mundiais. A primeira crise teve origem na Tailândia, em meados de 1997; a segunda na Rússia, em meados de 1998; e a terceira no Brasil, no início de 1999.<sup>130</sup> Para o autor, esses eventos representaram um mundo cada vez mais interdependente.

Além das crises supramencionadas, o preço do petróleo caiu cerca de 40%, em 1998, prejudicando os países produtores de economia pouco diversificada. Em 2000, o valor do petróleo subiu, chegando a triplicar. Nesse momento, o temor era de uma nova crise do petróleo (VAÏSSE, 2013, p. 271).

Ao longo desse período, a União Europeia mostrou-se cada vez mais unificada. Em 1997, um tratado complementar ao tratado de Maastricht (1991) previu dotar a União Europeia de uma política externa comum.

---

<sup>130</sup> A crise asiática, em 1997, se deu a partir de um processo de fuga de capital e de perda de rentabilidade em alguns países da região do Pacífico asiático, como a Tailândia e a Malásia. Ao atingir a Coreia do Sul e Hong Kong, a crise ganhou repercussão mundial. A especulação imobiliária, nos países menores, e a ociosidade da capacidade produtiva nos endividados conglomerados coreanos estão no âmago dessa crise. A extensão da busca por liquidação de ativos e o nível de comprometimento das expectativas do mercado transformaram a crise asiática na primeira crise do período das finanças globais. Cumprir lembrar que, à época, os Tigres Asiáticos respondiam pela possibilidade de crescimento econômico praticamente ilimitado.

Mais detalhes em: CANUTO, Otaviano. A crise asiática. **Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura**, jan.-fev. 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo4.htm>. Último acesso em: 15 jan. 2014.

Contra a política de estabilização econômica russa, em curso desde 1995, pesava a instabilidade política, os desequilíbrios de orçamento e o desgaste das condições externas. Como consequência, em meados de 1998, a Rússia mergulhava em importante crise financeira. O impacto da crise asiática e a queda dos preços dos principais produtos de exportação da Rússia também fazem parte do quadro. Vale ressaltar a crise de confiança do mercado nos países emergentes, haja vista a moratória russa de suas obrigações públicas e privadas.

Cf.: LOBÃO, Júlio Fernando S. da Mota. Contágio entre mercados de ações de países desenvolvidos. **Eumed.net**. Disponível em: <http://www.eumed.net/tesis-doctorales/2009/jfssml/Efeitos%20da%20Crise%20da%20Rússia%20nos%20Processos%20de%20Transmissao%20de%20Choques.htm>. Último acesso em: 16 jan. 2014.

O comportamento da Rússia, ou seja, a moratória de 1998, trouxe consequências para o Brasil. O mercado reagiu negativamente nos países emergentes. No início de 1999, logo após o Brasil fechar um acordo com o FMI, a credibilidade do país atingiu níveis muito baixos. Crescia a certeza de que uma desvalorização da moeda seria inevitável. O retorno da possibilidade da moratória contagiou o mundo, no qual transferências de recursos no tempo e no espaço tornavam-se operações cada vez mais simples e dinâmicas. A ausência de alternativas fez com que o Brasil, em meados de janeiro de 1999, permitisse a flutuação do câmbio. A taxa que antes era de R\$/US\$ 1,21, chegou a R\$/US\$ 2,16, em março, no auge da desvalorização.

Maiores detalhes em: AVERBUG, André & GIAMBIAGI, Fabio. A crise brasileira de 1998/1999 – origens e consequências. **BNDES**, maio 2000. Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf). Último acesso em: 16 jan. 2014.

O final da década de 1990 também trouxe dificuldades aos interesses dos Estados Unidos. Na Organização Mundial do Comércio - OMC, o país entrou em choque com a União Europeia e suspendeu as leis restritivas e punitivas implantadas na organização, em 1996. Em 1999, o antagonismo entre os dois atores continuou. A União Europeia apresentou problemas com a carne bovina norte-americana e alegou práticas comerciais desleais por parte dos Estados Unidos.

No âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, os conflitos entre os Estados Unidos e a União Europeia continuaram em razão da mudança de rumo nas negociações acerca do Acordo Multilateral de Investimento – AMI, com desvantagem para os interesses norte-americanos. Tal acordo visava à criação de mercado transatlântico com livre-câmbio. No final de 1998, os Estados Unidos ameaçaram boicotar produtos europeus, caso não fossem revistas certas cotas de importação, o que resultou em parcial abertura do mercado europeu para as cotas em disputa (VAÍSSE, 2013, p. 260).

Ainda nesse contexto, os Estados Unidos buscaram estreitar suas relações com a China e vice-versa. Em 1997, Jiang Zemin visitou os Estados Unidos e, em 1998, Bill Clinton foi à China. Este último acontecimento marcou o debate sobre a questão dos direitos humanos na China (VAÍSSE, 2013, p. 272).

Quanto à questão nuclear, cumpre registrar a realização de testes nucleares pela Índia, em 1998, a despeito da assinatura, dois anos antes, do Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares – CTBT ou *Comprehensive Test Ban Treaty*. Em resposta à ação indiana, o Paquistão também realizou testes nucleares. Em 1999, o Senado Americano se recusou a ratificar o CTBT. Durante a VI Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear - TNP, ocorrida em Nova York no mês de maio de 2000, China, Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido assumiram uma série de compromissos com relação aos respectivos arsenais nucleares (VAÍSSE, 2013, p. 254).<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> Sobre a VI Conferência de Exame do TNP, o Itamaraty divulgou que as cinco potências nucleares “comprometeram-se a adotar uma série de medidas que, além das reduções bilaterais e unilaterais em curso, incluem, por exemplo, a diminuição do status operacional em que se encontram seus arsenais, a continuada

Em 1999, nas palavras de Vaïsse:

[...] a população dos países desenvolvidos representa apenas um quarto da população mundial e dispõe em média de três quartos da riqueza produzida no mundo. [...] Em trinta anos, a distância entre os países ricos e os países pobres dobrou. [...] Alguns países aproveitam sua integração à economia mundial, outros pagam por ela [...] (2013, p. 271).

### 3.2 Dos Estados Unidos para o mundo: 1997 - 2000

Pela primeira vez na história americana, nem podemos dominar o mundo, nem escapar disso. (KISSINGER, 1998, p. 185).<sup>132</sup>

Apesar de não refletir o pensamento neoconservador, assim como Henry A, Kissinger, Samuel P. Huntington publicava, em 2000: “a política global sempre diz respeito ao poder e à luta pelo poder, e atualmente as relações internacionais estão se transformando de acordo com essa dimensão crucial” (HUNTINGTON, 2008, p. 135).<sup>133</sup>

Um dos *experts* a compor o GT 2015, em 2000, propôs em 1998 a adoção de nova política externa, baseada na regulação e promoção de uma nova ordem. Haass sugeriu que os Estados Unidos assumissem, quando necessário, o papel de xerife global, forjando coalizões ou atuando em outras frentes. O diplomata também defendeu a manutenção dos gastos na área de defesa e inteligência, haja vista o início de nova era de perigosa competição global.<sup>134</sup>

Em 2000, era muito cedo para saber como Vladimir Putin, “que passou a maior parte de sua carreira na KGB”, iria se sair (HAASS, 2000). De acordo com esse autor, os escritos de Putin sugeriam a continuidade de um governo autocrata, e a retomada do papel do Estado na economia, do militarismo e do lugar da Rússia no mundo.

---

retirada e a eliminação das armas nucleares táticas, a adoção de medidas de transparência e a colocação de material fóssil, em bases irreversíveis, sob salvaguardas internacionais.”

Cf.: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2000/05/23/vi-conferencia-de-exame-do-tnp>. Acesso em 13 jan. 2014.

<sup>132</sup> “For the first time in American history we can neither dominate the world nor escape from it.” (KISSINGER, 1998, p.185).

<sup>133</sup> Artigo publicado originalmente na *Foreign Affairs*, v. 08, n. 04, 2000.

<sup>134</sup> Mais detalhes em: Richard N. Haass. *The reluctant sheriff: the United States after the Cold War*. Nova York: Council on Foreign Relations Press, 1998.

Como a Rússia continuava a ser uma grande potência, por ter herdado enorme arsenal de armas nucleares da União Soviética, a grande prioridade da política externa norte-americana, segundo Haass, deveria ser a redução da ameaça nuclear russa, minimizando a possibilidade do uso acidental da tecnologia nuclear ou de suas armas, e a chance de que estas fossem parar “nas mãos erradas”. Contudo, sob a ótica do autor, a relação dos Estados Unidos com a Rússia de Putin seria difícil.

O país seria uma estranha mistura de fraqueza e força. Estaria com muito ressentimento pela diminuição de seu *status* no mundo. Apesar de não representar um rival nos moldes da Guerra Fria, a Rússia não seria uma parceira dos Estados Unidos em seu projeto de moldar o mundo pós-Guerra Fria. (HAASS, 2000).<sup>135</sup>

Um segundo nome do GT 2015, Joseph Nye Jr., em que pese a lógica da interdependência complexa, de sua autoria, como já mencionado, reconheceu que a força ainda desempenhava papel considerável na política internacional. A considerar que as pessoas ainda esperavam, ao menos até aquele momento, segurança física, bem-estar econômico e identidade comum de suas instituições políticas, o autor também reconheceu que o Estado-nação não se tornara obsoleto, pois este ator seria o maior produtor de tais atributos (NYE, 2002 [2000], p. 261-265). Ao mesmo tempo, contrariando a argumentação de Michael Hardt e Antonio Negri (2012 [2000]), Nye ressaltou que: “Por isso, apesar da longa tradição de esforços para o desenvolvimento de alternativas, o estado territorial e os seus problemas permanecem centrais na política mundial” (NYE, 2002 [2000], p. 265).

Quando se concentrou na globalização, o autor registrou a possibilidade de reações respaldadas em nacionalismos desagregadores às rápidas mudanças em curso. Nessas circunstâncias, o processo de globalização poderia trazer integração econômica, mas também fragmentação política. Segundo Nye, o grande rival do capitalismo liberal seria o nacionalismo étnico (2002 [2000], p. 266). Contudo, alertou o cientista político, aparentemente contrariando a própria posição acerca do papel da força na política internacional: “Muitas das novas ameaças não serão suscetíveis de solução por parte de exércitos disparando explosivos potentes” (NYE, 2002 [2000], p. 273).

---

<sup>135</sup> “The country is an odd mixture of weakness and strength. It is filled with resentment over its diminished status in the world. Russia is unlikely to be the arch-rival the Soviet Union was during the Cold War, but neither is it likely to be a partner for the United States as we seek to shape the post-Cold War world.” (HAASS, 2000).

O autor refletiu sobre a multipolaridade como saída para perceber o mundo pós-Guerra Fria e afastar as potenciais fontes de conflito. Entretanto, Nye verificou que, diferentemente da multipolaridade do século XIX, as atuais potências não se nivelavam a ponto de estabelecer um equilíbrio de poder satisfatório, e conseqüentemente uma ordem multipolar. Essa condição, entretanto, não significava uma ordem unipolar protagonizada pelos Estados Unidos. O poder militar seria basicamente unipolar, ou seja, norte-americano; mas na esfera do econômico, Estados Unidos, Japão e Europa somavam dois terços da produção mundial, conformando um mundo tripolar, ou mesmo quadripolar, com a chegada da China. Já no nível das relações transnacionais, do jogo político, o poder estaria disperso, considerando a variedade dos atores, estatais e não estatais, incluídos neste sistema. Assim, o mundo seria uma combinação desses formatos, e definido em uma “interdependência de níveis múltiplos”. Quanto aos Estados Unidos, o autor ponderou, mas não se esquivou de definir e reforçar o pensamento de que:

Os Estados Unidos estão melhor posicionados, com um conjunto de recursos de poder mais diversificado do que qualquer outro país, mas a presente ordem mundial não é uma era de hegemonia americana. (NYE, 2002 [2000], p. 276).

Diante da necessidade de redefinir o interesse nacional, para efeito de sustentação do *status quo* com relação à posição dos Estados Unidos no sistema internacional, Nye partiu da manutenção da ordem internacional. A partir das reflexões sobre a crescente interdependência, o autor concluiu que alterações da ordem internacional refletiriam em todo o mundo, o que inclui os Estados Unidos. Dito de outra forma, o interesse nacional definido com base na prevenção da desordem para além das fronteiras do país diminuiria o inevitável efeito das mudanças externas e manteria a influência norte-americana sobre governos e organizações distantes, no que concerne a várias questões, tais como a proliferação de armas de destruição em massa; o terrorismo; as drogas; os recursos compartilhados; e o meio ambiente. Todavia, Nye alertou que essa tarefa envolveria investimento. “É difícil ser uma superpotência a baixo custo.” (NYE, 1999, p. 27).<sup>136</sup> Em síntese, um papel de estabilizador no qual os Estados Unidos garantisse o não surgimento de *hegemons* hostis em regiões importantes deveria continuar prioridade (NYE, 1999, p. 29).

---

<sup>136</sup> “It is difficult to be a superpower on the cheap.” (NYE, 1999, p. 27).

Ao deslocar o foco para o pensamento neoconservador, nos remetemos a Robert Kagan, expoente desta corrente de pensamento, para quem, em publicação de 1998, a mistura da sensação de dependência e do ressentimento que envolve o predomínio internacional dos Estados Unidos não seria nem estranha nem nova. Esse ressentimento, mesmo por parte dos amigos, deveria ser interpretado como natural, e não como único produto da expansão do domínio norte-americano no pós-Guerra Fria (KAGAN, 1998).

Segundo Kagan, na verdade o papel dos Estados Unidos no mundo estaria claro para a maioria dos observadores internacionais. A hegemonia benevolente exercida pelo país se mostraria boa para grande parcela da população mundial. Seria, certamente, um arranjo melhor do que todas as alternativas realistas. Minar essa realidade custaria muito mais a várias pessoas ao redor do mundo do que aos norte-americanos.

Desde que os Estados Unidos emergiram como grande potência, a identificação dos interesses dos outros com o próprio interesse seria a qualidade mais marcante da política externa e de defesa norte-americana. O bem-estar dos Estados Unidos dependeria, fundamentalmente, do bem-estar dos demais. Entre outros valores, sob a ótica de Kagan, a segurança nacional seria impossível sem amplas medidas de segurança internacional.

Como alguns norte-americanos teriam se cansado do poder e da liderança, estariam conseqüentemente menos inclinados a demonstrar a generosidade que por muito tempo caracterizara a política externa do país. O que muitos na Europa e em outros lugares veriam como arrogância e intimidação poderia ser apenas irritabilidade oriunda do cansaço. Nas palavras de Kagan:

[...] os britânicos eram mais arrogantes, mais sanguinários e, ao fim e ao cabo, menos capazes para as questões mundiais do que os ineptos americanos provaram ser até agora. Se houver de ser uma única superpotência, o mundo fica melhor com os Estados Unidos nesse papel. (KAGAN, 1998).

Quanto à multipolaridade, o autor, diferindo de Joseph Nye, defendeu a ideia de que, em seu auge, na Europa do século XVIII, as guerras entre as potências eram regulares; os conflitos, grandes e pequenos, locais ou não, eclodiram ao longo de quase todas as décadas. Nesse sentido, nenhuma nação desejaria de fato a multipolaridade, exceto a China, que estaria disposta a arcar com o custo de um

poder militar capaz de fazer frente aos Estados Unidos. Todavia, o crescimento militar da China não teria sido percebido como um ambiente mais harmonioso por seus vizinhos.

A genuína multipolaridade significaria retorno às complexas questões estratégicas do período anterior à Segunda Guerra Mundial, ou seja, na Ásia, a competição pela preeminência regional entre China, Japão e Rússia; na Europa, a competição entre França, Alemanha, Grã-Bretanha e Rússia. Logo, a multipolaridade defendida por alguns países europeus seria uma falsa multipolaridade, na qual não se pagaria o preço imposto pela igualdade, como os custos referentes aos conflitos no Iraque e no Kosovo.<sup>137</sup>

Irving Kristol, em 1997, afirmava que as ambições europeias estavam circunscritas à defesa de seu Estado de Bem-Estar Social e à realização de bons negócios no mercado internacional. A lamentável capacidade de prontidão militar denunciava uma Europa que se conformaria com a condição de protetorado semiautônomo dos Estados Unidos (KRISTOL, 1997).

Grande parte dos europeus parecia acreditar que a Europa continuaria a ser relevante presença cultural, a despeito da diminuição de sua influência política. Contudo, sob a ótica de Kristol, os sinais de decadência cultural da Europa eram visíveis, uma vez que poder e cultura andavam juntos. Em visita à Europa, o autor teria constatado que os europeus não tinham conhecimento dessa decadência e consideravam os Estados Unidos uma concessão de caráter benigno.

Entretanto, não apenas a Europa reconhecia o papel norte-americano. Segundo Kristol, a América Latina, “sempre hostil ao ‘imperialismo Yankee’, vinha

---

<sup>137</sup> O conflito no Iraque já foi abordado. Quanto ao conflito no Kosovo, cumpre informar que foi a primeira participação da OTAN em conflito armado, e para alguns analistas uma manobra de ampliação da hegemonia dos Estados Unidos na região. “O conflito, porém, pode ser interpretado no contexto da evolução da prática de intervenções humanitárias no pós-Guerra Fria, principalmente diante de casos de graves violações aos direitos humanos em regiões onde o Estado-nação encontra-se em processo de fragmentação.” (NOGUEIRA, 2000). De forma sumariada, a partir da segunda metade da década de 1990, no Kosovo, crescem as animosidades entre os sérvios e os kosovares de origem albanesa, grande maioria da população da região. A crise, que girava em torno do movimento separatista de Kosovo e da resistência do governo central da Iugoslávia em aceitar aquela autonomia, recrudescer em 1998. Em 1999, sem submeter a questão à ONU, a OTAN ataca a Iugoslávia e põe fim às ações do líder iugoslavo Slobodan Milosevic. Mais detalhes em: NOGUEIRA, João Pontes. A guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, São Paulo, out. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000300008&script=sci_arttext). Último acesso em: 17 jan. 2014.

reconhecendo a legitimidade da liderança dos Estados Unidos.” (KRISTOL, 1997).<sup>138</sup> O livre comércio, seguido de grandes investimentos na região, levaria inevitavelmente a uma americanização da cultura popular latino-americana e do modo de vida local.

Some-se, ao panorama delineado por Kristol, o envolvimento norte-americano no Sudeste da Ásia. Naquela região, a perspectiva da liderança dos Estados Unidos seria bem menos assustadora do que a dominação chinesa de países como Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia, entre outros (KRISTOL, 1997).

Em relatório elaborado pelo PNAC, reduto neoconservador anteriormente apresentado, o estudo sobre a defesa dos Estados Unidos partiu da premissa de que o país deveria preservar e ampliar sua posição de liderança global mantendo a primazia de suas forças militares (DONNELLY, 2000).

Para Robert Kagan e William Kristol, em publicação de 2000, a emergência de uma China forte, determinada e potencialmente hostil; o direcionamento problemático da política na Rússia; as contínuas ameaças impostas pelos regimes ditatoriais no Iraque, na Sérvia e na Coreia do Norte; o alarmante declínio das capacidades militares norte-americanas, entre outros fatores, determinariam o destino da hegemonia dos Estados Unidos, da qual dependeria a paz internacional (KAGAN & KRISTOL, 2000, p. vii).

Os americanos e seus líderes políticos estariam esbanjando, desde 1991, os frutos de um dividendo de paz ilusório, desperdiçando a oportunidade de fortalecer e estender uma ordem internacional unicamente favorável aos Estados Unidos. Naquele momento, o objetivo não deveria ser melhor gerenciamento do *status quo*, mas mudança fundamental no pensamento dos líderes e da opinião pública a respeito do papel dos Estados Unidos no mundo (KAGAN & KRISTOL, 2000, p. 4-9). Esse posicionamento vai de encontro ao argumento de Joseph Nye (1999), o qual identificou o interesse nacional com a manutenção do *status quo*.

Nas palavras de Kagan e Kristol: “Estadistas norte-americanos devem reconhecer que seu compromisso não é aguardar a chegada da próxima grande

---

<sup>138</sup> “Latin America, ever hostile to ‘Yankee imperialism’, nevertheless is coming to recognize the legitimacy of U.S. leadership.” (KRISTOL, 1997).

ameaça, mas moldar o ambiente internacional para evitar que essa ameaça surja” (2000, p. 12).<sup>139</sup>

Assim, o foco da política externa deveria ser a mudança no regime de nações hostis, como o Iraque, a Coreia do Norte e a China, ou qualquer outro governo tirânico com poderes militares capazes de ameaçar seus vizinhos, aliados norte-americanos, ou mesmo os Estados Unidos. O esforço não deveria ser no sentido de demover esses Estados, mas de substituir efetivamente seus regimes. No lugar da coexistência, a transformação (KAGAN & KRISTOL, 2000, p.17-20).

Ainda que os Estados Unidos não mais intervissem como fizeram em Kosovo, ou desaprovassem abertamente as práticas chinesas de transgressão aos direitos humanos, inspirariam ciúme, ressentimento ou mesmo medo. Uma política mais suave, porém ainda reconhecidamente poderosa continuaria no caminho das ambições chinesas no Leste da Ásia, seguiria lembrando a Rússia de sua enfraquecida posição no mundo, e esbarrando nas inseguranças francesas (KAGAN & KRISTOL, 2000, p. 21-22).

Frederick Kagan traduziu o final do século XX como um período de paz relativa, ou seja, um interregno entre o fim da Guerra Fria e o início de novo grande conflito.<sup>140</sup> O tempo de duração desse período de paz e em qual grau a segurança poderia ser preservada para as potências democráticas do mundo eram questões para as quais somente os Estados Unidos teriam a resposta. E sob a ótica desse autor, o país falhou diante do desafio de manter suas forças militares capazes de preservar a paz internacional e a estabilidade, tanto momentâneas quanto futuras (KAGAN, F., 2000, p. 241).

Um padrão incapaz de sustentar duas guerras simultâneas seria desastroso, inclusive para os aliados. A garantia de defesa norte-americana não teria valor se os aliados soubessem que, uma vez envolvidos em uma guerra externa, não lhes seria possível ir em defesa de outrem, na ocorrência de um ataque. “Qualquer estratégia

---

<sup>139</sup> “[...] *American statesmen today ought to recognize that their charge is not to await the arrival of the next great threat, but rather to shape the international environment to prevent such a threat from arising in the first place.*” (KAGAN & KRISTOL, 2000, p. 12).

<sup>140</sup> O neoconservador Frederick W. Kagan, Ph.D. em história militar soviética e russa pela Yale University, atua no American Enterprise Institute – AEI. À época da publicação em tela, em 2000, era professor de História Militar na U.S. Military Academy, em Nova York. Frederick Kagan é filho de Donald Kagan e irmão de Robert Kagan, ambos representantes de peso do pensamento neoconservador.  
Cf.: <http://www.aei.org/scholar/frederick-w-kagan/>. Último acesso em: 20 jan. 2014.

que visou dissuadir seriamente os desafios momentâneos e futuros teve que se basear na capacidade de pelo menos duas guerras.” (KAGAN, F., 2000, p. 245).<sup>141</sup>

A breve fraqueza dos inimigos seria tão aparente para os Estados Unidos quanto para eles mesmos. Esses inimigos não atacariam enquanto fracos. Estariam propensos a restaurar suas forças preventivamente. E não haveria razão para acreditar que os Estados Unidos se rearmariam mais rapidamente do que seus inimigos, caso fosse detectada alguma atitude suspeita. Ao contrário, haveria razões para acreditar que os inimigos seriam mais ágeis, uma vez que seus regimes autoritários não encontrariam obstáculos nesse processo *vis-à-vis* às democracias.

Em termos mais simples, a América deve ser capaz de lutar contra o Iraque e a Coreia do Norte, e também ser capaz de lutar contra o genocídio nos Balcãs e em outros lugares, sem comprometer a sua capacidade de atuar em dois grandes conflitos regionais. E deve, a partir de agora, considerar a guerra com a China e a Rússia. (KAGAN, F., 2000, p. 261).<sup>142</sup>

De outro prisma, William J. Bennett argumentou que, para os Estados Unidos, a relação entre moral e política externa não deveria ser algo tão complexo e vexatório como alguns gostariam de fazer crer.<sup>143</sup>

A ação moral por parte de um indivíduo não consistiria em apenas expressar sentimentos nobres, mas exigiria ações e julgamentos medidos por um padrão. Exigência idêntica ocorreria com as nações. Dito de outra forma, o que contaria seriam as ações, e não as palavras. Entretanto, haveria diferença óbvia e crucial entre indivíduos e nações. Os indivíduos viveriam submetidos à lei, e a violação desta por ignorância ou por boa intenção não seria considerada. Semelhante situação não ocorreria com as nações, em razão da inexistência de lei universalmente capaz de submetê-las. Na ausência de um árbitro, o poder de julgar seria prerrogativa de cada nação (BENNETT, 2000, p. 294).

---

<sup>141</sup> “Any strategy that seriously aimed at deterring both current and future challenges had to be based on at least a two-war capability.” (KAGAN, F., 2000, p. 245).

<sup>142</sup> “In plainer terms, America must be able to fight Iraq and North Korea, and also be able to fight genocide in Balkans and elsewhere without compromising its ability to fight two major regional conflicts. And must be able to contemplate war with China and Russia some considerable (but not infinite) time from now.” (KAGAN, F., 2000, p. 261).

<sup>143</sup> William J. Bennett é Ph.D. em filosofia política pela University of Texas. Foi secretário de educação entre 1985-1988, sob o governo de Ronald Reagan, e também ocupou o cargo de diretor do Escritório de Política Nacional de Controle de Drogas, durante o governo de George H. W. Bush (1989-1992). Responde pelo site Bill Bennett’s Morning in America e é membro da organização America Strong.

Cf.: <http://www.billbennett.com/> e <https://www.americastrong.com/>. Último acesso em: 20 jan. 2014.

Paul Wolfowitz, o neoconservador envolvido no projeto de memorando sobre a estratégia de defesa dos Estados Unidos, vazado para a mídia em 1992, como mencionado em capítulo anterior, atestou que uma das características do mundo pós-Guerra Fria seria o enfraquecimento da crença nas esquerdas. Entretanto, o político considerou um equívoco descrever o aparente fim da competição ideológica entre comunismo e capitalismo como o fim da ideologia em si. Outro equívoco seria assumir que a emergência de novas potências, particularmente a China, traria maior probabilidade de paz ao mundo do que a emergência de novas potências em conjunturas passadas (WOLFOWITZ, 2000, p. 318).

Apesar de sua ascensão, a China ainda não teria se tornado uma grande potência. Todavia, para Wolfowitz, não caberia nem superestimar a força chinesa, nem, ao contrário, subestimar seu potencial. A ameaça poderia ser remota. Contudo, a julgar pela velocidade com a qual situações mudaram ao longo do século XX, seria necessário reconhecer que a ameaça não deveria ser tratada como ficção. Ademais, argumentou o autor:

Persuadir uma potência emergente a aceitar o *status quo*, a exceção da possibilidade de alterações pacíficas, tem sido historicamente um desafio, e os fracassos nesse sentido com a Alemanha e o Japão no século passado tiveram consequências catastróficas. (WOLFOWITZ, 2000, p. 324).<sup>144</sup>

Ainda sobre a China, Ross Munro registrou o fato de que mais concreto do que o risco de alianças não favoráveis aos Estados Unidos por ocasião de um confronto envolvendo Taiwan, ou algo equivalente, seria o risco derivado do arsenal chinês de mísseis cada vez mais precisos e destrutivos, direcionados para os Estados Unidos e seus aliados (MUNRO, 2000, p. 54).<sup>145</sup>

Munro reconheceu que as capacidades militares chinesas estariam abaixo das norte-americanas. Todavia, chamou a atenção para o fato de que as lideranças militares da China estariam concentrando grande parte de seus esforços no desenvolvimento e implantação de mísseis, cujos alvos seriam Taiwan e as forças

---

<sup>144</sup> “Persuading an emerging power to accept the status quo except in so far as it can be changed peacefully has been a challenge historically, and the failures to do so with Germany and Japan in the last century had catastrophic consequences.” (WOLFOWITZ, 2000, p. 324).

<sup>145</sup> Ross H. Munro, à época da publicação em tela, era diretor do Asian Studies no Center for Security Studies em Washington. É coautor de *The coming conflict with China*. Cf.: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 364.

navais dos Estados Unidos na Ásia, assim como os Estados Unidos propriamente ditos.

O risco teria aumentado e se tornado iminente para os Estados Unidos e aliados, com a crise de legitimidade pela qual estaria então passando o regime chinês. Este, por sua vez, seria respaldado pelo crescimento econômico, pela repressão política e pelo incremento do sentimento nacionalista. A crise se instalaria, sob a lógica de vários economistas, em razão dos resultados da economia e do *crash* financeiro. O objetivo de dominar a Ásia seria a primeira parte do consenso sobre a nova grande estratégia insurgida de Pequim, entre 1993 e 1994. Na segunda parte caberia identificar os Estados Unidos como inimigo estratégico no longo prazo (MUNRO, 2000, p. 55-60). De forma sumariada:

[...] Jiang pretende aproveitar e reforçar o nacionalismo chinês para permanecer no poder. As ascendentes ameaças da China contra Taiwan, o aumento da atividade militar chinesa no Mar da China Meridional, o crescente número de ataques verbais contra os Estados Unidos, acusados de "hegemonistas", e o caráter antiamericano cada vez mais explícito da cooperação entre China e Rússia no que tange às questões globais apontam nesse sentido. (MUNRO, 2000, p. 56).<sup>146</sup>

Em relação à Rússia, Peter Rodman informou que o país, sob Vladimir Putin, apresentaria nova face ao mundo (RODMAN, 2000, p. 75).<sup>147</sup> Potência inquestionável, a despeito de seu enfraquecimento, a Rússia se assenta sobre 11 fusos horários, disporia de mais de 20 mil armas nucleares, e detém poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, exercendo influência em regiões fundamentais, como Europa, Oriente Médio e Sul da Ásia. O país manteria vasto potencial econômico e tecnológico, aguardando uma administração política mais coerente. Por esses motivos, seria preocupação momentânea e futura para a política externa dos Estados Unidos.

---

<sup>146</sup> "Put another way, it means Jiang intends to draw on and reinforce Chinese nationalism to stay in power. China's escalating threats against Taiwan, its increased military activity in the South China Sea, the growing number of verbal attacks on the United States as "hegemonist", and the increasingly explicit anti-American character of China's cooperation with Russia on global issues all point in this direction." (MUNRO, 2000, p. 56).

<sup>147</sup> Por ocasião da publicação, Peter W. Rodman era diretor do National Security Programs no Nixon Center. É autor de *More precious than Peace*. Atuou como adjunto do presidente do National Security Affairs e como diretor de equipe de planejamento político do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Cf.: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. *Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy*. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 365.

De acordo com Rodman, se a direção da economia e da política interna da Rússia se mostrava coberta por incertezas; a política externa, em contrapartida, estaria bastante clara. O princípio norteador da política global russa não seria baseado na proximidade com os Estados Unidos.

Na verdade, no mundo “unipolar” de “hegemonia” norte-americana, a Rússia vê como seu principal objetivo restaurar a “multipolaridade” para o sistema internacional - ou seja, construir contrapesos contra o domínio norte-americano. (RODMAN, 2000, p. 82).<sup>148</sup>

O comportamento russo e até mesmo seu ressurgimento como grande potência não representariam ameaça intrínseca aos Estados Unidos. Contudo, resistir à dominação norte-americana continuaria como a principal orientação do interesse nacional russo. Para Rodman, vale considerar que Rússia e China teriam em comum o projeto de restauração da multipolaridade para o sistema internacional. A China endossou a política russa na Chechênia e sustentou a oposição da Rússia à ampliação da OTAN. A Rússia endossou a política chinesa em Taiwan e no Tibet. Ambos os países se opuseram ao envolvimento militar da OTAN na crise dos Balcãs, alegando ser a política de intervencionismo humanitário um precedente para as ambições globais dos Estados Unidos. Some-se a essas reflexões o fato de que a Rússia já lucraria bastante tendo a China como importante cliente de seu mercado de armas e indústria de defesa (RODMAN, 2000, p. 86).

Segundo Richard Perle, o Iraque seria um dos poucos países a fazer uso de armas de destruição em massa; no caso contra o Irã e contra sua própria população.<sup>149</sup> Se os Estados Unidos não desenvolvessem uma estratégia para retirar Saddam Hussein do poder do Iraque naquele momento, ou seja, em 2000, o país poderia se mostrar inapto a fazê-lo no futuro, uma vez que Saddam estaria em posse de sofisticadas armas de destruição maciça. Para Perle estava claro que o perigo imposto pelo regime iraquiano não poderia ser eliminado enquanto o objetivo norte-americano fosse simplesmente a contenção, e os meios utilizados para essa

---

<sup>148</sup> “In fact, in the ‘unipolar’ world of American ‘hegemony’, Russia sees its prime goal as restoring ‘multipolarity’ to the international system - that is, to build counterweights against American dominance.” (RODMAN, 2000, p. 82).

<sup>149</sup> Richard N. Perle, em 2000, era membro do American Enterprise Institute, co-diretor da AEI Commission on Future Defenses. É editor de *Reshaping Western security* e autor de *Hard line*. Foi assistente da Secretary of Defense for International Security Policy e presidente do North Atlantic Treaty Organization High Level Defense Group entre 1981 e 1987.

Cf.: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. *Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy*. São Francisco: Encounter Books, 2000, p.365.

contenção estivessem limitados a sanções e exortações. “Simplificando, Saddam é um problema crescente, em vez de apenas uma continuidade.” (PERLE, 2000, p. 106).<sup>150</sup>

Pelo argumento desse autor, a lembrança dos anos anteriores teria deixado clara a falência dos esforços para restringir Saddam Hussein por meio da diplomacia (concordando que a diplomacia faz parte) ou do controle de armas. Qualquer acordo com Saddam seria inútil e alterado quando este assim entendesse.

Nesse sentido, e lembrando que a publicação de Perle coincidiu com o ano de eleição presidencial nos Estados Unidos, na qual o republicano George W. Bush (2001-2008) sucedeu o democrata Bill Clinton (1993-2000), seguem as palavras do autor:

Se o próximo governo for proteger os interesses dos Estados Unidos no Golfo e ajudar a criar condições para a estabilidade a longo prazo na região, deve formular uma estratégia política e militar abrangente para derrubar Saddam e seu regime. (PERLE, 2000, p. 107).<sup>151</sup>

A respeito do Irã, Reuel Marc Gerecht apontou cinco problemas considerados principais, a saber: o patrocínio do terrorismo; a oposição ao processo de paz no Oriente Médio, promovendo ajuda financeira e até treinamento terrorista aos grupos radicais palestinos; o auxílio espiritual e material aos militantes islâmicos pelo mundo muçulmano; o abuso regular praticado contra seus cidadãos; e o esforço em adquirir armas de destruição em massa (GERECHT, 2000, p. 131).<sup>152</sup>

O autor advertiu que se o governo iraniano estivesse determinado a obter armas não convencionais de destruição em massa, o que seria incomparavelmente mais barato do que fabricá-las e estaria sem dúvida dentro da faixa das receitas do petróleo do país, sanções não mitigariam por completo o esforço iraniano, que incluía tanto o desenvolvimento quanto o roubo de tais armas. “Nenhuma sanção

---

<sup>150</sup> “Put simply, Saddam is a growing, rather than only a continuing, problem.” (PERLE, 2000, p.107).

<sup>151</sup> “If the next administration is to protect America’s interests in the Gulf and help bring about the conditions for long-term stability in the region, it must formulate a comprehensive political and military strategy for bringing down Saddam and his regime.” (PERLE, 2000, p. 107).

<sup>152</sup> Reuel Marc Gerecht, especialista em Oriente Médio, foi diretor de operações da Central Intelligence Agency. É autor, sob o pseudônimo de Edward Shirley, de *Know thine enemy: a spy’s journey intorevolutionary Iran*. Publicou na *Atlantic Monthly*, *Foreign Affairs*, *The New Republic*, *The Weekly Standard*, *The New York Times* e *The Wall Street Journal*, entre outros veículos de comunicação.

Cf.: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. *Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy*. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 364.

econômica, por exemplo, irá dissuadir Teerã de uma ação terrorista que o clero dirigente acredite ser do interesse nacional.” (GERECHT, 2000, p. 140).<sup>153</sup>

Sob a lógica de Gerecht, os governantes iranianos desejariam o dinheiro dos Estados Unidos, mas não uma embaixada norte-americana no centro de Teerã. Não haveria medida alguma de edificação de confiança que pudesse convencê-los a retirar o apoio psicológico ao antiamericanismo, ou permitir o contato entre americanos e dissidentes do regime iraniano. Conclui o autor: “[...] quanto mais pudermos corroer o espírito revolucionário, melhor. Obviamente, sanções contra as indústrias militares do Irã devem continuar em vigor.” (2000, p. 142).<sup>154</sup>

Quanto à essência da política externa da Coreia do Norte, responsável pela manutenção do país em estado de permanente conflito com a sociedade internacional, Nicholas Eberstadt apontou o confronto entusiasta, em geral agressivo, diante daqueles considerados inimigos, com ênfase em forte hostilidade aos Estados Unidos.<sup>155</sup> Ao contrário do imaginado, a ameaça promovida pela Coreia do Norte não teria diminuído com o final da Guerra Fria (EBERSTADT, 2000, p. 145-146).

Dentro de um paradoxo, a despeito dos problemas econômicos enfrentados pelos norte-coreanos, o país continuaria ou até mesmo estaria ampliando sua capacidade de ameaçar os Estados Unidos e seus aliados asiáticos.

A aflição econômica pode ter limitado as capacidades convencionais da enorme máquina militar do país, mas mesmo dependendo das doações de alimentos do exterior para seu sustento, a Coreia do Norte segue no desenvolvimento de seu arsenal de armas de destruição em massa. (EBERSTADT, 2000, p. 147).<sup>156</sup>

O programa nuclear norte-coreano representaria apenas uma face da busca por armas de destruição em massa. O autor registrou o fato de que o país teria acumulado um dos maiores arsenais de armas químicas do mundo. Acrescente-se o

<sup>153</sup> “No economic sanction, for example, will deter Tehran from a terrorist action that the ruling clergy believes is in the national interest.” (GERECHT, 2000, p. 140).

<sup>154</sup> “[...] the more we can corrode the revolutionary spirit, the better. Obviously, sanctions against Iran's military industries should remain in place.” (GERECHT, 2000, p. 142).

<sup>155</sup> Nicholas Eberstadt respondia, em 2000, ano da publicação em tela, pela cadeira de Economia Política do American Enterprise Institute e também era membro do Center for Population and Development Studies da Harvard University. Publicou em periódicos acadêmicos e populares e é autor de *The end of North Korea*, entre outros títulos.

<sup>156</sup> “Economic distress may have constrained the conventional capabilities of the country's enormous military machine, but even as North Korea's starving subjects are forced to look to food donations from abroad for sustenance, the regime is racing to develop a credible arsenal of weapons of mass destruction.” (EBERSTADT, 2000, p. 147).

cenário em que haveria um esforço para aperfeiçoar os mísseis balísticos de longo alcance, os quais seriam capazes de carregar tais armas por todo o planeta.

À época, a política de Washington para a Coreia do Norte estaria baseada na suposição de que haveria o interesse de Pyongyang em liberalizar a economia e realizar reformas, como estaria ocorrendo na China e no Vietnã. No entanto, Eberstadt firmou a concepção de que as autoridades norte-coreanas teriam visão diametralmente oposta. De forma detalhada e em várias ocasiões teria ficado claro que a liberalização econômica significaria ameaça mortal àquilo que a administração do país chamava de estilo próprio de socialismo (2000, p. 163).

A título de conclusão sobre a Coreia do Norte, Eberstadt defendeu a ideia de que prolongar a existência do regime de Pyongyang não seria do interesse dos Estados Unidos e, tampouco de seus aliados. De forma ainda mais clara, o autor alegou que o regime norte-coreano seria o único grande impedimento para a paz e a prosperidade na região. O fim daquele regime seria, na visão do autor, o fim da Guerra Fria no Nordeste asiático (2000, p. 174-175).

### **3.3 Analisando o Global Trends 2015**

De acordo com o Global Trends 2015, publicado em dezembro de 2000 pelo National Intelligence Council, o sistema internacional seria moldado, em 2015, a partir da relação entre os sete *dínamos* e/ou tendências globais já mencionados no início deste capítulo, as quais chamamos de variáveis. Referimo-nos (i) à demografia; (ii) aos recursos naturais e meio ambiente; (iii) à ciência e tecnologia; (iv) à economia mundial e globalização; (v) aos padrões de governança nacionais e internacionais; (vi) aos conflitos futuros; e (vii) ao papel dos Estados Unidos. Essas tendências iriam influenciar as capacidades, prioridades e comportamentos dos Estados e das sociedades e, assim, definir o ambiente de segurança internacional.

Na abordagem da (i) demografia, a previsão de que 95% do crescimento populacional seria conferido aos países em desenvolvimento se repetiu em relação ao GT 2010. Da mesma forma que se repetiu a relação entre crescimento populacional, urbanização e instabilidade, no caso de sistemas políticos considerados frágeis, somada ao aumento da expectativa de vida.

A mesma lógica do GT 2010 para as economias desenvolvidas, cujas baixas taxas de natalidade, aliadas ao declínio da população conduziram à revisão do pacto social, também foi estendida para o crescente número de países emergentes, em virtude da redução do tamanho da população ativa e, conseqüentemente, da capacidade da força de trabalho.

Duas grandes tendências caracterizariam o período entre os anos 1997 e 2000: a urbanização e a migração transfronteiriça. O aumento substancial de migrantes aumentaria a tensão social e política e poderia alterar as identidades nacionais, mesmo contribuindo para o dinamismo demográfico e econômico (NIC, 2000, p. 23). Incorre o GT 2015 na tese da ameaça, visto que o aumento substancial de migrantes poderia trazer contribuição, mas também prejuízos a certas conquistas ou valores, como a alteração das identidades nacionais.<sup>157</sup>

Ao focalizar os (ii) recursos naturais e meio ambiente, o GT 2015 atestou que, apesar do um aumento de 50%, entre 2000 e 2015, na demanda global por energia, os recursos energéticos seriam suficientes para atender à demanda. As últimas estimativas sugeririam que 80% do petróleo disponível no mundo e 95% do gás permaneciam no subsolo (NIC, 2000, p. 9).

Embora a região do Golfo Pérsico continuasse a ser a maior fonte de petróleo do mundo, o mercado de energia mundial deveria se configurar a partir de dois padrões relativamente distintos de distribuição regional: um grupo de consumidores (incluindo os Estados Unidos) estaria ligado às reservas da Bacia Atlântica; e o outro grupo, formado principalmente por países asiáticos (cada vez mais China e Índia), teria seu fornecimento a partir de fontes do Golfo Pérsico e, em menor medida, da região do Cáspio e da Ásia Central. O GT 2015 previu que, por volta de 2015, apenas um décimo de petróleo do Golfo Pérsico seria direcionado para os mercados ocidentais; três quartos iriam para a Ásia.

Os combustíveis fósseis continuariam a ser a forma dominante de energia, mesmo com o aumento na eficiência das células solares, entre outros avanços no setor.

A Ásia iria impulsionar a expansão na demanda por energia, substituindo a América do Norte no papel de principal região de consumo de energia, responsável

---

<sup>157</sup> "These numbers [legal and illegal migrants] will grow substantially and will increase social and political tension and perhaps alter national identities even as they contribute to demographic and economic dynamism." (NIC, 2000, p. 23).

por mais da metade do aumento da demanda total no mundo. O aumento da procura por energia não iria representar desafio importante para o fornecimento, nem levaria a substanciais aumentos de preços em termos reais. Fontes do recurso aumentariam constantemente, uma vez que o progresso tecnológico na extração de petróleo de fontes remotas permitiria novas descobertas e produção mais eficiente.

A região do Golfo Pérsico, registrando a ausência de guerra, experimentaria grande aumento na capacidade de produção de petróleo e na sua importância para o mercado mundial de energia. Outras áreas do mundo, incluindo a Rússia e a costa Oeste da África, também ampliariam seu papel nos mercados globais de energia. Além do petróleo, segundo o GT 2015, a Rússia e o Oriente Médio responderiam por três quartos das reservas de gás conhecidas.

A América Latina, notadamente Venezuela, México e Brasil, teria mais de 117 bilhões de barris de reservas comprovadas de petróleo e, potencialmente, 114 bilhões de barris de petróleo não descobertos. Sob a ótica do GT 2015, com a participação estrangeira, a produção latino-americana poderia aumentar de 9 milhões de barris por dia para mais de 14 milhões.

Os países produtores de petróleo continuariam a exercer influência no sentido de aumentar os preços do recurso no mercado. Para o NIC, os preços da energia tenderiam a se tornar mais instáveis entre 2000 e 2015, uma vez que aumentos de preços periódicos seriam seguidos por quedas (NIC, 2000, p. 28-30).

A questão em torno da água, na categoria de recurso vital, representaria desafios significativos para os governos do Oriente Médio, da África Subsaariana, do Sul da Ásia e do Norte da China. Tensões regionais em torno da água aumentariam entre 2000 e 2015 (NIC, 2000, p. 9).

Em 2015, aproximadamente metade da população mundial – mais de 3 bilhões de pessoas – viveriam em países sob *stress* hídrico. A maior parte desses países estaria localizada na África, no Oriente Médio, no Sul da Ásia e no Norte da China (NIC, 2000, p. 27).

No mundo em desenvolvimento, 80% da água consumida iria para a agricultura. Essa proporção não seria sustentável. E, em 2015, muitos países em desenvolvimento seriam incapazes de manter seus níveis de irrigação para a agricultura. A extração excessiva de água subterrânea em várias importantes regiões produtoras de grãos do mundo seria um problema crescente. A quantidade

de água disponível para alguns dos principais produtores de grãos do norte da China estaria caindo, e os lençóis freáticos estariam diminuindo em toda a Índia.

As iniciativas para aumentar a disponibilidade e aliviar a escassez de água, como o uso da água de forma mais eficiente; a expansão do uso da dessalinização; o desenvolvimento de culturas geneticamente modificadas que utilizam menos água ou água mais salina; e a importação de água, não seriam suficientes para mudar substancialmente o panorama em 2015 (NIC, 2000, p. 27). A tese da futilidade decorre do fato de que iniciativas voltadas para a solução da carência hídrica seriam insuficientes para modificar o quadro. O GT 2015 ainda acrescentou problemas como o alto custo e as dificuldades para a implementação de medidas nesse sentido.<sup>158</sup>

A água seria fonte histórica de discórdia. Entretanto, a disputa por água não teria sido a causa de conflitos interestatais abertos; ao contrário, teria muitas vezes estimulado acordos de cooperação envolvendo a partilha do recurso. Todavia, com a pressão sobre os limites de água disponível, entre 2000 e 2015, a possibilidade de conflito aumentaria. O GT 2015 considerou que quase metade da superfície terrestre é constituída de bacias hidrográficas partilhadas por mais de um país, e mais de 30 países recebem mais de um terço da sua água de fora de suas fronteiras. Diante do exposto, os arranjos que envolvem partilha de água tenderiam a se tornar mais controversos. Ao mesmo tempo, a escassez de água que ocorre em combinação com outras fontes de tensão, como no caso do Oriente Médio, tornaria a questão mais preocupante (NIC, 2000, p. 28).

Impulsionadas pelos avanços da tecnologia na agricultura, a produção e a estocagem mundial de grãos para a alimentação, em 2015, seriam adequadas às necessidades de uma população em expansão. Todavia, problemas com oferta e distribuição permaneceriam, como sugerido no GT 2010. Uma combinação entre governo repressivo (ou conflito interno) e persistentes desastres naturais refletiria como obstáculo aos esforços de ajuda para aplacar a fome. Doadores se tornariam mais relutantes em oferecer ajuda, diante da possibilidade de envolvimento em conflito militar (NIC, 2000, p. 26). Incide a tese da futilidade: aprimorar a produção e

---

<sup>158</sup> *“Measures undertaken to increase water availability and to ease acute water shortages – using water more efficiently, expanding use of desalination, developing genetically modified crops that use less water – will not be sufficient to substantially change the outlook for water shortages in 2015.”* (NIC, 2000, p. 27).

a estocagem seria em vão para lutar contra a fome, pois questões políticas e desastres naturais imporiam problemas de distribuição e oferta.<sup>159</sup>

Problemas ambientais contemporâneos persistiriam e em muitos casos se multiplicariam, entre 2000 e 2015. Como exemplo, o GT 2015 afirmou que Rússia e Ucrânia seriam desafiadas por problemas decorrentes de décadas de negligência e abuso ambiental, entre os quais poluição radioativa generalizada oriunda de instalações nucleares mal geridas. Como esses países estariam buscando crescimento econômico, não iriam dedicar recursos suficientes para remediar a questão ambiental (NIC, 2000, p. 31).

Para a (iii) ciência e tecnologia, o GT 2015 atestou que a revolução na tecnologia da informação – TI poderia representar a transformação global mais significativa desde a Revolução Industrial iniciada no século XVIII. Várias seriam as vantagens. Todavia, tecnologias mais antigas continuariam a servir paralelamente a novos mercados, beneficiando aliados e adversários dos Estados Unidos ao redor do mundo, interessados em adquirir a primeira geração de mísseis balísticos e armas de destruição em massa.

Estados descontentes, terroristas, narcotraficantes e criminosos organizados aproveitariam o novo ambiente de informação de alta velocidade e outros avanços na tecnologia para integrar suas atividades ilegais, trazendo maior risco à estabilidade e à segurança em todo o mundo (NIC, 2000, p. 9-10).

O GT 2015 também previu que alguns países e populações não se beneficiariam muito com as transformações geradas pela revolução da informação. Entre os países em desenvolvimento, a Índia permaneceria na vanguarda do desenvolvimento de tecnologia de informação. Já a China iria liderar o mundo em desenvolvimento, na utilização dessa tecnologia. No entanto, a capacidade de Pequim para controlar ou moldar o conteúdo da informação seria provavelmente reduzida. Na Rússia, a maioria urbana acessaria as tecnologias de informação, mas para a população em geral, o acesso entre 2000 e 2015 seria lento (NIC, 2000, p. 32-33).

---

<sup>159</sup> *“Despite the overall adequacy of food, problems of distribution and availability will remain. [...] The potential for famine will still exist where the combination of repressive government or internal conflict and persistent natural disasters prevents or limits relief efforts [...]. Donors will become more reluctant to provide relief when the effort might become embroiled in military conflict.”* (NIC, 2000, p. 26).

Passemos à (iv) economia global e globalização. De acordo com o NIC, a economia globalizada contribuiria para o aumento da estabilidade política no mundo, entre 2000 e 2015, embora seu alcance e seus benefícios não fossem universais. O relatório previu que o processo de globalização seria marcado, nesse período, por volatilidade financeira crônica e disparidades econômicas cada vez maiores (NIC, 2000, p. 10). Por globalização, o NIC entende uma economia global em rede impulsionada por acelerados e irrestritos fluxos de informação; ideias; valores culturais; capitais, bens e serviços; e pessoas (NIC, 2000, p. 10).<sup>160</sup>

Grosso modo, a economia global voltaria aos níveis de crescimento alcançados na década de 1960 e início da década de 1970. Contudo, potenciais golpes, como uma crise financeira ou uma interrupção prolongada no fornecimento de fontes de energia, poderiam desfazer essa projeção otimista.

Regiões, países e grupos que se considerassem deixados para trás enfrentariam profunda estagnação econômica, instabilidade política e alienação cultural. Em consequência, fomentariam o extremismo político, étnico, ideológico e religioso, juntamente com a violência que muitas vezes acompanha estas correntes. Nessas circunstâncias, forçariam os Estados Unidos e outros países desenvolvidos a manter o foco nos desafios do *velho mundo*, ao mesmo tempo em que se concentrariam no *novo mundo* (NIC, 2000, p. 10).

Os países e regiões com maior risco de atraso econômico seriam aqueles com conflitos internos e/ou regionais endêmicos, e aqueles que não conseguissem diversificar suas economias. As economias da maioria dos Estados da África Subsaariana e do Oriente Médio, além de parte da América Latina continuariam a sofrer. Grande segmento da Eurásia, desde a Ásia central até partes do Sudeste da Europa, enfrentaria problemas. Dentro dos países, as diferenças entre os padrões de vida também aumentariam. Mesmo em países com rápido crescimento, algumas grandes regiões teriam seu avanço estagnado (NIC, 2000, p. 35).

A economia global estaria propensa a periódicas crises financeiras, mas sua capacidade de resiliência continuaria forte. A rápida recuperação da crise financeira global de 1997-1998, o limitado impacto do forte aumento dos preços do petróleo no crescimento econômico global, e a bem-sucedida gestão do problema relativo ao

---

<sup>160</sup> "The networked global economy will be driven by rapid and largely unrestricted flows of information, ideas, cultural values, capital, goods and services, and people: that is, globalization." (NIC, 2000, p. 10).

*Bug* do milênio seriam bons exemplos dessa resiliência. No entanto, a liberalização econômica e a globalização envolveriam riscos e, inevitavelmente, criariam alguns problemas de potencial altamente perturbador (NIC, 2000, p. 38).

No que diz respeito à (v) governança nacional e internacional, o relatório afirmou que, entre 2000 e 2015, os Estados continuariam como atores dominantes no cenário mundial. Entretanto, os governos teriam cada vez menos controle sobre fluxos de informação; tecnologia; doenças; migrantes; armas; e transações financeiras (lícitas ou ilícitas) através das suas fronteiras. Atores não estatais, de empresas a organizações sem fins lucrativos, teriam papel crescente tanto nos assuntos nacionais quanto nos internacionais. A qualidade da governança, nacional e internacional, determinaria substancialmente a forma pela qual Estados e sociedades iriam lidar com essas forças globais. Estados com governança ineficaz ou incompetente não apenas deixariam de se beneficiar da globalização, mas em alguns casos gerariam conflitos internos e externos, promovendo distância ainda maior entre vencedores e perdedores (NIC, 2000, p. 10-11).

Para abordar os (vi) conflitos futuros, o GT 2015 inicialmente informou que, em 2015, os Estados Unidos manteriam forte vantagem tecnológica tanto no teatro de operações quanto nas armas de precisão guiadas. Contudo, o país enfrentaria três tipos de ameaças: em primeiro lugar, as ameaças assimétricas, situação em que adversários estatais e não estatais evitariam o embate direto com os militares norte-americanos, mas conceberiam estratégias, táticas e armas para fragilizar os pontos fortes dos EUA e explorar as fraquezas observadas. O segundo tipo de ameaça seria proveniente das armas de destruição em massa estratégicas, incluindo mísseis nucleares. Salvo significativas mudanças políticas ou econômicas, Rússia, China, Coreia do Norte, Irã e Iraque teriam capacidade de atacar os Estados Unidos. Acrescente-se o fato de que também cresceria o potencial para o fluxo não convencional de armas de destruição em massa por parte desses Estados ou de seus atores não estatais. O terceiro e último tipo de ameaça seriam as militares regionais, formadas com base na manutenção de grandes forças militares, constituídas de uma mistura de conceitos e tecnologias de Guerra Fria e de pós-Guerra Fria (NIC, 2000, p. 11).

Entre 2000 e 2015, o risco de guerra entre países desenvolvidos seria baixo. A comunidade internacional continuaria, no entanto, a enfrentar conflitos ao redor do

mundo, variando de pequenos levantes internos relativamente frequentes a guerras regionais interestatais menos frequentes. O potencial para conflito surgiria de rivalidades na Ásia (desde a Índia e o Paquistão, até a China e Taiwan), bem como de atores antagônicos no Oriente Médio. O potencial letal desses conflitos cresceria, impulsionado pela disponibilidade de armas de destruição em massa, maior alcance dos sistemas de lançamento de mísseis, e outras tecnologias (NIC, 2000, p. 12). A sociedade internacional teria de lidar com as dimensões militar, política e econômica da ascensão da China e da Índia, e com o contínuo declínio da Rússia (NIC, 2000, p. 49).

Conflitos internos decorrentes de disputas étnicas, religiosas, econômicas ou políticas permaneceriam nos níveis equivalentes ao ano 2000 ou aumentariam em número. A Organização das Nações Unidas e as organizações regionais seriam chamadas a gerir esses conflitos, porque os Estados, estressados com preocupações domésticas, sob o risco de falência em razão da falta de vontade política ou de recursos, iriam diminuir seu envolvimento direto (NIC, 2000, p. 12). No entanto, alguns governos ocidentais, organizações internacionais e regionais, e grupos da sociedade civil favoráveis à intervenção militar externa em certos conflitos internos sofreriam a oposição de Estados como a China, a Índia, a Rússia e vários outros países em desenvolvimento, os quais tenderiam a ver semelhantes intervenções como precedentes perigosos à soberania estatal (NIC, 2000, p. 50).

Cresceriam as perspectivas de que armamentos mais sofisticados, incluindo armas de destruição em massa, produzidos internamente ou adquiridos externamente, cairiam em mãos de atores estatais ou não estatais beligerantes, alguns hostis aos Estados Unidos. A probabilidade de utilização dessas armas contra os norte-americanos ou contra suas forças, instalações e interesses externos aumentaria (NIC, 2000, p. 12).

A dinâmica das mudanças nos poderes dos Estados combinaria com outros fatores para medir o risco de conflitos em várias regiões. A mudança das capacidades militares seria destaque entre os fatores que determinariam o risco de guerra. No Sul da Ásia, por exemplo, esse risco permaneceria bastante elevado, entre 2000 e 2015. Índia e Paquistão continuariam a construir suas forças nucleares e de mísseis.

A Rússia não seria capaz de manter forças convencionais (grandes e modernas), ou de projetar poder militar significativo por meios convencionais. Ainda assim, continuaria lutando contra as restrições às suas ambições e investiria seus escassos recursos em seletos e secretos programas voltados para tecnologia militar, especialmente para as armas de destruição em massa, na esperança de se contrapor à convencional e estratégica superioridade ocidental em áreas como a de defesa contra mísseis balísticos (NIC, 2000, p. 53).

O Exército Popular de Libertação da China permaneceria o maior contingente militar do mundo, mas a maior parte da força não seria totalmente modernizada até 2015. A China poderia fechar a lacuna tecnológica com o Ocidente em um, ou mais de um, dentre os principais sistemas de armas. A capacidade da China para operações militares regionais seria passível de significativa melhora até 2015. Com exploração de armas avançadas e tecnologias de produção adquiridas do exterior (Rússia, Israel, Europa, Japão e Estados Unidos), à China seria possível integrar capacidades navais e aéreas contra Taiwan e outros potenciais adversários. Como potência regional emergente, a China continuaria a expandir sua influência, sem levar em conta os interesses dos Estados Unidos. Entre 2000 e 2015, implantaria dezenas de mísseis com ogivas nucleares voltadas para o território norte-americano. Também seriam somadas a esse acervo, centenas de mísseis balísticos e de cruzeiro de curto alcance, com e sem ogivas nucleares, para utilização em conflitos regionais (NIC, 2000, p. 53-55).

O Japão teria uma pequena força militar moderna. Todavia, seria mais capaz do que qualquer outro na Ásia de integrar grandes quantidades de armamento novo. A futura força militar do Japão refletiria o estado da sua economia e a saúde de sua relação de segurança com os Estados Unidos. Tóquio buscaria autonomia cada vez maior em matéria de segurança, como melhorias na área de defesa e uma diplomacia mais ativa, para complementar a aliança com os EUA.

Uma Coreia unificada, com significativa presença militar dos Estados Unidos, poderia tornar-se uma potência militar regional. Contudo, observadores experientes sugerem que esse processo de unificação, entre 2000 e 2015, consumiria energias e recursos da Coreia do Sul (NIC, 2000, p. 55).

Dentro do escopo da análise sobre os conflitos futuros, o GT 2015 reservou espaço para abordar a reação à superioridade militar dos Estados Unidos. De

acordo com o relatório, especialistas concordam que os Estados Unidos, com sua decisiva vantagem tanto em tecnologia da informação quanto nas armas, continuariam a exercer o papel de potência militar dominante, entre 2000 e 2015. A reforçar ainda mais a preponderância dos Estados Unidos estariam seu poder econômico sem paralelo, seu sistema universitário, e seu investimento em pesquisa e desenvolvimento (metade do total gasto anualmente pelo mundo industrializado). Muitos adversários em potencial veriam nos conceitos militares norte-americanos, aliados à tecnologia, capacidade para os Estados Unidos expandirem sua liderança em combates convencionais.

Essa percepção entre os atuais e os potenciais adversários continuaria a gerar busca por capacidades, nesse caso assimétricas, contra as forças e os interesses externos e internos dos EUA. Adversários, ou seja, Estados e atores não estatais, como traficantes, terroristas e insurgentes estrangeiros não desejariam se envolver com os militares norte-americanos. Escolheriam estratégias para dissuadir os Estados Unidos de usar a força ou, fosse o caso de o país lançar mão desta alternativa, buscariam esgotá-la, contorná-la ou minimizá-la, explorando possíveis fraquezas. Desafios assimétricos estariam presentes em todo o espectro dos conflitos em confronto com as forças dos EUA, quer em um teatro de operações externo, quer em solo norte-americano.

Além disso, haveria consenso com relação ao fato de os Estados Unidos e outros países desenvolvidos continuarem com vantagens políticas, econômicas, militares e tecnológicas, com vistas a reduzir o êxito dos adversários respaldados por melhorias tecnológicas de suas capacidades (NIC, 2000, p. 56).

Grande parte do terrorismo direcionado aos Estados Unidos carregaria questões étnicas, religiosas ou culturais. Grupos terroristas continuariam encontrando formas de atacar instalações militares e diplomáticas norte-americanas no exterior. Tais ataques seriam susceptíveis de incluir cada vez mais empresas e cidadãos. As bases terroristas do Oriente Médio e do Sudoeste da Ásia seriam as mais propensas a ameaçar os Estados Unidos.

De curto e médio alcance, os mísseis balísticos, especialmente se equipados com armas de destruição maciça, já representariam ameaça significativa aos interesses dos Estados Unidos, às forças militares e aos aliados. Em 2015, o país teria de enfrentar ameaças advindas da Coreia do Norte, provavelmente do Irã e

Iraque, além da Rússia e da China, salvo grandes mudanças políticas nestes países (NIC, 2000, p. 57).

A probabilidade de que um míssil equipado com armas de destruição em massa fosse usado contra as forças ou interesses norte-americanos seria maior naquele momento, ou seja, em 2000, do que durante a maior parte da Guerra Fria, e esta probabilidade continuaria a aumentar. Os testes realizados pela Coreia do Norte, em 1998, seriam um exemplo de ameaça aos Estados Unidos. Acrescente-se o fato de que muitos países voltados para o desenvolvimento de mísseis de longo alcance acreditariam na simples ameaça de sua utilização como forma de comprometer a tomada de decisão dos Estados Unidos diante das crises, ou de dissuadir Washington quanto aos seus objetivos.

Ameaças químicas e biológicas aos Estados Unidos se tornariam generalizadas. Essas seriam capacidades mais fáceis de desenvolver, ocultar e implantar do que as armas nucleares. Alguns terroristas ou insurgentes tentariam utilizar tais armas contra os interesses dos Estados Unidos, contra o país propriamente dito, suas forças ou instalações no exterior, ou seus aliados. Independentemente do exposto, os Estados Unidos seriam afetados pelo uso dessas armas em qualquer lugar do mundo, uma vez que Washington seria chamado a ajudar na contenção dos danos e a fornecer conhecimentos científicos e assistência econômica para lidar com seus efeitos (NIC, 2000, p. 58).

Concorrentes e adversários perceberiam o grau de importância que o acesso ao espaço representa para o poder militar dos Estados Unidos, e até 2015 fariam progressos contra o domínio do país nesta esfera. A rivalidade com as potências espaciais em geral se daria nas áreas de reconhecimento de alta resolução e previsão do tempo, comunicações globais criptografadas, e navegação precisa. Adversários desenvolveriam capacidades para degradar os ativos espaciais norte-americanos, atacando especialmente as instalações em terra, e lançando mão da guerra eletrônica.

O contexto dificultou o exercício de previsões precisas quanto aos gastos com defesa. Para o GT 2015, não estaria claro quais tecnologias, em qual quantidade e forma, seriam incorporadas aos sistemas militares de futuros adversários. Em muitos casos a resposta não estaria nas tecnologias capazes de proporcionar maior potencial militar, mas nas que receberiam apoio político e recursos para sua

aquisição e utilização em campo. Acrescente-se que o desenvolvimento de tecnologia civil já estaria impulsionando o desenvolvimento de tecnologia militar, em muitos países (NIC, 2000, p. 60).

Para tratar do (vii) papel dos Estados Unidos, o NIC partiu da premissa de que, em 2015, a influência econômica, tecnológica, militar e diplomática do país não teria paralelo entre nações, organizações regionais e internacionais. Semelhante poder não só garantiria a preeminência dos Estados Unidos, como tornaria o país condutor-chave do sistema internacional. O mundo continuaria a identificar os Estados Unidos como o principal proponente e beneficiário da globalização (NIC, 2000, p. 12).

Alguns Estados, adversários ou aliados, tentariam, por vezes, verificar o que entendem por hegemonia americana. Ainda que essa postura não se traduzisse em coalisões estratégicas de base ampla e duradoura anti-Estados Unidos, levaria a alinhamentos táticos voltados para políticas específicas, bem como a demandas por papéis mais significativos nas instituições políticas e econômicas.

A prática diplomática seria mais complicada. Washington experimentaria maior dificuldade no uso de seu poder para alcançar objetivos específicos de política externa. O governo exerceria papel menor na economia global e teria menos influência cultural no exterior.

O país sofreria maior dificuldade na construção de coalizões para apoiar seus objetivos políticos. Contudo, a comunidade internacional muitas vezes, mesmo relutante, se voltaria para Washington, para que este liderasse esforços multilaterais em conflitos reais e potenciais.

De acordo com o GT 2015, no cenário mundial haveria crescente número de atores importantes não só desafiando e conferindo, mas também reforçando a liderança dos Estados Unidos. Alguns desses atores seriam países, como China, Rússia, Índia, México e Brasil; organizações regionais, como a União Europeia; e um vasto conjunto de corporações multinacionais e organizações sem fins lucrativos, cada vez mais poderosas, com interesses próprios a defender (NIC, 2000, p. 13).

Note-se que a análise das sete tendências selecionadas pelo GT 2015 incluiu várias regiões. Contudo, o relatório reservou mais espaço para tratar algumas regiões, apresentadas a seguir. No Leste e Sudeste da Ásia, dada a fraqueza dos mecanismos de segurança político-regionais, a presença política, econômica e de

segurança dos Estados Unidos continuaria pronunciada. Nessa circunstância, países da região continuariam inseguros quanto aos objetivos e ao unilateralismo dos Estados Unidos, e seguiriam ansiosos para que este país os liberasse de sua presença. Estados-chave, mais significativamente China e Japão, continuariam se protegendo com uso da diplomacia, investimentos na esfera militar e outros meios para salvaguardar seus interesses particulares, especialmente no caso de deterioração da situação regional (NIC, 2000, p. 61-64).

A decisão de alterar as prioridades no sentido de enfatizar o desenvolvimento militar exigiria mudança substancial por parte da liderança chinesa. A instabilidade interna ou o aumento do nacionalismo poderiam dar o tom dessa mudança, mas provavelmente resultariam no declínio econômico do país (NIC, 2000, p. 54). Verificamos a presença da tese da ameaça: mudanças no sentido de ampliar as capacidades militares redundariam no declínio dos níveis de desenvolvimento econômico conquistados até então.<sup>161</sup>

No Sul da Ásia, a água permaneceria o recurso natural mais contestado. O contínuo aumento da população, o crescimento econômico e a expansão da irrigação na agricultura, entre 2000 e 2015, estressariam sobremaneira os recursos hídricos da região, e transformariam a poluição das águas superficiais e subterrâneas em sério desafio. Na Índia, a disponibilidade de água *per capita* deveria cair entre 50% e 70%. Como vários cursos de água da região são interestatais, a água poderia se tornar fonte de fricção.

Ainda na região, a Índia continuaria a investir em sua marinha, voltando-a para o alto mar. Seu objetivo seria dominar as rotas do Oceano Índico utilizadas para transporte de petróleo do Golfo Pérsico para a Ásia (NIC, 2000, p. 64-66).

Mesmo sob uma conjuntura favorável, ou seja, de 5% de crescimento econômico anual, a Rússia iria atingir índices menores do que a quinta parte dos índices da economia dos Estados Unidos.

Na esfera da política externa, a Rússia iria concentrar seus esforços no restabelecimento da influência perdida com o fim da antiga União Soviética, mais especificamente ao Sul, fomentando laços com a Europa e com a Ásia; além de se apresentar como importante jogador *vis-à-vis* aos Estados Unidos. Seus recursos

---

<sup>161</sup> "A decision to alter priorities to emphasize military development would require substantial change in the leadership. Internal instability or a rise in nationalism could produce such change but also probably would result in economic decline." (NIC, 2000, p. 54).

energéticos seriam utilizados como valiosa alavanca. No entanto, as mazelas internas frustrariam as ambições do país no sentido de recuperar o *status* de grande potência (NIC, 2000, p. 69). Incorre a tese da futilidade: a tentativa de recuperar a influência ou o *status* passado seria inútil, pois problemas internos não permitiriam que o país atingisse seu objetivo.<sup>162</sup> De acordo com o relatório, a Rússia iria manter o segundo maior arsenal nuclear do mundo, como último vestígio de seu antigo *status*. O resultado líquido seria uma Rússia mantida internamente fraca; e institucionalmente vinculada ao sistema internacional, através, principalmente, de seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (NIC, 2000, p. 69). Nova ocorrência da tese da futilidade: possuir o segundo maior arsenal nuclear do mundo seria em vão, uma vez que internamente a Rússia seria considerada fraca, e internacionalmente estaria limitada ao seu exercício no Conselho de Segurança da ONU.<sup>163</sup>

No que tange aos territórios do Oriente Médio e do Norte da África, a atenção internacional se voltaria para o Golfo Pérsico, visto como fonte cada vez mais importante de recursos energéticos para impulsionar a economia global. As receitas do petróleo previstas para Iraque, Irã e Arábia Saudita, em particular, subsidiariam opções estratégicas, potencialmente desestabilizadoras, para esses Estados. Nesse sentido, novas relações entre regiões geográficas poderiam surgir; por exemplo, para efeito de energia, Índia, China e Golfo Pérsico (NIC, 2000, p. 70-71).

Embora a África Ocidental fosse desempenhar papel crescente nos mercados globais de energia, fornecendo 25% das importações de petróleo da América do Norte, em 2015 a corrupção voltada para a riqueza gerada pelo recurso fóssil manteria o padrão econômico, em vez de promover o desenvolvimento (NIC, 2000, p. 73). Registramos nova tese da futilidade: a presença crescente nos mercados

---

<sup>162</sup> "Russia will focus its foreign policy goals on reestablishing lost influence in the former Soviet republics [...] presenting itself as a significant player vis-a-vis the United States. Its energy resources will be an important lever for these endeavors. However, its domestic ills will frustrate its efforts to reclaim its great power status." (NIC, 2000, p. 69).

<sup>163</sup> "Russia will maintain the second largest nuclear arsenal in the world as the last vestige of its old status. The net outcome of these trends will be a Russia that remains internally weak and institutionally linked to the international system primarily through its permanent seat on the UN Security Council." (NIC, 2000, p.69).

globais de energia seria inútil para os níveis de desenvolvimento da região em consequência da corrupção.<sup>164</sup>

A Europa seguiria os Estados Unidos em empreendedorismo e inovação. Ao mesmo tempo, os governos europeus procurariam formas de equilibrar a opção de seguir os norte-americanos nessas duas frentes de desenvolvimento, bem como os efeitos sociais resultantes desta opção. Desta maneira, a Europa não conseguiria realizar plenamente o sonho de paridade com os Estados Unidos no sentido de ditar o formato do sistema econômico global (NIC, 2000, p. 75). A evidência da tese da futilidade reside na inutilidade da opção pelo empreendedorismo e pela inovação, a exemplo dos Estados Unidos, em razão da incapacidade dos governos europeus para lidar com as questões sociais envolvidas.<sup>165</sup>

A América Latina, principalmente Venezuela, México e Brasil, como já mencionado, se tornaria, em 2015, uma região produtora de petróleo cada vez mais relevante e um componente importante do emergente sistema de energia da Bacia do Atlântico. Suas comprovadas reservas de petróleo perderiam apenas para as localizadas no Oriente Médio (NIC, 2000, p. 78-80).

Em setembro e outubro de 1999, o National Intelligence Council – NIC, publicado em dezembro de 2000, iniciaria os trabalhos do Tendências Globais 2015, conforme detalhado no início do capítulo em tela. Segundo o documento, ocorreram duas oficinas, com reunião de especialistas em ampla variedade de campos de estudo, ligados ou não ao governo. A primeira oficina teria identificado as principais tendências a capitanearem as mudanças globais até 2015. O resultado geraria os sete *dínamos*, que lançariam as bases para a elaboração do material apresentado até aqui. Já a segunda oficina teria desenvolvido quatro alternativas de futuros globais, nos quais os sete *dínamos* interagiriam de formas diferentes, até 2015. Chama a atenção o fato de que a globalização funciona, para efeito dos quatro cenários, não como um dínamo, mas como tema transversal comum. Nesse sentido, a globalização seria, a nosso ver, a grande preocupação do GT 2015.

---

<sup>164</sup> “Although West Africa will play an increasing role in global energy markets, providing 25 per cent of North American oil imports in 2015, the pattern of oil wealth fostering corruption rather than economic development will continue.” (NIC, 2000, p. 73).

<sup>165</sup> “Europe will trail the United States in entrepreneurship and innovation as governments seek ways to balance encouragement of these factors against social effects. Thus, Europe will not achieve fully the dreams of parity with the United States as a shaper of the global economic system.” (NIC, 2000, p. 75).

No primeiro cenário, intitulado Globalização Inclusiva, um círculo virtuoso se desenvolveria entre tecnologia, crescimento econômico, fatores demográficos, e governança eficaz, permitindo que a maioria das pessoas do mundo se beneficiasse da globalização.

A liderança global e o poder econômico dos Estados Unidos, somados à liberalização do comércio, à ampla aceitação das reformas de mercado, à rápida difusão da tecnologia da informação, e à ausência de conflitos de grande potencial — gerariam, em média, 4% de crescimento econômico mundial por ano.

Mercados emergentes, como China, Índia, Brasil e muitos países em desenvolvimento, seriam beneficiados. Alguns Estados na África, no Oriente Médio, na região andina, na Ásia central e na região do Cáucaso ficariam para trás.

Nesse cenário, países desenvolvidos permitiriam que conflitos remotos prosseguissem sem intervenção (NIC, 2000, p. 87).

No segundo cenário, denominado Globalização Perniciosa, elites globais prosperariam, mas a maioria da população do mundo não conseguiria se beneficiar da globalização.

A recessão nos Estados Unidos levaria à estagnação econômica. O consenso global referente a reformas de mercado ruiria, minando o modelo econômico americano, tornando especialmente vulneráveis o envolvimento global e a liderança dos Estados Unidos.

Os países emergentes, bem como a maioria dos países em desenvolvimento, seriam duramente atingidos pela estagnação econômica (NIC, 2000, p. 87).

No terceiro cenário, chamado de Competição Regional, as identidades regionais seriam aguçadas na Europa, na Ásia e nas Américas, impulsionadas pela crescente resistência política, na Europa e na Ásia Oriental, à preponderância global dos EUA e à globalização conduzida por este país, somada ao aumento das preocupações por parte de cada região com as próprias prioridades políticas e econômicas.

O crescimento seria pujante, mas enfraquecido pelos efeitos do regionalismo e do protecionismo. Os Estados Unidos manteriam vantagem sobre a Europa e o Japão, em razão de sua capacidade de absorver trabalhadores estrangeiros.

Os mercados emergentes seriam alvo da competição entre os mercados desenvolvidos, enquanto alguns países em desenvolvimento seriam negligenciados pelos países ricos e pelas acanhadas instituições globais.

A globalização, as afirmações da hegemonia dos Estados Unidos e as mudanças culturais desafiarão identidades nacionais.

Organizações regionais seriam fortalecidas, ao passo que instituições globais enfraqueceriam em virtude do distanciamento de questões domésticas e/ou regionais, e do ressentimento pela preeminência dos Estados Unidos por parte da União Europeia e do Japão (NIC, 2000, p. 88).

No quarto cenário, designado Mundo Pós-Polar, as preocupações internas dos Estados Unidos se ampliariam, à medida que sua economia desacelerasse e, em seguida, viesse a estagnar. Tensões econômicas e políticas entre os Estados Unidos e a Europa cresceriam, deteriorando a aliança entre as partes em consequência da retirada das tropas norte-americanas. A Europa se voltaria para dentro e passaria a contar com as próprias instituições regionais.

As tendências econômicas seriam semelhantes ao cenário anterior, ou seja, ao mundo da Competição Regional. A globalização e as mudanças culturais contribuiriam para o desgaste entre os Estados Unidos e a Europa, aumentando o envolvimento norte-americano na América Latina. Identidades nacionais tradicionais e rivalidades alimentariam o nacionalismo na Ásia.

Com foco no Hemisfério Ocidental e menor presença norte-americana na Europa e na Ásia, a China seria impulsionada a um domínio regional. O Japão se rearmaria, aumentando o risco de conflito, o qual poderia ser potencializado à medida que os Estados Unidos reafirmassem influência na Ásia.

De acordo com o GT 2015, os quatro cenários podem ser agrupados em dois pares: o primeiro par contrastaria os efeitos *positivos* e *negativos* da globalização; o segundo par contrastaria um regionalismo intensamente competitivo, mas não conflitivo, e uma trajetória decrescente com tendência ao conflito militar regional. Nas palavras do NIC: “Em todos os quatro cenários, a influência mundial dos EUA diminuiria.” (NIC, 2000, 85).<sup>166</sup> Cabe questionar se essa diminuição da influência dos Estados Unidos se daria pela ação ou pelo receio da multidão, como definida por Michael Hardt e Antonio Negri (2000).

---

<sup>166</sup> “In all four scenarios, US global influence wanes.” (NIC, 2000, p. 85).

Percebe-se, no GT 2015, menor incidência das teses reacionárias identificadas por Albert O. Hirschman, em comparação ao GT 2010. Entretanto, em praticamente todas as regiões definidas pelos neoconservadores, por nós apresentadas como regiões complexas para a política externa dos Estados Unidos, podemos verificar o recurso às teses e algumas previsões semelhantes às anunciadas por estes autores. Dito de outra forma, as teses elaboradas por Hirschman aparecem fortemente ancoradas nas análises das regiões e nas preocupações neoconservadoras absorvidas pelo GT 2015.

Em princípio, temos um documento não tão reativo à perpetuação da supremacia dos Estados Unidos quanto o anterior, em termos quantitativos. Contudo, qualitativamente, o documento lançou mão das teses voltadas a desconstruir as possibilidades de outros atores transformarem o *mainstream*, superando a preponderância norte-americana em aspectos econômicos, políticos e militares.

Por fim, vale refletir sobre o alinhamento entre o pensamento neoconservador e as ameaças aos Estados Unidos, identificadas pelo GT 2015, bem como sobre a influência da interdependência complexa no trato das tendências. Cumpre lembrar que Joseph Nye, Jr., edificador da teoria da interdependência complexa e, em tese, de postura antagônica ao pensamento neoconservador, é parte integrante da equipe do GT 2015. Podemos sugerir, após analisar e comparar o GT 2010 e o GT 2015, que as preocupações e reações às possíveis mudanças quanto ao papel dos Estados Unidos no sistema internacional são verificáveis não apenas no pensamento neoconservador, mas também entre os defensores da política de equilíbrio de poderes entre Estados — como Henry Kissinger — e os que creem na força das instituições e demais atores não estatais — como Joseph Nye, Jr. No quesito manutenção da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional, tanto sob o imperativo militar quanto sob o imperativo econômico, parece que estamos diante de um consenso.

## 4 Entre 2001 e 2004 e o Global Trends 2020

Em Dezembro de 2004, o National Intelligence Council - NIC publicava o terceiro relatório quadrienal do Projeto Tendências Globais.<sup>167</sup> Como os dois relatórios anteriores por nós já analisados, o ano de publicação do Global Trends 2020 coincidiu com o ano de eleição presidencial nos Estados Unidos. Em 2004, o presidente republicano George W. Bush finalizava seu primeiro mandato. Vale ressaltar que a elaboração do GT 2020, em princípio, pode até ter se pautado na continuidade do governo de George W. Bush, mas a reeleição do republicano somente ocorreu quando o GT 2020 já se encontrava finalizado.

Segundo o então presidente do Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos - NIC, Robert L. Hutchings, o GT 2020 oferece algumas possibilidades e potenciais descontinuidades.<sup>168</sup> Em suas palavras: “uma análise linear chegará a uma lagarta com muitas alterações, mas não chegará a uma borboleta. Para tanto, você precisa fazer saltar a imaginação.” (NIC, 2004, p. 1).<sup>169</sup>

Hutchings lembrou que o Tendências Globais 2010, ou GT 2010, teria sido derivado de uma série de conferências realizadas na região de Washington DC, as

---

<sup>167</sup> NIC. *Global Trends 2020: mapping the global future. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project*. **National Intelligence Council** – NIC, dez. 2004. Disponível em: [http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends\\_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf](http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf). Último acesso em: 23 jan. 2014.

<sup>168</sup> Graduado na U.S. Naval Academy, com Ph.D. pela Universidade da Virgínia, o embaixador Robert L. Hutchings foi oficial da Marinha norte-americana e ocupou cargos em algumas universidades, como a George Washington University, a Johns Hopkins University e a Universidade da Virgínia. Desde 2010 é reitor da LBJ School of Public Affairs da Universidade do Texas. Entre 2003 e 2005 foi presidente do National Intelligence Council - NIC. Atuou, entre 1992 e 1993, como assessor especial do Secretário de Estado Lawrence Eagleburger, à época do presidente republicano George H. W. Bush, na gestão do programa de assistência à democracia para o Leste Europeu. Ainda durante o período de Bush pai na presidência dos Estados Unidos, entre 1989 e 1992, foi diretor do Conselho de Segurança Nacional para os Assuntos Europeus. Hutchings é autor de *American diplomacy and the end of the cold war: an insider's account of U.S. policy in Europe, 1989-1992*, publicado em 1997. A obra analisa a interação entre os Estados Unidos e a União Soviética no imediato pós-Guerra Fria e defende a ideia de que o colapso da Alemanha Oriental e do restante dos territórios soviéticos, a partir de 1989; a reunificação da Alemanha, em 1990; e a aceitação da associação alemã à OTAN – não podem ser apenas atribuídos a um novo pensamento ou à diminuição do poder russo. Para o autor, um fator decisivo foi a nova abordagem do presidente George H. W. Bush para a questão. Cf.: <http://www.utexas.edu/lbj/news/story/978/> e <http://www.foreignaffairs.com/articles/53121/david-c-hendrickson/american-diplomacy-and-the-end-of-the-cold-war-an-insiders-accou>. Último acesso em: 23 jan 2014.

<sup>169</sup> “[...] *linear analysis will get you a much-changed caterpillar, but it won't get you a butterfly. For that you need a leap of imagination.*” (NIC, 2004, p. 1).

quais contaram com a presença de acadêmicos e homens de negócios, além dos especialistas da Comunidade de Inteligência. Produzido em 1997, o relatório seria a peça central de numerosos *briefings* para os fazedores de política.

O Tendências Globais 2015 seria classificado como um esforço ambicioso e inovador, responsável pela identificação de sete dentre os principais condutores da mudança global: demografia; recursos naturais e meio ambiente; ciência e tecnologia; economia global e globalização; governança nacional e internacional; conflitos futuros; e o papel dos Estados Unidos. Publicado em Dezembro de 2000, o documento teria se baseado em discussões entre o NIC e ampla gama de especialistas dos Estados Unidos não ligados ao governo. De acordo com Hutchings, o GT 2015 teria recebido atenção internacional e provocado intenso debate sobre as forças que moldariam o mundo. Classificado como trabalho em curso, o GT 2015 seria uma estrutura flexível para pensar sobre o futuro, uma estrutura adaptável.

Nesse sentido, o Tendências Globais 2020, publicado pelo NIC em Dezembro de 2004, teria partido de onde o Tendências Globais 2015 se interrompera, com algumas especificidades. A primeira especificidade seria ir além das contribuições de especialistas dos Estados Unidos, realizando conferências com especialistas estrangeiros sobre as respectivas regiões. A segunda especificidade seria contar mais com a ajuda de cenários imaginários, e menos com as tendências que impactariam regiões e países de interesse norte-americano. As tendências teriam fornecido o ponto de partida para o desenvolvimento dos cenários que representariam futuros alternativos plausíveis. A terceira e última especificidade do GT 2020 seria o desenvolvimento de um *site* interativo para facilitar o diálogo e oferecer *links* com dados de interesse dos envolvidos. O processo de elaboração desse último documento teria durado cerca de um ano, e envolvido mais de mil pessoas (NIC, 2004, p. 1-2).

Em Novembro de 2003, o NIC iniciaria os trabalhos do GT 2020 ao reunir mais de vinte especialistas em diversas áreas do conhecimento, com inclusão de cenários, para uma discussão com analistas da comunidade inteligência. A principal fala, carregada de olhar singular sobre globalização, ficaria por conta do professor

da Princeton University, o historiador Harold James, vencedor do prêmio Helmut Schmidt de 2004.<sup>170</sup>

Assim como a equipe da Shell, que produz cenários globais a cada três anos, o NIC teria realizado entrevistas e oficinas para desenvolver e finalizar seus cenários, buscando garantir equilíbrio entre o pensamento não convencional e a plausibilidade.

Especialistas estrangeiros – acadêmicos, empresários, funcionários públicos, membros de organizações não governamentais e de outras instituições, aptos a falar com autoridade sobre os principais motores da mudança e conceituar grandes temas regionais – formariam a equipe, à qual se somaram especialistas regionais com informações importantes sobre a forma pela qual o restante do mundo percebe os Estados Unidos (NIC, 2004, p. 19).

A título de reflexão, abrimos espaço para citar Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca:

[...] existe uma série de argumentos cujo alcance é totalmente condicionado pelo prestígio. [...] O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese.

O argumento de autoridade é o modo de raciocínio retórico que foi mais intensamente atacado por ter sido, nos meios hostis à livre pesquisa científica, o mais largamente utilizado, e isso de uma maneira abusiva, como se autoridades invocadas houvessem sido infalíveis. (1996, p. 347-348).

De volta ao GT 2020, seus participantes teriam explorado as principais tendências apresentadas por especialistas, desenvolvendo, em seguida, cenários alternativos para o desempenho destas tendências, entre 2004 e 2020. O NIC também teria consultado indivíduos e organizações acerca de aspectos substantivos do estudo, metodologias e abordagens. A equipe do Projeto Milênio da ONU teria

---

<sup>170</sup> Harold James fornece, para a globalização, uma perspectiva histórica na qual o mundo já globalmente integrado colapsou sob o impacto da Grande Depressão, um episódio inesperado. Para além das tensões por ocasião da Primeira Guerra Mundial, James identifica três componentes que, somados, resultaram na grande crise da década de 1930, quais seriam: os fluxos globais de capital, o comércio e a migração internacional. Assim, a interação dos ressentimentos que envolviam esses três fatores, acrescida das políticas e instituições em favor da globalização forma o corpo da análise do autor que busca mostrar a existência de paralelos significativos para novo colapso. James adverte que instituições como o FMI e a OMC, responsáveis por lidar com consequências da globalização, estariam destruindo tanto a prosperidade quanto a paz. Mais detalhes em: JAMES, Harold. *The end of globalization: lessons from the Great Depression*. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 2002.

sido consultada, bem como John Ikenberry, que organizaria vários seminários com especialistas acadêmicos, ao longo de mais de um ano, para examinar os vários aspectos da preeminência dos Estados Unidos, e também criticaria os rascunhos preliminares do GT 2020 (NIC, 2004, p. 19-20).<sup>171</sup>

John Ikenberry é comumente referenciado pela crítica à política externa dos Estados Unidos sob o governo de George W. Bush (2001-2008). Para Ikenberry, o país deveria evitar a ação imperialista não por questões de princípios, mas por impossibilidade de êxito em uma empreitada de cunho imperial. O autor alertou para o risco de tal política alienar aliados, enfraquecer instituições internacionais, e provocar o efeito bumerangue sobre o terrorismo, a política internacional, e até mesmo sobre a política doméstica.<sup>172</sup>

Em obra publicada em 2001, Ikenberry reflete sobre a forma pela qual os Estados Unidos utilizaram sua hegemonia para definir uma ordem constitucional, após as duas Grandes Guerras. Ao operacionalizar seu poder em torno de instituições políticas e jurídicas voltadas para a atribuição de direitos e limitação do exercício do poder, os Estados Unidos teriam se vinculado a novo conjunto de regras. A vantagem residiria no fato de que um declínio do poder norte-americano encontraria garantias no quadro institucional.<sup>173</sup> Nas palavras de Ikenberry:

Se os Estados Unidos não tivessem se esforçado para construir o conjunto de instituições regionais e mundiais na década de 1940, seria difícil imaginar que o poder americano teria o escopo, a profundidade e a longevidade que ele de fato teve. As instituições internacionais podem fazer do exercício do poder algo mais contido e rotineiro, mas também podem tornar o poder mais duradouro, sistemático e legítimo. (2001, p. 273).<sup>174</sup>

---

<sup>171</sup> O professor de Política e Relações Internacionais da Princeton University, G. John Ikenberry, é um teórico das Relações Internacionais e da política externa dos Estados Unidos. Atuou na equipe de planejamento de políticas do Departamento de Estado norte-americano entre 1991 e 1992, durante o mandato do republicano George H. W. Bush. Foi associado ao Carnegie Endowment for International Peace entre 1992 e 1993; pesquisador do Woodrow Wilson International Center entre 1998-1999; e membro da Brookings Institution de 1997 a 2002. Ikenberry também fez parte de projetos do Council on Foreign Relations, presidido por Richard N. Haass desde meados de 2003.

<sup>172</sup> Mais detalhes em: IKENBERRY, G. John (ed.). *America unrivaled: the future of the balance of power*. Nova York: Cornell University Press, 2002.

<sup>173</sup> Ver: IKENBERRY, G. John. *After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

<sup>174</sup> "If the United States had not endeavored to build the array of regional and global institutions that it did in the 1940s, it is difficult to imagine that American power would have had the scope, depth, or longevity that it in fact has had. International institutions can make the exercise of power more restrained and routinized, but they can also make that power more durable, systematic, and legitimate." (IKENBERRY, 2001, p. 273).

Além dos temas a serem considerados tendências, nas oficinas regionais o NIC teria destacado as principais tendências regionais com implicações globais. As conclusões teriam servido também como matéria-prima para o desenvolvimento dos cenários globais.

Os cenários apresentados no GT 2020 teriam sido selecionados não só por sua relevância para os formuladores de políticas, mas também porque levariam a suposições fundamentais sobre o futuro. O NIC ressaltou que os cenários do GT 2020 não tentaram prever o futuro, mas supor, e não são mutuamente excludentes (NIC, 2004, p. 21-23).

Cumprir mencionar que o GT 2020 foi publicado, em 2006, no Brasil. A edição brasileira conta com a apresentação de Demétrio Magnoli, para quem:

[...] o telescópio que perscruta o mundo está firmemente plantado em Washington – ou melhor ainda, em McLean (Virgínia), quartel-general da CIA. Os interesses estratégicos norte-americanos perpassam todo o texto, definindo temas prioritários e o recorte das indagações cruciais. Seguramente, o mundo de 2020 não seria o mesmo se fosse descrito pela comunidade de inteligência britânica, russa, chinesa, egípcia ou israelense. (Relatório da CIA, 2006, p. 8).

E completa Magnoli: “Essa comunidade pode ou não ter compromissos com a verdade, mas certamente está interessada em preservar a própria reputação” (Relatório da CIA, 2006, p. 9).

A publicação traz uma introdução à edição brasileira por Heródoto Barbeiro e preserva a introdução à edição francesa por Alexandre Adler. A título de ilustração, para Barbeiro: “Os desafios estão colocados para a consolidação da hegemonia dos EUA até 2020.” (Relatório da CIA, 2006, p. 34). E para Adler: “Dentro de seu aparente extremismo, os quatro cenários não passam de estufas nas quais permitimos que brotem alguns conceitos fundamentais [...]” (Relatório da CIA, 2006, p. 41).

Quanto ao relatório propriamente dito, seriam a magnitude e a velocidade das mudanças resultantes de um mundo globalizado, independentemente de sua forma precisa, parte das características que definiriam o mundo em 2020. Outras características importantes incluiriam: as contradições da globalização; as potências emergentes transformando a paisagem geopolítica; os novos desafios à governança; e o sentido mais abrangente da insegurança. Essas características, tratadas como tendências, deram subsídios para a elaboração dos cenários contidos no GT 2020.

De acordo com o NIC, o papel dos Estados Unidos seria uma variável importante para a configuração do mundo em 2020, influenciando nas escolhas de Estados e de atores não estatais. Além do papel central dos Estados Unidos, organismos internacionais (organizações internacionais, empresas multinacionais, organizações não governamentais, etc.) também poderiam atenuar tendências claramente negativas, como o aumento da insegurança, e potencializar tendências positivas (NIC, 2004, p. 25).

Seguindo a lógica dos capítulos destinados ao GT 2010 e ao GT 2015, seguem alguns olhares sobre a conjuntura que cobre o período do GT 2020, ou seja, o período entre 2001 e 2004. Em um primeiro momento, lançamos mão de reconhecida contribuição de autores externos aos Estados Unidos e, em seguida, recorreremos a autores norte-americanos, buscando a originalidade daquele olhar *sobre* ou *para* o mundo.

#### **4.1 Do mundo para os Estados Unidos: 2001 - 2004**

A nova moral hegemônica define os campos com muita clareza. De um lado, “o direito e a democracia”; de outro, “as forças do mal” (DUPAS, 2008 [2003], p. 220).

A partir do texto do filósofo André Comte-Sponville, pudemos lançar mão de uma lente, a nosso ver pouco explorada, para dialogar sobre o contexto que abarca o período contemplado pelo GT 2020, ou seja, os anos entre 2001 e 2004. A escolha recaiu sobre Comte-Sponville em virtude da temática de sua publicação (2004): a questão moral.

Ao atentar para a temática, o autor registrou o aspecto de que aparentemente o recurso à moral somente se dava, naquele contexto, ao nível do discurso. O filósofo alertou para o fato de que falar mais sobre a moral poderia ser sintoma da crescente ausência desta nos comportamentos humanos.

Comte-Sponville recuou à geração da década de 1960, a qual chamou de geração 68, geração da libertação geral, do imoralismo (na qual se inclui), e ressaltou que nesse período a ideologia reinante entre os jovens era a *ideologia do tudo política*, sendo certo que a moral necessária estava circunscrita a uma boa política.

Passados vinte anos, o autor registrou extraordinária mudança. Na década de 1980, os jovens passaram ao discurso dos direitos humanos, do humanitarismo e da solidariedade. Contra a guerra cabia a ação humanitária e os Médicos sem Fronteiras; contra as questões que envolviam os problemas da imigração, cabia o SOS Racismo. Chamou essa de geração moral.

Para o filósofo, o panorama acima apresentado já apontava, essencialmente, para preocupante crise da política. Nas palavras do pensador:

É na medida em que os jovens de hoje têm cada vez menos a sensação de poder influir coletivamente sobre seu destino comum – o que é a verdadeira função da política – que eles tendem a encerrar-se no terreno dos valores morais. (COMTE-SPONVILLE, 2005 [2004], p. 25).

Comte-Sponville recuou mais um pouco, lançou o olhar sobre o século XX e identificou o fato de que o triunfo do capitalismo, a julgar pelo conjunto das ideias em confronto no século XX, serviu de base para outro foco na questão da moral. Sob a ótica do autor, com o desmoronamento do bloco soviético, apenas o Ocidente tinha adversários, não o capitalismo. E o capitalismo prescindia de sentido para funcionar, o que já não se podia dizer dos indivíduos e das coletividades. Por assim dizer, o capitalismo não podia dar sentido a indivíduos e coletividades justamente por ser isento de sentido. Quanto à questão da moral, antes secundária porque submetida aos preceitos religiosos, ganhava nova dimensão e preenchia as lacunas abertas pela falta de sentido.

O filósofo definiu quatro ordens, as quais o ajudaram a pensar sobre a temática, a saber: (i) a ordem econômica, técnica e científica (estruturada internamente pela oposição entre o possível e o impossível); (ii) a ordem política e jurídica (estruturada internamente pela oposição entre o legal e o ilegal); (iii) a ordem da moral (estruturada internamente pela oposição entre o bem e o mal); (iv) a ordem da ética (completa a ordem da moral, vista pelo autor como um dever, ao passo que a ética circunscreve-se ao sentimento).

Comte-Sponville passou a refletir sobre a confusão das ordens. Em suas palavras: “aquele que quer ser amado por ser forte, ou obedecido por ser sábio, ou temido por ser belo [...]” confunde as ordens; pois, “para fazer-se amar, nunca bastou ser patrão: para fazer-se amar é necessário ser amável, [...] para fazer-se acreditar é necessário ser digno de crédito.” (COMTE-SPONVILLE, 2005 [2004], p. 91; p. 93).

Quando aquele que confunde as ordens está no poder, dar-se-ia a tirania. A título de ilustração, a tirania do mercado tenderia a submeter a política à economia, às técnicas e às ciências. Todavia, Comte-Sponville alertou para o fato de que é a lei do povo que deve se impor aos mercados, e não o inverso. Já a tirania moralizadora seria a tentativa de submeter a ética (sentimento) à moral (dever), seria como amar as pessoas proporcionalmente ao seu grau de moralidade.

Da mesma forma que a confusão das ordens poderia levar à tirania, ou seja, à tentativa de submeter o valor mais alto ao mais baixo, o autor assinalou que outra confusão possível seria a pretensão de anular o valor mais baixo em nome do mais alto, ao que chamou de angelismo (COMTE-SPONVILLE, 2005 [2004], p. 103). Um exemplo de angelismo jurídico, no sentido de anular questões relativas à economia em nome do direito como valor maior, seria um país promulgar uma lei contra o desemprego. Tal medida, apesar de simpática, não seria suficiente para criar empregos naquele país. Se ligada à esfera do econômico, a questão do desemprego teria sua solução na esfera do econômico, ainda que considerada a possibilidade de medidas auxiliares ou suplementares na esfera do político ou em qualquer outra esfera nos limites de sua atuação.

Uma forma de angelismo moral seria a tentativa de anular exigências e restrições da política e do direito em nome da moral. Segundo Comte-Sponville, transformar problemas políticos em problemas morais seria a melhor forma de não resolvê-los. Chamou de ilusão contar com o humanitarismo para fazer as vezes da política externa, ou com o antirracismo para atender à política de imigração. Quanto ao angelismo ético, que anularia as exigências e restrições da moral em nome da ética, o autor ressaltou que nem todos os problemas seriam resolvidos com o sentimento (COMTE-SPONVILLE, 2005 [2004], p. 111).

Cumprido mencionar o fato de que o autor considerou o angelismo tão perigoso quanto a tirania, pois frequentemente em nome do bem se autorizou o pior. E descreve esse comportamento como Síndrome da Cruzada.

Feita a apresentação das quatro ordens e do risco decorrente da confusão entre estas, Comte-Sponville chamou a atenção para o cuidado em priorizar quando assim a circunstância exigisse. A esse cuidado o filósofo deu o nome de responsabilidade e afirmou que esta não se poderia delegar. Em suma, cada situação deveria ser cuidadosamente levada à instância correta e ao respectivo

responsável, para que a solução viesse a bom termo. De acordo com o autor, se a moral não é rentável, a economia não é moral. “O capitalismo não é moral. Cabe-nos portanto sê-lo, se pudermos.” (COMTE-SPONVILLE, 2005 [2004], p. 127). Por fim, questões pertinentes à vida, à dignidade, etc. seriam respondidas pela política.

Da esfera da filosofia para as relações internacionais, estreitando o diálogo para os Estados Unidos, Cristina Pecequilo inferiu que algumas singularidades, como um caráter nacional específico, republicano e democrático, teriam conferido aos Estados Unidos peculiar liderança, sendo possível que semelhante peculiaridade respondesse pela própria durabilidade desta liderança. Nesse sentido, a autora conferiu à hegemonia norte-americana um caráter multidimensional, ou seja, o peso de recursos tanto tangíveis quanto intangíveis (ideias, instituições, etc.). Entretanto, tais características não isentariam os Estados Unidos de exercerem uma hegemonia através da qual visassem o controle da ordem a seu favor.

Muitas vezes, os Estados Unidos parecem contrariar a história dos grandes poderes, mantendo-se relativamente imunes a ameaças de construção de coalizões de poder contrárias à sua liderança, com os demais países atribuindo um valor intrínseco à ordem existente. Contudo, as classificações da hegemonia como “benigna”, ou do império como “informal” não podem obscurecer o fato de que os Estados Unidos exercem domínio sobre o sistema, utilizando seu poder para preservar e aumentar sua influência, como todos os países hegemônicos antes dele. (PECEQUILO, 2011 [2003], p. 479).

Ao fornecer traços duradouros à presença internacional norte-americana, Pecequilo deu notoriedade às prioridades tradicionais do país, sem prejuízo às inovações e transformações, e demonstrou que as conquistas passadas e o aprendizado não deveriam ser descartados ou menosprezados. Passado o fim da Guerra Fria, o resultado da interação entre tradição e renovação se refletiria na releitura do poder norte-americano. A autora sugeriu que parte das indecisões e incertezas oriundas do fim da bipolaridade teria ficado para trás. Após relativo declínio, iniciado em 1989, os Estados Unidos teriam reafirmado sua hegemonia. A autora concluiu com a seguinte reflexão:

O objetivo da estratégia e da política externa hoje, e aparentemente a longo prazo, é o da manutenção da hegemonia e da ordem [...]. Se

o novo século que começa americano assim também terminará é algo que iremos descobrir. (PECEQUILO, 2011 [2003], p. 480).<sup>175</sup>

Em 11 de Setembro de 2001, ataques terroristas perpetrados contra os Estados Unidos causaram impacto espetacular e tiveram repercussão extraordinária, para efeito do funcionamento do sistema internacional, inaugurando a discussão sobre terrorismo internacional. De forma sumariada, naquela manhã um Boeing da empresa aérea American Airlines se chocou contra a Torre Norte, e minutos depois um segundo Boeing, da United Airlines, foi lançado contra a Torre Sul, ambas do complexo World Trade Center, no centro financeiro de Nova York. Aproximadamente trinta minutos depois do ocorrido na Torre Sul, um terceiro Boeing, da American Airlines, atingiu uma parte do Pentágono, em Washington, centro do pensamento militar, e uma quarta aeronave, um Boeing da United Airlines, logo em seguida, caiu na Pensilvânia. O total de mortos pode ter ultrapassado 3 mil pessoas.

De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Com as primeiras informações apontando para a organização Al Qaeda - a mesma que já havia atacado o World Trade Center em 1993, além de inúmeros outros atos terroristas como o ataque simultâneo contra as embaixadas no Quênia e Tanzânia, além do US Cole -, as atenções dos órgãos de segurança voltavam-se para o Afeganistão onde estariam as bases e os campos de treinamento da organização. (SILVA, 2004).

Nesse contexto, o presidente George W. Bush declarou guerra ao terror. Em Outubro de 2001 tinha início a operação Enduring Freedom (Liberdade Duradoura), com a invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos; e em Março de 2003 começava a operação Shock and Awe (Choque e Pavor), com a invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

O relatório final da Comissão do 11 de Setembro, publicado em meados de 2004, assinalou o despreparo da administração norte-americana para efeito de eventos daquela magnitude. O documento apontou, além de equívocos políticos e administrativos, falhas nas capacidades, inclusive a de imaginação. O relatório demonstrou que boa parte da reação do país, no dia dos ataques, foi improvisada e

---

<sup>175</sup> Em conformidade com a análise de Cristina Pecequilo os condicionantes da ordem internacional seriam o formato da estratégia e da política externa dos Estados Unidos; a resposta das demais potências à hegemonia norte-americana; a forma pela qual os países externos ao núcleo iriam se inserir na nova ordem; as reações dos Estados Unidos às ameaças transnacionais e aos desafios econômicos e políticos (PECEQUILO, 2011 [2003], p. 480).

ineficiente. Denunciou os serviços de inteligência por não terem compartilhado informações e por terem ignorado indícios importantes. O texto também não poupou os serviços de imigração, segurança aérea e fronteiras, por motivo da falta de integração destes no combate ao terrorismo. Muito criticado, o Relatório não responsabilizou um ou outro indivíduo, mas indivíduos e instituições.<sup>176</sup>

Luciano Martins descreveu aquele momento como a consolidação de um mundo mais desordenado, mais desigual e mais arbitrário, somado a comportamentos irracionais e violentos (MARTINS, 2008 [2002]). Dentro desse cenário, ganhava novas implicações o fenômeno do terrorismo (inclusive de Estado), pondo em risco normas e práticas democráticas.

Para fins de análise, o jornalista e escritor considerou a cena internacional como:

[...] constituída por vários subsistemas de problemática articulação entre si, e nos quais prevalecem diferentes recursos de poder e se movem atores estatais e não-estatais dotados de lógicas próprias e em geral conflitantes. Mas também como palco de intensa atividade diplomática na busca de normas e instâncias capazes de regular com legitimidade os processos em curso, tanto de globalização econômica como de fragmentação política. (MARTINS, 2008 [2002], p. 184).

Martins julgou ser simplificação abusiva a interpretação de Joseph Nye, publicada em 2002, a respeito do cenário internacional, descrito sob a forma de três tabuleiros de xadrez superpostos, onde jogam atores dotados de recursos de diferentes naturezas, com graus variados de concentração ou dispersão de poder. De acordo com Nye, o tabuleiro superior seria representado pelo poder militar, monopolizado pelos Estados Unidos. O tabuleiro intermediário simbolizaria o poder econômico e apresentaria configuração multipolar. Já no tabuleiro inferior, caracterizado pela dispersão de poder, atuariam, em um extremo, empresas transnacionais, e no outro extremo, grupos de traficantes de dinheiro, drogas, *terroristas*, e até mesmo *hackers*. Cumpre ressaltar que, nesse jogo, perderia o

---

<sup>176</sup> Mais detalhes em: USA. *The 9/11 Commission Report. National Commission on Terrorist Attacks upon the United States*. EUA: The National Commission on Terrorist Attacks, 2004.

Disponível em: <http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>. Último acesso em: 29 jan. 2014.

jogador que considerasse apenas o tabuleiro superior, ignorando os dois outros e as relações verticais entre estes.<sup>177</sup>

Esse tipo de constructo costuma ser sedutor (e, no caso, até induz à discussão sobre as noções de unipolaridade, multipolaridade e hegemonia), mas é evidentemente uma simplificação abusiva. Não só desaparecem desse mapa o resto dos 180 países que também integram, embora com pesos muito distintos, a cena internacional, como também é perpetrado um inaceitável amálgama dos atores do “tabuleiro inferior” [...]. Na verdade, o que o autor pretende é contestar a ideia de que a superpotência (Estados Unidos) pode tudo sozinha, pois isso conduz a uma política externa – e nisso tem razão – que combina “unilateralismo, arrogância e paroquialismo”; ou seja, deve-se considerar também os “outros”. (MARTINS, 2008 [2002], p. 189).

Martins não se resumiu à crítica à contribuição de Nye, e propôs que esta fosse reescrita considerando o fato de que: “não basta uma análise da cena internacional em termos descritivos de sua atual estratificação de poder, pois é indispensável a ela acrescentar as dinâmicas de processos e atores.” (MARTINS, 2008 [2002], p. 189).

Ao abordar a multiplicidade de cimeiras regionais, de arenas deliberativas multilaterais e de agências internacionais, Martins entendeu como positiva a consequente ampliação da interlocução entre os atores políticos, responsável por gerar oportunidades de negociação das divergências e convergências de interesses. Em contrapartida, o autor identificou que a possibilidade de se constituírem fundamentos para uma nova ordem internacional encontrava-se obstaculizada por dois motivos, a saber: a imposição por parte dos Estados Unidos de um poder unilateral e de sua condição de superpotência; e a dificuldade enfrentada pelos blocos regionais em estender a categoria de espaços econômicos, para assumir o papel de atores políticos capazes de criar maior equilíbrio na balança mundial do poder.

Sobre atores não estatais, o escritor registrou o poder crescente das empresas transnacionais, cujas decisões empresariais chegavam, em muitos casos, a afetar economias nacionais e o próprio sistema financeiro internacional. Por assim

---

<sup>177</sup> Cf.: NYE Jr., Joseph. *The new Rome meets the new barbarians*. **The Economist**, 21 mar 2002. Disponível em: <http://www.economist.com/node/1045181>. Último acesso em: 29 jan. 2014. & NYE Jr, Joseph. ***The paradox of american power: why the world' only superpower can't go it alone***. Nova York: Oxford University Press, 2002.

dizer, tais empresas desempenhavam cada vez mais papel de atores políticos. Entretanto, na ótica de Martins:

[...] o dado realmente novo na cena internacional, no que se refere aos atores não estatais, parece ser a formação de uma espécie de 'sociedade civil global', e que tem nas mais de 25 mil ONGs hoje existentes seus instrumentos de expressão política. (MARTINS, 2008 [2002], p. 203).

Todavia, o autor esclareceu que haveria grande distância entre a capacidade de denúncia e/ou de defesa desses atores e seu potencial político real.

Como fenômeno totalmente distinto, Martins apontou os *terrorismos*, cuja questão central seria a substituição da prática política pelo terror. Também chamou a atenção para o fato de que o adversário não seria mais um Estado-nação, mas uma rede formada por militantes movidos por crenças ou doutrinas, dotados de grande mobilidade geográfica e ampla capacidade decisória autônoma. Nesse sentido, a parte que enfrenta a rede deveria se adaptar aos novos métodos, pois destruir fisicamente um país acusado de acolher uma rede terrorista não significava destruir a rede, cuja mobilidade lhe permitiria a reconstrução em outro espaço (físico ou virtual).

Diante do fato de alguns Estados que formalmente se apresentavam como democráticos adotarem práticas que violentavam os próprios valores democráticos no combate ao terrorismo, o autor ressaltou que muitas destas ações poderiam ser qualificadas de igualmente terroristas. Essa constatação remetia às atuais preocupações com a ameaça às normas e práticas da democracia, cujo sistema de representação política seria objeto de altos índices de descrença e ceticismo. Assim, para o escritor, a questão que se impunha seria como conjugar um desafio político interno de tamanha amplitude, presente em tantos países, com o plano externo, onde imperariam a desordem e a irracionalidade (MARTINS, 2008 [2002], p. 205-207).

No mesmo ano da publicação de Luciano Martins, Ignacio Ramonet anunciava que o 11 de Setembro, para além de sua inegável face letal e criminosa, teria sido operacionalizado como dado estratégico da política externa norte-americana; em outras palavras, o 11 de Setembro traria consigo o terrorismo como novo adversário. Nesse sentido, os atentados terroristas de 2001 preencheriam a lacuna aberta desde o desmantelamento da União Soviética, dando novo sentido à

política externa dos Estados Unidos (RAMONET, 2003 [2002], p. 50). A contribuição de Ramonet parece responder à demanda do neoconservador Irving Kristol, o qual em 1996 já estava à procura de “*alliens*”.<sup>178</sup>

Sob o nome de “terrorismo”, esse adversário designado é agora o islamismo radical. Isso autoriza todas as medidas autoritárias e todos os excessos, inclusive uma versão moderna do macarthismo que teria como alvo, além das próprias organizações “terroristas”, todos aqueles que se opõem à hegemonia americana, e até os adversários da globalização liberal. (RAMONET, 2003 [2002], p. 50-51).

Quanto ao fato de que aos Estados Unidos faltava um inimigo, Gilberto Dupas assinalou que a longa tradição democrática do país impunha a necessidade de justificativa para os objetivos da política externa, com vistas à adesão da opinião pública. Por esse motivo, o recurso ao maniqueísmo — no caso em questão, a luta do bem contra o mal — seria mais uma vez poderoso aliado da política. O 11 de Setembro teria tornado possível nova manipulação da questão do inimigo que colocaria em risco os princípios norte-americanos (DUPAS, 2008 [2003], p. 215).

Giuseppe Cocco ponderou sobre o 11 de Setembro como uma possibilidade de abertura de diálogo sobre novo conceito de governança global, o qual prescindiria das segregações e fragmentações do mundo. O 11 de Setembro estaria anunciando que não havia mais espaço para as guerras sem baixas (COCCO, 2002, p. 15).

Ao indicar a profunda diferença entre pensamentos sobre o domínio da ordem internacional por parte dos Estados Unidos, Alain Joxe, em defesa da posição europeia, mais precisamente francesa, afirmou que os cidadãos europeus persistiam em um projeto diferente daquele levado a cabo pelos Estados Unidos. Para elaborar uma vinculação teórica à sua análise sobre os Estados Unidos no pós-Guerra Fria, Joxe pressupôs que a busca por monarquias universais — em referência ao pensamento de Thomas Hobbes e Carl von Clausewitz — envolvia um compromisso de proteção dos cidadãos e aliados.

Mas, os Estados Unidos, como império, se negam hoje a assumir a função protetora sobre seus parceiros ou submetidos. [...] é um sistema que se consagra apenas na *regulação da desordem* através

---

<sup>178</sup> Cf.: KRISTOL, Irving. *A post-wilsonian foreign policy*. **The Wall Street Journal**, 02 ago. 1996. Disponível em: <http://www.aei.org/article/society-and-culture/citizenship/a-post-wilsonian-foreign-policy/>. Último acesso em: 30 dez. 2013.

de normas financeiras e expedições militares, sem um projeto de permanência no terreno conquistado. (JOXE, 2003 [2002], p. 21).<sup>179</sup>

Por essa lógica, Joxe argumentou que, ao evitar a responsabilidade de proteger as sociedades dos Estados nacionais e utilizar a estratégia de repressão aos sintomas de desesperança, mais do que agir nas causas dessa desesperança, os Estados Unidos estariam seguindo em direção a um regime mundial antidemocrático (JOXE, 2003 [2002], p. 23). Salvo profundo equívoco, Alain Joxe pareceu propor novo momento colonizador, tendo nos Estados Unidos a grande metrópole do sistema-mundo moderno.

Gilberto Dupas indicou a existência de sensíveis diferenças entre o entendimento europeu e o norte-americano acerca das causas do terrorismo e da forma de lidar com este fenômeno. Para os europeus, o terrorismo seria algo com o qual teriam de conviver. Na razão diametralmente oposta, aos olhos dos Estados Unidos, o terrorismo seria um mal a ser extirpado. Segundo Dupas:

Secundária no plano militar, isolada das decisões estratégicas americanas sobre eventos que acontecem em sua própria região geopolítica, ela [Europa] não pode nem concorrer nem influenciar, contentando-se em participar simbolicamente quando a causa parece justa ou ficando de lado quando não aprova. (DUPAS, 2008 [2003], p. 212.

Não estariam incluídos no pensamento dos norte-americanos, para efeito de reflexão sobre as raízes profundas do terrorismo, uma possível solidariedade ideológica com os pobres do mundo, uma empatia com as populações marcadas pela colonização, um manifesto incluindo os imigrantes e os marginais, ou ainda as mazelas do Oriente Médio. Em simplificação grosseira, o peso recairia sobre a questão cultural, notadamente reforçada pela teoria do choque de civilizações de Huntington, desembocando na *questão do Islã* (DUPAS, 2008 [2003], p. 217-218). “Na verdade, o sentimento de brutal fragilidade despertado pelos atentados revelou um EUA violentamente defensivo e sem projeto sistêmico ou de governança global, papel inalienável de sua condição hegemônica.” (DUPAS, 2008 [2003], p. 221).

Importa registrar a reflexão de Luiz Alberto Moniz Bandeira, para quem o fundamentalismo islâmico teria se voltado contra a expansão capitalista por motivos

---

<sup>179</sup> “Pero Estados Unidos, como imperio, se niega hoy a asumir la función protectora respecto de sus auxiliares amigos o sometidos. [...] es un sistema que sólo se consagra a ‘regular el desorden’ a través de normas financieras y expediciones militares, sin un proyecto de permanencia en el terreno conquistado.” (JOXE, 2003 [2002], p.21).

religiosos. A introdução de valores e hábitos considerados ocidentais, além da difusão de produtos industriais como os audiovisuais, as bebidas e os produtos da indústria da moda, além dos serviços financeiros, teriam sido percebidos pelos líderes locais como se o Islã tivesse sido profanado (BANDEIRA, 2004, p. 214).

Essa tendência recrescera em todo o mundo árabe-islâmico, favorecida pelo empobrecimento e desespero das massas populares, que o desenvolvimento do capitalismo desarraigou, ao desintegrar a economia natural ou a economia simples de mercado em que antes viviam sem lhes propiciar, entretanto, melhores condições de vida, e marginalizando-as, como aconteceu em todo o chamado Terceiro Mundo. (BANDEIRA, 2004, p. 214-215).

Ao abordar a política do presidente norte-americano George W. Bush (2001-2008), Bandeira sinalizou um recrudescimento do unilateralismo, tendência já latente na política internacional do país, especialmente observado nas críticas ao papel das organizações multilaterais. De acordo com Bandeira, a postura unilateral denunciava a escolha pelo exercício exclusivo do poder de decisão no sistema internacional. A guerra ao terror ganhava formato legal com a chamada Doutrina Bush, divulgada oficialmente em Setembro de 2002, a qual teria sido formulada, segundo o autor, pelos neoconservadores que se juntaram à composição do governo. Inspirada no já mencionado documento vazado para a mídia em 1992, o Defense Planning Guidance de 1994, a nova doutrina estava fundamentada basicamente na negação de rivais ao poder norte-americano e no direito de se antecipar a qualquer ameaça que se fizesse perceber por parte do país. “A lei da força substituiu a força da lei.” (BANDEIRA, 2004, p. 255).<sup>180</sup>

No âmbito interno, foi assinado pelo presidente George W. Bush em Outubro de 2001, sob a forma de lei, o USA PATRIOT Act. Essa medida passava à legalidade a espionagem de qualquer cidadão suspeito de terrorismo, a invasão de lares, a supressão de protestos, além de obscuras formas de interrogatório, entre outras ações. Em regra, a medida suspendia as liberdades civis nos Estados Unidos. A justificativa, com ampla aceitação, seria a guerra contra o terrorismo (BANDEIRA, 2004, p. 254).<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> A Doutrina Bush reflete o conteúdo da Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos, publicada em Setembro de 2002, disponível em:

<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Último acesso em: 31 jan 2014.

<sup>181</sup> Detalhes sobre o USA PATRIOT Act em: [http://www.fincen.gov/statutes\\_regs/patriot/](http://www.fincen.gov/statutes_regs/patriot/). Último acesso em: 31 jan. 2014.

Ocorreu a Immanuel Wallerstein que o 11 de Setembro teria acelerado a decadência da hegemonia norte-americana, a qual o autor já viria anunciando desde a década de 1970, como parte do colapso do sistema-mundo moderno ou da economia-mundo capitalista – discussão esta apresentada no primeiro capítulo do nosso estudo (WALLERSTEIN, 2002, p. 9).

Wallerstein vinculou a manutenção da hegemonia à necessidade de crescente concentração de investimentos no setor militar e, como conseqüente lógico, à diminuição da competitividade econômica, o que em geral acompanharia a deterioração política e ideológica (WALLERSTEIN, 2002, p. 15).

O autor definiu a situação dos Estados Unidos como:

[...] a única superpotência de fato, mas sem poder real; líderes mundiais que ninguém realmente segue e que poucos (mesmo seus amigos mais íntimos) realmente respeitam, uma nação perigosamente à deriva em meio a um caos global que ninguém, em parte alguma, está realmente em posição de controlar. (WALLERSTEIN, 2002, p. 19).

Além da derrota no Vietnã (1955-1975); dos movimentos antissistêmicos de 1968; e do fim da bipolaridade a partir de 1989, destituindo a justificativa ideológica que legitimava as ações norte-americanas, o 11 Setembro também foi citado como símbolo do declínio da hegemonia dos Estados Unidos. De certa forma, os ataques não representariam nenhuma potência militar importante. “Em resumo, militarmente não eram nada. Contudo, tiveram êxito num ataque dos mais audaciosos no coração dos Estados Unidos.” (WALLERSTEIN, 2002, p. 25).

Chegavam à cena os neoconservadores, cuja posição, para o sociólogo, era bastante clara, a saber: os Estados Unidos deveriam agir como potência imperial, a despeito da legislação internacional, sob o risco de serem considerados um “tigre de papel” (WALLERSTEIN, 2002, p. 25-26).<sup>182</sup>

Com Maurice Vaïsse, apresentamos eventos que também auxiliaram na análise a que nos propomos. Vale ressaltar que a preocupação com o vínculo entre as datas das publicações utilizadas neste subcapítulo e o período trabalhado (2001-2004) foi deixada de lado, por entendermos que se trata de material descritivo, e não analítico.

---

<sup>182</sup> Tigre de papel designa, na cultura chinesa, algo de aparência ameaçadora, mas inofensivo na realidade. A expressão ganhou notoriedade quando Mao Tsé-tung a utilizou, em 1956, para fazer referência aos Estados Unidos.

Detalhes em: <http://www.primeiralinha.org/textosmarxistas/mao2.htm>. Último acesso em: 31 jan. 2014.

A administração Bush denuncia (13 de dezembro de 2001) o tratado ABM [tratado antimísseis balísticos] de 1972 para construir seu escudo antimíssil (cujo desenvolvimento começa em dezembro de 2002), declina qualquer adesão ao protocolo de Kyoto, recusa-se a ratificar o tratado que cria a Corte Penal Internacional e negocia acordos a fim de proteger seus cidadãos de eventuais processos internacionais, rejeita qualquer sistema obrigatório de controle de armas biológicas; desenvolve uma nova doutrina que considera banalizar a arma nuclear e adota, em 2003, um orçamento militar em expansão que chega a 40% do total dos gastos militares mundiais. (VAÍSSE, 2013, p. 295-296).

Apesar de expostos alguns limites do poderio militar norte-americano em razão das dificuldades no Afeganistão e, principalmente, no Iraque, o quadriênio se encerrou com a reeleição do republicano George W. Bush para mais quatro anos à frente do governo dos Estados Unidos, o que poderíamos traduzir como a aprovação da administração neoconservadora naquela ocasião.

#### **4.2. Dos Estados Unidos para o mundo: 2000 - 2004**

Nunca foi tão grande a defasagem entre as maneiras como a América e o resto do mundo encaram as coisas (SOROS, 2004, p. 7).

Em primeiro momento, para efeito de nosso estudo, cabe ênfase à questão do petróleo, pois muito do que se produziu sobre as ações de George W. Bush incluiu a dependência norte-americana de fornecimento externo deste recurso natural. Nesse sentido, Michael Klare, em 2002, republicava seu livro, *Resource wars*, com nova Introdução. A primeira publicação da obra datava de 2001, o que nos leva a considerar a influência do 11 de Setembro na reescrita de seu texto introdutório, o qual segue apresentado.<sup>183</sup>

De acordo com Klare, por serem considerados valiosos e capazes de conferir poder e riqueza, os recursos naturais e a disputa por estes, muitas vezes mesclada

---

<sup>183</sup> Michael T. Klare é autor de vários livros, entre os quais *Rising Powers, Shrinking Planet* (2008), ainda sem tradução para o português. Contribui para os periódicos *Current History*, *Foreign Affairs* e *Los Angeles Times*. Klare é o correspondente para assuntos de defesa do *The Nation* e diretor do Five College Program in Peace and World Security Studies do Hampshire College, em Massachusetts. Cf.: <http://michaelklare.com/biography/>. Último acesso em: 01 fev. 2014.

a antagonismos étnicos e religiosos, viriam ocupando lugar cada vez mais destacado na cena mundial.

Apesar de não descartada a possibilidade de motivação religiosa, o autor interpretou os atentados ocorridos em 11 de Setembro de 2001, contra o World Trade Center e o Pentágono, como já descrito anteriormente, como uma tentativa de derrubar a monarquia saudita pró-Occidente e instalar um regime doutrinário islâmico, o qual proporcionaria o domínio sobre a quarta parte do petróleo remanescente no mundo, àquela época (KLARE, 2002, p. ix). Sob essa lógica, o êxito da campanha teria privado os Estados Unidos de importante fonte de riqueza e de poder, asfixiando sua economia. O argumento de Klare justificaria a postura norte-americana no sentido de intervir cada vez mais nas lutas pelo poder naquela região e assegurar o fluxo do petróleo.

Klare indicou a existência de conflitos na região ainda antes da descoberta do petróleo. Comunidades disputariam rios, portos, acesso a mananciais e cursos de água doce, entre outros recursos. Em fins do século XIX, a descoberta do petróleo teria conferido nova dimensão ao panorama de violência, uma vez que as grandes potências haviam estabelecido interesses na região e, por vezes, recorrido à força militar para protegê-los.

Para Klare, o vínculo entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita teria proporcionado consideráveis benefícios às duas partes, embora também trazendo problemas. O resultado dessa relação seria a implicação dos Estados Unidos no que o autor chamou de *guerra pelos recursos* da região do Golfo Pérsico (KLARE, 2002, p. xi).

Posto que a dependência dos Estados Unidos com relação ao petróleo seria crescente, Klare apontou novos e inesperados desafios na região do Golfo Pérsico, motivados pela presença norte-americana na região.

Esses desafios podem ser enquadrados nas esferas da língua e da religião, mas vão surgir a partir da hostilidade à presença dos EUA na região do Golfo Pérsico - uma presença definida, em grande parte, por inabalável determinação de Washington em controlar o fornecimento do precioso recurso. (KLARE, 2002, p. xi).<sup>184</sup>

---

<sup>184</sup> "These challenges may be framed in the language and the ritual of religion, but they will arise from hostility to the U.S. presence in Persian Gulf area - a presence dictated, for the most part, by Washington's unwavering determination to control the supply of a precious resource." (KLARE, 2002, p. xi).

Na luta pelos recursos energéticos, os Estados Unidos também teriam se envolvido nas dinâmicas de poder local das bacias do Mar Cáspio e do Mar da China Meridional, regiões onde se apostava na existência de significativas reservas de petróleo e gás natural. O autor ressaltou que, na região do Mar Cáspio, o Azerbaijão, o Irã, o Cazaquistão, a Rússia e o Turcomenistão já estariam se enfrentando pelo direito às reservas submarinas. Ao mesmo tempo, as empresas petrolíferas norte-americanas teriam solicitado ao governo dos Estados Unidos que firmasse acordos de colaboração militar com alguns países da região e organizasse manobras militares periódicas com as forças locais (KLARE, 2002, p. xi).

No Mar da China Meridional seriam vários os Estados, entre os quais China, Malásia, Filipinas, Taiwan e Vietnã, que indicavam pretensões sobre as reservas energéticas submarinas. Neste caso, os Estados Unidos também teriam se envolvido. Enquanto as companhias petrolíferas norte-americanas iniciassem a prospecção em busca de petróleo e gás, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos abasteceria de armas os regimes *amigos* da região. Washington teria se comprometido a garantir a segurança das operações marítimas na área em questão, sendo certo que grande parte destas operações daria respeito ao transporte de recursos energéticos para o Japão, bem como à defesa das Filipinas em caso de agressão externa.

Klare chamou a atenção para o fato de que os Estados Unidos não seriam a única potência estrategicamente interessada na disponibilidade e circulação do petróleo. O autor advertiu que a China também dependia, cada vez mais, de maior garantia de abastecimento exterior de recursos energéticos, e ressaltou que a Rússia procuraria dominar os fluxos de petróleo e gás da região em tela. Seguindo o modelo norte-americano, essas nações também forneceria armas aos governos *amigos* das principais regiões produtoras e, em alguns casos, enviariam forças militares. Nesse sentido, sob a lógica do autor, à medida que essas potências identificassem seu acesso ao petróleo com o próprio interesse nacional, aumentaria o risco de conflitos locais e de conversão destes últimos em conflagrações regionais de maiores dimensões (KLARE, 2002, p. xii).

Para Klare, o petróleo não seria o único recurso crítico a deflagrar antagonismos nos anos vindouros. A água também seria suscetível de desencadear contendas em zonas de abastecimento escasso e disputado. Enquanto alguns

países eram autossuficientes no que tange à água potável, outros dependiam de sistemas compartilhados, como nos casos dos rios Nilo, Jordão e Eufrates. De forma análoga, assim como as regiões do Mar Cáspio e do Mar da China Meridional teriam se envolvido em disputas territoriais ainda não resolvidas pela posse do petróleo e do gás natural, Israel e Jordânia, por exemplo, estariam se enfrentando pelo controle do rio Jordão já havia algum tempo. Some-se o fato de que, entre a Síria e a Turquia, ameaças bélicas teriam sido trocadas em razão das questões em torno do rio Eufrates (KLARE, 2002, p. xii).

De acordo com o autor, o aumento da demanda por água, decorrente do crescimento populacional, e a conseqüente necessidade de ampliação de superfícies irrigadas fariam com que a água, o petróleo e o gás natural dessem o tom da competição mais intensa, colocando a rivalidade mundial pelo acesso a matérias-primas no centro das discussões a respeito da segurança internacional.

No se refere à transformação da política de segurança dos Estados Unidos, Klare explicou que, entre o final da década de 1940 até 1990, o foco da política externa dos Estados Unidos concentrou-se em criar e manter um sistema internacional de alianças capaz de conter e, se possível, derrotar a União Soviética. Com o fim da Guerra Fria, a necessidade de contar com extensa rede de alianças teria perdido certa urgência, ao passo que a necessidade de promover os interesses da própria segurança norte-americana ganharia espaço entre os formuladores da política externa do país. Dentre todos os novos objetivos elencados, nenhum, segundo Klare, teria tido tanta influência quanto a política militar e sua determinação em assegurar aos Estados Unidos o acesso ao fornecimento de recursos estratégicos. O crescimento do país envolveria a proteção dos fluxos de recursos globais, e este desafio se tornaria proeminente na política de segurança norte-americana (KLARE, 2002 [2001], p. 5-6).

Nas palavras de Klare:

Outros Estados revisaram suas políticas de defesa em bases comparativas. Com as grandes potências não mais querendo (ou, no caso da Rússia, não podendo) adjudicar disputas regionais ou proteger os interesses econômicos de seus aliados, muitos países se

viram compelidos a incrementar suas capacidades de defesa. (2002 [2001], p. 11).<sup>185</sup>

Na opinião do autor, uma questão-chave para entender o comportamento de alguns países teria sido, em 1994, a ampliação, pelas Nações Unidas, da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) para 200 milhas. Algumas nações poderiam exercer vasta exploração marítima, ao passo que outras, cujos traçados exatos das divisórias marinhas ainda não estavam definidos, assistiriam ao aumento da contenda com seus vizinhos (KLARE, 2002 [2001], p. 12).

Em desacordo com as lealdades civilizacionais defendidas por Samuel Huntington, Klare verificou que, na região do Mar Cáspio, os Estados Unidos se aliaram a três Estados muçulmanos (Azerbaijão, Turquia e Turcomenistão) contra dois Estados predominantemente cristãos (Armênia e Rússia). Para o autor, essas ações demonstravam que os interesses pelos recursos prevaleciam sobre as filiações étnicas ou religiosas (KLARE, 2002 [2001], p. 13-14).<sup>186</sup>

Klare contestou a crença de Robert Kaplan no afastamento das companhias energéticas em consequência da violência em parte da África, informando, a título de exemplo, que companhias de petróleo norte-americanas anunciaram, em 1999, aumento da exploração, seguido de novos investimentos, em Angola, no Chade e na Nigéria. O autor afirmou que esse exemplo não era uma exceção (KLARE, 2002 [2001], p. 14).<sup>187</sup>

Klare contradisse Thomas Friedman, para quem os principais conflitos poderiam ser resolvidos pelos mecanismos do mercado globalizado. O autor lembrou que, diante de questões em torno de interesses nacionais fundamentais, o que incluiria petróleo e água, governos não hesitaram e possivelmente não hesitariam em recorrer às armas (KLARE, 2002 [2001], p. 14).<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> "Other states have revised their national defense policies in a comparable fashion. With the superpowers no longer willing (or, in the case of Russia, able) to adjudicate regional disputes or protect the economic interests of their allies, many countries have felt compelled to buttress their own defense capabilities.

<sup>186</sup> Sobre o já referenciado estudo de Huntington, ver:

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations?* **Foreign Affairs**, verão de 1993. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/48950/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations>. Último acesso em: 15 dez. 2013.

<sup>187</sup> Detalhes sobre a discussão de Robert Kaplan em:

KAPLAN, Robert D. *The coming anarchy*. **The Atlantic Monthly**, fev. 1994, p. 44-75. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1994/02/the-coming-anarchy/304670/>. Último acesso em: 01 fev. 2014.

<sup>188</sup> Sobre as reflexões de Thomas Friedman: FRIEDMAN, Thomas L. *The lexus and the olive tree: understanding globalization*. New York: Anchor Books, 2000.

Sob a ótica de Klare, o mundo já colocou em relevo o fato de que a luta por recursos naturais e a proteção das matérias-primas consideradas estratégicas seriam funções essenciais à segurança a cargo do Estado. O escritor concordou que muitos conflitos poderiam ser negociados, mas as noções de segurança nacional e interesses vitais do Estado prevaleceriam sobre os acordos firmados. Klare ressaltou que a história da humanidade se caracterizava por uma sucessão de guerras por recursos, eclipsada pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética durante o período da Guerra Fria (KLARE, 2002 [2001], p. 25).

O autor reconheceu que a região com maior potencial para conflitos continuava a ser a região do Golfo Pérsico, porque ali estariam as maiores concentrações de petróleo e se evidenciaria considerável instabilidade política. Klare informou que os Estados Unidos manteriam número relevante de tropas naquela região, e haveria mais tropas disponíveis no país para uma rápida incursão. Klare mencionou, ainda, o vasto estoque de armamentos na região. Cumpre ressaltar que o autor também relacionou outras áreas onde os Estados Unidos poderiam se envolver em conflitos futuros, como a bacia do Mar Cáspio, em virtude da crescente importância da região no que tange à geração de recursos energéticos, e o Mar da China Meridional, por desdobramento de uma luta entre a China e seus vizinhos (alguns, também, aliados dos Estados Unidos) sobre o controle dos campos de petróleo *offshore*.

Em síntese, Michael Klare defendeu a ideia de que a demanda por recursos aumentaria os litígios no período pós-Guerra Fria. Nesse contexto, as guerras por recursos não deveriam ser vistas como fortuitas, mas como parte de um sistema geopolítico mais amplo. Se na conjuntura anterior os conflitos eram regidos por considerações ideológicas, naquele momento os novos conflitos se dariam pela posse e pelo controle de um dos bens economicamente vitais, ou seja, dos recursos de que necessitam as modernas sociedades complexas para sobreviver industrial e tecnologicamente no mundo globalizado. Por assim dizer, nas palavras do autor: “Grandes ou pequenos, conflitos por petróleo constituirão um predicado significativo para a segurança global nas próximas décadas” (KLARE, 2002 [2001], p. 27).<sup>189</sup>

---

<sup>189</sup> “*Big or small, conflicts over oil will constitute a significant feature of global security environment in the decades to come.*” (KLARE, 2002 [2001], p. 27).

A seguir nos reportamos a Philip Bobbitt, para quem um dos pilares do Estado-nação estaria vinculado à segurança.<sup>190</sup> Sobre o Estado-nação, Bobbitt registrou: “[...] ele surgiu para estabelecer um monopólio sobre a violência doméstica – condição necessária para o direito – e para proteger sua jurisdição da violência externa – a base da estratégia.” (BOBBITT, 2003 [2002], p. 202). Caso o Estado-nação estivesse em dificuldade para cumprir esse ou qualquer outro de seus papéis, como a promoção do bem-estar e a integridade cultural, por exemplo, o autor advertiu que caberiam mudanças. Se a dificuldade fosse de ordem constitucional, poderia ser resolvida. Todavia, demonstrar incapacidade de proteger seus cidadãos e seu território colocaria em questão os pré-requisitos fundamentais, ou seja, da essência do Estado-nação.

Nesse caso ocorreria uma crise, mas Bobbitt lembrou a capacidade de resiliência do Estado moderno, considerando sua exemplar capacidade de transformações estruturais. Para o autor, tudo indicaria o distanciamento cada vez maior de um modelo de instituição que seria o principal ator a falar em nome da nação (o Estado-nação), e ao mesmo tempo, a aproximação de um modelo de Estado disposto a facilitar questões práticas.

Bobbitt apresentou novo modelo de convivência política, o qual estaria ocupando o lugar do Estado-nação, fragilizado em suas bases. Segundo esse autor, enquanto a legitimidade do Estado dependesse da garantia do bem-estar de seus cidadãos, fatores como a globalização e a economia interdependente; a vulnerabilidade em termos de segurança; e a fragilidade de suas instituições culturais negariam cada vez mais ao Estado esta legitimidade. O Estado, por conseguinte, para readquiri-la, mudaria – como já estaria ocorrendo –, lançando novas bases a partir das quais pudesse reivindicá-la. Dessa forma, uma transformação da ordem constitucional dos Estados viria a recriar a própria natureza da sociedade de Estados. “Em nossa própria era, estamos presenciando a emergência do *Estado-mercado* e a transição do Estado-nação.” (BOBBITT, 2003 [2002], p. 214, grifo do autor).

---

<sup>190</sup> O professor da Columbia Law School, Philip Bobbitt, é uma liderança norte-americana em teoria do Direito Constitucional. Ph.D. em História pela Oxford University, Bobbitt dirige o Center for National Security Law e é membro do Clube de Madri, do American Law Institute, e do Council on Foreign Relations, entre outros. Durante o governo do republicano George H. W. Bush (1989-1992), atuou como conselheiro do Departamento de Estado, e na administração do democrata Bill Clinton (1993-2000) foi diretor de planejamento estratégico. Cf.: [http://www.law.columbia.edu/fac/Philip\\_Bobbitt](http://www.law.columbia.edu/fac/Philip_Bobbitt). Último acesso em: 01 fev. 2014.

Estaríamos assistindo, sob a lógica de Bobbitt, ao nascimento de outro modelo de convivência política. Simultânea ao suposto enfraquecimento do Estado-nação, ganharia forma a noção de Estado-mercado. O primeiro teria sido concebido, sobretudo, como instrumento a serviço da nação, tendo sua legitimidade fundamentada na habilidade em garantir o bem-estar dos seus cidadãos (bem-estar este concebido de diferentes formas, como mostraram as variantes fascista, comunista ou liberal-democrática). Já o Estado-mercado abandonaria a pretensão de oferecer o bem-estar a todos os cidadãos. Buscaria sua legitimidade através de da habilidade em garantir que o maior número de indivíduos, mas inevitavelmente não todos, fizesse uso das oportunidades que o mercado oferece. Mais poderoso política e militarmente, suas ações estariam mais focalizadas nas condições de segurança garantidoras do livre jogo do mercado. Bobbitt sintetizou o Estado-mercado como uma “ordem constitucional emergente que promete maximizar as oportunidades de seu povo, tendendo a privatizar diversas atividades estatais e aumentar a sensibilidade do governo representativo ao mercado” (BOBBITT, 2003 [2002], p. 873).

O autor concluiu que a transição para o Estado-mercado estaria fadada a estender-se por longo período, marcado por conflitos gerados pelos ideais da ordem constitucional do Estado-nação em confronto com os ideais da nova ordem constitucional emergente. Para Bobbitt: “[...] cada cultura desenvolverá sua versão particular” (BOBBITT, 2003 [2002], p. 227). Completa o acadêmico:

Os Estados Unidos encontram-se em uma situação particularmente favorável para tornarem-se um Estado-mercado. Seu multiculturalismo, livre mercado, constituição religiosa diversificada – todos os quais resistiram aos esforços centralizadores do Estado-nação – e, acima de tudo, seu hábito de tolerância à diversidade conferem-lhe uma vantagem sobre os demais países com relação à adaptação de seu Estado à nova ordem constitucional. (BOBBITT, 2003 [2002], p. 227).

Para efeito de nossa análise, importa apresentar, ainda que brevemente, parte importante do gabinete de George W. Bush (2001-2008). Dentre os neoconservadores destacamos, Lewis Libby, chefe de gabinete; Dick Cheney, vice-presidente; Donald Rumsfeld, secretário de defesa; e Paul Wolfowitz, vice-secretário de defesa. A nomeação do realista Colin Powell como secretário de Estado foi vista como contrapeso ao domínio neoconservador no Pentágono. No segundo mandato

de Bush (2005-2008), Powell foi substituído por Condoleezza Rice, também considerada uma realista.<sup>191</sup>

Não menos importante, divulgada em setembro de 2002, a já mencionada Estratégia de Segurança Nacional, ou NSS 2002, articulava em um único documento os vários elementos da política externa de George W. Bush. De forma sumariada, o documento anunciava reforço na postura norte-americana no mundo. A nova postura envolvia a prevenção para lidar com o que o país entendia por Estados párias e terroristas que abrigavam armas de destruição em massa.<sup>192</sup> A Estratégia também afirmou que os Estados Unidos explorariam seu poder militar e econômico para estimular sociedades livres, e não permitiriam qualquer desafio à sua supremacia militar, como ocorrera durante a Guerra Fria. Se necessário, poderiam também agir isoladamente, caso os interesses fundamentais do país estivessem em jogo.<sup>193</sup> Analistas políticos verificaram, na Estratégia de Segurança Nacional de 2002, a existência de elementos semelhantes às recomendações contidas no projeto do Defense Planning Guidance, vazado para a mídia em 1992, o qual tinha à frente Paul Wolfowitz sob a administração de George H. W. Bush (1989-1992).<sup>194</sup>

Com a política internacional sob o efeito do 11 de Setembro, Noam Chomski identificou o fato de que em Outubro de 2002, ou seja, um mês após o anúncio da supramencionada Estratégia de Segurança Nacional, era notória a preocupação

---

<sup>191</sup> Vários são os princípios do realismo em relações internacionais. Entretanto, para elucidar a referência ao realismo nas posturas de Colin Powell e Condoleezza Rice, lançamos mão de Williams Gonçalves e Guilherme Silva, no que respeita à contribuição de Hans J. Morgenthau para a teoria realista a partir de 1948.

“Fundamentalmente, Morgenthau considera que os chefes de Estado agem de maneira racional em busca da realização dos **interesses nacionais**. Nessa ação orientada para a obtenção de poder, que não se confunde com a política interna, as ideologias não têm nenhum papel a desempenhar. [...] Morgenthau também afirma como princípios do realismo que é a natureza humana que está na origem do comportamento político dos Estados e que nas relações internacionais não há lugar para considerações de ordem moral.” (GONÇALVES & SILVA, 2010, p. 238, grifo dos autores).

<sup>192</sup> O termo utilizado na NSS 2002 é prevenção e ação preemptiva. A opção pelo uso do termo prevenção deveu-se ao fato de que a tradução para o português liga o termo prevenção ao Direito e denota precedência na compra. Ademais, a escolha reforça a opção de Érica Simone A. Resende em seu estudo sobre a política externa norte-americana (RESENDE, 2012, p. 163). Cumpre lembrar que a noção de guerra preventiva na política externa do presidente George W. Bush já é amplamente aceita. Nas palavras de Noam Chomsky: “A grandiosa estratégia imperial estabelece o direito dos Estados Unidos de empreender ‘guerra preventiva’ quando desejar: *Preventiva* e não *preemptiva*. Uma guerra preemptiva poderia se encaixar na seara do direito internacional” (CHOMSKY, 2004 [2003], p. 18, grifos do autor).

<sup>193</sup> Cf.: USA. *The National Security Strategy of the United States of America*, set. 2002. **U.S. Department of State**. Disponível em: <http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Último acesso em: 31 jan. 2014.

<sup>194</sup> Cf.: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/iraq/etc/cron.html>. Último acesso em: 02 fev. 2014.

mundial com o uso da força por parte dos Estados Unidos (CHOMSKY, 2004 [2003], p. 9).

Ao receio quanto ao uso da força por parte dos Estados Unidos se juntaria a desconfiança na liderança política de Washington. Para Chomsky, era notória a contradição entre o menosprezo pelos direitos humanos essenciais e o desdém pela democracia e os discursos de devoção do país a esses valores (CHOMSKY, 2004 [2003], p. 10).

O autor advertiu que apesar de extremos, os programas e doutrinas daquele contexto tinham precursores.

Mais sinistro ainda é o fato de que suas decisões podem não ser irracionais no âmbito da ideologia corrente e das instituições que a encarnam. Não faltam precedentes históricos de líderes dispostos a ameaçar ou usar de violência frente a significativos riscos de catástrofe. Hoje, porém, o perigo é bem maior. A escolha entre hegemonia e sobrevivência poucas vezes foi exposta de modo tão evidente – se é que algum dia o foi. (CHOMSKY, 2004 [2003], p. 10).

Dentro desse contexto, soma-se às questões envolvendo a política implementada por George W. Bush o relatório intitulado *Dreaming with BRICs: the path to 2050*, publicado, em 2003, pela empresa de investimentos Goldman Sachs, o que ajudou a subir a temperatura da discussão sobre a hegemonia norte-americana.<sup>195</sup> Nas palavras de seus autores, fortemente representados por Jim O'Neill:

Ao longo dos próximos 50 anos, Brasil, Rússia, Índia e China – as economias dos BRICs – poderiam tornar-se uma força muito maior na economia mundial. [...]

Os resultados são surpreendentes. Se as coisas correrem bem, em menos de 40 anos, as economias dos BRICs juntas poderiam ser maiores do que o G6 em termos de dólares americanos. Em 2025 elas poderiam responder por mais da metade do tamanho do G6. Do G6 atual, em 2050, apenas os EUA e o Japão estariam entre as seis maiores economias em termos de US dólares. (O'NEILL *et al.*, 2003, p. 1).<sup>196</sup>

<sup>195</sup> Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>. Último acesso em: 11 fev. 2014.

<sup>196</sup> “Over the next 50 years, Brazil, Russia, India and China—the BRICs economies—could become a much larger force in the world economy. [...]

The results are startling. If things go right, in less than 40 years, the BRICs economies together could be larger than the G6 in US dollar terms. By 2025 they could account for over half the size of the G6. Of the current G6, only the US and Japan may be among the six largest economies in US dollar terms in 2050.” (O'NEILL *et al.*, 2003, p. 1).

Pouco antes da publicação da Goldman Sachs, mas posteriormente ao 11 de Setembro, Joseph Nye, Jr., em 2002, afirmou que nenhuma nação, desde Roma, apareceu tão grande sobre as demais. Apesar de chamar a atenção para o fato de que mesmo Roma entrou em colapso, o autor registrou o fato de que o crescimento da China a uma taxa de 6% ao ano contra uma taxa de 2% dos Estados Unidos não nivelará os dois países em renda *per capita* até a segunda metade do século XXI (NYE, 2002).

O comentário acima, veiculado sob a forma de artigo na revista *The Economist*, diz respeito à obra de Nye, publicada no mesmo ano de 2002, na qual o autor deixou claro que a supressão do terrorismo envolvia menos um trabalho espetacular e mais paciência, além da cooperação com outras nações. De acordo com o cientista político: “Não devemos deixar que a ilusão do império nos cegue para a importância crescente do nosso poder suave” (NYE, 2005 [2002], p. 16).<sup>197</sup>

Nye defendeu a ideia de que a manutenção do poder dos Estados Unidos estava atrelada ao poder suave. Como já mencionado anteriormente, o poder duro, ou seja, a força militar e uma das faces da força econômica, induziria à mudança de atitude, ao passo que a força dos valores, ou níveis de prosperidade, seria um atrativo, levando as partes a desejarem as mesmas coisas. “A esse aspecto do poder – levar outros a desejarem o que nós próprios desejamos – chamo poder suave. Coopta os indivíduos em vez de os coagir. [...] O poder tem, em grande parte, origem nos nossos valores.” (NYE, 2005 [2002], p. 29).

Niall Ferguson responde por uma reflexão, publicada originalmente em 2004, na qual se empenhou em demonstrar que os Estados Unidos, conscientes ou não, seriam um império.<sup>198</sup> O autor chamou o país de “império em negação” e advertiu aquela sociedade para a necessidade de não mais alimentar a crença de que existe algo completamente singular na política externa norte-americana (FERGUSON, 2011 [2004], p. 10).

---

<sup>197</sup> Por poder, Joseph Nye, Jr. entende “a capacidade para influenciar os resultados que desejamos e, se necessário, alterar o comportamento de outros para torná-lo possível” (NYE, 2002, p. 24).

<sup>198</sup> O britânico Niall Ferguson é professor de História na Universidade de Harvard. Entre outras atividades, Ferguson é membro sênior da Instituição Hoover, na Universidade de Stanford, e pesquisador sênior da Jesus College, na Universidade de Oxford. De acordo com informações disponíveis em seu próprio *site*, a publicação em tela, no ano de 2004, teria levado a revista *Time* a considerá-lo uma das cem pessoas mais influentes do mundo.

Cf.: <http://www.niallferguson.com/about>. Último acesso em; 11 fev. 2014.

No entanto, apesar de reconhecer a condição imperial dos Estados Unidos, o historiador afirmou:

O poder, em outras palavras, não é um monopólio natural; a luta por dominação é tanto perene quanto universal. A “unipolaridade” identificada por alguns comentaristas depois do colapso da União Soviética não pode durar muito mais, pelo simples motivo de que a história odeia o hiperpoder. Mais cedo ou mais tarde, vão surgir desafiantes, e lá vamos nós de volta para um mundo multipolar, com multipotências. (FERGUSON, 2011 [2004], p. 25).

Quanto ao poder suave ou brando, como prefere chamar ao lado de outros autores, Ferguson assinalou que “Nye não é tão ingênuo a ponto de supor que o estilo americano é inerentemente atraente para todos em toda parte” (FERGUSON, 2011 [2004], p. 54-55). Isto posto, Ferguson considerou a possibilidade de o poder brando funcionar como um pano de fundo para tradicionais formas de domínio e mostrou-se cético quanto ao seu alcance, haja vista o fato de seus produtos culturais serem absorvidos em grande parte por aliados. E completou o autor, de forma um tanto provocativa: “Seria demais concluir que o poder brando americano é mais forte onde ele é menos necessário” (FERGUSON, 2011 [2004], p. 56). Para esse historiador, a ameaça à primazia dos Estados Unidos não viria do exterior ou de novos impérios nascentes, mas da carência interna de vontade, o que geraria um vácuo de poder e a ascensão de rivais (FERGUSON, 2011 [2004], p. 64).

Uma variação dos níveis de poder inaugurados por Joseph Nye foi verificada na publicação de Walter Mead.<sup>199</sup> Esse autor propôs relacionar o poder militar dos Estados Unidos à noção de “poder vigoroso”; já o poder econômico estaria próximo à ideia de um “poder pegajoso”, uma vez que tanto seduz quanto coage; e haveria ainda um poder não coercitivo, ligado ao poder brando de Joseph Nye, o qual denominou “poder encantador”. O poder encantador, segundo Mead, seria aquele “que seduz e convence, de modo mais ou menos espontâneo, pessoas diferentes em todo mundo a apoiar ou, ao menos, aceitar o poder e a política norte-americana” (MEAD, 2006 [2004], p. 45).

---

<sup>199</sup> Walter Russell Mead é professor de Relações Internacionais no Bard College e com frequência leciona Política Externa dos Estados Unidos na Yale University. Até 2010 foi parte integrante do Council on Foreign Relations. Mead é co-fundador da New America Foundation e editor-chefe da revista *The American Interest*. Constam no Conselho Editorial da revista *The American Interest* nomes como os de Zbigniew Brzezinski, Eliot Cohen e G. John Ikenberry. Já no Conselho de Administração da New America Foundation, junto ao nome de Mead, estão Francis Fukuyama, Daniel Yergin e Fareed Zakaria. Cf.: <http://www.the-american-interest.com/masthead/> e <http://newamerica.net/about/board>. Último acesso em: 11 fev. 2014.

Quanto ao posicionamento neoconservador diante, por exemplo, da orientação no sentido do uso da força militar norte-americana para retirar Saddam Hussein do poder no Iraque, chama a atenção a reflexão de Richard Perle. Diante da postura europeia de questionamento da legitimidade da iniciativa dos Estados Unidos perante o Iraque, Perle argumentou que a Europa teria passado a tratar o uso da força como último recurso, privilegiando a diplomacia e a pressão econômica, pelo fato de que a alternativa de uso de força militar por parte dos europeus denunciaria a própria fragilidade nesta esfera de atuação. De acordo com Perle: “Dadas as capacidades militares inadequadas dos europeus, a incapacidade de usar a força se transforma facilmente em uma aversão ao uso da força” (PERLE, 2002).<sup>200</sup>

Para Lawrence Kaplan e William Kristol, em publicação de 2003, aquele momento seria fluido, coberto de riscos e sujeito a contingências típicas de períodos de transição histórica. Algo novo estaria surgindo no lugar do que teria ficado para trás. E diante desse panorama, os autores estavam convictos de que, caso os Estados Unidos não dessem forma a essa nova época, outros o fariam, deixando de lado os interesses e os valores norte-americanos. Para os Estados Unidos, aquele seria um momento decisivo, no qual as escolhas que envolviam o Afeganistão e, acima de tudo, o Iraque teriam importantes implicações futuras (KAPLAN, L. & KRISTOL, W., 2003, p. 6).

Em posição semelhante à de Perle, Kaplan e Kristol inferiram que os europeus vinham se utilizando de uma capa de moralidade internacional, ao insistirem que os Estados Unidos estariam adiando o consenso na sociedade internacional. Para esses analistas políticos, a defesa europeia do papel das Nações Unidas nas relações internacionais refletiria a única forma de a Europa exercer alguma influência, como outrora. Os autores declararam que em lugar das queixas dirigidas às ações norte-americanas e dos investimentos em programas sociais, os europeus poderiam aumentar os seus orçamentos voltados para a defesa e buscar uma participação ativa na manutenção da estabilidade mundial (KAPLAN & KRISTOL, 2003, p. 176-177).

---

<sup>200</sup> “Given the inadequate military capabilities of the Europeans, the inability to use force morphs easily into an abhorrence of the use of force.” (PERLE, 2002).

Robert Kagan registrou, em 2002, o fato de ser muito difícil, para os norte-americanos, imaginar uma ordem internacional sem o poder dos Estados Unidos como peça central da engrenagem. Essa concepção teria raízes históricas profundas, mas seria sumariamente expressa por Madeleine Albright, ao referir-se aos Estados Unidos como “nação indispensável”.<sup>201</sup> Portanto, ao abordar a grande estratégia norte-americana, além da promoção de uma ordem internacional liberal, Kagan sugeriu incluir a expansão e a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos como um objetivo verdadeiramente importante (KAGAN, 2002, p. 136).

Sobre a Europa, ainda com Kagan:

Na importantíssima questão do poder, da eficácia do poder, da moralidade do poder, da vontade de poder, as perspectivas norte-americana e europeia divergem. A Europa está afastando-se do poder, ou, em outras palavras, está caminhando para além do poder, rumo a um mundo isolado repleto de leis, normas, negociações e cooperações internacionais. (KAGAN, 2003, p.7).

Sob a ótica de Kagan, durante a Guerra Fria os Estados Unidos consideravam o quanto suas ações afetariam a segurança da Europa. Em 2004, o país não precisava se preocupar tanto com essa questão. Por esse motivo, os europeus estariam preocupados com a amplitude do poder norte-americano e com a recuperação de algum controle sobre a forma pela qual este poder seria exercido. Habitados a desempenhar papel relevante na condução da política internacional, governos da Europa não estariam confortáveis assistindo ao protagonismo dos Estados Unidos e aos riscos inerentes a este protagonismo. Momento emblemático teria sido a Guerra do Kosovo, em 1999, quando os europeus, no próprio território europeu, teriam concedido o poder decisório na condução daquele conflito aos Estados Unidos, como já mencionado em capítulo anterior. Nas palavras de Kagan:

Independente de o presidente dos Estados Unidos ser George H. W. Bush, Bill Clinton ou George W. Bush, a nova estrutura internacional colocou os europeus na posição nada invejável de ter que confiar na

---

<sup>201</sup> Madeleine Albright, durante o governo do democrata Bill Clinton, foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Secretária de Estado dos Estados Unidos (1997-2000). Em entrevista ao NBC-TV, em 19 de fevereiro de 1998, Albright utilizou a expressão “nação indispensável” para defender a atuação dos Estados Unidos no Iraque. A transcrição da entrevista está disponível em: [https://www.fas.org/news/iraq/1998/02/19/98021907\\_tpo.html](https://www.fas.org/news/iraq/1998/02/19/98021907_tpo.html). Último acesso em: 17 fev. 2014.

única superpotência para julgar e agir com sabedoria. (KAGAN, 2004).<sup>202</sup>

Charles Krauthammer definiu o multilateralismo como uma forma de países fracos multiplicarem seu poder, considerando o fato de que juntos poderiam tornar-se mais fortes. Todavia, o autor advertiu que o multilateralismo imposto a grandes potências, particularmente a um poder unipolar, teria por objetivo restringir este poder. De acordo com o comentarista político, por essa razão a França seria forte defensora do multilateralismo (KRAUTHAMMER, 2004, p. 8).

Em junho de 2004, William Kristol assinalou que apesar de enfraquecido pelo mau desempenho da administração de George W. Bush na implementação de sua política externa, Washington estaria mais forte do que nunca, “pois continuava a fornecer a orientação básica mais plausível para o papel da América no mundo de hoje.” (KRISTOL, W., 2004, p.76).<sup>203</sup> Segundo o autor, ninguém defenderia de forma séria a possibilidade de lidar com as ameaças terroristas sem a liderança dos Estados Unidos, sem a força dos Estados Unidos e, em última instância, sem o poder militar norte-americano. O trabalho com ditadores locais teria dado lugar à mudança de regime com vistas à promoção da democracia liberal, especialmente no Oriente Médio.

Por fim, delimitando um pouco mais o contexto, Condoleezza Rice afirmou que depois do 11 de Setembro, além da vulnerabilidade exposta, já não restariam dúvidas quanto ao fato de que os Estados Unidos enfrentavam verdadeira ameaça à sua segurança. Essa ameaça seria maior do que aquelas experimentadas tanto na Guerra Civil quanto na Guerra Fria (RICE, 2004, p. 81).

Sob as lentes de Rice, a Estratégia Nacional de Segurança de 2002, ou NSS 2002, promovia (i) a defesa da paz, prevenindo a ameaça de terroristas e de regimes fora da lei; (ii) a preservação da paz, fomentando uma era de boas relações entre as grandes potências; (iii) a extensão da paz, buscando estender os benefícios da liberdade e da prosperidade pelo planeta (RICE, 2004, p. 82).

Às vésperas de assumir como secretária de Estado dos Estados Unidos, cargo que ocupou entre 2005 e 2008, Rice afirmou que:

---

<sup>202</sup> “Whether the U.S. president is George H.W. Bush, Bill Clinton, or George W. Bush, the new international structure has put Europeans in the unenviable position of having to trust the sole superpower to judge and act wisely.” (KAGAN, 2004).

<sup>203</sup> “Yet, [...] neoconservatism is today stronger than ever, for it continues to provide the most plausible basic guidance for America's role in today's world.” (KRISTOL, 2004, p. 76).

Na vida real, poder e valores são completamente casados. O poder importa para a condução das questões mundiais. Grandes potências [...] têm a capacidade de influenciar a vida de milhões e de mudar a história. E os valores das grandes potências também importam. Se a União Soviética tivesse vencido a Guerra Fria, o mundo seria hoje muito diferente – a Alemanha hoje poderia se assemelhar à velha República Democrática Alemã, ou a América Latina à Cuba. (RICE, 2004, p. 84).<sup>204</sup>

### 4.3 Analisando o Global Trends 2020

O Global Trends 2020, publicado em Dezembro de 2004 pelo National Intelligence Council – NIC, teve início com a apresentação de uma lista cujo conteúdo trazia algumas certezas relativas e algumas incertezas-chave, as quais seguem sob a forma de tabela.

<b>O Panorama Global para 2020</b>	
<b>Certezas relativas</b>	<b>Incetezas-chave</b>
A globalização, em grande parte irreversível, seria susceptível de se tornar menos ocidentalizada.	Se a globalização carregaria consigo economias atrasadas; com qual intensidade os países asiáticos definiriam as regras do jogo.
A economia mundial seria substancialmente maior.	A extensão das lacunas entre os que possuem e os que não possuem; o retrocesso causado pelas democracias frágeis; a gestão ou a contenção de crises financeiras.
O crescente número de empresas globais facilitaria a disseminação de novas tecnologias.	Em que medida a conectividade desafiaria governos.
A ascensão da Ásia e o advento de possíveis novas economias peso-médio.	Se ascensão da China / Índia ocorreria sem problemas.

<sup>204</sup> “In real life, power and values are married completely. Power matters in the conduct of world affairs. Great powers [...] have the ability to influence the lives of millions and change history. And the values of great powers matter as well. If the Soviet Union had won the Cold War, the world would look very different today - Germany today might look like the old German Democratic Republic, or Latin America like Cuba.” (RICE, 2004, p. 84).

O envelhecimento da população em potências estabelecidas.	A habilidade da União Europeia e do Japão para ajustar as forças de trabalho, os sistemas de assistência social, e a integração das populações migrantes; se a União Europeia se tornaria uma superpotência.
No subsolo, os suprimentos de energia seriam suficientes para atender à demanda global.	A instabilidade política em países produtores; interrupções de fornecimento.
O poder crescente de atores não estatais.	A vontade e a capacidade dos países e instituições internacionais para acomodar esses atores.
O Islã político continuaria a ser uma força poderosa.	O impacto da religiosidade sobre a unidade dos Estados e seu potencial para conflitos; o crescimento da ideologia jihadista.
A ampliação das capacidades de armas de destruição em massa de alguns Estados.	O aumento ou diminuição de potências nucleares; a capacidade dos terroristas para adquirir armas químicas, biológicas, radiológicas ou nucleares.
O arco de instabilidade abrangendo Oriente Médio, Ásia e África.	A precipitação de eventos que levariam à derrubada de regimes.
A pouca probabilidade de um conflito de grandes proporções transformar-se em guerra total.	A capacidade de gerenciar focos e competição por recursos.
Questões ambientais e éticas viriam ainda mais à tona.	Em que medida novas tecnologias criariam ou resolveriam dilemas éticos.
Os EUA permaneceriam o ator mais poderoso economicamente, tecnologicamente e militarmente.	Se outros países desafiarão mais abertamente Washington; se os EUA perderiam a dianteira na área de ciência e tecnologia.

**Fonte:** NIC. *Global Trends 2020: mapping the global future. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project. National Intelligence Council – NIC*, dez. 2004, p. 8. Disponível em: [http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends\\_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf](http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf). Último acesso em: 23 jan. 2014.

Diante do exposto, passamos à forma pela qual o documento elencou e tratou as tendências. A magnitude e a velocidade das mudanças geradas pela globalização figurariam como algumas das características que definiriam o mundo em 2020. Outras características importantes seriam: a ascensão de novas potências; novos

desafios à governança; e um sentimento mais generalizado de insegurança, considerando o terrorismo. Entretanto, as tendências mapeadas, ou seja, as perspectivas de aumento da prosperidade global e a limitada probabilidade de um grande conflito poderiam proporcionar um ambiente global favorável para lidar com os desafios assustadores. Nesse sentido: “O papel dos Estados Unidos seria uma variável importante na definição do mundo em 2020, influenciando o caminho que Estados e atores não estatais escolheriam seguir” (NIC, 2004, p. 9).<sup>205</sup>

Conforme mencionado, os cenários teriam se baseado nas tendências globais entre 2004 e 2020, a saber: (i) o impacto da globalização; (ii) os novos atores globais; (iii) os novos desafios para a governança; e (iv) a insegurança generalizada.

Seriam então as tendências acima indicadas as bases para os quatro cenários fictícios desenvolvidos pela equipe do GT 2020: (i) o mundo de Davos (perante o impacto da globalização); (ii) a *pax* americana (com novos atores globais); (iii) o novo califado (resultante dos novos desafios para a governança); e (iv) o ciclo do Medo (como consequência da insegurança generalizada). Segundo o GT 2020, esses quatro cenários ilustrariam apenas alguns dos possíveis futuros que se poderiam desenvolver entre 2004 e 2020. No mais, os cenários não seriam mutuamente excludentes, como já informado, considerando também que dois ou três destes cenários poderiam se desdobrar em alguma combinação ou em grande variedade de outros cenários (NIC, 2004, p. 16). Neste ponto, retomando o foco de nossa análise, seguimos com as tendências e seus desdobramentos no GT 2020.

Ao tratar o (i) impacto da globalização, o NIC registrou que no GT 2015, publicado em 2000, a globalização teria sido tratada como um fator dentro de um conjunto de fatores-chave. Já no GT 2020, publicado em 2004, a globalização ganharia *status* de megatendência, uma força tão onipresente que moldaria substancialmente todas as outras tendências importantes do mundo, em 2020 (NIC, 2004, p. 27).<sup>206</sup>

Como megatendência, a globalização sustentaria o crescimento econômico mundial, entre 2004 e 2020, elevando os padrões de vida do mundo e aprofundando

---

<sup>205</sup> “The role of the United States will be an important variable in how the world is shaped, influencing the path that states and nonstate actors choose to follow.” (NIC, 2004, p. 9).

<sup>206</sup> Nas palavras do GT 2020, a globalização é descrita como: “[...] a crescente interconexão refletida nos fluxos expandidos de informação, tecnologia, capital, bens, serviços e pessoas em todo o mundo.” No original: “[...] growing interconnectedness reflected in the expanded flows of information, technology, capital, goods, services, and people throughout the world.” (NIC, 2004, p. 27).

substancialmente a interdependência global. Entretanto, sacudiria profundamente o *status quo* em quase toda parte, gerando enormes convulsões econômicas, culturais e, conseqüentemente, políticas (NIC, 2004, p. 27).<sup>207</sup> Observa-se o recurso à tese da perversidade: apesar de seu aspecto positivo para a economia mundial, a contrapartida das transformações geradas pela globalização seriam enormes convulsões em todas as esferas de grande parte das sociedades.

Ainda que tratado como poderosa engrenagem, o processo de globalização, de acordo com o GT 2020, poderia sofrer substancial desaceleração, ou mesmo ser revertido, assim como ocorreria com o período da globalização no final do século XIX e início do século XX, o qual teria sido revertido pela Primeira Guerra Mundial e pela Grande Depressão (NIC, 2004, p. 27).<sup>208</sup> Além da presença da tese da ameaça — a globalização levando à perda de conquistas anteriores —, percebe-se notável influência do pensamento de Harold James (2002), como apresentado no início deste capítulo. Para o NIC, algumas questões associadas à globalização, especialmente na década de 1990, tais como a liberalização econômica e política, seriam complexas e dependeriam de negociações multilaterais, melhor governança nacional e redução de conflitos. No bloco das questões complexas estaria incluído o livre fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, mesmo diante da necessidade premente de trabalhadores migrantes (NIC, 2004, p. 27).

Os gigantes asiáticos poderiam usar o poder de seus mercados para definir os padrões da indústria, em vez de adotar os padrões gerados pelas nações ocidentais ou por organismos internacionais. Mudanças no regime de propriedade intelectual também estariam previstas (NIC, 2004, p. 28).

Como resultado das interações, o NIC apreenderia que a opinião pública é favorável aos benefícios materiais da globalização, ao mesmo tempo em se opõe à sua "americanização", percebida como ameaça aos seus valores culturais e

---

<sup>207</sup> "Through the next 15 years, it will sustain world economic growth, raise world living standards, and substantially deepen global interdependence. At the same time, it will profoundly shake up the status quo almost everywhere—generating enormous economic, cultural, and consequently political convulsions." (NIC, 2004, p. 27).

<sup>208</sup> "Yet the process of globalization, powerful as it is, could be substantially slowed or even reversed, just as the era of globalization in the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries was reversed by catastrophic war and global depression." (NIC, 2004, p. 27).

religiosos. “A fusão da globalização com os valores norte-americanos, por sua vez, alimentou o antiamericanismo em algumas partes do mundo.” (NIC, 2004, p. 29).<sup>209</sup>

Em 2020, os benefícios da globalização não seriam globais. Entre 2004 e 2020, cresceriam as lacunas entre os países beneficiados pela globalização econômica e os seus opostos (países ou bolsões internos). Em assim sendo, nesse período as contradições e as incertezas suscitadas pelo mundo globalizado seriam ainda mais acentuadas (NIC, 2004, p. 29).

Um sentimento generalizado de insegurança econômica e física poderia desacelerar o processo de globalização, levando governos a medidas voltadas para o fluxo de capitais, bens, pessoas e tecnologia, as quais estagnariam o crescimento econômico. Tal situação poderia decorrer de ataques terroristas aos Estados Unidos ou à Europa, ou dos difundidos ataques cibernéticos generalizados à tecnologia da informação (NIC, 2004, p. 30). Percebe-se clara menção aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e também ao ocorrido em Madrid, em março de 2004.<sup>210</sup> O argumento da equipe do GT 2015 sugere certa preocupação com as ações unilaterais do governo de George W. Bush, em relação aos ataques terroristas aos Estados Unidos, em 2001, e outras ações terroristas, como os ataques realizados na Espanha, em 2004. Registre-se, para efeito de nossa análise, uma assimetria entre a política externa do presidente Bush e o pensamento do National Intelligence Council - NIC. Cumpre lembrar que, na ocasião da publicação do NIC, o republicano George W. Bush era eleito para o seu segundo mandato consecutivo (2005-2008).

Segundo o NIC, algumas economias de países em desenvolvimento, como o Brasil e a Indonésia, poderiam superar as maiores economias europeias, até 2020 (NIC, 2004, p. 30-31). O relatório faz explícita referência ao estudo sobre os BRICS, publicado pela empresa Goldman Sachs, em 2003.<sup>211</sup> Todavia, ainda com o GT 2020, mesmo com todo crescimento previsto, as economias dos gigantes asiáticos e demais emergentes não seriam comparáveis qualitativamente às economias dos

---

<sup>209</sup> “The conflation of globalization with US values has in turn fueled anti-Americanism in some parts of the world.” (NIC, 2004, p. 29).

<sup>210</sup> Segundo a justiça espanhola, na manhã de 11 de Março de 2004, uma célula local da Al Qaeda perpetrou uma série de ataques à bomba a quatro composições da malha ferroviária de Madrid. As dez explosões ocorreram de forma quase simultânea, promovendo a morte de aproximadamente 200 pessoas e ferindo mais de 1500.

Cf.: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner & HERGT, Manfred. *Atlas histórico mundial II: de la Revolución Francesa a nuestros días*. 19. ed. Madrid: Ediciones Akal, 2006, p. 309.

<sup>211</sup> Mais detalhes em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>.

Último acesso em: 25 jan. 2014.

Estados Unidos e outros países ricos. A maior parte de suas populações seria constituída por trabalhadores rurais; suas reservas de capital seriam menos sofisticadas; e seus sistemas financeiros tenderiam a ser menos eficientes do que seus congêneres nos países ricos (NIC, 2004, p. 31).<sup>212</sup> É verificável o recurso à tese da futilidade: mesmo considerando notável o crescimento das economias emergentes, estas continuariam qualitativamente aquém das economias desenvolvidas. Importa refletir sobre os fatores determinantes, aparentemente arbitrários, para medir ou comparar a condição superior ou inferior de uma economia.

O GT 2020 advertiu que, historicamente, países em rápido desenvolvimento sofreram reveses repentinos. O México e vários países asiáticos na década de 1990 seriam exemplos dos efeitos negativos de abruptas reversões de capitais. De acordo com o NIC, a China e a Índia poderiam se deparar com problemas similares, considerando o risco, a cada dia maior, de uma turbulência econômica que pode espalhar-se e causar danos macros às relações internacionais (NIC, 2004, p. 31-32).<sup>213</sup> Ocorre a tese da perversidade: o rápido desenvolvimento, no lugar de crescimento, poderia gerar um revés repentino.

O padrão de vida de muitas pessoas dos países em desenvolvimento iria melhorar entre 2004 e 2020, mas a renda *per capita* na maioria destes países não seria comparável à renda *per capita* das nações ocidentais, em 2020 (NIC, 2004, p.33).<sup>214</sup> Incide a tese da futilidade: a comparar com a renda *per capita* dos países ocidentais, a melhora do padrão de vida nos países em desenvolvimento, até 2020, seria inexpressiva. E o GT 2020 completa: “Especialistas estimam que a China pode levar mais de 30 anos, após 2020, para a renda *per capita* atingir as *atuais* taxas das economias desenvolvidas.” (NIC, 2004, p. 33, grifo do autor).<sup>215</sup>

---

<sup>212</sup> “Even with all their dynamic growth, Asia’s “giants” and others are not likely to compare qualitatively to the economies of the US or even some of the other rich countries. They will have some dynamic, world-class sectors, but more of their populations will work on farms, their capital stocks will be less sophisticated, and their financial systems are likely to be less efficient than those of other wealthy countries.” (NIC, 2004, p. 31).

<sup>213</sup> “Fast-developing countries have historically suffered sudden setbacks, however, and economic turbulence is increasingly likely to spill over and upset broader international relations. Many emerging markets—such as Mexico in the mid-1990s and Asian countries in the late 1990s—suffered negative effects from the abrupt reversals of capital movements, and China and India may encounter similar problems.” (NIC, 2004, p.31-32)

<sup>214</sup> “Although the living standards of many people in developing and underdeveloped countries will rise over the next 15 years, per capita incomes in most countries will not compare to those of Western nations by 2020. (NIC, 2004, p. 33).

<sup>215</sup> “Experts estimate it could take China another 30 years beyond 2020 for per capita incomes to reach current rates in developed economies.” (NIC, 2004, p. 33).

Na Índia, o número de assalariados médios e os respectivos níveis de renda tenderiam a subir rapidamente, mas seus rendimentos continuariam substancialmente abaixo da média dos rendimentos nos Estados Unidos e outros países ricos, até 2020 (NIC, 2004, p. 33).<sup>216</sup> Percebe-se semelhança com a incidência anterior da tese da futilidade: para efeito de comparação com os rendimentos nos Estados Unidos e outros países ricos, o aumento dos rendimentos na Índia não faria diferença.

O NIC inferiu que alguns países do chamado mundo desenvolvido poderiam entender a emergência da China, Índia e outros países como evidência do próprio declínio.<sup>217</sup> Contudo, as potências do antigo Primeiro Mundo tenderiam a permanecer líderes mundiais em 2020. Os Estados Unidos também veriam sua posição de potência desgastada, mas permaneceriam, em 2020, o país mais importante em todas as dimensões de poder (NIC, 2004, p. 11).

Mesmo com potencial para avanços tecnológicos e dispersão de novas tecnologias entre 2004 e 2020, o que poderia ajudar a reduzir as desigualdades, permaneceriam significativas disparidades no bem-estar social entre países em desenvolvimento e países da OCDE. De acordo com as projeções do US Census Bureau, mais de 40 países, incluindo países africanos, da Ásia central e da Rússia, estariam com a expectativa de vida mais baixa em 2010 do que em 1990 (NIC, 2004, p. 37).<sup>218</sup> Verifica-se a tese da ameaça: a permanência das disparidades sacrificaria algo já conquistado, ou seja, determinada expectativa de vida seria diminuída. Vale ressaltar que a informação sobre a redução na expectativa de vida nos países indicados se torna frágil diante da superficialidade com que foi apresentada pelo GT 2020.

Por fim, no que diz respeito ao impacto da globalização, primeira tendência trabalhada pelo GT 2020, uma economia global em expansão faria crescer a

---

<sup>216</sup> *"In India [...] both the number of middle earners and their income levels are likely to rise rapidly, but their incomes will continue to be substantially below averages in the US and other rich countries even by 2020."* (NIC, 2004, p. 33).

<sup>217</sup> O NIC descreveu a globalização como: "crescente interconexão refletida nos fluxos expandidos de informação, tecnologia, capital, bens, serviços e pessoas em todo o mundo." (NIC, 2004, p. 10). No original: "[...] growing interconnectedness reflected in the expanded flows of information, technology, capital, goods, services, and people throughout the world [...]." (NIC, 2004, p. 10).

<sup>218</sup> *"Even with the potential for technological breakthroughs and the dispersion of new technologies, which could help reduce inequalities, significant social welfare disparities within the developing and between developing and OECD countries will remain until 2020. [...] by US Census Bureau projections, over 40 countries—including many African countries, Central Asian states, and Russia—are projected to have a lower life expectancy in 2010 than they did in 1990."* (NIC, 2004, p. 37).

demanda por muitas matérias-primas, como o petróleo. A energia total consumida aumentaria cerca de 50%, entre 2004 e 2020, a julgar pela expansão entre 1980 e 2000, com maior parcela para o petróleo. A maioria dos especialistas teria avaliado que, com investimento substancial em novas capacidades, as reservas de energia seriam suficientes para atender às demandas globais. Contudo, haveria riscos políticos ou econômicos em muitas áreas onde estariam localizados alguns países fornecedores relevantes para a ampliação da oferta, como os países da região do Mar Cáspio, da África Ocidental, e a Venezuela. Ademais, tradicionais fornecedores do Oriente Médio também estariam cada vez mais instáveis.

Assim, a concorrência mais acentuada impulsionada pela demanda por recursos, talvez acompanhada por uma grande ruptura do abastecimento de petróleo, está entre as principais incertezas. (NIC, 2004, p. 12).<sup>219</sup>

O impacto da globalização, ou seja, a primeira tendência analisada pelo NIC, levou à elaboração do primeiro cenário fictício. Intitulado Mundo de Davos, esse cenário forneceu uma ilustração do modo pelo qual o crescimento econômico robusto, liderado por China e Índia, entre 2004 e 2015, poderia reformular o processo de globalização, dando-lhe um rosto menos ocidental, e transformar o campo político. Os gigantes asiáticos, assim como outros Estados em desenvolvimento, seguiriam superando a maioria das economias ocidentais, e seus robustos mercados internos se tornariam o grande foco dos negócios globais e da tecnologia. As potências ocidentais, incluindo os Estados Unidos, enfrentariam a insegurança no mercado de trabalho, apesar dos muitos benefícios derivados de uma economia global em expansão. Ao concluir o cenário, a equipe do GT 2020 identificou a necessidade de maior gestão por parte das lideranças, para que a globalização “não saísse dos trilhos” (NIC, 2004, p. 40).<sup>220</sup> Nota-se o reforço do papel dos Estados Unidos nessa suposta gestão da globalização prevista pelo primeiro cenário do GT 2020.

Outra tendência selecionada pelo NIC foi a (ii) emergência de novos atores globais, como a China e a Índia, entre outros, transformando a paisagem geopolítica, com impactos potencialmente dramáticos. Uma combinação de alto crescimento

---

<sup>219</sup> “Thus sharper demand-driven competition for resources, perhaps accompanied by a major disruption of oil supplies, is among the key uncertainties.” (NIC, 2004, p. 12).

<sup>220</sup> “At the end of the scenario, we identify some lessons to be drawn from our fictional account, including the need for more management by leaders lest globalization slip off the rails.” (NIC, 2004, p. 40).

econômico sustentado, expansão das capacidades militares, e grandes populações estaria na raiz do aumento do poder econômico e político desses dois países.

Pela lógica do relatório, em virtude do tamanho das populações tanto da China quanto da Índia, o padrão de vida nestes países não precisaria atingir os níveis ocidentais para que eles se tornassem importantes potências econômicas. Além dos dois países em tela, economias de outros países em desenvolvimento, como o Brasil, poderiam superar os países europeus, com exceção dos maiores, até 2020.

Se de um lado, a ascensão da China e da Índia seria praticamente certeza; de outro lado, a forma pela qual se daria o exercício de seu poder no âmbito do sistema internacional representaria uma incerteza-chave. Esta foi a questão imposta pelo NIC: agiriam a China e a Índia de forma cooperativa ou competitiva em relação às outras potências? (NIC, 2004, p. 9).

Outras variações também seriam susceptíveis de moldar a nova paisagem da economia global. O possível crescimento econômico de Estados como Brasil, África do Sul, Indonésia e Rússia poderia reforçar o crescente papel da China e da Índia. Entretanto, isoladamente, os países mencionados, à exceção da China e da Índia, teriam impacto geopolítico limitado (NIC, 2004, p. 48).

A crescente demanda por energia viria a capitanear muitas dessas prováveis mudanças na paisagem geopolítica. Diante da necessidade de garantir o acesso às fontes de energia, a China e a Índia impulsionariam as economias supracitadas no sentido de uma presença mais global do que regional. Quanto à Europa e à Rússia, a codependência tenderia a ser reforçada (NIC, 2004, p. 48).

O desejo da China de se tornar uma grande potência no cenário mundial se refletiria em maior influência econômica sobre os países, e não apenas da região, bem como no fortalecimento de suas forças armadas. Japão, Taiwan e demais países do sudeste asiático poderiam buscar reforço entre si, e recorrer aos Estados Unidos para contrabalançar a crescente influência da China (NIC, 2004, p. 48-49).

Com o desenvolvimento e a aquisição de armas modernas, incluindo aviões de combate avançados, submarinos sofisticados, e um número cada vez maior de mísseis balísticos, a China ultrapassaria a Rússia. Seria registrado o segundo maior gasto com defesa, depois dos Estados Unidos, entre 2004 e 2020. Em assim sendo,

a China se tornaria, ao longo desse período, uma potência militar de primeira grandeza (NIC, 2004, p. 49).

Percebe-se que os Estados Unidos se preocuparam em marcar o fato de que os gastos chineses com defesa seriam inferiores aos norte-americanos, independentemente do valor. Essa colocação sugere que os gastos norte-americanos com defesa parecem condicionados aos chineses, e não ao orçamento do país. À reflexão incluímos o posicionamento dos Estados Unidos, o qual se coloca junto aos que contrabalançariam o peso do poder da China, ou seja, um posicionamento de oposição e *contrapoder*.

De acordo com o GT 2020:

Os Estados Unidos e a China têm fortes motivações para evitar o confronto, mas o crescente nacionalismo na China e temores nos EUA da China como um competidor estratégico emergente poderiam alimentar uma relação cada vez mais antagônica. Relação do Japão com os EUA e a China será moldada pela ascensão da China e natureza de qualquer acordo sobre a península coreana e sobre Taiwan (NIC, 2004, p. 55).<sup>221</sup>

A ascensão da Índia também traria questões estratégicas para a região, incluindo países do Oriente Médio. Assim como a China, a Índia poderia experimentar a volatilidade política e econômica em virtude da pressão sobre recursos energéticos e hídricos, à medida que se modernizasse. A Índia enfrentaria um dilema que envolveria a relação entre o aumento de sua população e a crescente poluição da água tanto da superfície quanto subterrânea (NIC, 2004, p. 50-51).

Especialistas teriam reconhecido que o Brasil é um Estado fundamental, com democracia vibrante, economia diversificada, população empreendedora, grande patrimônio nacional, e sólidas instituições econômicas. O sucesso ou o fracasso do Brasil em equilibrar medidas pró-crescimento econômico e agenda social ambiciosa de redução da pobreza e da desigualdade de renda — teriam impacto profundo no desempenho econômico regional e na governança, entre 2004 e 2020. Sob a ótica do GT 2020, atrair investimento estrangeiro direto e impulsionar a estabilidade regional e a integração equitativa, incluindo comércio e infraestrutura, provavelmente

---

<sup>221</sup> “The United States and China have strong incentives to avoid confrontation, but rising nationalism in China and fears in the US of China as an emerging strategic competitor could fuel an increasingly antagonistic relationship. Japan’s relationship with the US and China will be shaped by China’s rise and the nature of any settlement on the Korean Peninsula and over Taiwan.” (NIC, 2004, p. 55).

permaneceriam os axiomas da política externa brasileira. O Brasil seria um parceiro natural tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa, e considerando-se a ascensão da China e da Índia, teria o potencial de alavancar seu papel de exportador de petróleo (NIC, 2004, p. 54). Cumpre lembrar que indícios de petróleo na camada pré-sal somente foram anunciados pela Petrobras em 2006.

A Indonésia também teria sido relacionada entre as grandes economias ascendentes entre 2004 e 2020, de acordo com o NIC. Essa ascensão se refletiria em um ambiente positivo para investimento, incluindo a proteção aos direitos de propriedade intelectual. Entretanto, por ser o país um amálgama de diferentes grupos étnicos e religiosos, apesar da existência de uma identidade indonésia, o governo ainda seria assolado por insistentes movimentos separatistas (NIC, 2004, p. 54).

A Rússia teria potencial para ampliar seu papel na cena internacional, em virtude de sua posição de Estado exportador de petróleo e gás. No entanto, o país estaria enfrentando grave crise demográfica, resultante da baixa taxa de natalidade, além dos problemas com a área de saúde, agravados por uma situação potencialmente explosiva em consequência da AIDS. A trajetória da Rússia, ou seja, o afastamento do pluralismo e a aproximação do autoritarismo burocrático, segundo o NIC, diminuiriam as chances de investimento estrangeiro para além do setor de energia, limitando as perspectivas de diversificação da sua economia. Ademais, as repúblicas autônomas do Norte do Cáucaso correriam risco de declínio, permanecendo uma fonte de tensão e de conflito endêmico. Ainda assim, seria provável que Moscou se tornasse ou um parceiro importante, ou uma preocupação, tanto para os poderes estabelecidos, Estados Unidos e Europa quanto para as potências emergentes, como a China e a Índia (NIC, 2004, p. 54).

A África do Sul continuaria a ser desafiada pela AIDS, pela criminalidade generalizada e pela pobreza. Apesar de sua economia promissora, o NIC não se convenceu de que esse país seria relevante para além do Sul da África ou poderia estabelecer relações mais estreitas com poderes emergentes em outros continentes (NIC, 2004, p. 56).

A emergência desses e de outros novos atores importantes no sistema internacional, como a Indonésia, teria o potencial de tornar obsoletas as velhas categorias Oriente/Ocidente; Norte/Sul; alinhados/não alinhados; desenvolvidos/em

desenvolvimento. Tradicionais agrupamentos geográficos cada vez mais perderiam importância nas relações internacionais. A competição por lealdades seria mais aberta, menos rígida do que no passado (NIC, 2004, p. 10).

Quanto à Europa, o GT 2020 ressaltou que as forças militares do continente teriam pouca capacidade de projeção de poder, mas sua presença poderia estar fortemente ancorada no fornecimento de um modelo de governança global e regional para as potências emergentes, baseado em particular no compromisso destas últimas com o multilateralismo, caso procurassem uma alternativa “ocidental” à forte dependência nos Estados Unidos. Para o NIC, uma aliança entre a União Europeia e a China, embora improvável, não mais seria impensável (NIC, 2004, p. 56).

Ao abordar outro tema estratégico, como os recursos energéticos, o GT 2020 afirmou que crescentes demandas por energia, especialmente por parte das potências emergentes, até 2020 teriam impactos significativos sobre as relações geopolíticas. O fator mais importante a afetar a demanda por energia seria o crescimento econômico global, em especial o crescimento econômico da China e da Índia (NIC, 2004, p. 59).

A Agência Internacional de Energia – IEA teria avaliado que, com substancial investimento em novas capacidades, o fornecimento de energia seria suficiente para atender à crescente demanda global (NIC, 2004, p. 59). Sob a ótica do NIC, o acesso limitado das empresas internacionais de petróleo a grandes domínios seria uma forma de conter esse investimento. “Assim, o aumento da concorrência orientada pela demanda por recursos, talvez acompanhada por uma grande ruptura do fornecimento de petróleo, está entre as incertezas-chave.” (NIC, 2004, p. 62).<sup>222</sup>

Pelo fato de China e Índia não possuírem suficientes recursos energéticos domésticos, teriam de garantir o acesso contínuo de fornecedores externos, transformando a necessidade de energia em importante variável na formação de suas políticas externa e de defesa, incluindo a expansão do poder naval. No caso da China, haveria preocupação acerca da vulnerabilidade do país diante da pressão dos Estados Unidos, a qual as autoridades chinesas traduziriam como uma política de energia agressiva que poderia ser usada contra Pequim (NIC, 2004, p. 62).

---

<sup>222</sup> “Thus sharper demand-driven competition for resources, perhaps accompanied by a major disruption of oil supplies, is among the key uncertainties.” (NIC, 2004, p. 62).

O GT 2020 dedicou um espaço para analisar a duração do que chamou de “unipolaridade dos Estados Unidos”. Nas palavras do documento:

Um mundo com uma única superpotência é uma singularidade nos tempos modernos. Apesar do aumento do antiamericanismo, a maioria das grandes potências de hoje acredita que contramedidas como a balança de poderes não são propensas a funcionar em uma situação na qual os EUA controlam tantas esferas do poder. Além disso, as políticas dos EUA não são percebidas como suficientemente ameaçadoras para justificar tal medida. (NIC, 2004, p. 63).<sup>223</sup>

Ainda de acordo com o NIC, para um número crescente de pessoas por todo o mundo, especialmente no Oriente Médio e no mundo muçulmano em geral, os Estados Unidos estariam empenhados na dominação regional ou na dominação política e econômica direta de outros Estados e seus recursos. A crescente desconfiança poderia levar governos a abordagens mais hostis, incluindo resistência em apoiar os interesses dos Estados Unidos em fóruns multinacionais, e desenvolvimento de capacidades militares assimétricas como barreira contra a ação norte-americana (NIC, 2004, p. 63). Todavia, o GT 2020 alegou que:

Há poucas teorias políticas relevantes indicando como os Estados estão aptos a lidar com a situação na qual os Estados Unidos continuam a ser o mais poderoso ator econômico, militar e tecnológico (NIC, 2004, p. 63).<sup>224</sup>

A análise da emergência de novos atores globais, segunda tendência do GT 2020, teria levado à construção do segundo cenário, o qual recebeu o nome de *Pax Americana*. Nesse caso, o cenário ponderou sobre a forma pela qual a predominância dos Estados Unidos poderia sobreviver às mudanças radicais no cenário político global, com Washington se mantendo no papel de pivô da política internacional. O documento sugeriu que o país teria de se esforçar para afirmar sua liderança em um mundo cada vez mais diverso, complexo e em ritmo acelerado (NIC, 2004, p. 64). Como conclusão, coalisões concorrentes se enfrentariam por questões morais e éticas. A liderança dos Estados Unidos dependeria de destreza

---

<sup>223</sup> “A world with a single superpower is unique in modern times. Despite the rise in anti-Americanism, most major powers today believe countermeasures such as balancing are not likely to work in a situation in which the US controls so many of the levers of power. Moreover, US policies are not perceived as sufficiently threatening to warrant such a step.” (NIC, 2004, p. 63).

<sup>224</sup> “There are few policy-relevant theories to indicate how states are likely to deal with a situation in which the US continues to be the single most powerful actor economically, militarily, and technologically.” (NIC, 2004, p. 63).

para atingir consenso. Acrescente-se o fato de que a arquitetura internacional não seria projetada para a “repartição do ônus da segurança”. Segundo o NIC, à exceção da OTAN, dominada pelos Estados Unidos, nenhuma outra organização regional parece estar operacional (NIC, 2004, p. 71). Assim como no primeiro cenário, no Mundo de Davos, o argumento do NIC conduz à percepção de que o papel dos Estados Unidos é central e inexorável para o bom funcionamento da política internacional, até o ano de 2020.

A terceira tendência explorada pelo NIC aprofundou os (iii) novos desafios para a governança. Sobre esse tema, o GT 2020 registrou o fato de que o Estado-nação continuaria como unidade dominante no sistema internacional. Entretanto, tanto a globalização econômica quanto a disseminação das tecnologias, em especial as tecnologias de informação, viriam a pressionar os governos. A crescente conectividade seria acompanhada da proliferação de comunidades virtuais de interesse, comprometendo a capacidade dos Estados de governar (NIC, 2004, p. 12).

Parte da pressão sobre os governos viria de novas formas de identidade política centradas em convicções religiosas. De acordo com o GT 2020: “Nos próximos 15 anos, a identidade religiosa é provável que se torne um fator cada vez mais importante na forma como as pessoas se definem.” (NIC, 2004, p. 79).<sup>225</sup> Em um mundo de mobilidade populacional cada vez maior, identidades religiosas cooptariam seguidores em comunidades, e estas serviriam como redes de segurança social em momentos de necessidade, particularmente importantes para os migrantes. O Islã político, em especial, teria impacto global significativo até 2020, reunindo diferentes grupos étnicos e nacionais, criando talvez uma autoridade supranacional. A combinação de fatores como bolsões jovens em muitos Estados árabes; pífias perspectivas econômicas; influência da educação religiosa; e a islamização de instituições (sindicatos, organizações não governamentais, partidos políticos, etc.) garantiriam a força do Islã político (NIC, 2004, p. 13).

Muitos adeptos religiosos – como os nacionalistas hindus, cristãos evangélicos na América Latina, judeus fundamentalistas em Israel, ou muçulmanos radicais - estão se tornando "**ativistas**." Eles têm uma visão de mundo que defende a mudança da sociedade, uma tendência a fazer nítidas distinções maniqueístas entre o bem e o

---

<sup>225</sup> “Over the next 15 years, religious identity is likely to become an increasingly important factor in how people define themselves.” (NIC, 2004, p. 79).

mal, e um princípio de crença religiosa que liga os conflitos locais a uma luta maior. (NIC, 2004, p. 79, grifo do autor).<sup>226</sup>

Regimes autoritários teriam de enfrentar novas pressões no sentido da democratização. Todavia, novas democracias frágeis poderiam falhar quanto à capacidade de adaptação para sobreviver e se desenvolver. As lideranças chinesas enfrentariam um dilema diante das pressões para relaxar o controle político, do contrário poderiam sofrer uma reação popular (NIC, 2004, p. 13).

O GT 2020 argumentou que o desenvolvimento político da Rússia, desde o fim do comunismo, estaria comprometido pela contínua busca por uma identidade nacional pós-soviética. O presidente Vladimir Putin apelaria cada vez mais ao nacionalismo russo e, ocasionalmente, à xenofobia para definir a identidade russa (NIC, 2004, p. 74).

Na América Latina, o relatório registrou crescente identificação das populações com a cultura indígena, bem como rejeição à globalização, entendida como força homogeneizadora imposta pelos Estados Unidos, assentada sobre o modelo econômico neoliberal, e responsável por corroer as culturas originais da região. Os frutos da globalização, desigualmente distribuídos, seriam consequência da exploração do trabalho e do meio-ambiente (NIC, 2004, p. 78).

Sobre a mudança climática e suas implicações, o GT 2020 advertiu quanto à possibilidade de que eventos relacionados ao clima fossem, corretamente ou não, relacionados ao aquecimento global. Tais eventos poderiam se desdobrar em apelos para que os Estados Unidos, maior produtor de gases de efeito estufa, tomassem medidas drásticas para reduzir seu consumo de combustíveis fósseis.

Dentre os vários obstáculos para a ação multilateral voltada para a questão do clima destacam-se a resistência de países da Opep dependentes das receitas dos combustíveis fósseis; a visão do mundo em desenvolvimento, segundo a qual a mudança climática seria um problema criado pelo mundo industrial, o qual não poderia ser resolvido por estes países, dadas as suas limitações econômicas; e a necessidade de inovação tecnológica significativa para maximizar a eficiência da energia (NIC, 2004, p. 76). Aqui chamamos a atenção para o recurso ao argumento

---

<sup>226</sup> *“Many religious adherents—whether Hindu nationalists, Christian evangelicals in Latin America, Jewish fundamentalists in Israel, or Muslim radicals—are becoming “activists.” They have a worldview that advocates change of society, a tendency toward making sharp Manichaeian distinctions between good and evil, and a religious belief system that connects local conflicts to a larger struggle.”* (NIC, 2004, p. 79).

que justificaria a liderança norte-americana também diante da questão climática, conforme citação abaixo.

Entre os motivos para o otimismo, os participantes observaram que o mundo está pronto e ansioso para a liderança dos EUA e que novas instituições multilaterais não são necessárias para resolver esse problema. De fato, a elaboração de uma política para limitar as emissões de carbono seria simplificada pelo fato de que três entidades políticas - Estados Unidos, União Europeia e China – respondem por mais da metade de todo o CO<sup>2</sup> emitido na atmosfera. Um acordo que incluísse esses três atores, mais a Federação Russa, Japão, e Índia iria cobrir dois terços de todas as emissões de carbono. (NIC, 2004, p. 76).<sup>227</sup>

Do conjunto de reflexões sobre os novos desafios para a governança — a terceira tendência trabalhada pelo GT 2020 —, surgiu o Novo Califado, terceiro cenário elaborado no relatório.

Esse cenário proporcionou um panorama fundamentado em certa dinâmica global alimentada por uma política radical de identidade religiosa, a qual poderia constituir um desafio às normas e valores ocidentais, entendidos como base do funcionamento do sistema internacional (NIC, 2004, p. 16).

A título de conclusão ou, dito de outra forma, de “lições aprendidas”, o NIC alegou que um califado não precisaria ser inteiramente bem-sucedido para significar sério desafio à ordem internacional. E completou a instituição: um califado não diminuiria a probabilidade de terrorismo. Caso esse modelo de governo fomentasse conflitos, esta situação levaria a uma nova geração de terroristas, dispostos a atacar a oposição ao regime. (NIC, 2004, p. 91).

Ao expor a (iv) insegurança generalizada, quarta tendência global escolhida para analisar o mundo entre 2004 e 2020, o NIC verificou que mesmo se a maior parte do mundo ficasse mais rica, a globalização sacudiria profundamente o *status quo*, gerando enormes convulsões econômicas, culturais e, conseqüentemente, políticas (NIC, 2004, p. 14).<sup>228</sup> Percebe-se a ocorrência da tese da perversidade:

---

<sup>227</sup> “Among reasons for optimism, participants noted that the world is ready and eager for US leadership and that new multilateral institutions are not needed to address this issue. Indeed, crafting a policy to limit carbon emissions would be simplified by the fact that three political entities—the United States, the European Union, and China—account for over half of all CO<sub>2</sub> emitted into the atmosphere. An agreement that included these three plus the Russian Federation, Japan, and India would cover two-thirds of all carbon emissions.” (NIC, 2004, p. 76)

<sup>228</sup> “Even as most of the world gets richer, globalization will profoundly shake up the status quo—generating enormous economic, cultural, and consequently political convulsions.” (NIC, 2004, p. 14).

mesmo com a prosperidade de praticamente todo o mundo, panorama que poderia ser pensado como fator estabilizador do sistema internacional, a consequência seria a ocorrência de convulsões em praticamente todas as esferas sociais, abalando o *status quo*.

A insegurança generalizada apresentaria uma face tanto concreta quanto psicológica. Os aspectos psicológicos incluiriam preocupações que girariam em torno das migrações, como o acolhimento de imigrantes, e da insegurança do mercado de trabalho (NIC, 2004, p. 93).

O GT 2020 apontou o cenário em que, com a integração gradual da China, da Índia e de outros países emergentes na economia global, centenas de milhões de adultos com idade para trabalhar iriam se disponibilizar, conformando um mercado de trabalho cada vez mais integrado. Essa transição não seria indolor, atingindo em particular as classes médias do mundo desenvolvido, trazendo maior dinâmica na rotatividade de pessoal e maior necessidade de atualização profissional (NIC, 2004, p. 14).<sup>229</sup> Incorre a tese da ameaça: essa transição prevista para o mercado de trabalho colocaria em risco a posição de uma classe média estabelecida, em outras palavras, de importante parcela da população dos países desenvolvidos.

A probabilidade de conflito envolvendo uma grande potência se transformar em guerra mundial, entre 2004 e 2020, seria menor do que em qualquer momento do século XX. A crescente dependência das redes financeiras e comerciais globais ajudaria a deter conflitos interestaduais, mas não eliminaria esta possibilidade. Verificamos mais uma vez o peso da teoria da interdependência complexa de Joseph Nye, como já demonstrado anteriormente. Entretanto, o GT 2020 também afirmou que Estados detentores de armas nucleares continuariam a incrementar a capacidade de suas forças de dissuasão, e dificilmente deixariam de lado o investimento no sentido de melhorar a confiabilidade, a precisão, a letalidade e os sistemas de distribuição. A demonstração aberta de capacidades nucleares por parte de qualquer Estado desacreditaria ainda mais o regime de não proliferação, causando possível mudança no equilíbrio de poder, e aumentando o risco de conflitos tornarem-se nucleares (NIC, 2004, p. 15). Países sem armas nucleares, notadamente no Oriente Médio e no Nordeste da Ásia, poderiam decidir pela

---

<sup>229</sup> "The transition will not be painless and will hit the middle classes of the developed world in particular, bringing more rapid job turnover and requiring professional retooling." (NIC, 2004, p. 14).

aquisição destas, na medida em que Estados vizinhos ou inimigos regionais as possuíssem (NIC, 2004, p. 100). Em paralelo a essas possibilidades, o GT 2020 assinalou que:

A ausência de mecanismos eficazes de resolução de conflitos em algumas regiões, o aumento do nacionalismo em alguns Estados, e as emoções brutas em ambos os lados acerca de questões fundamentais aumentam as chances de erro de cálculo. (NIC, 2004, p. 98).<sup>230</sup>

Os principais fatores responsáveis pelo terrorismo internacional não mostrariam sinais de diminuição, entre 2004 e 2020. “A antiglobalização e a oposição às políticas dos Estados Unidos poderiam cimentar um corpo maior de simpatizantes terroristas, financiadores e colaboradores.” (NIC, 2004, p. 94).<sup>231</sup>

O forte interesse terrorista na aquisição de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares aumentaria o risco de um grande ataque terrorista, com envolvimento de armas de destruição maciça (NIC, 2004, p. 16). A equipe do GT 2020 avaliou que a maioria dos grupos terroristas internacionais continuaria a se identificar com o Islã radical (NIC, 2004, p. 93).

O renascimento de uma identidade muçulmana responsável pela disseminação de ideologias radicais seria acompanhado por certa solidariedade entre os muçulmanos envolvidos em lutas separatistas, em nível nacional ou regional (Palestina, Chechênia, Iraque, etc.), e teria surgido em resposta à repressão governamental, à corrupção e à ineficácia. “A alienação entre os jovens desempregados aumentará as fileiras dos vulneráveis ao recrutamento terrorista.” (NIC, 2004, p. 93).<sup>232</sup>

Quanto à crise das instituições internacionais, como a ONU, por exemplo, o GT 2020 advertiu para a necessidade, sob o risco de obsolescência, de incluir as potências emergentes. Outro tema inquietante seria a construção de consenso global a respeito de como e quando intervir. De acordo com o relatório:

Muitos Estados, especialmente as potências emergentes, continuam a se preocupar com a criação de precedentes para intervenção

---

<sup>230</sup> “The absence of effective conflict resolution mechanisms in some regions, the rise of nationalism in some states, and the raw emotions on both sides of key issues increase the chances for miscalculation.” (NIC, 2004, p. 98).

<sup>231</sup> “Anti-globalization and opposition to US policies could cement a greater body of terrorist sympathizers, financiers, and collaborators.” (NIC, 2004, p. 94).

<sup>232</sup> “Alienation among unemployed youths will swell the ranks of those vulnerable to terrorist recruitment.” (NIC, 2004, p. 93).

externa, os quais podem ser usados contra eles. No entanto, a maioria dos problemas, tais como estados débeis, apenas pode ser tratada de forma eficaz a partir do reconhecimento precoce e medidas preventivas. (NIC, 2004, p. 102).<sup>233</sup>

No final da década de 1990, o GT 2020 registrou maior aceitação global quanto ao princípio das intervenções humanitárias. Essa aceitação teria fornecido suporte às bases da "guerra justa", defendida desde a fundação da ONU, antes mesmo que à comunidade internacional fosse conferido o "dever de intervir" contra a violação dos direitos humanos. Esse princípio, por fazer parte do conjunto das intervenções externas, continuaria a ser vigorosamente contestado por países atentos ao prejuízo para o princípio da soberania nacional (NIC, 2004, p. 103).

A tentativa de estabelecer normas, por parte dos Estados Unidos, já seria problema em si e, provavelmente, atrapalharia os esforços da comunidade mundial para chegar a algum acordo sobre novo conjunto de regras. Nesse sentido, a ação de conter e limitar a escalada e a brutalidade de conflitos ficaria comprometida pela ausência de regras claras (NIC, 2004, p. 103). De acordo com O GT 2020, os esforços da comunidade internacional para prevenir a erupção e garantir que conflitos não se tornassem prelúdio de outros conflitos permaneceriam ilusórios. Um dos motivos residiria na noção de construção da nação (*nation-building*) — na melhor das hipóteses, um conceito imperfeito, ainda mais com a crescente importância das identidades culturais, étnicas e religiosas (NIC, 2004, p. 104).<sup>234</sup> Incide a tese da futilidade: os esforços para prevenir conflitos seriam inúteis diante das questões identitárias. Percebe-se nova lógica, indicativa de quão necessária e benéfica poderia ser a condução dos Estados Unidos no sentido da criação de um conjunto de regras internacionais de contenção dos conflitos.

A insegurança generalizada, quarta tendência estudada pelo NIC, gerou o quarto cenário chamado de Ciclo do Medo. Este seria um mundo em que as preocupações com a proliferação de armas teriam aumentado a ponto de desencadear medidas de segurança intrusivas, de larga escala, com o objetivo de

---

<sup>233</sup> "Many states, especially the emerging powers, continue to worry about setting precedents for outside intervention that can be used against them. Nevertheless, most problems, such as failing states, can only be effectively dealt with through early recognition and preventive measures." (NIC, 2004, p. 102).

<sup>234</sup> "[...] the international community's efforts to prevent outbreaks and ensure that conflicts are not a prelude to new ones could remain elusive. Nation-building is at best an imperfect concept, but more so with the growing importance of cultural, ethnic, and religious identities." (NIC, 2004, p. 104).

prevenir ocorrências de ataques letais. Diante desse cenário, o NIC informou que a verdadeira vítima seria a globalização (NIC, 2004, p. 104).

De forma geral, as implicações das quatro tendências analisadas para a política, segundo o NIC, dariam aos Estados Unidos papel decisivo para efeito do ordenamento internacional, em 2020. Washington seria cada vez mais confrontado ao desafio de gerenciar, “a um custo aceitável”, as relações com a Europa, a Ásia, o Oriente Médio, e outros, na ausência de ameaça única e abrangente sobre a qual construir o consenso.<sup>235</sup> Apesar dos desafios, em 2020 os Estados Unidos manteriam enormes vantagens, desempenhando papel central no trato das mais variadas questões — econômicas, tecnológicas, políticas e militares —, sem que nenhum outro Estado lhe fosse equivalente (NIC, 2004, p. 17).

A economia dos Estados Unidos se tornaria mais vulnerável a flutuações, à medida que as redes comerciais globais se aprofundassem. A dependência norte-americana do petróleo estrangeiro também tornaria o país mais vulnerável, caso crescesse a competição pelo acesso seguro ao recurso, e aumentassem os riscos de interrupções no fornecimento.

Ainda que nenhum Estado pudesse rivalizar com poder militar norte-americano, em 2020 cada vez mais países estariam em posição de fazer os Estados Unidos pagarem preço muito alto por qualquer ação militar. A posse de armas químicas, biológicas e/ou armas nucleares pelo Irã e pela Coreia do Norte e a possível aquisição de semelhantes armas por outros atores também aumentariam o custo potencial de qualquer ação militar por parte dos Estados Unidos contra estes países ou seus aliados (NIC, 2004, p. 17).

De acordo com o GT 2020, mesmo que o número de extremistas diminuísse, provavelmente a ameaça terrorista permaneceria (NIC, 2004, p. 18).<sup>236</sup> Ocorre a tese da futilidade: diminuir o número de extremistas seria inútil para efeito da ameaça terrorista.

Apesar dos prováveis avanços tecnológicos, os quais tornariam mais fácil controlar e detectar as ações terroristas, o agressor teria mais facilidade em atingir

---

<sup>235</sup> “The role of the United States will be an important shaper of the international order in 2020. Washington may be increasingly confronted with the challenge of managing—at an acceptable cost to itself—relations with Europe, Asia, the Middle East, and others absent a single overarching threat on which to build consensus.” (NIC, 2004, p. 17).

<sup>236</sup> “Even if the numbers of extremists dwindle, however, the terrorist threat is likely to remain.” (NIC, 2004, p. 18).

seus objetivos do que a outra parte envolvida, uma vez que esta última deveria se preparar contra grande variedade de possibilidades (NIC, 2004, p. 18).<sup>237</sup> Mais uma incidência da tese da futilidade: não adiantaria estar preparado para as ações terroristas, o agressor estaria sempre em vantagem. Um olhar mais cuidadoso sobre o argumento permite perceber uma crítica à noção de guerra preventiva anunciada pela NSS 2002.

Os Estados Unidos provavelmente continuariam a ser chamados para ajudar a gerir conflitos, a exemplo das questões envolvendo a Palestina, a Coreia do Norte, o Taiwan e a Caxemira. O objetivo seria garantir que os envolvidos não extrapolassem, caso um acordo de paz não pudesse ser alcançado. No entanto, as tendências analisadas no estudo em tela indicariam a possibilidade de aproveitar o poder dos novos jogadores em forma de contribuição para a segurança global e o alívio de parte do “fardo” dos EUA.<sup>238</sup>

Entre 2004 e 2020, a crescente centralidade de questões éticas, antigas e novas, teria o potencial de dividir a opinião pública em todo o mundo, e desafiar a liderança dos Estados Unidos. Este, por sua vez, deveria, cada vez mais, enfrentar a opinião pública mundial, a qual teria mudado drasticamente desde o fim da Guerra Fria. Ainda que o antiamericanismo tendesse a diminuir à medida que a globalização assumisse um rosto menos ocidental, a nova geração de líderes, diferentemente do ocorrido no período pós-Segunda Guerra Mundial, não teria nenhuma recordação particular dos Estados Unidos como seu “libertador”, sendo mais provável a divergência com o pensamento de Washington em uma série de questões (NIC, 2004, p. 18).<sup>239</sup>

Sobre a relação com a Europa, o NIC registrou a probabilidade de uma contenda, entre 2004 e 2020. Parte da equipe do GT 2020 teria afirmado que um colapso da parceria Estados Unidos – União Europeia ocorreria como parte do

---

<sup>237</sup> “Despite likely high-tech breakthroughs that will make it easier to track and detect terrorists at work, the attacker will have an easier job than the defender because the defender must prepare against a large array of possibilities.” (NIC, 2004, p. 18).

<sup>238</sup> *The United States probably will continue to be called on to help manage such conflicts as Palestine, North Korea, Taiwan, and Kashmir to ensure they do not get out of hand if a peace settlement cannot be reached. However, the scenarios and trends we analyze in the paper suggest the possibility of harnessing the power of the new players in contributing to global security and relieving the US of some of the burden.* (NIC, 2004, p. 18).

<sup>239</sup> “Some of the current anti-Americanism is likely to lessen as globalization takes on more of a non-Western face. At the same time, the younger generation of leaders—unlike during the post-World War II period—has no personal recollection of the United States as its “liberator” and is more likely to diverge with Washington’s thinking on a range of issues.” (NIC, 2004, p. 18).

colapso do sistema internacional. Sob a lógica dessa parte da equipe, a qual teria previsto o ruído na parceria entre os dois aliados em tela, uma mudança de foco dos Estados Unidos para a Ásia seria um dos fatores a levar a relação com a União Europeia ao ponto de ruptura (NIC, 2004, p. 115).

Muitas são as possibilidades de análise geradas pelo GT 2020. A título de reflexão, o que se sugere, após a apreciação do documento, é a marca de um governo polarizado, a ponto de uma instituição como o Conselho Nacional de Inteligência, a qual deveria estar indiscutivelmente alinhada com a política neoconservadora implementada pelo chefe do executivo do país, municiando-o de informações valiosas, mostrar-se notadamente voltada para outras vertentes do pensamento norte-americano. Ao longo da leitura do GT 2020, publicado em dezembro de 2004, raras não foram as vezes em que parecia não ter ocorrido o 11 de Setembro, seguido das invasões ao Afeganistão, em 2001, e ao Iraque, em 2003, ou seja, da implementação da Guerra ao Terror sistematizada na NSS 2002. Se há alguma preocupação com as duas guerras em curso, esta preocupação parece circunscrita aos caminhos da globalização, denunciando o imperativo econômico do projeto de manutenção da hegemonia dos Estados Unidos. Vale lembrar que as relações internacionais capitaneadas pelo discurso norte-americano, amplamente respaldado nas forças militares, experimentavam forte desgaste e opinião pública desfavorável. Nesse sentido, importa ressaltar que nossa análise pareceu deparar com um Conselho Nacional de Inteligência, ou melhor dizendo, com uma equipe deste Conselho absorvida por outras questões que não reproduziam o pensamento neoconservador, em princípio dominante em todas as esferas da administração Bush. Entretanto, ocorre mais uma vez, na consideração dos demais documentos analisados, forte preocupação com a manutenção da hegemonia norte-americana por parte dos que aqui foram trazidos a contribuir com nossa análise. Como mencionado, o recurso às teses reacionárias edificadas por Albert O. Hirschman se concentra, notada e abundantemente, na parte do texto destinado à globalização e à economia mundial. Em assim sendo, o que se pode inferir, no limite da documentação do NIC, a título de sugestão, é que a liderança dos Estados Unidos não se mostra aqui pensada com base no poder militar, na capacidade de travar mais de uma guerra simultaneamente, ou em qualquer outro atributo que componha o conjunto do pensamento neoconservador. A manutenção da supremacia norte-

americana aparece fortemente assentada na liderança da economia mundial. Essa proposição afasta o predomínio do pensamento neoconservador acerca dos meios, mas aproxima importantes vertentes do pensamento norte-americano no que diz respeito aos fins, ou seja, à manutenção da hegemonia dos Estados Unidos.

## Conclusão

A discussão sobre o declínio do poder norte-americano se abre a várias frentes. Como vimos, trata-se de discussão que atravessa diferentes contextos históricos e se utiliza de diversas variáveis. Para efeito desta pesquisa, o olhar recaiu não sobre o declínio propriamente dito, mas sobre a reação a este declínio. Os contextos foram apresentados com base em olhares exógenos e endógenos aos Estados Unidos, e da documentação analisada o que se buscou foi o não dito, através das lentes de Albert O. Hirschman.

Observar as ideias em ebulição entre o fim da Guerra Fria e o ano de publicação do *Global Trends 2010*, ou *GT 2010*, em 1997, foi considerar construções teóricas cujo eco se faz presente até a atualidade. Ao vazio ideológico identificado por Eric Hobsbawm, foram apresentadas teses como o fim da história de Francis Fukuyama, com a universalização da democracia liberal; e o choque de civilizações de Samuel Huntington, com os novos conflitos étnicos e religiosos (referências obrigatórias, a despeito de serem contraditórias).

O embate acerca do exercício hegemônico norte-americano também circulava entre a reconfiguração e o rompimento com o modelo estabelecido no imediato pós-Segunda Guerra. Era o fim da bipolaridade. Para alguns autores, como Paul Kennedy e Giovanni Arrighi, sinais de colapso do modelo hegemônico vigente; na vertente oposta, como no caso dos neoconservadores William Kristoll e Robert Kagan, momento de alçar os Estados Unidos à condição de superpotência, anunciando o surgimento de um mundo unipolar.

No intuito de analisar algum efeito desse embate, partimos para o primeiro relatório, o *GT 2010*, publicado em 1997 pelo Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos - NIC. Sob a ótica desse relatório, o sistema internacional estaria marcado pela emergência dos Estados Unidos na condição de superpotência global. Como reação às possíveis ameaças a essa condição solar, foi plenamente observável o recurso às teses reacionárias apresentadas por Hirschman.

Chama atenção a recorrência da tese da futilidade no tratamento das tendências que envolviam as capacidades militares. De acordo com o *GT 2010*, por

mais que países avançassem em termos de tecnologia militar seria inútil, uma vez que nenhum poder se igualaria ao norte-americano nesta esfera, até 2010. Qualquer tentativa russa de fazer sombra ao poder dos Estados Unidos seria infrutífera, pois levaria anos para se fazer sentir. Considerados os modestos recursos destinados aos militares, a Rússia continuaria incapaz de projetar sua força militar para além de seus vizinhos mais próximos. No caso da China, apesar de seu potencial para se tornar potência militar na região, até 2010, o país ficaria impossibilitado em decorrência de problemas internos (tensões associadas à urbanização, à demanda de energia e alimentos, entre outros). Com relação ao Irã e ao Iraque, o GT 2010 afirmou que montar e manter capacidades convencionais para desafiar o *Ocidente* não só seria caro, como inútil. Ainda na esfera militar, valorizando o papel dos Estados Unidos, a tese da futilidade também se materializou na alegação de que, mesmo com a criação de um Estado palestino e a existência de um acordo entre israelenses e palestinos, não haveria paz entre as partes. A respeito da Índia, seria inútil tentar qualquer tratado que limitasse ou restringisse seu programa nuclear. Ademais, qualquer esforço em desenvolver o continente africano seria em vão, no sentido de estruturar Estados etnicamente homogêneos.

As capacidades dos Estados em lidar com as mudanças inerentes ao processo de globalização, entre 1997 e 2010, também foram questionadas pelo documento. Tais questionamentos reforçariam o valor da liderança norte-americana. Investido na tese da futilidade, o GT 2010 informou que administrações bem-sucedidas seriam inúteis diante das consequências de más administrações. O relatório inferiu que o esforço, por parte de alguns governos do mundo industrializado, no sentido de fornecer bem-estar social e serviços de saúde se mostraria em vão, uma vez que a força de trabalho, cujos impostos ajudam a financiar estes serviços, não daria conta do encargo. O estudo advertiu que o esforço em direção às capacidades supranacionais da União Europeia também seria em vão, haja vista a posição contrária da Alemanha no sentido de impor seus interesses nacionais.

Investido também na tese da perversidade, o relatório previu que, apesar do crescimento sem precedentes de alguns países, o resultado seria o descontentamento com os respectivos governos, em consequência da falta de respostas destes países às novas demandas de infraestrutura (água, energia,

comunicações, coleta de lixo, transporte urbano, saúde pública, habitação e educação). O documento deduziu que mudanças de caráter tecnológico seriam positivas, mas também beneficiariam o crime organizado, reforçando as habilidades destes grupos criminosos para minar as instituições governamentais, ou mesmo para suplantar algumas funções exclusivamente estatais. A continuidade do narcotráfico e do crime organizado, dando forma à tese da ameaça, levaria a América Latina a perder conquistas importantes, como instituições governamentais, ou ainda parte da legitimidade de alguns governos locais.

De forma sumariada, o GT 2010 reagiu às iniciativas militares de outras potências, afirmou a necessidade das capacidades militares norte-americanas para efeito de manutenção da ordem no sistema internacional, e defendeu a liderança política norte-americana em virtude da instabilidade de alguns governos diante das mudanças e dos avanços tecnológicos, incluindo as comunicações.

Poderíamos sugerir a presença do pensamento neoconservador no conteúdo do GT 2010, questionando seu interregno, ou mesmo seu desaparecimento da cena norte-americana. Todavia, tal afirmativa seria incompleta se considerássemos tanto a marca do liberalismo, representado por Joseph Nye Jr., quanto a marca do realismo, representado por Henry Kissinger. Para efeito de análise, o GT 2010 parece ter gerado convergência no que diz respeito ao projeto hegemônico dos Estados Unidos, divergências ideológicas à parte. Vale ressaltar a notável concentração das teses reacionárias elaboradas por Hirschman nas esferas militar e de governança global, o que nos permite sugerir que a manutenção de um projeto hegemônico, entre 1989 e 1997, estaria voltada para estas esferas.

Em dezembro de 2000, o NIC publicou seu segundo relatório, o Global Trends 2015 ou GT 2015. Enquanto o GT 2010 se resumiu a 16 páginas, o GT 2015 somou praticamente 100 laudas. As tendências selecionadas tiveram por referência o período entre os anos de 1998 a 2000. Alguns nomes como os de Joseph Nye Jr. e Richard Haass estão incluídos na lista de peritos externos envolvidos com as discussões sobre o documento, cabendo a Daniel Yergin analisar e comentar o rascunho final.

Nesse ínterim, o debate em torno do declínio da hegemonia dos Estados Unidos ganhou novos contornos. Michael Hardt e Antonio Negri lançavam as bases de um novo olhar sobre o contexto. Nascia a noção de império, nova forma de

supremacia que não fazia distinção entre o primeiro, o segundo ou o terceiro mundo. Por não apresentar território ou centro localizável, a substância política denominada império não conferia a ator nenhum o papel de autoridade regente do processo de globalização e da nova ordem mundial. Aos Estados Unidos cabia, sob essa lógica, apenas uma posição privilegiada no Império. O novo poder, de caráter supranacional, não apenas seria o centro da nova ordem, como estabeleceria suas normas efetivas e seus instrumentos legais de coerção. A hierarquia passava a ter por determinante as circunstâncias sociais, medidas pelo desempenho de cada sociedade. Os resultados gerariam subordinação cultural entre sociedades. O declínio do Império estaria vinculado aos questionamentos advindos da multidão. Dentro desse contexto, Eric Hobsbawm também vislumbrou o declínio dos Estados Unidos, uma vez que o sistema produtivo do país não teria capacidade para capitanear a industrialização generalizada.

Nesse mesmo período, o antagonismo do debate sobre a hegemonia norte-americana pode ser observado a partir de Richard Haass. O norte-americano recomendou que os Estados Unidos adotassem nova política externa, baseada na regulação e na promoção de nova ordem. O diplomata concebeu a noção de xerife global, aquele que deveria, entre outras ações, forjar coalizões diante da nova era de perigosa competição global. Haass também defendeu a manutenção dos gastos com defesa, tomando partido dentro de outra frente polarizada desse mesmo debate.

Ainda no contexto em tela, mas em outro viés, Joseph Nye Jr. inferiu que o processo de globalização poderia trazer integração econômica. Todavia, o autor alertou para o fato de que a velocidade das mudanças em curso poderia trazer fragmentação política, com ênfase em nacionalismos desagregadores. O capitalismo liberal rivalizaria com o nacionalismo étnico. Diante desse panorama, apenas um exército poderoso não seria a solução. Ao redefinir o interesse nacional, Nye defendeu a necessidade de manutenção da ordem global, sustentando o *status quo* com relação à posição dos Estados Unidos no sistema internacional. Essa postura impediria o surgimento de Estados hegemônicos hostis aos Estados Unidos, mas envolveria alto investimento.

Já Robert Kagan interpretou a alternativa multipolar como um retorno às complexas questões estratégicas do período anterior à Segunda Guerra Mundial, e

denunciou as falsas pretensões de uma suposta Europa multipolar. Em direção oposta ao pensamento de Nye, o neoconservador não acreditava que o gerenciamento da ordem internacional fosse o melhor caminho, mas a mudança dessa ordem no sentido de favorecer unicamente os Estados Unidos. Nota-se uma aproximação entre Haass e Kagan, e um distanciamento entre estes dois autores e Nye. Contudo, em se tratando da liderança norte-americana como um fim, os três autores convergem, divergindo apenas quanto aos meios.

O reflexo dessa discussão no GT 2015, em termos de comportamento reacionário, através das lentes de Hirschman, pode ser assim observado: a retórica de uma Europa fraca diante dos Estados Unidos foi reforçada pela tese da futilidade. Segundo o GT 2015, a tentativa de paridade com os Estados Unidos no papel de definidor do funcionamento do sistema econômico global seria inútil, por parte da Europa, em decorrência da incapacidade dos governos europeus de lidar com as questões sociais envolvidas. Certa de que as duas grandes tendências que caracterizaram o período entre os anos de 1998 e 2000 foram a urbanização e a migração transfronteiriça, a equipe do GT 2015 advertiu para o aumento da tensão social e política consequente aos movimentos migratórios. O relatório lançou mão da tese da ameaça para alertar que, mesmo contribuindo para o dinamismo demográfico e econômico, as migrações poderiam causar danos às identidades nacionais.

As teses reacionárias concebidas por Hirschman também se fizeram sentir no trato dos recursos (água, alimentos e petróleo). O GT 2015 prognosticou que as iniciativas direcionadas para o aumento da disponibilidade e o alívio da escassez de água não seriam suficientes para mudar substancialmente o panorama previsto para 2015, incidindo na tese da futilidade. O documento reincidiu na tese da futilidade quando registrou que o aprimoramento na produção e na estocagem de alimentos seria em vão, na luta contra a fome, pois questões políticas e desastres naturais imporiam problemas de distribuição e de oferta. No caso específico das questões políticas, estas tornariam os doadores mais relutantes, por receio de envolvimento em conflitos militares. Nova ocorrência da tese da futilidade se deu no caso do petróleo da África Ocidental. De acordo com o GT 2015, alcançar o patamar de 25% das importações da América do Norte seria indiferente para efeito do desenvolvimento da região, em consequência da corrupção em torno do recurso.

Na esfera militar, a tese da futilidade foi percebida por ocasião da abordagem feita à Rússia. Na análise do GT 2015, possuir o segundo maior arsenal nuclear do mundo significaria, sob forma de resultado líquido, continuar fraca internamente e permanecer institucionalmente limitada ao seu assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao focalizar a China, impôs-se a tese da ameaça. Caso as prioridades chinesas fossem alteradas no sentido de enfatizar o desenvolvimento militar, provavelmente o resultado seria o declínio econômico do país, de acordo com o relatório.

Em termos quantitativos, as teses reacionárias elaboradas por Hirschman são menos presentes no GT 2015 do que no relatório anterior, o GT 2010. A análise quantitativa evidencia ainda mais essa afirmativa, se consideramos as noventa e oito páginas do GT 2015 contra as dezesseis páginas do GT 2010. Sob análise qualitativa, poderíamos sugerir que os anseios neoconservadores do período, conforme apresentado ao longo do capítulo 3, parecem ter sido contemplados pelo GT 2015. Além disso, se focalizarmos o processo hegemônico norte-americano, já não ficaria tão clara a distância entre as correntes de pensamento envolvidas no relatório. Aliás, o fato de neoconservadores estamparem suas preferências em relação à liderança unilateral dos Estados Unidos, a nosso ver, pode fazer sombra a outros projetos menos contundentes, dificultando a observação de sua marca no debate. Ao transportar a reflexão para o GT 2015, diríamos que as teses reacionárias voltadas para a Europa, as quais buscam neutralizar o processo de construção de uma ordem global multipolar, também se vinculam aos pensamentos de Richard Haass e de Joseph Nye Jr. Cumpre lembrar a noção de xerife global, papel destinado aos Estados Unidos, segundo Haass, bem como a orientação de Nye, no sentido de manter a ordem global vigente, sustentando a posição norte-americana no sistema internacional. Dentro da nossa reflexão, a presente, porém, menor relevância conferida à supremacia militar norte-americana dá força à existência de um projeto hegemônico que envolve diversas escolas de pensamento além da corrente neoconservadora, evidenciando sua face menos militarizada e sua oposição ao Império desterritorializado de Michael Hardt e Antonio Negri. Cumpre lembrar que o ano de 1999 foi marcado pela Guerra do Kosovo e pela festejada participação das forças da OTAN, liderada pelos Estados Unidos.

Em Dezembro de 2004, o NIC publicava o terceiro relatório do projeto Global

Trends, o GT 2020. Uma versão do GT 2020 foi publicada no Brasil, em 2006, sob forma de livro, com o título Relatório da CIA. As tendências observadas no relatório foram pinçadas do contexto referente aos anos de 2001 a 2004, íterim do primeiro mandato de George W. Bush, marcado pelos atentados terroristas contra os Estados Unidos, ocorridos em 11 de Setembro de 2001. O 11 de Setembro daria nova perspectiva ao debate sobre o tema terrorismo internacional, capitaneado pela política norte-americana de Guerra ao Terror, e levaria os Estados Unidos a declarar guerra ao Afeganistão, em 2001, e ao Iraque, em 2003.

Dentre os envolvidos na elaboração do documento, destaque para John Ikenberry, responsável pela análise dos aspectos da preeminência dos Estados Unidos e pela apreciação dos rascunhos preliminares do GT 2020. Reconhecido crítico da política externa do presidente Bush, Ikenberry teria condenado a ação imperialista norte-americana, mais pela impossibilidade de êxito desta política do que por questões de princípios. Para o autor, as instituições políticas e jurídicas regionais e mundiais firmariam o novo conjunto de regras e os limites para o exercício do poder. Esse quadro institucional, originariamente moldado pelos Estados Unidos, garantiria a vantagem norte-americana, caso o poder do país declinasse.

Sobre o contexto, para Ignacio Ramonet, o 11 de Setembro, operacionalizado como dado estratégico, preencheria a lacuna aberta com o fim da Guerra Fria, dando novo sentido à política externa dos Estados Unidos e definindo o novo inimigo a ser combatido: o terrorismo. De forma complementar, Gilberto Dupas sugeriu nova manipulação da questão do inimigo, fundamentada no maniqueísmo concretizado na luta do bem contra o mal.

Luiz Alberto Moniz Bandeira aferiu o recrudescimento do unilateralismo norte-americano durante o primeiro mandato de George W. Bush, mas identificou este unilateralismo como tendência já latente na política externa do país. Tendência ao exercício exclusivo do poder de decisão no sistema internacional. Em 2002, a Estratégia de Segurança Nacional introduzia a chamada Doutrina Bush, projeto neoconservador que recusava rivais ao poder norte-americano e anunciava a prerrogativa da guerra preventiva. Immanuel Wallerstein lembrou que a crescente concentração de investimento no setor militar, condição para a hegemonia, levava à

diminuição da competitividade econômica podendo ser acompanhada de deterioração política e ideológica.

Para efeito do olhar norte-americano, Michael Klare indicou o fato de que a disputa por recursos naturais, por vezes mesclada a antagonismos étnicos e religiosos, ocuparia lugar cada vez mais destacado na cena mundial. Para além da motivação religiosa, Klare interpretou o 11 de Setembro como tentativa de derrubar a monarquia saudita pró-Occidente e instalar um regime doutrinário islâmico. O êxito da campanha levaria o regime islâmico ao domínio de quarta parte do petróleo remanescente no mundo, em 2002, e asfixiaria a economia dos Estados Unidos.

Klare concluiu que a água, o petróleo e o gás natural dariam o tom da competição mais intensa e levariam a rivalidade mundial pelo acesso a matérias-primas para o centro das discussões sobre segurança internacional. Se no contexto da Guerra Fria as motivações ideológicas traduziam os conflitos, o fim da bipolaridade evidenciava a questão das matérias-primas.

Em 2003, a Goldman Sachs cunhava o acrônimo BRICS, potencializando a força das potências emergentes no sentido de uma ordem global multipolar. Tal ordem seria, aos olhos de Niall Ferguson, inevitável. Ainda sobre a diáde unipolaridade / multipolaridade, Richard Perle identificou o fato de que a falta de capacidade militar europeia teria levado governos do continente a se posicionarem contra o uso da força, privilegiando a diplomacia e a pressão econômica.

Lawrence Kaplan e William Kristol, em 2003, descreveram o período como típico de transições históricas. Para esses autores, se os Estados Unidos não dessem forma à nova ordem incipiente, outros tomariam a frente, deixando para trás os interesses norte-americanos. Cumpre lembrar que, para Kaplan e Kristol, as decisões direcionadas para o Afeganistão e para o Iraque seriam de suma importância para o futuro da liderança no sistema internacional por parte dos Estados Unidos. O peso da ameaça à segurança norte-americana também foi confirmado por Condoleezza Rice. De acordo com Rice, as ameaças no pós-11 de Setembro seriam maiores do que as experimentadas tanto na Guerra Civil quanto na Guerra Fria.

Na análise do GT 2020, além das tendências, surgiu a indicação de uma megatendência, a saber: a globalização como sustentáculo do crescimento econômico mundial, mas também como responsável por grandes convulsões

(econômicas, culturais e políticas), pelo fato de transformar profundamente o *status quo*. Na introdução da megatendência já incide uma das teses reacionárias elaboradas por Hirschman, a tese da perversidade. No caso, apesar do crescimento econômico mundial, o efeito contrário da globalização se daria sob forma de grandes convulsões geradas pelas transformações. Nova tese da perversidade se verificou na advertência quanto ao risco de reveses repentinos a que estão expostos países em rápido desenvolvimento, como a China e a Índia.

Mais presente no documento, a tese da futilidade foi recurso utilizado para afirmar que, mesmo considerando notável o crescimento quantitativo das economias emergentes, qualitativamente estas economias continuariam aquém das economias desenvolvidas. Tal recurso foi novamente empregado ao asseverar que o padrão de vida de muitas pessoas dos países em desenvolvimento iria melhorar entre 2004 e 2020, mas a renda *per capita* na maioria destes países não seria comparável à renda *per capita* das nações ocidentais, em 2020. O relatório informa, também, que a China poderia levar mais de trinta anos, após 2020, para sua renda *per capita* atingir as taxas de 2004 das economias desenvolvidas.

Ao focalizar a Índia, novo recurso à tese da futilidade. Segundo o GT 2020, poderia subir rapidamente o número de assalariados médios indianos e, conseqüentemente, os níveis de renda. Entretanto, seus rendimentos continuariam substancialmente abaixo da média dos rendimentos nos Estados Unidos e em outros países ricos. Para efeito de comparação dos índices relativos entre países, o aumento dos rendimentos na Índia seria inexpressivo.

Ainda no trato do processo de globalização, configurou a tese da ameaça o fato de que, sob a lógica do relatório, o processo seria definido como poderosa engrenagem, mas poderia sofrer substancial desaceleração ou mesmo ser revertido. A construção do argumento sugeriu a perda de conquistas anteriores. Nova ocorrência da tese da ameaça se verificou no trato da integração da China, da Índia e outros países emergentes na economia global. O lado positivo de um mercado de trabalho cada vez mais integrado teria seu ônus, ou seja, atingiria as classes médias do mundo desenvolvido.

Nos avanços tecnológicos, também uma face do processo de globalização, a tese da futilidade se fez sentir. Para o GT 2020, a dispersão de novas tecnologias poderia ajudar a reduzir desigualdades, como na expectativa de vida entre países,

mas as disparidades permaneceriam. O relatório complementou lançando mão da tese da ameaça. As projeções sobre expectativa de vida em países da África, da Ásia central e da Rússia seriam menos otimistas em 2010 do que em 1990, ou seja, haveria uma perda dos índices conquistados em 1990.

Na esfera militar, sobreveio a tese da futilidade, no GT 2020, ao constatar que mesmo com a diminuição do número de extremistas, provavelmente a ameaça terrorista permaneceria. Em outra passagem, avanços tecnológicos facilitariam o controle e a detecção de ações terroristas, mas o agressor teria mais vantagem, uma vez que a outra parte envolvida teria de se preparar para grande variedade de possibilidades. Assim, os avanços tecnológicos para esse fim teriam sua utilidade questionada. Dessa forma, seria um equívoco acreditar nas medidas em curso praticadas pela comunidade internacional no sentido de prevenir conflitos. De acordo com o GT 2020, os esforços para prevenção de conflitos seriam inúteis diante das questões que envolvem as identidades nacionais em jogo.

Ao considerar as diversas críticas e denúncias feitas à administração Bush, as teses reacionárias voltadas para a esfera militar, presentes no GT 2020, parecem mais uma contribuição às críticas àquele governo do que uma reação ao declínio da força militar norte-americana. Vale ressaltar que, no período, os Estados Unidos atuavam em duas guerras simultaneamente: no Afeganistão, desde 2001, e no Iraque, desde 2003 – fato que poderia passar sem ser percebido na leitura do GT 2020. Se houve preocupação com as duas guerras em curso, esta preocupação pareceu circunscrita aos caminhos da globalização, o que não fortaleceria necessariamente a hegemonia militar do país. Nesse sentido, a título de reflexão, o que se sugere é um não alinhamento entre o Conselho Nacional de Inteligência norte-americano e a política neoconservadora implementada pelo chefe do executivo dos Estados Unidos, George W. Bush, e sua equipe.

O estudo que ora se encerra pretendeu, com a documentação analisada, evidenciar e analisar reações aos indicativos do declínio do poder norte-americano. Acreditamos que as teses reacionárias apresentadas por Albert O. Hirschman formaram valioso instrumental, não apenas por proporcionar material de análise, mas também por sugerir o tom do debate em torno do tema. Em perspectiva comparada, poderíamos inferir que entre o primeiro relatório, publicado em 1997, e o terceiro, publicado em 2004, o foco nas questões militares foi nitidamente desviado

para as questões econômicas, carregando consigo o recurso às teses reacionárias concebidas por Hirschman, para neutralizar ameaças ou rivais.

O desvio do foco das vantagens militares para as prerrogativas econômicas pode parecer contraditório para um contexto que envolvia a reeleição do presidente George W. Bush, sinalizando a continuidade de uma hegemonia fortemente respaldada na supremacia militar. Contudo, uma mudança de foco não significa despreocupação com a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos. Mais uma vez, chama a atenção o fato de que essa preocupação pode até representar uma forte característica neoconservadora, mas se verifica em contribuições como as de Joseph Nye Jr., Henry Kissinger, Richard Haass e John Ikenberry, entre outros. Aqui temos um ponto de contato. Divergências à parte, a hegemonia norte-americana parece ser a motivação de muitos grandes pensadores, a despeito de suas filiações teóricas. Nesse sentido, se tais pensadores são neoconservadores ou não, já nos parece pouco importante para efeito do projeto hegemônico norte-americano. Para essa equação, o fim parece o mesmo, o que difere são os meios. Em outras palavras, a hegemonia como um fim nos parece consenso; os meios para a manutenção desta hegemonia é que parecem destoar. Em corroboração à nossa hipótese, no limite da documentação analisada o que se pode verificar é a transferência, no pós-Guerra Fria, de um projeto de hegemonia militar para um imperativo econômico. Aqui fica a expectativa em torno dos dois relatórios consecutivos, publicados respectivamente em 2008 e 2012.

## Referências

ADLER, Alexandre. Rumo a uma globalização mais infeliz. Introdução à edição francesa. *In*: CIA. **Relatório da CIA**: como será o mundo em 2020. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 36-75.

AMARAL, Sergio. Uma política externa para o século XXI. *In*: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso & SILVA, Carlos Eduardo L. da (org.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ANDERSON, Perry. A pátria americana: de Bush a Obama, tudo muda para continuar igual. **Piauí**. N. 85. Ano 08, Outubro/2013, p. 72-79.

ARAUJO, Heloísa Vilhena de (org.). **O sistema político dos EUA e suas repercussões externas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994 [1969].

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008 [2007].

\_\_\_\_\_. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996 [1994].

\_\_\_\_\_. Vivemos a oportunidade de igualdade maior entre nações. **Folha de São Paulo** – Mundo por Claudia Antunes, 2 set 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0209200706.htm>. Último acesso em: 17 dez. 2013.

\_\_\_\_\_ & SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001 [1999].

AVERBUG, André & GIAMBIAGI, Fabio. A crise brasileira de 1998/1999 – origens e consequências. **BNDES**, maio 2000. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf). Último acesso em: 16 jan. 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As relações perigosas**: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BARROS, José D'Assunção. A História Serial e História Quantitativa no movimento dos Annales. **História Revista** / Universidade Federal de Goiânia, v. 17, n. 1, jan. / jun. 2012, p. 203-222. Disponível em:

[www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/download/21693/12765](http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/download/21693/12765). Último acesso em: 25 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. A expansão documental e a conquista das fontes dialógicas. **Revista Albuquerque**. V. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/46523419/Fontes-Historicas-Revista-Albuquerque-2010>. Acesso em: 03 out. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999 [1991].

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001 [2000].

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 [1997].

BENNETT, William J. *Morality, character and american foreign policy*. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 289-305.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

BERTONHA, João Fábio. Guerra do Golfo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 405-406.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. 2 v. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BOBBITT, Philip C. **A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 2003 [2002].

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The grand chessboard: american primacy and its geostrategic imperatives**. Nova York: Basic Books, 1997.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 [1977].

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2012.

CALLEO, David. **Beyond american hegemony: the future of the western alliance**. Nova York: Basic Books, 1987.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática. **Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura**, jan-fev 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo4.htm>. Último acesso em: 15 jan. 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHOMSKY, Noam. **O império americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 [2003].

CIA - Central Intelligence Agency - United States of America. **Relatório da CIA: como será o mundo em 2020**. São Paulo: Ediouro, 2006.

COCCO, Giuseppe. A política das multidões. In: \_\_\_\_\_ & HOPSTEIN, Graciela (org.). **As multidões e o império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 9-15.

COMTE-SPONVILLE, André. **O capitalismo é moral? Sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo**. 2. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011 [2004].

COOPER, Danny. **Neoconservatism and american foreign policy: a critical analysis**. Nova York: Routledge, 2011.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições**. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2011.

COULOM, Steve. **Le nouvel équilibre mondial et les pays émergents: démocratie, énergie, technologie**. Paris: Editions Technip, 2012.

COX, Robert W. *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method*. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge Studies in International Relations. N. 26. Nova York: Cambridge University Press, 1993, p. 49-66.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P. & WATANUKI, Joji. **The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission**. USA: New York University Press, 1975.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Os Estados Unidos no desconcerto do mundo**: ensaios de interpretação. São Paulo: Editora Unesp; Programa Interinstitucional San Tiago Dantas, 2012.

DELAHUNT, Bill (coord.). *The decline in America's reputation: why?* **Committee on Foreign Affairs of the U.S. House of Representatives**. Washington: U.S. Government Printing Office, 2008. Disponível em: <http://democrats.foreignaffairs.house.gov/110/42566.pdf>. Último acesso em: 15 dez. 2013.

DONNELLY, Thomas *et al.* *Rebuilding america's defenses: strategy, forces and resources for a new century*. **Project for the New American Century – PNAC**, 2000. Disponível em: <http://pnac.info/RebuildingAmericasDefenses.pdf>. Último acesso em: 28 dez. 2013.

DUPAS, Gilberto. Fundamentos, contradições e consequências hegemônicas. \_\_\_\_\_; LAFER, Celso & SILVA, Carlos Eduardo L. da (org.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008 [2002/2003].

\_\_\_\_\_. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidade e imperativos de legitimação. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: teoria das Relações Internacionais. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

EBERSTADT, Nicholas. *North Korea: beyond appeasement*. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p.145-175.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993 [1939].

EUA. Defense Planning Guidance – DPG FY 1994-1999. **National Security Council - NSC**, 1992. Disponível em: <http://www.archives.gov/declassification/iscap/pdf/2008-003-docs1-12.pdf>. Último acesso em: 28 dez. 2013.

EUA. *The 9/11 Commission Report*. **National Commission on Terrorist Attacks upon the United States**. EUA: The National Commission on Terrorist Attacks, 2004. Disponível em: <http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>. Último acesso em: 29 jan. 2014.

FELDSTEIN, Martin. *new evidence on the distribution of unemployment insurance benefits*. **National Tax Journal**, v. 30, n. 2, jun. 1977, p. 219-221.

\_\_\_\_\_. *Unemployment compensation: adverse incentives and distributional anomalies*. Edição 317 - Discussion Paper. **Harvard Institute of Economic Research**, 1973.

FERGUSON, Niall. **Colosso**: ascensão e queda do império americano. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2011 [2004].

\_\_\_\_\_. **Império**: como os britânicos fizeram o mundo moderno. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010.

FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

FIORI, José Luís da C. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. Jul. 2010. **Unicap**. Disponível em: <http://www.unicap.br/real/artigos/ProfFiori.pdf>.

\_\_\_\_\_. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. *In*: \_\_\_\_\_; MEDEIROS, Carlos A. de & SERRANO, Franklin P. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 11-70.

FLAUBERT, Gustave. **Dictionnaire des idées reçues**. França: Librio, 2008.

FONSECA Jr., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**: poder e ética entre as nações. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FORRESTER, Jay W. *Counterintuitive behavior of social systems*. **Technology Review**. V. 73, n. 3, jan 1971, p. 52-68. Disponível em: <http://www.constitution.org/ps/cbss.htm>. Último acesso em: 22 nov. 2013.

FRANCK, Thomas M. **The power of legitimacy among nations**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom**. 40. ed. USA: Chicago University Press, 2002.

FRIEDMAN, Thomas L. **The lexus and the olive tree: understanding globalization**. New York: Anchor Books, 2000.

FUKUYAMA, Francis. *After Neoconservatism*. **The New York Times**, 19 fev. 2006. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2006/02/19/magazine/neo.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2006/02/19/magazine/neo.html?pagewanted=all&_r=0). Último acesso em: 03 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **America at the crossroads: democracy, power, and the neoconservative legacy**. New Haven: Yale University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *The end of history?* *In*: **The National Interest**, verão de 1989, p.3-18. Disponível em: <http://www.wesjones.com/eoh.htm>. Último acesso em: 26 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *The end of history and the last man*. Nova York: The Free Press, 1992.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GERECHT, Reuel Marc. *Iran: fundamentalism and reform*. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 111-144.

GIDDENS, Anthony & PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Ed. FGV, 2000.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Nova York: Cambridge University Press, 1981.

GLAZER, Nathan. **The limits of social policy**. EUA: Harvard University Press, 1988.

GONÇALVES, Williams da Silva. A nova política externa brasileira e os velhos adversários. **ANPOCS**. Caxambu, MG, 2005. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3741&Itemid=318](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3741&Itemid=318). Último acesso em: 15 dez. 2013.

GONÇALVES, Williams da Silva. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel**. Vol. 3. México: Ediciones Era, 1984 [1975].

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci**. Escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (Organização de Carlos Nelson Coutinho).

GRAY, John. **Al-Qaeda e o que significa ser moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2004 [2003].

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 [1972].

GUILHOT, Nicolas. Os profissionais da democracia em ação. In: LINS, Daniel & WACQUANT, Loïc (org.). **Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder**. Campinas: Papirus, 2003.

HAASS, Richard N. **Intervention: the use of american military force in the post-cold war world**. 2. ed. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1999 [1994].

\_\_\_\_\_. *Putin's rule may leave U.S. cold*. *Newsday*, 3 jan 2000. **Council on Foreign Relation**. Disponível em: <http://www.cfr.org/presidents-and-chiefs-of-state/putins-rule-may-leave-us-cold/p9536>. Último acesso em: 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. ***The reluctant sheriff: the United States after the Cold War.*** Nova York: Council on Foreign Relations Press, 1998.

HALLIDAY, Fred. ***100 mitos sobre Oriente Próximo.*** Barcelona: Global Rhythm Press, 2006 [2005].

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. ***Império.*** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2000].

\_\_\_\_\_. ***Multidão: guerra e democracia na era do império.*** Rio de Janeiro: Record, 2005 [2004].

HAYEK, Friedrich A. ***Freedom and the economic system.*** *Economica*. New Series, v. 7, n. 28, nov. 1940, p. 435-437.

\_\_\_\_\_. ***O caminho da servidão.*** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. ***Los fundamentos de la libertad.*** Espanha: Union Editorial, 1998.

HELD, David & MCGREW, Anthony. ***Prós e contras da globalização.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001 [2000].

HIRSCHMAN, Albert. O. ***A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça.*** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. ***As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo.*** Rio de Janeiro: Record, 2002 [1977].

\_\_\_\_\_. ***Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e Estados.*** São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. Será o fim da Guerra Fria um desastre para o “Terceiro Mundo”? *In:* DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso & SILVA, Carlos Eduardo L. da (org.). ***A nova configuração mundial do poder.*** São Paulo: Paz e Terra, 2008 [1993].

\_\_\_\_\_. ***Tendencias autosubversivas.*** México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. ***A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.*** São Paulo: companhia das Letras, 1995 [1994].

\_\_\_\_\_. ***Globalização, democracia e terrorismo.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

\_\_\_\_\_. ***O novo século: entrevista a Antonio Polito.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1999].

\_\_\_\_\_. ***Sobre história.*** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. "Superioridade americana é fenômeno temporário", diz Eric Hobsbawm. **Folha de São Paulo** – Mundo por Sylvia Colombo, 30 set. 2007b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u332395.shtml>. Último acesso em: 17 dez. 2013.

HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. A superpotência solitária. *In*: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso & SILVA, Carlos Eduardo L. da (org.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. **American politics: the promise of disharmony**. USA: Harvard University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *Political development and political decay*. **World Politics**, v. 17, n. 03, abr. 1965, p. 386-430. Disponível em: <http://chenry.webhost.utexas.edu/core/Course%20Materials/SPH1965/0.pdf>. Último acesso em: 24 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Political order in changing societies**. USA: Yale University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *The Clash of Civilizations?* **Foreign Affairs**, verão de 1993a. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/48950/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations>. Último acesso em: 15 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. Nova York: Simon & Schuster, 1996.

\_\_\_\_\_. *Why international primacy matters*. **International Security**, v. 17, n. 4, primavera de 1993b, p. 68-83.

IANNI, Octávio. Enigmas do pensamento latino-americano. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo-IEA**. São Paulo: USP, s/d. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/textos/iannienigmas.pdf>.

IKENBERRY, G. John. **After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. (ed.). **America unrivaled: the future of the balance of power**. Nova York: Cornell University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Liberal leviathan: the origins, crisis, and transformation of american world order**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

\_\_\_\_\_. *Rethinking the origins of american hegemony*. **Political Science Quarterly**, v. 104, n. 3, outono 1989, p. 375-400. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2151270>. Último acesso em: 02 out. 2013.

JAGUARIBE, Helio. A nova ordem mundial. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso & SILVA, Carlos Eduardo L. da (org.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008 [1992].

JAMES, Harold. **The end of globalization: lessons from the Great Depression**. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 2002.

JERVIS, Robert. *International primacy: is the game worth the candle?* **International Security**, v. 17, n. 4, primavera de 1993, p. 52-67.

JOXE, Alain. **El imperio del caos: las repúblicas frente a la dominación estadounidense en la posguerra fría**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002 [2003].

KAGAN, Frederick W. *The decline of america's armed forces*. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 241-265.

KAGAN, Robert. *America's crisis of legitimacy*. **Foreign Affairs**, v. 83, n. 2, p. 65-87, mar/abr. 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/20033903?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103523849073>. Último acesso em: 17 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Do paraíso e do poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

\_\_\_\_\_. **O retorno da história e o fim dos sonhos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009 [2008].

\_\_\_\_\_. *One year after: a grand strategy for the West?* **Survival: Global Politics and Strategy**, v. 44, n. 4, inverno de 2002-2003, p.135-156. Disponível em: [http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2002.9688571#.UwJ7Y\\_IdV5c](http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2002.9688571#.UwJ7Y_IdV5c). Último acesso em: 17 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. *The benevolent empire*. **Carnegie Endowment for International Peace**. 1 jun. 1998. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/1998/06/01/benevolent-empire/8c2?reloadFlag=1>. Último acesso em: 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **The world america made**. Nova York: Alfred A. Knopf, 2012.

\_\_\_\_\_ & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000.

KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. **The war over Iraq: Saddam's tyranny and america's mission**. São Francisco: Encounter Books, 2003.

KAPLAN, Robert D. *The coming anarchy*. **The Atlantic Monthly**, fev 1994, p. 44-75. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1994/02/the-coming-anarchy/304670/>. Último acesso em: 01 fev. 2014.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1984.

\_\_\_\_\_ & NYE, Joseph S., Jr. **Power and interdependence**. 4. ed. Nova York: Longman Publishing, 2011 [1977].

KENNEDY, Paul M. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

\_\_\_\_\_. **The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000**. Londres: Unwin Hyman Limited, 1988 [1987].

KEOHANE, Robert O. & NYE, Jr. Joseph S. *Globalization: What's new? What's not? (And so what?)*. **Foreign Policy**, n. 118, primavera de 2000, p. 104-119. Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1149673?uid=3737664&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103289117827>. Último acesso em: 17 jan. 2014.

KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner & HERGT, Manfred. **Atlas histórico mundial II: de la Revolución Francesa a nuestros días**. 19. ed. Madrid: Ediciones Akal, 2006.

KISSINGER, Henry. *Continuity and change in american foreign policy*. **Society**, v. 35, n. 2, jan-fev. 1998, p. 184-192. Disponível em:

<http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF02838141#page-1>.

Último acesso em: 18 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997 [1994].

\_\_\_\_\_ [et al.]. **O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência**. Rio de Janeiro: 2012 [2011].

KLARE, Michael T. **Resource wars: the new landscape of global conflict**. Nova York, EUA: Owl Books Edition, 2002.

KOTKIN, Joel & KISHIMOTO, Yoriko. **The third century: america's resurgence in the asian era**. New York: Crown Publishers, 1988.

KRAUTHAMMER, Charles. *Decline is a choice* (2009). In: \_\_\_\_\_. **Things that matter: three decades of passions, pastimes and politics**. Nova York: Crown Forum, 2013.

\_\_\_\_\_. *Democratic realism: an american foreign policy for a unipolar world*.

**The American Enterprise Institute-The AEI Press**, 2004. Disponível em:

[http://www.aei.org/files/2004/03/01/20040227\\_book755text.pdf](http://www.aei.org/files/2004/03/01/20040227_book755text.pdf). Último acesso em:

18 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. *The unipolar moment*. **Foreign Affairs**, v. 70, n. 1, America and the World 1990-1991, p. 23-33. Disponível em:

<http://www.metu.edu.tr/~utuba/Krauthammer.pdf>. Último acesso em: 28 dez. 2013.

KRISTOL, Irving. *A post-wilsonian foreign policy*. **Wall Street Journal**, 02 ago. 1996. Disponível em: <http://www.aei.org/article/society-and-culture/citizenship/a-post-wilsonian-foreign-policy/>. Último acesso em: 30 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *The emerging american imperium*. **The Wall Street Journal**, 18 ago, 1997. Disponível em: <http://www.aei.org/article/society-and-culture/citizenship/the-emerging-american-imperium/>. Último acesso em: 16 jan. 2014.

KRISTOL, William & KAGAN, Robert. *Toward a neo-reaganite foreign policy*. **Foreign Affairs**, v. 75, n. 4, jul-ago. 1996, p.18-32. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/1996/07/01/toward-neo-reaganite-foreign-policy/1ea>. Último acesso em: 30 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *Postscript – June 2004. Neoconservatism remains the bedrock of U.S. foreign policy*. In: STELZER, Irwin (ed.). **The neocon reader**. Nova York: Grove Press, 2004, p. 75-77.

LAYNE, Christopher. *The unipolar illusion: why new great powers will rise*. **International Security**, v. 17, n. 4, primavera de 1993, p. 5-51. Disponível em: <http://www.metu.edu.tr/~utuba/Layne.pdf>. Último acesso em: 28 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *The unipolar illusion revisited: the coming end of the United States unipolar moment*. **International Security**, v. 31, n. 2, outono de 2006, p. 7-41. Disponível em: [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/is3102\\_pp007-041\\_layne.pdf](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/is3102_pp007-041_layne.pdf). Último acesso em: 02 mar. 2014.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

LEDEEN, Michael A. *A republican contract with the world*. **The Weekly Standard**, v. 1, n. 34, 13 maio 1996. Disponível em: <http://www.weeklystandard.com/Content/Protected/Articles/000/000/007/737kctft.asp#>. Último acesso em: 30 dez. 2013.

LIBERMAN, Peter. *What to read on american primacy*. **Foreign Affairs**, 12 mar. 2009. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/features/readinglists/what-to-read-on-american-primacy>. Último acesso em: 03 mar. 2014.

LOBÃO, Júlio Fernando S. da Mota. Contágio entre mercados de ações de países desenvolvidos. **Eumed.net**. Disponível em: <http://www.eumed.net/tesis-doctorales/2009/jfssml/Efeitos%20da%20Crise%20da%20Russia%20nos%20Processos%20de%20Transmissao%20de%20Choques.htm>. Último acesso em: 16 jan. 2014.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**: léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOWE, Robert. **Speeches and letters on reform with a preface (1867)**. USA: Lightning Source, 2008.

MAFFETTONI, Sebastiano & VECA, Salvatore (org.). **A ideia de justiça de Platão a Rawls**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005 [1997].

MAINE, Sir Henry Sumner. **Popular government**. USA: Fiberty Fund Inc., 2012.

MAISTRE, Joseph de. **Considerações sobre a França**. Portugal: Almedina, 2010.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982 (coleção Grandes Cientistas Sociais organizada por Marialice M. Foracchi).

MARTINS, Luciano. A (des)ordem mundial, o fenômeno dos terrorismos e as instituições democráticas. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso & SILVA, Carlos Eduardo L. da (org.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008 [2002].

MATHEWS, Jessica T. *Power shift*. **Foreign Affairs**, jan-fev 1997. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/52644/jessica-t-mathews/power-shift>. Último acesso em: 06 jan. 2014.

MEAD, Walter R. **Poder, terror, paz e guerra: os Estados Unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 [2004].

MEDEIROS, Sabrina Evangelista. Cooperação internacional e as implicações da reputação. **Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP**, ago. 2010. Disponível em: [http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/12\\_7\\_2010\\_23\\_21\\_38.pdf](http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/12_7_2010_23_21_38.pdf). Último acesso em: 15 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Modelos de reputação internacional e paradigmas de política externa. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, jul/dez 2011, p. 435-453. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200007&script=sci_arttext). Último acesso em: 15 dez. 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di scienza politica**. Itália: BiblioLife, 2009.

MUNRO, Ross H. *China: the challenge of a rising power*. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 47-73.

MURRAY, Charles. **Losing ground. American social policy: 1950-1980**. USA: Basic Books, 1995.

NASSER, Reginaldo M. **Os arquitetos da política externa norte-americana**. São Paulo: EDUC, 2010.

NAU, Henry R. **The myth of america's decline: leading the world economy into the 1990s**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

NIC. *Global Trends 2010*. **National Intelligence Council - NIC**, nov. 1997. Disponível em: <http://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends/global-trends-2010>. Último acesso em: 06 abr. 2012.

NIC. *Global Trends 2015: a dialogue about the future with nongovernment experts*. **National Intelligence Council – NIC**, dez 2000. Disponível em: [http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends\\_2015%20Report.pdf](http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_2015%20Report.pdf). Último acesso em: 04 jan. 2014.

NIC. *Global Trends 2020: mapping the global future. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project*. **National Intelligence Council – NIC**, dez. 2004. Disponível em: [http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends\\_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf](http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf). Último acesso em: 23 jan. 2014.

NOGUEIRA, João Pontes. A guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, São Paulo, out. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000300008&script=sci_arttext). Último acesso em: 17 jan. 2014.

NYE Jr., Joseph S. **Bound to lead: the changing nature of american power**. New York: Basic Books, 1990.

\_\_\_\_\_. **Compreender os conflitos internacionais**: uma introdução à teoria e à história. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2002 [2000].

\_\_\_\_\_. ¿Decadencia de Estados Unidos? *Política Exterior*, v. 4, n. 16, verão de 1990, p. 162-167. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20642993>. Último acesso em: 02 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

\_\_\_\_\_. *Redefining the national interest*. **Foreign Affairs**, v. 78, n. 4, jul-ago. 1999, p. 22-35. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/55209/joseph-s-nye-jr/redefining-the-national-interest>. Último acesso em: 17 jan 2014.

\_\_\_\_\_. *The changing nature of world power*. **Political Science Quarterly**, v. 105, n. 2, verão de 1990, p.177-192. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2151022?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103292121073>. Último acesso em: 03 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. *The new Rome meets the new barbarians*. **The Economist**, 21 mar 2002a. Disponível em: <http://www.economist.com/node/1045181>. Último acesso em: 29 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **O paradoxo do poder americano**. Por que é que a única superpotência mundial não pode actuar isoladamente. Lisboa: Gradiva, 2005 [2002].

O'CONNOR, James. **The fiscal crisis of the State**. USA: Transaction Publishers, 2001.

O'NEILL, Jim *et al.* *Dreaming with BRICs: the path to 2050*. **Goldman Sachs**, 1 out 2003. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>. Último acesso em: 25 jan. 2014.

OBAMA, Barack. *Remarks by the president to parliament in London, United Kingdom*. **The White House**, 25 maio 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/25/remarks-president-parliament-london-united-kingdom>. Disponível em: 22 fev. 2011.

PAPE, Robert A. *Soft balancing against the United States*. **International Security**, v. 30, n. 1, verão de 2005, p. 7-45. Disponível em: [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/1019-is-30-1\\_final\\_02-pape.pdf](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/1019-is-30-1_final_02-pape.pdf). Último acesso em: 02 mar. 2014.

PARETO, Vilfredo. **corso di economia politica**. Itália: Giulio Einaudi Editore, 1949.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERLE, Richard N. *Iraq: Saddam Unbound*. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 99-110.

\_\_\_\_\_. *Is the United Nations the only institution that can legitimize force?* **New Perspectives Quarterly**. *Global Viewpoint*, 16 dez. 2002. Disponível em: [http://www.digitalnpq.org/global\\_services/global%20viewpoint/12-16-02pearle.html](http://www.digitalnpq.org/global_services/global%20viewpoint/12-16-02pearle.html). Último acesso em: 17 fev. 2014.

POLANYI, Karl. **Dahomey and the slave trade: an analysis of an archaic economy**. Seattle: University of Washington Press, 1996.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A economia política da Grande Depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica. In: LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **A Grande Depressão: política e**

economia na década de 1930: Europa, Américas e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. Globalização: notas sobre um conceito controverso. **Dogmas e Enigmas**, 2000. Disponível em: <http://dogmaseenigmas.files.wordpress.com/2012/12/prado-2000.pdf>. Último acesso em: 02 jan. 2014.

RAMONET, Ignacio. **Guerras do século XXI**: novos temores e novas ameaças. Rio de Janeiro: Vozes, 2003 [2002].

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RICE, Condoleezza. *The president's National Security Strategy*. In: STELZER, Irwin (ed.). **The neocon reader**. Nova York: Grove Press, 2004, p. 81-87.

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge & ZENHA. Celeste. **O século XX**: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações. V. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 133-159.

RODMAN, Peter W. *Russia: the challenge of a failing power*. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy**. São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 75-97.

ROSECRANCE, Richard. **America's economic resurgence: a bold new strategy**. Nova York: HarperCollins Publishers, 1990.

\_\_\_\_\_. (ed.). **America as an ordinary country: U.S. foreign policy and the future**. Nova York: Cornell University Press, 1976.

SCHELER, Max *et al.* **Ressentiment**. USA: Marquette Univ Press, 1994.

SCHLOSSTEIN, Steven. **The end of the american century**. Nova York: Congdon & Weed, 1989.

SERRANO, Franklin P. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, José Luís da C.; MEDEIROS, Carlos A. de & \_\_\_\_\_. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 71-172.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A geopolítica mundial do petróleo. **Rede Voltaire**. Beirute, Líbano; 30 set. 2005. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/A-geopolitica-mundial-do-petroleo>.

\_\_\_\_\_. Os Estados Unidos e a guerra contra o terrorismo. **Centro de Documentação e Memória – Fundação Maurício Grabois**, Edição 75, out-nov.

2004, p. 27-29, Disponível em:

[http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=184&id\\_indice=1412](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=184&id_indice=1412). Último acesso em: 29 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Os Estados Unidos e a guerra contra o terrorismo, 2001-2008. In: ZHEBIT, Alexander & \_\_\_\_\_ (org.). **Neoterrorismo**: reflexões e glossário. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

\_\_\_\_\_. Por que discutir impérios? In: \_\_\_\_\_; CABRAL, Ricardo P. & MUNHOZ, Sidnei J. (coord.). **Impérios na história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams da Silva. **Dicionário de relações internacionais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.

SILVA, Tatiana Teixeira da. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA**: arte de pensar o impensável. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOROS, George. **A bolha da supremacia americana**: corrigindo o abuso de poder dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPENCER, Herbert. **The man versus the state**. EUA: Lightning Source, 2006.

STELZER, Irwin. *Neoconservatives and their critics: an introduction*. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **The neocon reader**. Nova York: Grove Press, 2004, p. 3-28.

STEPHEN, James Fitzjames. **Liberty, equality, fraternity and three brief essays**. USA: Chicago University Press, 1991.

STIGLER, George J. *Director's law of public income redistribution*. **Journal of Law and Economics**, v. 13, n. 1, abr. 1970, p. 1-10.

STRANGE, Susan. **The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy**. Nova York, EUA: Cambridge University Press, 1996.

STRAUS, Tamara. *Resource wars: an interview with Michael Klare*. **AlterNet**. Disponível em: <http://www.alternet.org/story/10797/?page=entire>.

SCHWARTZ, Peter & RANDALL, Doug. *An abrupt climate change scenario and its implications for United States national security*. **Global Business Network**. Out. 2003. Disponível em: <http://www.gbn.com/articles/pdfs/Abrupt%20Climate%20Change%20February%202004.pdf>.

TENET, George J. & HARLOW, Bill. **At the center of the storm: the CIA during america's time of crisis**. Nova York: Perennial Books, 2008.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. São Paulo: Ed. UNESP: Programa Interinstitucional San Tiago Dantas, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a revolução**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

TODD, Emmanuel. **Après l'empire. Essai sur la décomposition du système américain**. Paris: Éditions Gallimard, 2002.

TULLOCK, Gordon. **Economics of income redistribution**. 2. ed. USA: Kluwer Academic, 1997.

\_\_\_\_\_. **Welfare for the well-to-do**. USA: Fisher Institute, 1983.

TYLER, Patrick E. *U.S. strategy plan calls for insuring no rivals develop*. **The New York Times**, 8 mar 1992. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/us-strategy-plan-calls-for-insuring-no-rivals-develop.html?pagewanted=all&src=pm>. Último acesso em: 28 dez. 2013.

UNICAMP. Economia política mundial: análise estratégica. N. 7, out. a dez. / 2005. **Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais – CERI**. Disponível em: [http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim\\_ceri/boletim/boletim7/versaointegral.pdf](http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim7/versaointegral.pdf).

USA. The National Security Strategy of the United States of America, set. 2002. **U.S. Department of State**. Disponível em: <http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Último acesso em: 31 jan. 2014.

VAÏSSE, Justin. **Neoconservatism: the biography of a movement**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

VAÏSSE, Maurice. **As relações internacionais depois de 1945**. 10. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O mundo pós-guerra fria: globalização, guerra ao terror e multipolarização**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

WACQUANT, Loïc. Um acontecimento-catalizador: *post-scriptum* sobre o 11 de Setembro. In: LINS, Daniel & \_\_\_\_\_ (org.). **Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder**. Campinas: Papirus, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel M.. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. 2. ed. México: Siglo XXI, 2006 [2004].

\_\_\_\_\_. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. **The modern world-system I. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century.** Califórnia: University of California Press, 2011 [1974].

\_\_\_\_\_. **The modern world-system II. Mercantilism and the consolidation of the european world-economy, 1600-1750.** Califórnia: University of California Press, 2011 [1980].

\_\_\_\_\_. **The modern world-system III. The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s-1840s.** Califórnia: University of California Press, 2011 [1989].

\_\_\_\_\_. **The modern world-system IV. Centrist liberalism triumphant, 1789-1914.** Califórnia: University of California Press, 2011.

\_\_\_\_\_. Vinte anos para mudar o mundo. **Outras Palavras.** 17 ago. 2011. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/08/17/vinte-anos-para-mudar-o-mundo/>. Acesso em: 27 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Utopística, ou, As decisões históricas do século vinte e um.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

WALZER, Michael. **Moralidad en el ámbito local e internacional.** Madrid: Alianza Editorial, 1996 [1994].

WATSON, Adam. *Systems of States.* **Review of International Studies.** Vol. 16. Abril/1990, p. 99-109.

WHYTE, William Foote *et al.* *Critics and crusaders on neoconservatism.* **Society**, v. 26, n. 2, jan-fev. 1989, p. 5-9. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF02698326>. Último acesso em: 27 dez. 2013.

WIGHT, Martin. **System of states.** Leicester, UK: Leicester University Press, 1977.

WOHLFORTH, William C. *The stability of a unipolar world.* **International Security**, v. 24, n. 1, verão de 1999, p. 5-41. Disponível em: [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/578/stability\\_of\\_a\\_unipolar\\_world.html](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/578/stability_of_a_unipolar_world.html). Último acesso em: 01 mar. 2014.

WOLFOWITZ, Paul. *Statesmanship in the new century.* In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William. **Present dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy.** São Francisco: Encounter Books, 2000, p. 307-336.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010 [1990].

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.